

ALBERTO CORREIA  
DE OLIVEIRA FILHO

# PACARAIMA E A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL

Prisões, Direitos  
Humanos e a nova  
percepção da realidade



# **PACARAIMA E A MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL**

**PRISÕES, DIREITOS HUMANOS E A NOVA PERCEPÇÃO  
DA REALIDADE**

Alberto Correia de Oliveira Filho

**NOTA:** Dado o caráter autoral e acadêmico deste livro, o texto publicado respeita as normas e técnicas bibliográficas utilizadas pelo autor/a. A responsabilidade pelo conteúdo do texto desta obra é dos respectivos autor e autora, não significando a concordância da editora com as ideias publicadas.

**IMPORTANTE:** Muito cuidado e técnica foram empregados na edição deste livro. No entanto, não estamos livres de pequenos erros de digitação, problemas na impressão ou de alguma dúvida conceitual. Avise-nos por e-mail: [editora@dialogofreiriano.com.br](mailto:editora@dialogofreiriano.com.br)

© **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (art. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Alberto Correia de Oliveira Filho

**PACARAIMA E A MIGRAÇÃO  
VENEZUELANA NO BRASIL**  
**PRISÕES, DIREITOS HUMANOS E A NOVA PERCEPÇÃO  
DA REALIDADE**

Diálogo Freiriano  
Veranópolis – RS  
2024



## CONSELHO EDITORIAL

Ivanio Dickmann – Brasil  
Adan Renê P. da Silva - Brasil  
Aline M. dos Santos - Brasil  
Fausto F. Martinez–Espanha  
Fátima S. B. V. Barbosa- Brasil  
Jorge A. Santos–Argentina

Marcelo Valente de Souza-Brasil  
Miguel E. Guerrero - México  
Carla Luciane B. Vestena - Brasil  
Ivo Dickmann - Brasil  
José Eustáquio Romão - Brasil  
Enise Barth – Brasil

## EXPEDIENTE

Editor-Chefe: Ivanio Dickmann  
Diagramação: Laura Busanello  
Capa: Daniel Fernandes  
Revisão final: Gisele Borges

Esse livro passou pelo processo de revisão por pares dentro das regras da Qualis Livros da CAPES

## FICHA CATALOGRÁFICA

O482p      Oliveira Filho, Alberto Correia de.  
Pacaraima e a migração venezuelana no Brasil: prisões, direitos humanos e a nova percepção da realidade / Alberto Correia de Oliveira Filho. – Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2024.

ISBN 978-65-5203-146-4

1.Venezuelanos – Roraima – Condições sociais. 2. Imigrantes – Roraima – Condições sociais. I. Título.

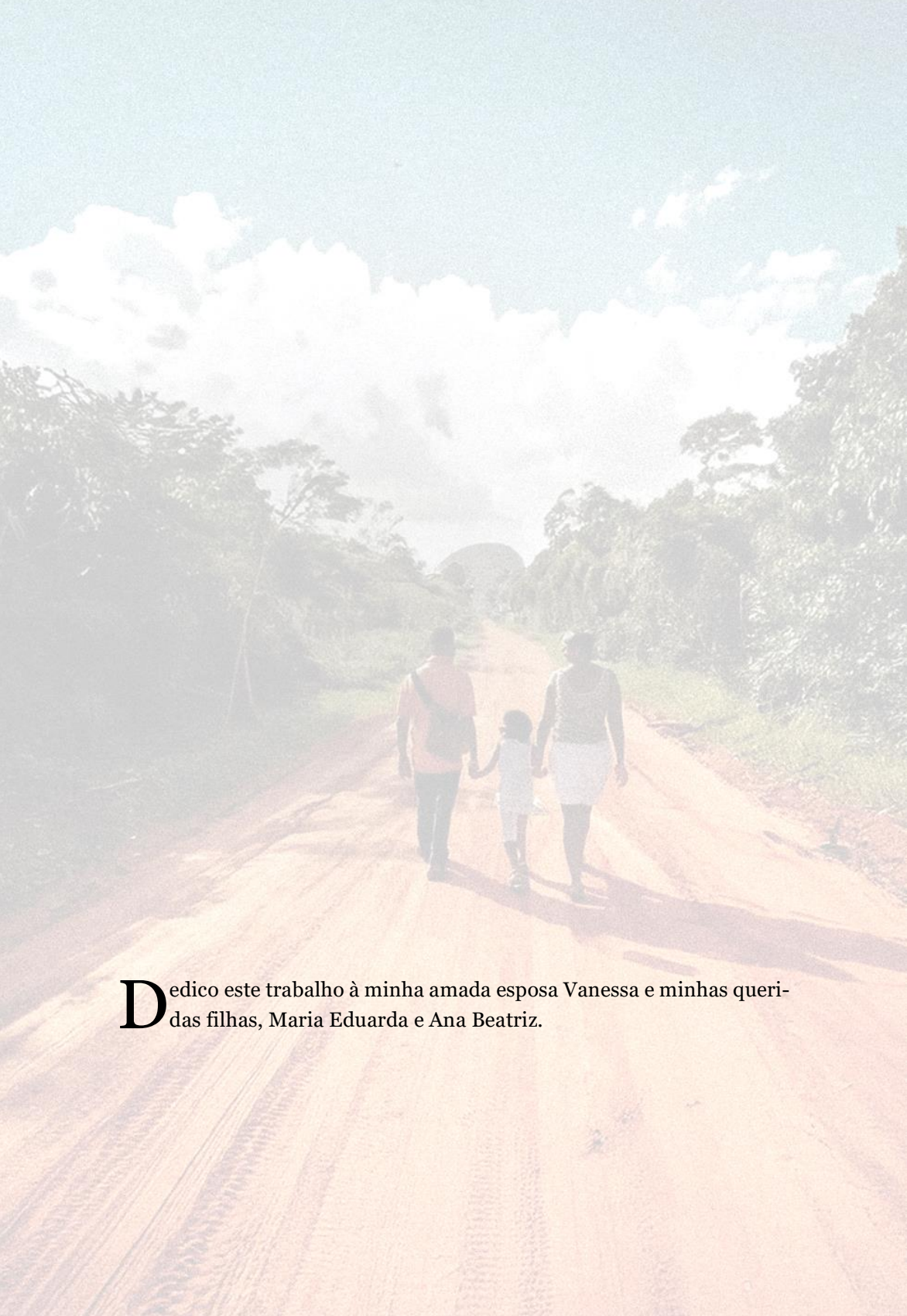
2025\_0713

CDD 305.8688708114 (Edição 23)

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056

## EDITORA DIÁLOGO FREIRIANO

CNPJ 20.173.422/0001-76  
Av. Júlio de Oliveira, 295 - Sala 303- Centro  
CEP 95.330-000 - Veranópolis – RS  
Instagram: @editoradialogofreiriano  
Whatsapp: [54] 992978620



**D**edico este trabalho à minha amada esposa Vanessa e minhas queridas filhas, Maria Eduarda e Ana Beatriz.

# **AGRADECIMENTOS**



## **Agradecimento às instituições:**

Registro minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – (PPGSD-UFF), em especial ao meu Orientador, Prof. Dr. Joaquim Leonel Rezende Alvim;

À Universidade Estadual de Roraima (UERR), instituição da qual tenho orgulho em desempenhar a docência há 18 anos.

Também agradeço ao Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Teoria, Atividades e Práticas no Campo do Direito (NUTEAP),

À Superintendência da Polícia Federal em Roraima (SRPFRR);

Procuradoria Geral do Estado de Roraima (PGE),


Exército Brasileiro (EB);

Secretaria de Segurança Pública de Roraima (SESP/RR);

E principalmente à Polícia Civil de Roraima (PCRR), da qual faço parte há 20 anos.

Muito obrigado!



A photograph of a family of three walking away from the camera on a wide, reddish-brown dirt road. The father is on the left, wearing a red shirt and dark pants, carrying a bag. The mother is on the right, wearing a light-colored top and skirt. A small child is walking between them, holding their hands. The road is flanked by dense green trees and vegetation. In the distance, a large, rounded hill or dome is visible under a bright blue sky with scattered white clouds. The overall scene suggests a rural or developing area.

“Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a transbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre.”

(Queirós, 1890)

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. METODOLOGIA E POSIÇÃO DE FALA.....</b>	<b>14</b>
1.1 A AFETAÇÃO DO PESQUISADOR: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM RORAIMA .....	15
1.2 A BUSCA POR UM MÉTODO DE ANÁLISE DO OBJETO PESQUISADO .....	18
1.3 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, DOCUMENTAL E DE CAMPO: UM OLHAR CRÍTICO PARA ALÉM DO DIREITO .....	19
1.4 O CAMINHO PERCORRIDO PARA A TESE .....	25
<b>2. PACARAIMA E O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL.....</b>	<b>29</b>
2.1 RORAIMA: ORIGEM, TERRITÓRIO E MIGRAÇÃO .....	30
2.2 A FOME NA VENEZUELA E A MIGRAÇÃO PARA O BRASIL POR MEIO DA CIDADE DE PACARAIMA, ESTADO DE RORAIMA.....	33
2.3 O FLUXO MIGRATÓRIO NOS ANOS DE 2014 A 2019.....	35
2.4 PADECEMOS DE APOROFOBIA? .....	51
<b>3. DA APURAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DOS AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PACARAIMA NO PERÍODO DE 2014 A 2019.....</b>	<b>58</b>
3.1 POR QUE ESCOLHER A DELEGACIA DE PACARAIMA PARA ANÁLISE? .....	59
3.2 O PERFIL DOS INFRATORES QUANTO À NACIONALIDADE, GÊNERO, IDADE E TIPOS DE CRIME (VIOLENTOS OU NÃO VIOLENTOS) NOS AUTOS DE PRISÕES EM FLAGRANTE LAVRADOS NA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PACARAIMA NO PERÍODO DE 2014 A 2019 .....	60
<b>4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS HUMANITÁRIAS E DE SEGURANÇA COM RELAÇÃO À CIDADE FRONTEIRIÇA DE PACARAIMA NO PERÍODO DE 2014 A 2019... </b>	<b>79</b>
4.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS HUMANITÁRIAS E DE SEGURANÇA? ..	80

4.2 A OPERAÇÃO ACOLHIDA E O EXÉRCITO BRASILEIRO .....	83
4.3 O ESTADO DE RORAIMA E A AÇÃO CIVIL ORDINÁRIA Nº 3.121-2018 (STF) .....	88
<b>5. RESULTADO DAS ENTREVISTAS: PERCEPÇÕES DOS DELEGADOS DE POLÍCIA QUE ATUARAM NO MUNICÍPIO DE PACARAIMA NO PERÍODO DE 2014 A 2019 .....</b>	<b>99</b>
5.1 METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS.....	100
5.2 OS DADOS APRESENTADOS NOS CAPÍTULOS ANTERIORES VALIDAM AS REPRESENTAÇÕES? .....	130
<b>CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS .....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>230</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>261</b>

# INTRODUÇÃO





## **O OBJETO DA PESQUISA: DA INQUIETAÇÃO AO PROBLEMA E OBJETIVOS**

A crise migratória se apresenta como tema de relevância e conflito global no qual o Brasil e Roraima estão inseridos, com especial evidência, no contexto da migração venezuelana. A cidade fronteiriça de Pacaraima, Estado de Roraima, desde o ano de 2016, passou a receber um grande contingente de imigrantes venezuelanos, causando comoção entre os moradores e autoridades públicas e, de igual forma, incrementando as demandas pelos serviços públicos mais diversos, inclusive no contexto da segurança pública, foco escolhido para o presente trabalho.

Assim, tenho como problema central responder a seguinte indagação: como o fenômeno migratório se relaciona com o número de prisões em flagrantes lavrados na delegacia de Pacaraima, no período de 2014 a 2019, e quais suas representações para Delegados de Polícia que atuaram no município no citado período? O objetivo geral é estabelecer a relação entre o fenômeno migratório de venezuelanos para o Brasil, por meio da cidade de Pacaraima, o número de prisões em flagrantes feitas pela Delegacia de Polícia Civil local, no período de 2014 a 2019, e as consequentes representações desse cenário para os Delegados de Polícia que vivenciaram essa realidade. Os objetivos específicos são: 1. descrever o fenômeno da migração de venezuelanos para o Brasil por meio da cidade fronteiriça de Pacaraima, Estado de Roraima. 2. Analisar o número de prisões em flagrante lavrados pela delegacia de polícia de Pacaraima, no período de 2014 a 2019. 3. Especificar as políticas públicas humanitárias e de segurança adotadas com relação à migração por meio da cidade de Pacaraima. 4. Sintetizar as impressões sobre o tema por parte dos Delegados de Polícia que atuaram na época por meio de entrevistas semiestruturadas.

O desenvolvimento da pesquisa não tem a pretensão de prescrever uma política de segurança pública resolutiva para os conflitos locais identificados, contudo busca contribuir, por meio do debate acadêmico e

constrangimento epistemológico, para a visibilidade dos desafios enfrentados, baseados em dados da realidade, e principalmente indicar a necessidade do aperfeiçoamento e humanização das ações práticas dos órgãos de segurança junto aos migrantes venezuelanos.

Os autores escolhidos para o diálogo, nos capítulos introdutórios, trazem importante contribuição para contextualização histórica e conceitos que se apresentam como pressupostos para evitar uma relação estigmatizante e xenofóbica com o venezuelano migrante em situação de vulnerabilidade, o que de pronto rechaço com veemência, não tendo nenhum dos dados colhidos o escopo de criminalizar a pobreza. O trabalho, contudo, relaciona a crise migratória às prisões em flagrante lavradas na delegacia de polícia civil de Pacaraima, as políticas humanitárias e de segurança pública e as consequentes percepções dos Delegados de Polícia que atuaram no município. Trazer essa evidência, mostram que o problema existe e há necessidade de se buscar soluções.

O trabalho foi organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a demonstrar a posição de fala do pesquisador e o método de análise do objeto pesquisado. Também foi indicado se tratar de uma pesquisa empírica do direito e narrado o caminho percorrido para a tese. O segundo capítulo visa situar a relação de Pacaraima com o fenômeno da migração de venezuelanos para o Brasil. Também trazem os conceitos de aporofobia, xenofobia e estigma, essenciais para compreensão do tema. O terceiro capítulo trata da apuração e análise dos dados das prisões em flagrante realizados pela delegacia de Pacaraima no período de 2014 a 2019. O quarto capítulo apresenta as políticas públicas humanitárias e de segurança adotadas pela União e pelo Estado de Roraima no município de Pacaraima. O quinto capítulo traz o resultado das entrevistas com os delegados de polícia que atuaram nos autos de prisão em flagrante no município, indicando se os dados objetivos validam suas representações.

The background of the slide is a photograph of a wide, reddish-brown dirt road stretching into the distance. Three people are walking away from the camera on the road: a man in a red shirt on the left, a child in the middle, and a woman in a white tank top on the right. The road is flanked by lush green trees and vegetation. In the far distance, a large, rounded structure, possibly a dome or a hill, is visible under a bright blue sky with scattered white clouds. The overall scene is bright and sunny.

# 1.

## **METODOLOGIA E POSIÇÃO DE FALA**

**A**o apresentar a metodologia dessa pesquisa doutoral é necessário esclarecer ao leitor a relação do pesquisador com o objeto pesquisado, o quanto eles conseguem se dissociar e o quanto são mutuamente afetados, tanto na busca quanto na análise dos dados apresentados.

Ao iniciar a pesquisa, a única certeza que possuía era a inquietação resultante da constatação de que a crise migratória havia afetado às relações entre brasileiros e venezuelanos, em especial na cidade fronteira de Pacaraima.

Dessa inquietação surge o objeto da pesquisa. Em que momento exatamente os venezuelanos migrantes passaram de *hermanos* a inimigos da segurança pública, seja no imaginário coletivo local, nas notícias de jornais e principalmente nos debates públicos?

Desse tema tão atual e relevante, além de sensível e polêmico, exige um exercício metodológico rigoroso, em especial a realização do estranhamento do objeto. Dessa forma foi construído o texto, deixando claro a questão problema, sendo ela: Qual a relação entre o fenômeno migratório venezuelano por meio da cidade fronteira de Pacaraima e o número de prisões em flagrante realizados pela Delegacia de Polícia local e os estigmas e representações dela resultantes para os Delegados de Polícia que atuaram no referido município no período de 2014 a 2019?

## **1.1 A AFETAÇÃO DO PESQUISADOR: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM RORAIMA**

O primeiro esclarecimento importante a fazer é indicar ao leitor que o interesse pelo problema se deve a minha atuação por 20 (vinte)



anos como delegado de polícia civil em Roraima, tendo ingressado na carreira no ano de 2004, vivenciado um período em que a cidade de Pacaraima era considerada pacata, cuja característica de ser fronteira com a Venezuela era um verdadeiro privilégio demográfico, principalmente pela passagem facilitada para compra de produtos importados, com preço atrativo, facilitado por um câmbio informal no qual o real era a moeda forte quando da conversão para o bolívar, denominação da unidade monetária da Venezuela que, tempos depois, passou a chamar bolívar forte.

Com relação ao trabalho policial, a Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima era atrativa como lotação para os servidores policiais civis, por ter poucas ocorrências criminais, em comparação à Capital e outros municípios do interior, além do clima agradável por ser região de serra. Outro fato digno de nota, é que os crimes típicos de fronteira ficavam a cargo da Polícia Federal, como contrabando e descaminho de combustível e outras mercadorias. Esse fato fazia da Delegacia de Polícia Estadual um local de pouco movimento, em especial com relação a estrangeiros como um todo.

A mesma impressão tive como professor da Universidade Estadual de Roraima (UERR), na qual leciono desde 2006, tendo durante um semestre ministrado aulas no *Campus* de Pacaraima, para uma turma do curso de Comércio Exterior, onde praticamente metade dos alunos era composta por venezuelanos, tornando as aulas sobre noções de direito muito interessantes e dialogadas, em especial quando comparávamos a constituição e normas do direito brasileiro com as práticas legais na Venezuela. Era perceptível, nessa época, o ambiente de cordialidade entre brasileiros e venezuelanos, fosse no campo universitário, fosse na comunidade em geral, reflexo do mútuo interesse comercial e das boas relações na fronteira, e que não refletia na demanda por outros serviços públicos, em especial os de segurança pública.

Nesse contexto, o trânsito constante de brasileiros e venezuelanos na região de fronteira eram limitados apenas pelas fiscalizações aduaneiras dos dois países. Essa relação comunitária amistosa passou a ruir a partir de uma nova realidade, a crise migratória, que ganhou corpo a

partir de 2015, mais intensificada em 2016, quando um grande fluxo de pessoas de nacionalidade venezuelana, fugindo da miséria, cruzavam a fronteira da Venezuela para o Brasil, carregando os poucos pertences que lhe restavam, e se alojavam nas calçadas das lojas, ruas e praças de Pacaraima, onde passavam a sobreviver por meio de caridade da comunidade local.

Contudo, não demorou para que, com o passar do tempo e o aumento exponencial da demanda de serviços públicos, os moradores de Pacaraima passassem a enxergar os antes *hermanos* venezuelanos como *personas non gratas*. A partir daí, não faltaram discursos políticos defendendo medidas como o fechamento da fronteira, expulsão dos venezuelanos, ou coisas do tipo.

Com o agravamento da crise, surge em Roraima o termo pejorativo *venecas*, que não existia antes, para denominar os venezuelanos, tendo sentido estigmatizante que marginaliza ainda mais o migrante em situação de vulnerabilidade como perigoso e indesejável, em evidente manifestação de criminalização da pobreza.

Daí vem a inquietação compartilhada na pesquisa. Ainda, necessário entender esse processo de mudança de percepção da realidade, apresentar a relação da crise migratória com o número de venezuelanos presos em flagrante na Delegacia de Pacaraima. Também necessário indicar as políticas humanitárias e de segurança adotadas e, por fim, as representações e significados dessa nova realidade por parte dos delegados de polícia civil que atuaram no município no período de 2014 a 2019.

Esse recorte temporal foi definido com o objetivo de trazer um comparativo de antes e do depois da crise migratória. O ano de 2020 e posteriores, devido a pandemia do COVID 19 e o fechamento da fronteira por medida sanitária, ficaram de fora desse recorte, por não poderem ser comparados com nenhum período antecedente.

Nessa análise, há evidente afetação por parte do pesquisador, pois ao mesmo tempo que observo o objeto, também vivencio a realidade investigada. A exigência do constante exercício de estranhamento só foi possível devido às aulas e leituras propostas pelos professores do Pro-

grama de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Eles forneceram as principais ferramentas, utilizadas para trilhar o caminho proposto, que efetivamente tem transformado minha percepção sobre o tema, em vários aspectos, tendo a tese a modesta pretensão de que o mesmo aconteça com o leitor, desde que se proponha uma leitura e reflexão desprendida de preconceitos. Daí nasce o verdadeiro desafio da pesquisa. Boa sorte para todos nós!

## **1.2 A BUSCA POR UM MÉTODO DE ANÁLISE DO OBJETO PESQUISADO**

Como inferência lógica, será utilizado o método indutivo, pois serão coletados casos particulares, empíricos, e depois de certo número, poderá contribuir para compreender a relação entre crise migratória, as políticas humanitárias e de segurança e o número de prisões em flagrante no município de Pacaraima, tendo como resultado os estigmas e representações por parte dos delegados de polícia civil que atuaram no município, no período de 2014 a 2019.

Para Eva Maria Lakatos e Mariana de Andrade Marconi (2005, p. 86), a “indução é o processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral e universal, não contida nas partes examinadas”. A opção pelo método foi feita, em especial, por se tratar de pesquisa de campo com viés essencialmente sociológico, partindo das constatações particulares para se chegar a teorias e leis gerais. Utilizando a categorização da pesquisa trazida por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (2009, p. 34), o presente trabalho é caracterizado:

a) quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, devendo o pesquisador analisar seus dados indutivamente, de forma descritiva, pois a relação entre o mundo e os sujeitos não podem ser meramente traduzidas em números. Contudo, os dados coletados ou produzidos servirão como parte integrante da fundamentação teórica e objetos de análises contextualizadas.

b) quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, pois objetiva gerar conhecimento para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, auxiliando no desafio de compreender o fenômeno e sua complexidade e não estigmatizar criminalmente o migrante venezuelano e a pobreza.

c) quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema proposto, envolvendo levantamento bibliográfico, análise documental e de dados, além das entrevistas com delegados de polícia que atuaram em Pacaraima no período de 2014 a 2019.

d) do ponto de vista dos procedimentos técnicos de tratamento dos dados, a pesquisa é bibliográfica, documental e de campo na modalidade entrevista semiestruturada.

Ainda quanto às técnicas, foram utilizadas as pesquisas bibliográficas, a partir de materiais já publicados, como doutrinas, teses e dissertações; pesquisa documental, a partir de dados que não receberam tratamento analítico, como decisões judiciais e pareceres, e pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas, apresentando as percepções dos Delegados de Polícia locais a respeito da relação entre a crise migratória, a criminalidade e as políticas humanitárias e de segurança pública em Pacaraima.

Busquei ainda descrever a interpretação do mundo a partir da consciência do sujeito com base em suas experiências, conforme orienta Gil (2017, p. 35), e, com base na percepção da realidade do entrevistado, sem fazer juízo de valor e praticando o exercício de tentar enxergar com os olhos do outro.

### **1.3 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, DOCUMENTAL E DE CAMPO: UM OLHAR CRÍTICO PARA ALÉM DO DIREITO**

Conforme afirmado anteriormente, o primeiro grande desafio apresentado na temática de pesquisa é trabalhar o problema proposto buscando o estranhamento do campo, enxergando a contrapelo do olhar predominantemente xenofóbico do discurso que vê o migrante venezuelano como uma representação de perigo à segurança pública em Roraima,



em especial aos moradores da cidade de Pacaraima. Notícias midiáticas diárias dão conta de venezuelanos envolvidos em crimes variados, muitos deles com violência empregada contra brasileiros, reforçando o estereótipo do migrante como representação de perigo à segurança pública local e, até mesmo, regional.

Gersika do Nascimento Bezerra (2020, p. 100), em dissertação de mestrado intitulada *Mídia e Diáspora Venezuelana: Recepção dos leitores sobre a migração no G1 Roraima*, com recorte temporal entre o período de janeiro de 2016 a agosto de 2018, destaca bem essa realidade, com rigor metodológico, demonstrando que os comentários às notícias jornalísticas relacionadas à crise migratória tinham como conteúdo as seguintes categorias, das quais consta criminalidade/violência (Figura 1):

**Figura 1 - Categoria de análise dos termos utilizados pelos comentaristas das notícias analisadas pela autora Bezerra (2020).**

Categorias		Frequência
a)	Viés político/ ideológico	90
b)	Fragilidades do Brasil	32
c)	Trânsito e Controle da Fronteira	31
d)	Política brasileira (impeachment/ eleições)	20
e)	Solidariedade/ Ajuda/ Compaixão	9
f)	Criminalidade/ Violência	8
g)	Outros sentidos	-
		Elaborado pela autora. Fonte: G1 Roraima.
Fonte: Bezerra (2020). Base de dados: G1 Roraima.		

No citado trabalho, aprofundando sobre o tópico criminalidade/violência, a pesquisadora destaca que “ao longo da história, tem se atribuído ao migrante a imagem de bandido, criminoso, que deve ser combatido. Os comentários dos leitores afirmam que mesmo recebendo assistência os migrantes (de forma generalizada) rouba, são criminosos, podem ser aliciados pelo crime organizado e aumentar a criminalidade e insegurança no país”. (Bezerra, 2020, p. 112). A autora apresentou a seguinte tabela ilustrativa (Figura 2):

**Figura 2 - Comentários 1: Criminalidade/Violência de autoria de (Bezerra, 2020).**

Comentário	Like	Dislike
A lógica do governo. Os venezuelanos fogem do Socialismo, chegam aqui e não recebem assistência necessária. <b>Roubam</b> . E no fim das contas, o brasileiro q é o culpado. É tipo aquela história, a culpa é toda sua se sair com smartphone na rua. Nunca mais na minha vida voto em socialista. (sic)	542	53
O socialismo destruiu a Venezuela, com o apoio do P T , PSOL, esquerdopatas em geral, e agora vários venezuelanos, desesperados, tentam ir para Roraima. Pra piorar a situação aprovaram a lei de migração, uma lei fabricada pela ONU, lei progressista do politicamente correto, de fronteiras abertas, ou seja, mesma lei da agenda que está destruindo a Europa. Na prática <b>vem de tudo</b> , inclusive <b>criminosos</b> , e gente demais para a infraestrutura local. O resultado é o <b>caos</b> , o <b>aumento de violência</b> , a explosão de <b>miseráveis</b> , tudo planejado pela esquerda visando a escalada dos gastos públicos. (sic)	229	33
Um país que não cuida nem da sua própria nação, vai abrir as portas pra <b>pobres coitados estrangeiros</b> , provavelmente muitos serão <b>liciados pelo crime</b> . (sic)	109	5
Os caras estavam <b>passando fome</b> na Venezuela aí nosso STF tem a "brilhante" ideia de abrir as fronteiras para essa galera. O que o SFT esperava??? Que o povo que passava <b>fome</b> lá chegaria aqui e conseguiriam emprego e moradia???? Era óbvio que vivendo nas ruas e sem emprego eles começariam a <b>roubar</b> . Até uma criancinha sabe disso e o nosso STF e governo não... Agora o que vão fazer? Dar emprego e moradias p/ eles e deixar os nossos p/ trás???? É muito difícil sermos governados e legislados por pessoas tão b-ur.ra.s e despreparadas, sem o mínimo de coerência e bom senso... (sic)	65	2

Elaborado pela autora.  
Fonte: Extraído do G1 Roraima.

Fonte: Bezerra (2020). Base de dados: G1 Roraima.

Outra constatação é o fato de que nem sempre há grande responsabilidade na coleta de dados relacionados aos crimes praticados por venezuelanos, pois não são raras as vezes, em que os números são publicizados sem indicar qualquer comparativo entre os infratores venezuelanos, com os brasileiros e de outras nacionalidades. A indicação apenas dos índices que demonstram o aumento do número de crimes praticados apenas por venezuelanos, induz a falsa percepção de que apenas os venezuelanos estão praticando mais crimes em determinado local ou período. Outro ponto importante é identificar o tipo de crime, diferenciando as ações tidas como violentas das não violentas, pois crimes contra o patrimônio, sem violência e de pequeno valor, podem indicar uma consequência de um problema mais social que policial. Por necessária, essa análise dos dados será feita em capítulo específico.

Com a consciência dos preconceitos e estigmas que acompanham o debate público demonstrado acima, a pesquisa exigiu especial cuidado

para não reproduzi-los, em especial pelo fato de atuar no sistema de segurança pública como autoridade policial estadual e constatar, na prática, um aumento no número de prisões de estrangeiros venezuelanos, não podendo negar esse fato da realidade, contudo, em contrapartida, contextualizar o fenômeno é imprescindível para melhor entendê-lo e, a partir de então, buscar ferramentas para minimização das violências dele resultantes.

Também entendo ser pertinente o registro das reflexões propostas pelo PPGSD/UFF. Durante as disciplinas e leituras, consegui sintetizar as ideias centrais resultado de um esforço de compreensão e debate coletivo, aliás, como deve ser a produção na ciência. Passarei então a destacar as constatações que, ao menos para mim, foram fundamentais para a análise do objeto investigado, das quais me socorro como bússolas indicadoras do caminho a ser trilhado. Trago as principais reflexões:

a) A realidade é muito maior do que a capacidade humana é capaz de conhecer.

A complexidade da realidade, muitas vezes, ultrapassa os limites dos sentidos. Outro desafio é saber quais pressupostos e metodologias balizarão o trabalho de campo e a consciência de que haverá sempre algo mais a ser descoberto em seguida, não existindo trabalho concluído.

b) Na pesquisa não temos certezas, temos questões.

O problema é a chave da pesquisa. As perguntas movem o mundo do pesquisador. O reconhecimento desse fato ajuda a superar ideias preconcebidas sobre o tema, sendo também fator fundamental para o progresso científico.

c) Primeira postura do pesquisador: não acredito no que vejo.

Desconfiar das próprias percepções, tendo a consciência que são limitadas. Relembra a reflexão do *item* “a” reforça a necessidade de desconfiar das percepções iniciais de qualquer observação, buscando o que não está evidenciado, mas escondido de forma deliberada ou inconsciente.

d) Olhar de fora para dentro e ouvir de dentro para fora.

Afastar para ver o todo e aproximar para sentir e entender a visão do outro. A descrição dessa visão do outro, sem julgamentos ou preconceitos, é elementar para entender a realidade do outro.

e) O direito é um dos campos das ciências sociais. O direito é uma das dimensões do social.

f) Superar a ideia de falsa onipotência do direito com relação às outras ciências. Reaproximar o mundo do ser e do dever ser.

Direito como forma de poder simbólico e uma forma possível de luta social (direitos e garantias individuais). A lei como campo de disputa.

O campo jurídico de disputa previne o campo da violência privada e deve servir como elemento de proteção aos direitos e garantias individuais. Esse tópico é fundamental para entender que a política pública de proteção aos direitos humanos e a segurança pública tem a responsabilidade de prevenir conflitos e, quando não for possível, reestabelecer o equilíbrio e harmonia social.

g) Essa luta social envolve tanto o campo jurídico como o campo político, fundamentais para que conflitos violentos sejam evitados.

Complementa a letra “f”. O objeto da pesquisa influencia a realidade social. Tem o poder de mudar a realidade.

h) Toda pesquisa é de alguma forma militante. A militância identificada na pesquisa é também forma de honestidade acadêmica.

A militância científica declarada e sua vinculação teórica é manifestação legítima, científica e acadêmica. Isso se manifesta desde a escolha dos autores com os quais se deseja dialogar até o resultado das análises propostas.

i) O direito não tem resposta para tudo. Quando tem resposta, por vezes ela ainda é enviesada ou insuficiente. Assim, a solução, muitas vezes, deve ser construída coletivamente à luz das várias ciências e realidades.

Mais uma vez, é necessário entender que o direito não é a única ciência e nem a mais importante. Deve se valer de outros ramos do saber em muitas ocasiões para buscar a melhor solução ao caso concreto.

j) A tese é para compreender como é o impacto para as pessoas reais a respeito dessa questão da realidade.

Esse ponto nos lembra da necessidade do estudo empírico como alicerce central da tese.

k) Você olha o social de acordo com a posição que você ocupa na sociedade.

Quando falamos de algo, falamos também muito sobre nós mesmos. A identificação desse ponto de vista social do pesquisador é fundamental para que o leitor compreenda a análise que é feita do objeto da pesquisa.

l) É o conflito que impulsiona a história. Mesmo os derrotados influenciam. Contar a história dos vencidos, de baixo para cima, é escavar o conhecimento a contrapelo.

Não devemos temer a polêmica, o antagonismo, ao contrário. A apresentação das ideias e seus contraditórios são fundamentais para completar a análise do objeto pesquisado.

m) Todo processo exprime resistência.

A não aceitação do senso comum, a busca de dados e sua análise metodológica é forma de contrapor concepções estigmatizantes.

n) Buscar o foco da ciência como produção coletiva.

O estudo científico tem por pressuposto trazer a fundamentação teórica e histórica em estudos anteriores, dando uma contribuição interpretativa original e inovadora que só seria possível surgir a partir dos estudos pretéritos já consolidados.

o) Não há violência maior que a escravidão.

A escravidão fez e ainda faz parte da história do mundo. O homem escravizado é reduzido a condição animal mais degradante, a de não poder decidir sobre o próprio destino. Com as disputas ideológicas extremadas, podemos também interpretar a escravidão como a ausência de possibilidade de pensar de forma crítica o mundo que nos rodeia. Esse tipo de submissão intelectual é tão ou mais degradante que a submissão física.



p) Individualismo fóbico (temer o outro).

Uma das várias manifestações da falta de empatia é não enxergar o outro como igual e ainda reduzi-lo a um estereótipo de perigo ou nocividade.

q) A ciência do social exige que se usem todos os sentidos.

Na busca de desbravar os caminhos das várias ciências sociológicas, contatamos que a empiria exige do pesquisador tanto a leitura quanto a criatividade na análise do objeto estudado.

r) O objeto do conhecimento (ciência do social) é o humano.

O humano, nosso objeto central de estudo com uso de metodologias de pesquisa empírica.

s) Tudo é a mesmo tempo seu contrário.

A complexidade da realidade faz com que a presença de paradoxos seja uma constante.

t) O papel do intelectual é desmontar o discurso ideológico homogeneizado.

O pesquisador precisa ser original em suas análises, argumentações e conclusão. Em nada contribui dizer mais do mesmo. A criatividade, aliada a muita leitura, é a ferramenta de trabalho do investigador social.

u) Pesquisa é teoria e método.

Resume a proposta e os desafios dos demais tópicos acima.

## **1.4 O CAMINHO PERCORRIDO PARA A TESE**

A pesquisa teve início com um projeto submetido ao programa PPGDS-UFF no ano de 2020, sendo um trabalho cuja metodologia e objeto foram sendo aperfeiçoados no decorrer das disciplinas, orientações e contribuições recebidas em cada um dos seminários de tese realizados. Tenho que acrescentar também a colaboração dos colegas do Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Teoria, Atividades e Práticas no Campo do Direito (NUTEAP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), grandes motivadores e colaboradores para o enfrentamento dos desafios da pesquisa.

Inicialmente, no projeto inicial apresentado em 2020, o recorte teórico era a análise dos dados referentes aos anos de 2016 a 2018, período em que a crise migratória já apresentava seus efeitos na segurança pública em Pacaraima, com grande comoção social. Esse recorte foi ampliado para o período de 2014 a 2019, ou seja, dois anos antes do maior fluxo migratório, que passou a ser contínuo até o ano de 2019, auge da migração no período.

Esse recorte ampliado possibilitou uma análise comparativa do antes e depois da crise migratória quanto ao número de prisões em flagrante realizados pela Delegacia de Pacaraima. Não foram analisados os anos de 2020 e posteriores pelo fato da pandemia do COVID 19, em 2020, acarretar longos períodos de fechamento da fronteira por questão sanitária, fato impactou no fluxo de migrantes em Pacaraima, mudando a realidade fática que não pode ser objeto de comparação com qualquer outro período precedente.

Dito isso, necessário esclarecer também que não há pretensão de elaborar na tese uma política pública humanitária ou de segurança pública voltada aos migrantes venezuelanos em Pacaraima, mas sim descrever as ações implantadas pela União e Governo do Estado, além das percepções dessa realidade por parte dos delegados de polícia civil que atuam no município, visando contribuir, por meio do debate acadêmico, com a adequação das políticas públicas existentes ou mesmo a criação de novas ações governamentais sobre o tema.

Uma vez estabelecido o objeto, o recorte espacial e temporal, ainda durante as disciplinas do programa, foi possível realizar um levantamento de dados *in loco* na Delegacia de Pacaraima no período de 03 de novembro de 2020 a 02 de dezembro de 2020, quando respondi como Delegado Titular da unidade em substituição à licença da delegada local, por meio da Portaria 941/2020/DG/PCRR. Esse período coincidiu com as eleições municipais de 2020, o que também foi causa de maior fluxo de pessoas no município.

Chegando para trabalhar por 30 (trinta) dias na delegacia de Pacaraima, constatei que das 5 (cinco) viaturas disponíveis, 03 (três) estavam sem funcionar no pátio e 01 (uma) estava na iminência de quebrar.

Presenciei uma pequena movimentação de pessoas na fronteira, devido ao fechamento sanitário do acesso regular por causa do COVID 19, mas os relatos dos servidores eram de que vias terrestres clandestinas estavam sendo utilizadas pelos migrantes e brasileiros que cruzavam a fronteira pelos mais diversos motivos.

Na cidade, o que mais me chamou a atenção foi o fato de os restaurantes estarem lotados, tendo como clientes assíduos pessoas voltadas às ações relacionadas ao atendimento humanitário dos migrantes, como funcionários públicos e de Organizações Não Governamentais (ONG's). O atendimento humanitário ao migrante mobiliza funcionários das mais diversas áreas, que movimentam os hotéis, pousadas e restaurantes do município. Esse cenário paradoxal demonstra que, ao mesmo tempo que trazem preocupação à comunidade, atualmente a crise migratória é causa de forte movimentação econômica em Pacaraima.

Antes de coletar os dados dos autos de prisões em flagrante no período de 2014 a 2019, formalizei um pedido ao Delegado Geral de Polícia, por meio do Memorando nº 19/2020/POLÍCIA CIVIL/DPJI/PRMUC/GAB - SEI 19105.010302/2020.06 e ao Secretário de Segurança por meio do Ofício nº 01/2020/POLÍCIA CIVIL/DPJI/PRMUC/GAB - SEI 10105.010777/2020.94, obtendo anuência de ambos por meio do Despacho nº 704/2020/POLÍCIA CIVIL/DG/GAB e Ofício nº 58/2020/SESP/DEINT, respectivamente.

Em uma segunda oportunidade no município de Pacaraima, pude participar da audiência pública organizada pela Prefeitura e realizada no dia 19.10.2021, onde foram discutidos os problemas relacionados à crise migratória. Na ocasião, a maior parte dos oradores deu enfoque a falta de segurança pública na cidade, havendo grande preocupação das autoridades locais e manifestações de populares relacionadas a insegurança.

A degravação dessa audiência pública foi incluída como apêndice, sendo parte integrante da tese, mas eventual análise detalhada desse material, dialogando com autores e referencial teórico ligados à análise do discurso, conforme indicado ao final, no tópico destinado a trabalhos futuros, será feita em um segundo momento, por não tem relação direta com os objetivos e marco temporal delimitados para o presente trabalho.

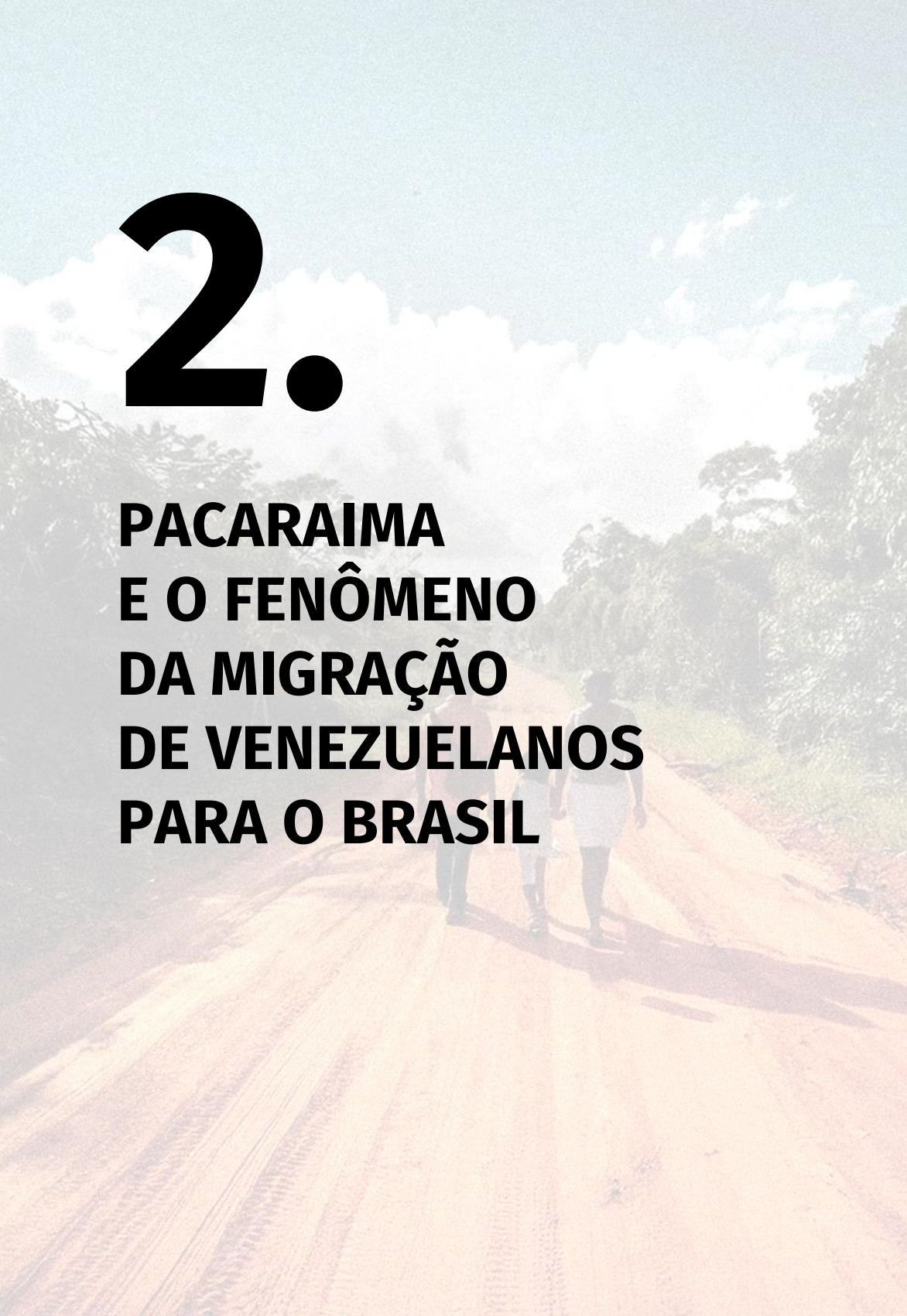
Apesar disso, o fato de ter acompanhado presencialmente a realização da audiência pública foi fundamental para que, mesmo que subjetivamente, ficasse ainda mais evidente o problema central objeto de estudo.

Essas foram as duas primeiras incursões à cidade de Pacaraima após o início da pesquisa, sendo ambas frutíferas quanto ao objetivo de coleta de dados e acompanhamento *in loco* de audiência pública, que foi gravada em áudio e vídeo com autorização formal da Prefeitura de Pacaraima por meio do Ofício PMP/GAB nº 382/2021, datado de 15 de outubro de 2021, cujo acesso integral no QR CODE é disponibilizado nos apêndices, além da degravação já realizada.

As últimas incursões em campo, com relação a coleta de dados, foram as entrevistas semiestruturadas, realizadas em conjunto com o orientador, Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim. Para isso, houve solicitação e aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima (CEP/UERR), por meio do Parecer nº 5.826.786, datado de 19 de dezembro de 2022. Os resultados das coletas de dados e suas análises são apresentados nos respectivos capítulos.

# 2.

## **PACARAIMA E O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL**



Nessa primeira apresentação, busco familiarizar o leitor com as peculiaridades do Estado de Roraima no que se refere a sua origem, ocupação do território e migração, ainda trazer a contextualização da crise migratória por fatores econômicos e políticos na Venezuela. Também demonstrar por meio de registros oficiais fornecidos pela Polícia Federal (PF), órgão responsável pelo controle migratório, o aumento do fluxo de migrantes recebidos pelo Estado no período de 2014 a 2019 e, por fim, trazer autores e conceitos com os quais pretendo dialogar, fundamentais para compreensão do problema, em especial com relação às mazelas da aporofobia, xenofobia e estigmatização.

## **2.1 RORAIMA: ORIGEM, TERRITÓRIO E MIGRAÇÃO**

Par contextualizar Roraima e a migração, trago informações trazidas pelo primeiro Atlas Geográfico Escolar de Roraima, 2020, produzido de forma pioneira por pesquisadores da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), que se tornou obra de referência, motivo pelo qual trago os seguintes pontos de destaque:

1. o Estado de Roraima, localizado no extremo norte do Brasil, já era ocupado por diversas etnias indígenas quando da ocupação colonial portuguesa a partir do século XVII e, posteriormente, com a construção do Forte São Joaquim na metade do século XVIII. A intenção dos colonizadores era capturar e escravizar os indígenas, que seriam vendidos nas, então Capitânias do Grão-Pará e Maranhão; (Atlas, 2020, p. 13).

2. a ocupação do território, foi iniciada pela exploração “extrativista, ao sul, e pecuária, ao norte, utilizando como mão de obra migrantes do Amazonas, Pará e Ceará, além dos índios, mamelucos e europeus”; (Atlas, 2020, p. 13).



3. Com a crise da borracha, a partir da segunda década do sec. XX, “o comércio de carne produzida na bacia do Rio Branco sofreu forte redução, o que promoveu a mudança para atividades de garimpo na década de 1920”. (Atlas, 2020, p. 15).

4. Ainda de acordo com o documento supracitado “Boa Vista foi o primeiro município, criado em 09 de julho de 1890, a partir de uma fazenda de gado, com o mesmo nome, à margem direita do rio Branco. Em 13 de setembro de 1943, como parte de um projeto nacionalista de Getúlio Vargas, foi criado o Território Federal do Rio Branco”, que a partir de 1962 passou a ser denominado Território Federal de Roraima, passando à categoria de Estado com a Constituição Federal de 1988 (Atlas, 2020, p. 16).

Nesse contexto de migração e garimpo, surge Pacaraima, cidade fronteiriça com a Venezuela, com o desmembramento de terras da Capital Boa Vista, em 1995. Outra constatação importante é o fato de que:

Roraima apresenta uma singularidade em relação aos demais entes da federação, quanto a sua situação fundiária, uma vez que 61,2% de seu território encontra-se sob jurisdição de instituições federais na forma de áreas institucionais. Distribuídos da seguinte forma: 45,68% constituir-se em terras sob o domínio da FUNAI (terras indígenas); 8,63% sob a administração do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – Imbuo (unidades de conservação federal); 5,49% sob o domínio do INCRA (projetos de assentamento) e 1,22% são áreas do Ministério da Defesa (SEPLAN, 2019. p. 16)

Imprescindível esclarecer que o município de Pacaraima está situado há pouco mais de 200 quilômetros da capital Boa Vista, e ainda tem como peculiaridade estar cravado na Área Indígena demarcada Raposa Serra do Sol, tendo a cidade sido criada, nas palavras de Edson Damas da Silveira, “sobre núcleos habitacionais formados inicialmente por não índios, justamente em torno de atividades exploratórias por eles iniciadas irregularmente dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol” (Silveira, 2009, p. 85). Esse isolamento físico do município faz com que alguns imigrantes venezuelanos se fixem na cidade fronteiriça como alternativa ao deslocamento à Capital, não havendo outras cidades desenvolvidas localizadas às margens da rodovia federal durante o trajeto.

Para entender melhor a posição geográfica do município de Pacaraima e as consequências que essa localização apresenta no contexto migratório, necessário observar no mapa a seguir (Mapa 1):

**Mapa 1 - Mapa ilustrativo da fronteira Brasil/Venezuela.**



Fonte: GEONAUTA. Imigração Venezuelana para o Brasil (2018).

Com observado acima, devido ao fácil acesso terrestre que liga o Brasil e a Venezuela, por meio da BR 174, a cidade de Pacaraima foi a primeira a sentir os impactos sociais e nos serviços públicos com as crescente da imigração de venezuelanos, agravada a partir do ano de 2016, em especial no tocante a segurança pública local, fato já reconhecido pelo governo brasileiro por meio do primeiro Relatório Trimestral do Comitê de Assistência Emergencial, vinculado a Casa Civil da Presidência da República, datado de maio de 2018, que já contextualizava o tema afirmando:

Com a intensificação da crise econômica na Venezuela, que tem levado à escassez de gêneros alimentícios e desabastecimento de produtos básicos no país, centenas de venezuelanos passaram a cruzar a fronteira brasileira, em busca de alimentos, atendimento em saúde, produtos de subsistência e oportunidades de trabalho. Esse fluxo começou a aumentar a partir de 2016, e trouxe grandes impactos para os serviços públicos do estado de Roraima, principalmente nas cidades de **Pacaraima** e Boa Vista,

e posteriormente em Manaus, Santarém e Belém. O maior número de imigrantes ampliou a demanda local por assistência social, saúde e **segurança**, alterando a rotina das cidades e de suas populações (Brasil. Primeiro Relatório Trimestral: Comitê Federal de Assistência Emergencial, 2018, p. 03, grifo nosso)

No Primeiro Relatório Trimestral: Comitê Federal de Assistência Emergencial (2018) consta ainda que “a atuação do Governo Federal relativa ao fluxo migratório venezuelano está organizada em três eixos principais, definidos pelo Presidente da República: a) ordenamento da fronteira; b) acolhida dos imigrantes e c) interiorização.”

Contudo, essas medidas não foram suficientes para evitar que o município de Pacaraima e seus moradores fossem um dos mais atingidos pela crise no tocante ao crescente número de crimes que, na percepção do senso comum, eram praticados por venezuelanos, fato que gerou conflitos sociais graves entre imigrantes e brasileiros e aumentou de forma exponencial a sensação de insegurança pública local.

## **2.2 A FOME NA VENEZUELA E A MIGRAÇÃO PARA O BRASIL POR MEIO DA CIDADE DE PACARAIMA, ESTADO DE RORAIMA**

A crise econômica na Venezuela vem bem retratada na dissertação de mestrado de Reginado Pereira de Carvalho (2017), com o título “O petróleo e a crise econômica venezuelana: impactos socioeconômicos da zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 a 2016”, onde avalia os impactos da crise econômica e política que se abateu sobre a Venezuela, causa do êxodo migratório naquele país.

As raízes do problema, segundo Carvalho (2017), vêm das disputas internas pelo poder político na Venezuela. Aponta que o primeiro ciclo econômico agrícola, pós-guerras pela independência, em meados do sec. XIX, o poder econômico era concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terras “que se assenhoraram do poder político paralelamente a elite militar de forte tradição no país”. Já existia, na época, forte tensão entre as classes sociais, em especial impulsionadas pelos trabalhadores rurais que buscavam uma reforma agrária, ou mesmo os pequenos produtores que “viam suas terras serem tragadas pelos latifúndios, seja pelo

meio de pressão de mecanismos de mercado obrigando os pequenos produtores rurais a venderem suas terras aos grandes proprietários sob a completa ruína, ou seja, pela força bruta” (Carvalho, 2017, p. 49).

Em um segundo ciclo, Carvalho (2017), apresenta que “no início do século XX, a Venezuela ingressa no ciclo econômico do petróleo, cuja produção irá tornar-se o principal produto da economia e provocar forte redução da atividade produtiva em todos os outros setores da economia”. Apesar de mudar a fonte de riqueza, o país “vivía um paradoxo colossal, qual seja, a miséria mais profunda para a maioria absoluta da população pobre e trabalhadora do país em face da riqueza exuberante exigida pela classe rentista do petróleo” (Carvalho, 2017, p. 53).

Na década de 1980, com a queda do preço do petróleo, a “política levou o governo de Carlos Andrés Perez a implementar diversos planos econômicos que impunham austeridade fiscal, privatizações, desvalorização da moeda nacional, arrocho salarial e cortes nos subsídios sociais” (Carvalho, 2017, p. 55). Esses fatores aprofundaram ainda mais a desigualdade no país, intensificando a miséria.

Nesse contexto surgiram insurreições populares denominadas “Caracazo”, iniciadas em 27 de fevereiro de 1989, tendo como resultado aproximadamente 300 (trezentos) civis mortos no primeiro dia e mais de 2.000 (duas mil) pessoas sucumbiram até que o governo conseguisse conter os revoltosos. Da instabilidade surge setores de oposição, dentre eles um segmento militar liderado pelo tenente coronel Hugo Chávez Frias, que tenta um golpe em 1992, sem sucesso (Carvalho, 2017, p. 56).

Apesar disso, o governo Perez é afastado em 1993 sob justificativa de comandar “um grande esquema de corrupção”. Chávez então venceu as eleições de 1998, adotando uma política de conteúdo nacionalista. Sofre uma tentativa de golpe em abril de 2002, mas permanece no poder. “No último ano de governo de Hugo Chávez, antes de sua morte em março de 2013, a Venezuela assiste ao esgotamento do regime bolivariano em face de todas as pressões sofridas no âmbito político interno e externo” (Carvalho, 2017, p. 62). O preço internacional do petróleo cru despenca de aproximadamente 140 dólares, para abaixo dos 40 dólares em 2015, contudo:

O aprofundamento da crise econômica, política e social da Venezuela, que já no ano de 2014 passa a enfrentar gigantescas manifestações de massa nas ruas das maiores cidades do país motivadas principalmente pelo desabastecimento em relação aos produtos básicos e subsistências, conduz o governo de Nicolás Maduro a uma política de conservação de poder amparada na forte repressão aos movimentos populares e na ausência de liberdades políticas. (Carvalho, 2017, p. 63).

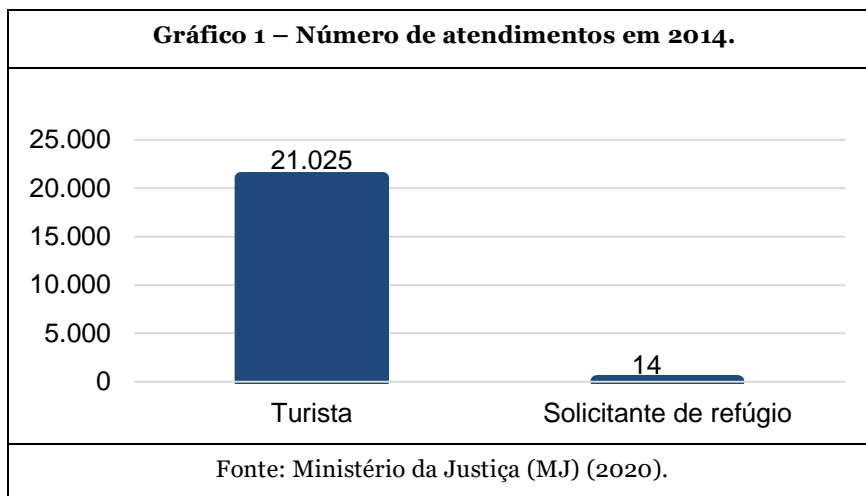
Nesse cenário, a população mais abastada migra para Europa e Estados Unidos, restando aos mais pobres a realização de verdadeiras procissões rumo aos países fronteiriços, inclusive o Brasil por meio de Pacaraima, no estado de Roraima.

## **2.3 O FLUXO MIGRATÓRIO NOS ANOS DE 2014 A 2019**

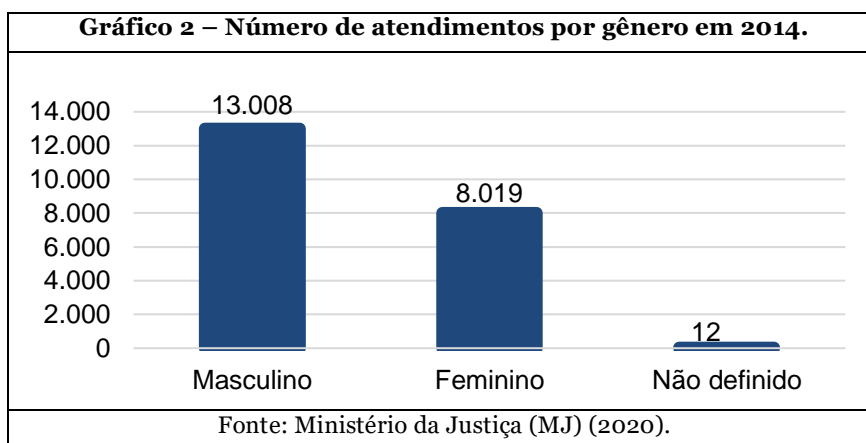
Para apresentação dos dados oficiais de ingresso de venezuelanos no Brasil, por meio de Pacaraima, no período de 2014 a 2019, foi realizado pedido de informações à Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima, órgão do executivo vinculado ao Ministério da Justiça, que por meio da Delegacia de Migração (DEMELIG), forneceu a Informação nº 16270728/2020-SADIP/CGPI/DIREX/PF, (ANEXO) contendo os dados estatísticos requeridos e encaminhados pela SADIP/CGPI/DIREX/PF, sendo os registros extraídos do SISMIGRA, constando o total de 553.367 entradas desses estrangeiros em todo o Estado de Roraima de acordo com o tipo de atendimento/classificação.

Importante destacar que em Pacaraima, por se tratar de fronteira seca, não há obstáculos físicos para a travessia da fronteira, apenas marcos da divisa e uma cerca em alguns trechos, sendo comum o ingresso de estrangeiros no Brasil sem registro nos postos de controle migratório oficiais. De todo modo, os números indicam um aumento no fluxo de migrantes, sendo o dado reflexo da realidade que a tese busca demonstrar.

No ano de 2014 houve apenas 14 solicitações de refúgio, sendo que 21.025 venezuelanos ingressaram no território nacional, por meio do Estado de Roraima, autodeclarando-se turistas. Nesse ano ainda não havia fluxo migratório sensível por meio da cidade de Pacaraima, mas ainda assim constam alguns pedidos de refúgio registrados (Gráfico 1):

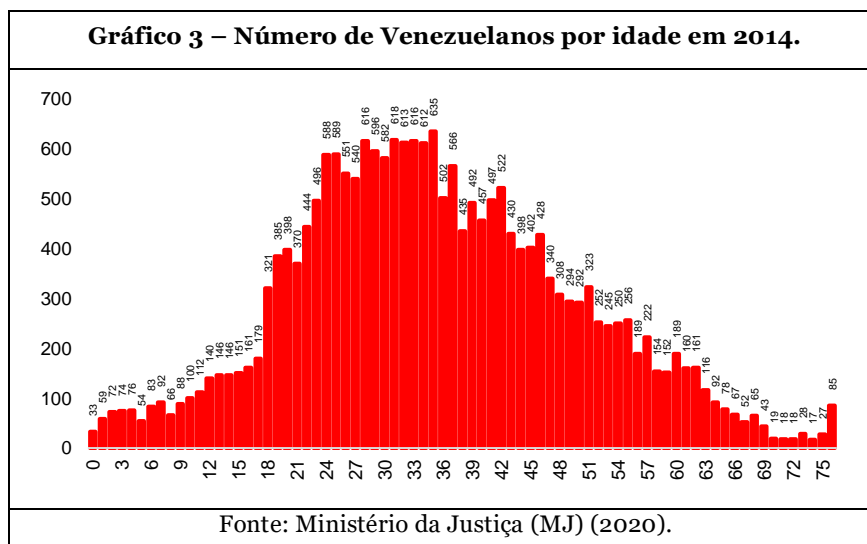


Quanto ao gênero, a maior parte dos migrantes são homens. Esse fato se repete nos anos seguintes do recorte temporal, com exceção de 2019 como será observado adiante. A indicação é que os homens, inicialmente, tenham maior mobilidade e possibilidade de deslocamento para buscar a subsistência em outros territórios, inclusive internacionais, de forma que a mulher, nas mesmas circunstâncias, tem substancial incremento nos riscos a sua própria segurança. Outro fator relevante é o fato de que as mulheres, como critério de organização social predominante, acabam ficando com os filhos e os homens saem em busca de alternativas de sustento para ele e a família (Gráfico 2):



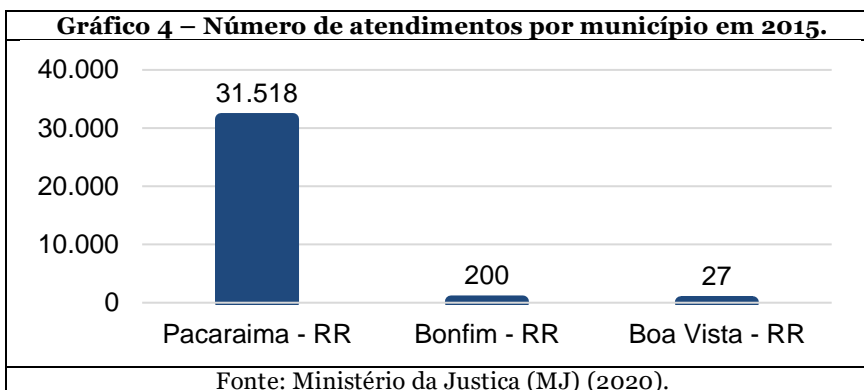


De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, e conforme o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.740, de 1º de outubro de 2003), são consideradas idosos pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Utilizando esse critério, conforme gráfico abaixo, os venezuelanos que ingressaram no Brasil por meio do Estado de Roraima são majoritariamente jovens e adultos, entre 18 e 50 anos (Gráfico 3):

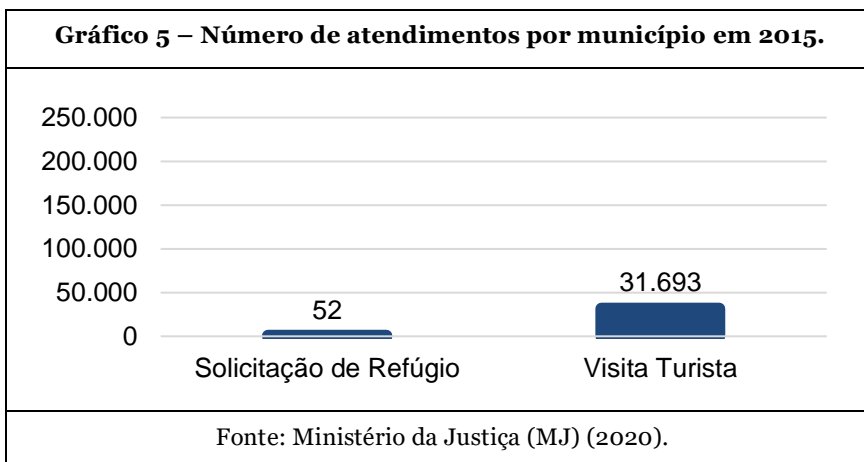


Os gráficos produzidos pela PF (ANEXO I) sofrem variação de critérios de registro, conforme o ano. Para o ano de 2015, foi especificado o local de atendimento do migrante, demonstrando que Pacaraima é responsável por praticamente todo o atendimento migratório realizado pela Polícia Federal com relação ao registro migratório, sendo irrisório o número de atendimentos feitos em Bonfim, município em Roraima que faz fronteira com a República Cooperativista da Guiné, e até mesmo os atendimentos em Boa Vista, Capital do Estado (Gráfico 4):

- **Análise ano de 2015**

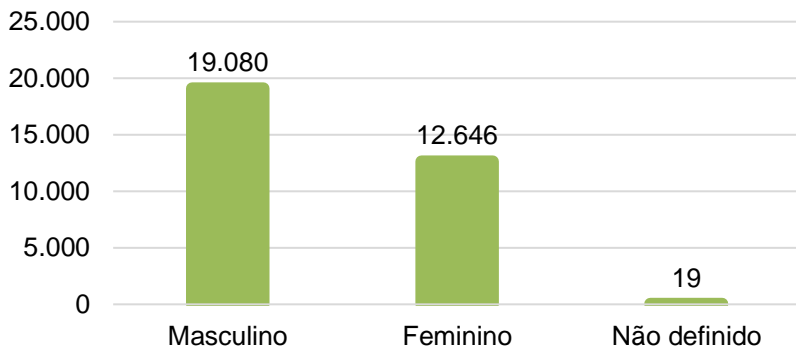


Em 2015 o número de solicitação de refúgio quase quadruplicou, saindo de 14 em 2014 para 52 requerimentos em 2015. Da mesma forma, houve também aumento significativo no ingresso de venezuelanos na condição declarada de turista, saindo de 21.025 em 2014 para 31.693 em 2015. Destaco que a condição de turista era comumente alegada por ocasião do ingresso, mesmo que o migrante se enquadrasse em outras categorias migratórias, como o refúgio, que só se popularizou nos anos seguintes (Gráfico 5):



Com relação ao gênero, o perfil permanece com a maior parte de homens, mas o número de mulheres tem expressivo aumento, pois passa de 8.019 em 2014 para 12.646 em 2015 (Gráfico 6):

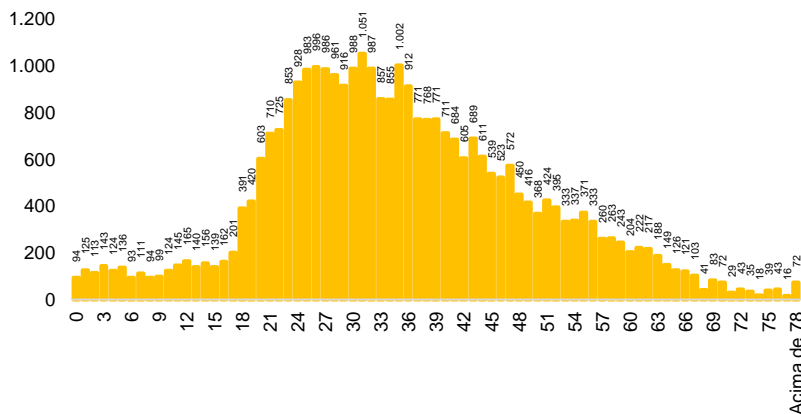
**Gráfico 6 – Número de atendimentos por gênero em 2015.**



Fonte: Ministério da Justiça (MJ) (2020).

Em análise as idades, em 2015 permanece o perfil majoritário de jovens e adultos (Gráfico 7):

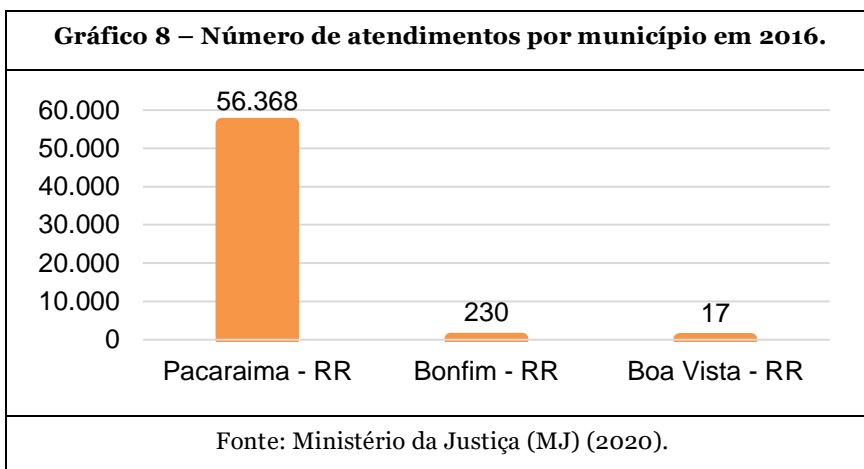
**Gráfico 7 – Número de Venezuelanos por idade em 2015.**



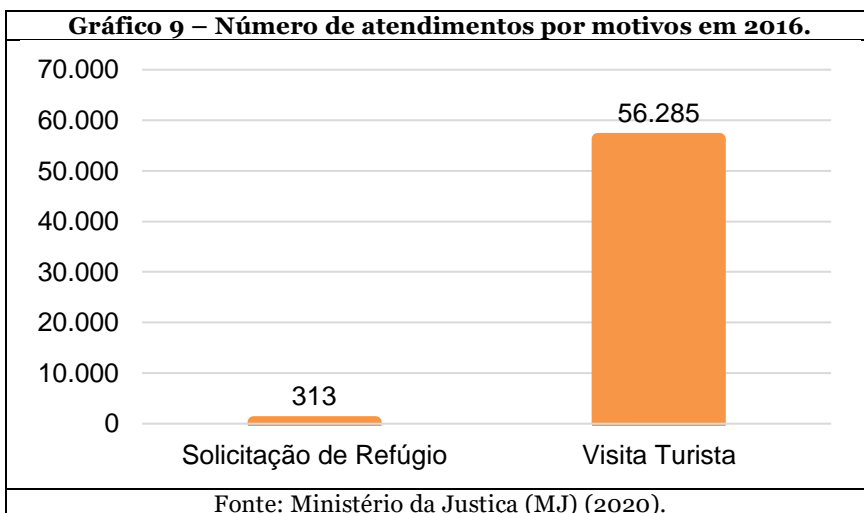
Fonte: Ministério da Justiça (MJ) (2020).

No ano seguinte, ocorre uma nova explosão no número de ingressos de venezuelanos por meio de Pacaraima, saindo de 31.518 em 2015 para 65.386 em 2016 (Gráfico 8):

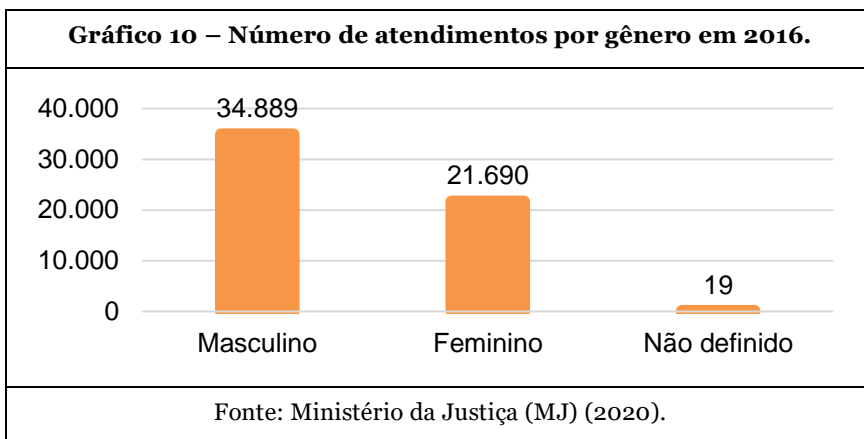
- **Análise ano de 2016.**



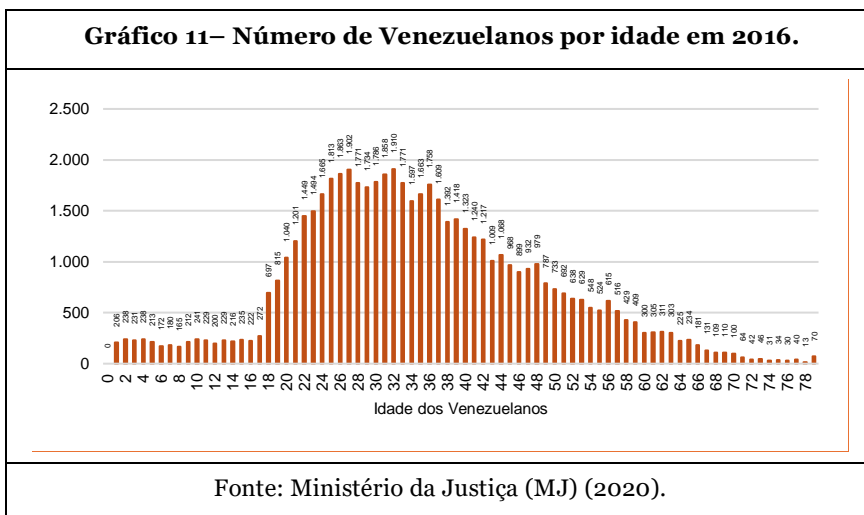
Da mesma forma, as solicitações de refúgio saltam de 52 em 2015 para 313 em 2016, e os vistos de turista aumentam de 31.693 em 2015 para 56.285 em 2016. Necessário o registro que apenas em meados 2016 se popularizou a forma de ingresso do venezuelano por meio do pedido de refúgio, pois antes pessoas que se enquadravam nessa categoria de ingresso pediam, via de regra, visto de turismo, mas eram impedidos de exercer atividade remunerada no Brasil, o que costumava causar transtornos quanto à permanência no Brasil (Gráfico 9):



Quanto ao gênero, o perfil da maioria de homens se manteve, mas o número de mulheres tem nova explosão, de 12.646 em 2015 para 21.590 em 2016 (Gráfico 10):



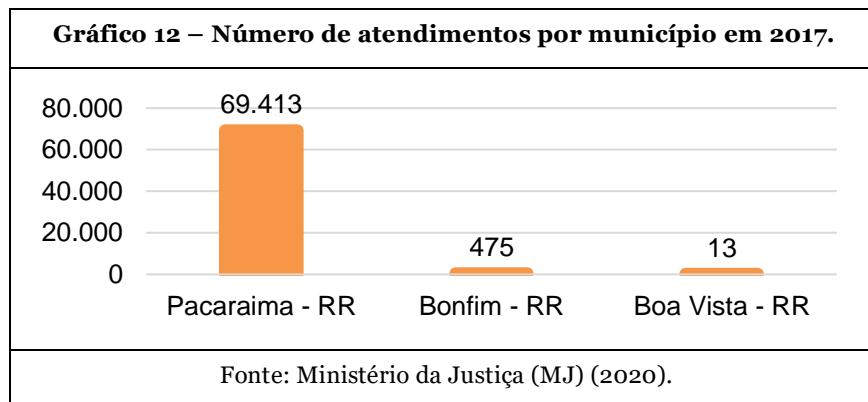
Com relação às idades, também prevalecem o ingresso de jovens e adultos (Gráfico 11):



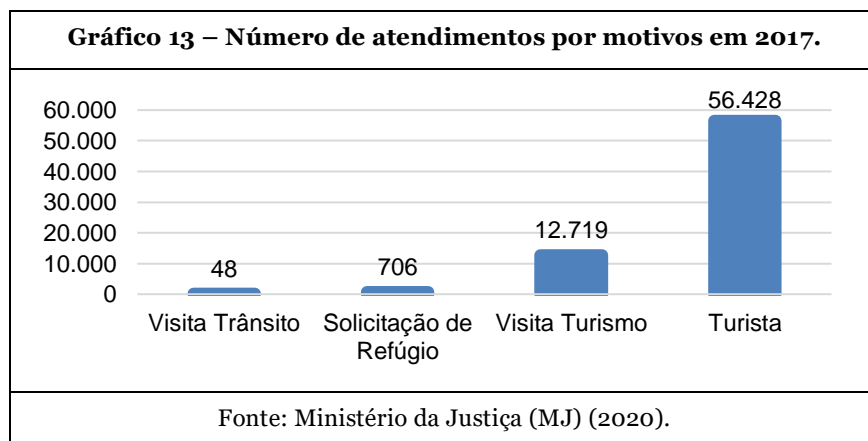
Em 2017 o número de venezuelanos que ingressaram no Brasil por meio de Pacaraima sofre novo aumento em relação ao ano anterior, saindo de 56.368 em 2016 para 69.413 em 2017, contando apenas os atendimentos feitos em Pacaraima.

Destaco que devido ao grande número de migrantes e longas filas nos postos de controle migratório, parte deles ingressavam no Brasil por Pacaraima sem fazer o registro e, posteriormente, buscavam outros postos de atendimento migratório da Polícia Federal, localizados em Bonfim ou Boa Vista, sendo que em Bonfim o número de atendimentos mais que dobrou, saindo de 230 em 2016 para 475 em 2017 (Gráfico 12):

- **Análise ano de 2017**



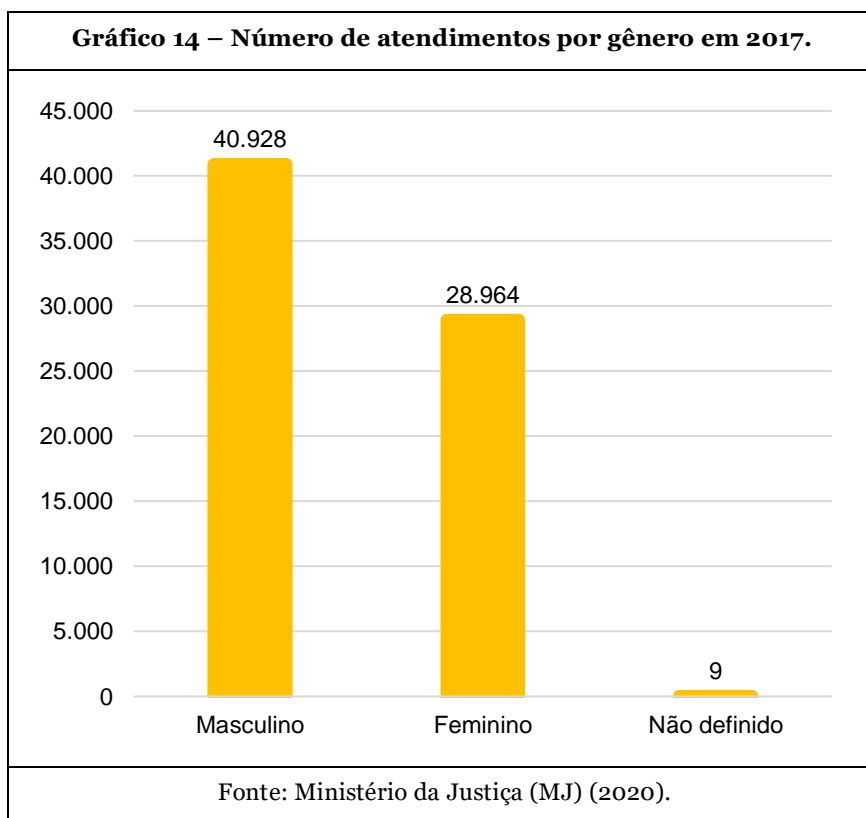
As solicitações de refúgio, já popularizadas, também dispararam de 313 em 2016 para 706 em 2017. O ingresso como visita turística, único campo de registro em 2016, com o total de 56.285, foi subdividido em 2017 em visita trânsito, com 48 ingressos, visita turismo, com 12.719 ingressos, e turista, com 56.428 ingressos, cuja somatória também representa um incremento com relação ao ano anterior (Gráfico 13):





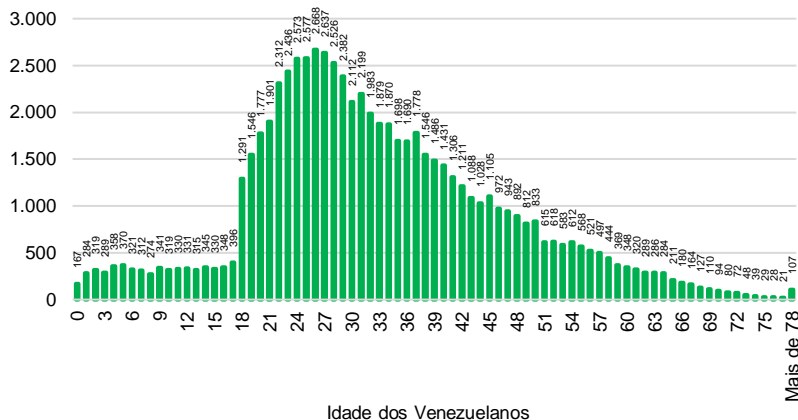
Importante observar que do ano de 2014 a 2016, os registros foram categorizados ingresso de turista ou solicitante de refúgio, mas a partir de 2017 são incluídas novas categorias, sendo elas visita trânsito, solicitante de refúgio, visita turismo e turista. A significação de cada um dos termos consta no anexo Classificações do STI.

Quanto ao gênero, o perfil da maioria de homens se mantém mais uma vez, mas é sensível o incremento do número de mulheres, diminuindo a diferença no número de ingressos entre os gêneros. O número de mulheres migrantes venezuelanas passa de 21.690 em 2016 para 28.964 em 2017 (Gráfico 14):



Quanto a faixa etária, comparando com o ano de 2016, em 2017 permanece o perfil de ingresso majoritariamente de jovens e adultos (Gráfico 15):

**Gráfico 15 – Número de Venezuelanos por idade em 2017.**

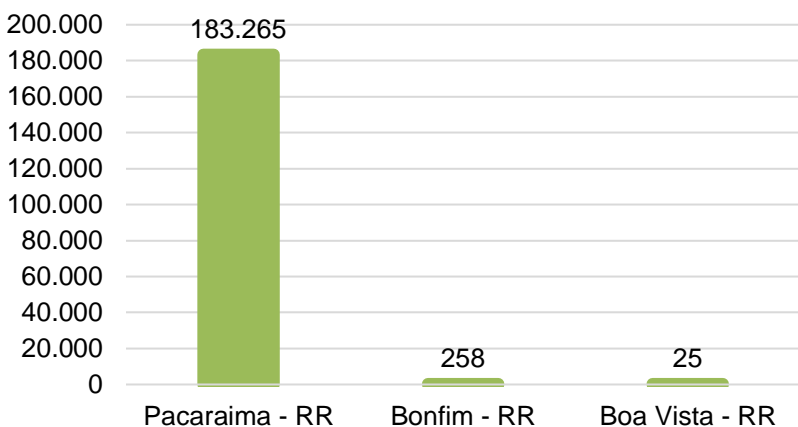


Fonte: Ministério da Justiça (MJ) (2020).

Em 2018 há nova explosão no número de ingressos de migrantes venezuelanos por meio de Pacaraima, saindo de 69.413 atendimentos em 2017 para 183.265 atendimentos em 2018 (Gráfico 16):

- Análise ano de 2018.**

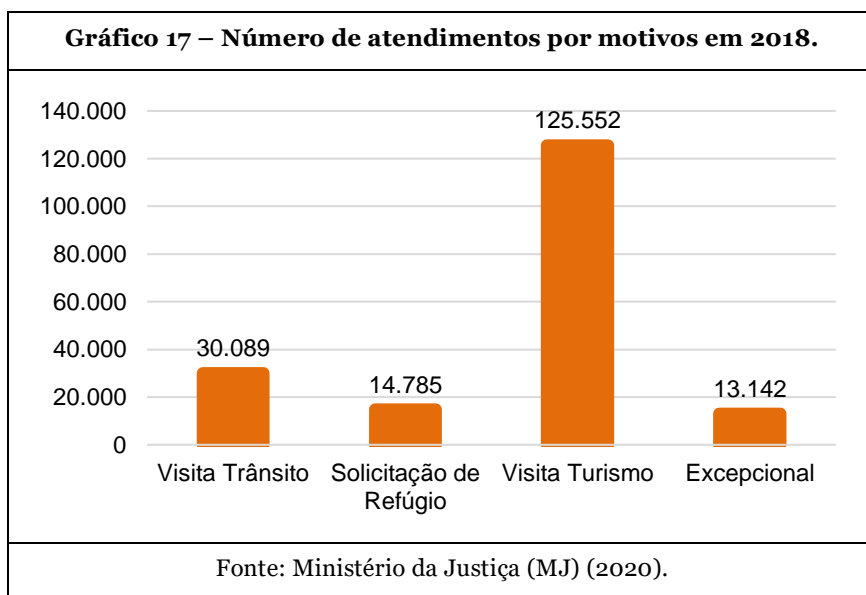
**Gráfico 16 – Número de atendimentos por município em 2018.**



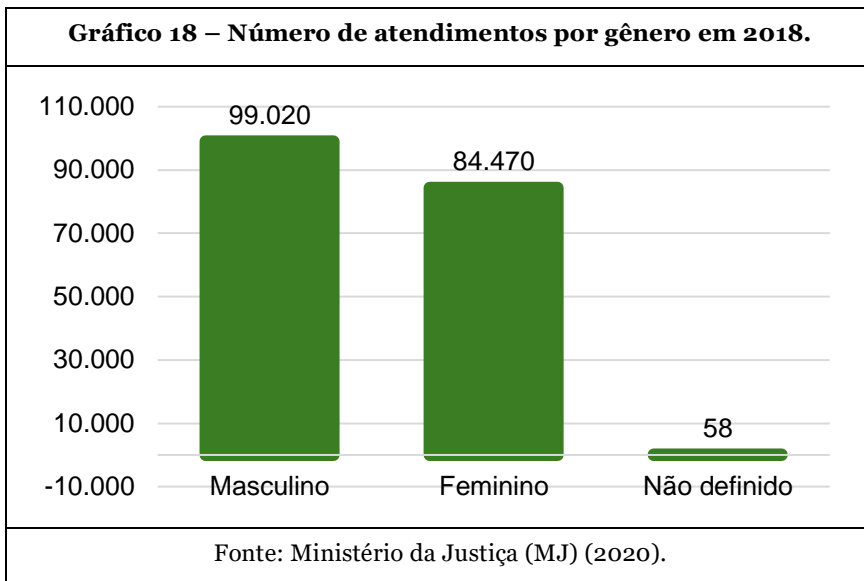
Fonte: Ministério da Justiça (MJ) (2020).

Esse aumento exacerbado é sentido da mesma forma nas solicitações de refúgio, que saem de 706 em 2017 para 14.785 em 2018. Com relação às visitas de turismo, ocorre novamente mudança na classificação do ano anterior, sendo computado o ingresso de 125.552 migrantes em 2018 (Gráfico 17):

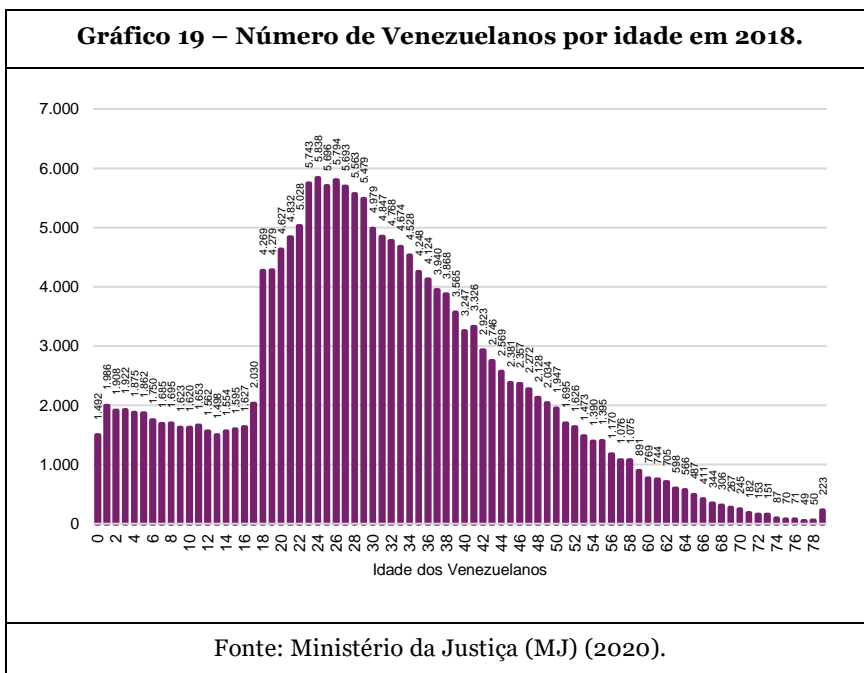
A partir do ano de 2018, novamente houve alteração na categorização dos registros migratórios feitos pela Polícia Federal, sendo as nomenclaturas de visita trânsito, solicitante de refúgio, visita turismo e excepcional utilizadas nos anos de 2018 e 2019, tendo as significações indicadas no anexo Classificações do STL.



O gênero feminino, mais uma vez, aproxima-se quanto ao número de migrantes, chegando a menor diferença entre os migrantes do gênero masculino e feminino. Nesse ano, o número de migrantes homens que registraram entrada em Roraima mais que dobrou, saindo de 40.928 em 2017 para 99.020 em 2018. Quanto as mulheres, os números de ingressos saíram de 28.964 para 84.470, ou seja, quase que triplicou (Gráfico 18):

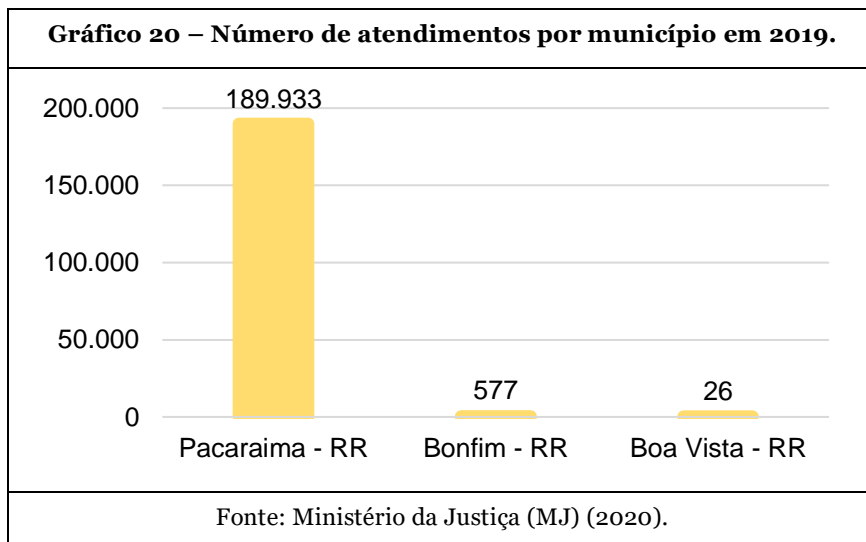


O perfil de ingresso de jovens permanece como no ano anterior, contudo, já visível um incremento no número de crianças, fato que fica ainda mais evidente no ano seguinte (Gráfico 19):

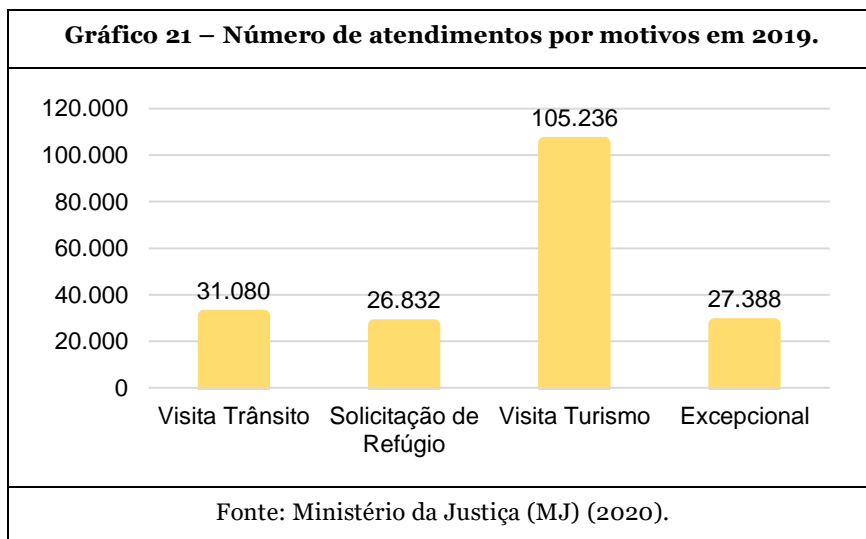


Apesar do gigantesco aumento do fluxo migratório em 2018, com um total de 183.265 atendimentos apenas em Pacaraima, em 2019 não foi diferente, com 189.933 atendimentos realizados pelo controle migratório da Delegacia da Polícia Federal do município. O posto de atendimento de Bonfim também teve substancial aumento, saindo de 258 atendimentos em 2018 para 577 atendimentos em 2019 (Gráfico 20):

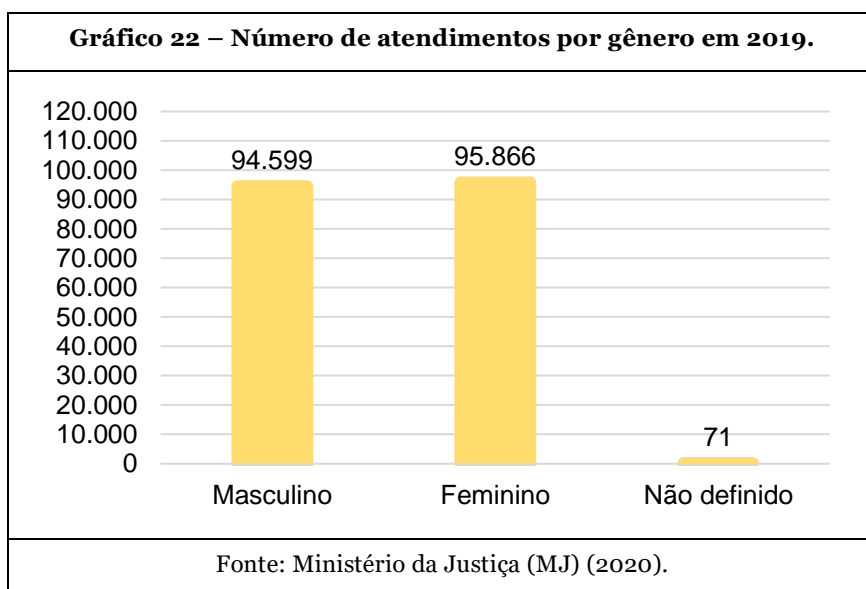
- **Análise ano de 2019**



Ainda mais sensível é o aumento das solicitações de refúgio, que chamam ao seu ápice com relação ao recorte temporal proposto, saindo de 14.785 em 2018 para 26.832 em 2019. Em contrapartida, há uma diminuição no número de registro de visita de turismo, que sai de 125.552 em 2018 para 105.236 em 2019. Apesar da redução de migrantes que se declaravam turistas, os números ainda são muito superiores ao período anterior da crise migratória, ou seja, distantes de qualquer normalidade (Gráfico 21):



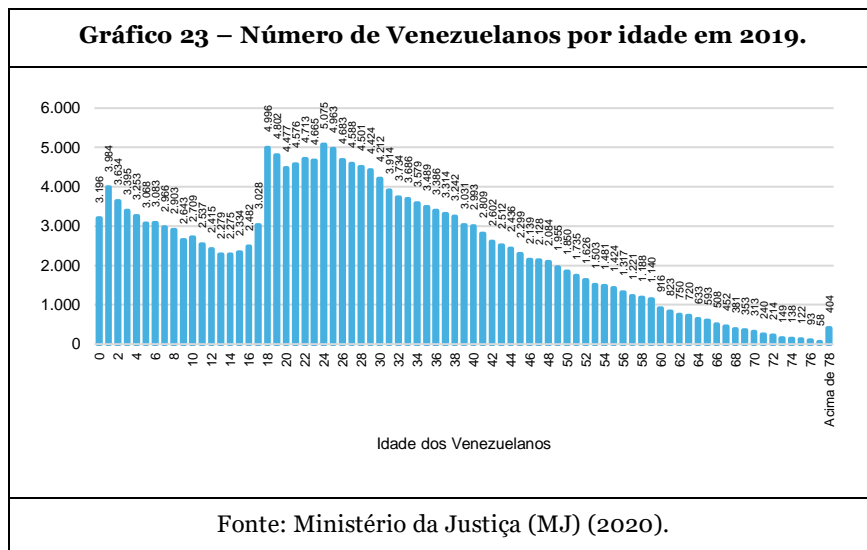
Observo que, em 2019, pela primeira vez, o número de ingresso de migrantes do gênero feminino ultrapassa os do gênero masculino. Foram atendidas 95.866 mulheres e 94.599 homens em 2019 (Gráfico 22):



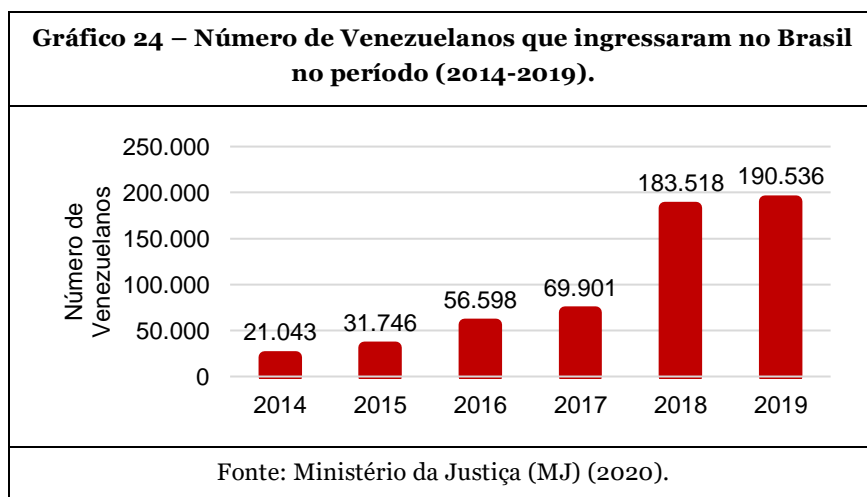
Outra importante informação obtida com os gráficos comparativos com relação a faixa etária dos migrantes, é que no ano de 2019 houve



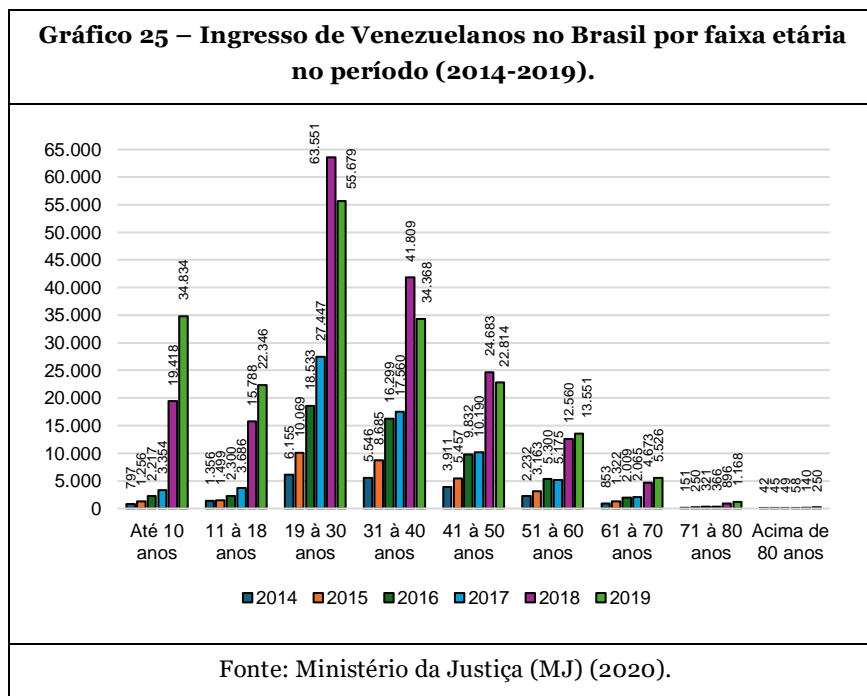
significativo aumento no número de crianças, tendência já percebida no gráfico etário de 2018 (Gráfico 23):



Acredito que esse fato esteja ligado ao número de mulheres terem ultrapassado o número de homens migrantes, muitas elas acompanhadas de seus filhos. Essas informações são fundamentais e indicam a necessidade do reforço e direcionamento das políticas públicas voltadas a proteção desses grupos vulneráveis, tanto as mulheres quanto às crianças e os adolescentes (Gráfico 24):



O gráfico acima mostra, comparativamente, o número de ingressos de venezuelanos, no período de 2014 a 2019, evidenciando que o maior fluxo foi observado nos anos de 2018 e 2019 (Gráfico 25):



Nesse gráfico, evidenciada a mudança do perfil etário dos migrantes, com especial destaque ao aumento do ingresso de crianças e adolescentes nos anos de 2018 e 2019.

Diante desses dados objetivos produzidos por fonte oficial, fica evidenciada a existência de um fenômeno migratório atípico, o qual denomino na pesquisa de crise migratória venezuelana, primeiro pressuposto da tese, com o qual passo a confrontar com o segundo pressuposto, que são no número de prisões em flagrante realizadas no município de Pacaraima no período de 2014 a 2019.

Antes disso, saliento que tão importante quanto às estatísticas aqui trazidas e analisadas, é o aporte teórico com o qual busco dialogar, fundamental para a análise das complexidades do problema proposto. Nesse contexto, necessário trazer os conceitos de aporofobia, xenofobia e estigma, que são tratados a seguir.

## 2.4 PADECEMOS DE APOROFOBIA?

Entendo ser fundamental esclarecer o conceito de aporofobia, que fora apontado por Adela Cortina (2020) em sua obra “Aporofobia: a aversão ao pobre. Um desafio para a democracia”. A autora destaca que existem dois tipos de estrangeiros. O estrangeiro do bem, o turista, que vem ocupar os hotéis, consumir os serviços e que traz um sentimento de satisfação pela sua presença, e os que são arrancados de seus lares pela guerra, pela fome e pela miséria. (Cortina, 2020, local 201).

O ambiente de discussão trazido pela autora é a Espanha, mas a constatação dessa realidade é inerente à condição humana e mundialmente constatada, tendo profundo impacto na percepção social com relação ao migrante venezuelano pobre, que ingressa no Brasil por meio de Pacaraima, e que se enquadra na segunda categoria descrita, ou seja, indesejável.

É nesse contexto que a autora destaca: “É o pobre que incomoda, o sem recursos, o desamparado, o que parece que não pode trazer nada de positivo ao PIB do país em que chega ou em que vive há muito tempo, o que, aparentemente, e pelo menos, não trará mais do que complicações”. (Cortina, 2020, local 222).

Ao trazer o conceito de aporofobia, Cortina (2020) não nega outros tão nocivos quanto, destacando:

Sem dúvidas, existem a xenofobia e o racismo, o receio perante o estrangeiro, perante as pessoas de outra raça, etnia e cultura, a prevenção frente ao diferente. Infelizmente, sua realidade está mais que comprovada com dados, assim, existem a misoginia, a cristianofobia, a islamofobia ou a homofobia.

Tão importante quanto trazer conceito de aporofobia, como bem destaca a autora, é a constatação de que precisamos dar nome as coisas, até para poder criticá-las, sejam elas parte da realidade social ou mundo físico. O mais estranho é que essa fobia não surge de “más experiências”. Quem despreza parte do conceito de “superioridade em relação ao outro, considera que seja etnia, raça, tendência sexual ou crença – seja religiosa ou atea – é superior e que, portanto, a rejeição ao outro está legitimada”

(Cortina, 2020, local 289). Uma segunda constatação necessária às nossas reflexões, também trazido pela autora, é que

[...] o pior de tudo é que são abundantes os partidos políticos que apostam no discurso xenofóbico como chave de identidade e como incentivo para ganhar votos. Infelizmente, isso dá bons resultados, sobretudo em épocas de crise, quando se valer de um bode expiatório é mais rentável para quem não tem nada de positivo a oferecer.” (Cortina, 2020, local 305).

O termo aporofobia é proposto pela autora em 1995, derivado do grego *áporos*, “termo para designar o pobre, o sem recursos”, sendo submetido para incorporação ao dicionário da língua espanhola em 2000 com a seguinte caracterização: “diz-se do ódio, da repugnância ou hostilidade ante o pobre, o sem recursos, o desamparado”. (Cortina, 2020, local 391).

Na obra, Cortina (2020), propõe a meu ver, de forma ambiciosa: “tentaremos oferecer um antídoto frente a essa chaga, que requer o concurso da educação formal e informal e a construção de instituições que caminhem nessa direção”. Passo então, apresentar o problema da realidade, ao relacionar algumas dessas propostas da autora supramencionada.

Uma primeira constatação é o fato de que “a chave do ódio reside em quem odeia, não no coletivo objeto do ódio. Partindo dessa premissa, afastamos falácias justificadoras do discurso de ódio, que buscam inverter esse polo, culpando o odiado e o indicando como fonte de onde surge o ódio”. (Glucksmann, 2007 *apud* Cortina, 2020, local 472). Quanto a isso, a autora propõe o combate pela tipificação dos crimes de ódio e discursos de ódio. O que caracteriza esse tipo de ódio é o fato de ser indiscriminado, contra um grupo. Em Roraima, esse ódio se materializa, por exemplo, quando do uso do termo *veneca*, utilizado como apelido indicativo da nacionalidade venezuelana, mas com caráter estigmatizante, xenofóbico e aporofóbico.

Afirmações de que os migrantes pobres vêm roubar nosso trabalho, aproveitam-se da seguridade social, ou mesmo são ligados a facções criminosas ou terrorismo, são também expressões dessa nefasta realidade. (Cortina, 2020, local 607).

Esse discurso de ódio apresenta três grandes características. A primeira é ser “monológico e não dialógico”. O outro não tem o direito de responder, é um objeto e não merece respeito algum. A segunda característica é o potencial dano. Falar é agir, sendo que “o discurso é uma ação diferente da agressão posterior e pode por si próprio causar dano. A terceira característica é “o fato de estabelecer uma relação de assimetria, de radical desigualdade entre ‘nós’ e ‘eles’, é algo que atenta contra os princípios mais básicos de um *êthos* democrático”. (Cortina, 2020, local 1012).

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016), no livro “Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro”, complementa o cenário no qual o venezuelano pobre passa a ser rejeitado, em maior ou menor intensidade, por sua língua, costumes e tradições. Na cidade fronteira de Pacaraima, no Brasil, e Santa Helena do Uairén, na Venezuela, há mútua tolerância linguística, sendo o chamado portunhol, uma tentativa de comunicação que mistura a língua portuguesa e a espanhola, prática corriqueira e exercitada com tolerância mútua, suficiente para a realização do entendimento mútuo e integração. Contudo, quando populações mais interiorizadas da Venezuela cruzam a fronteira, a dificuldade linguística se apresenta como obstáculo para compreensão do português e, consequentemente, integração à nova comunidade no Brasil.

Outros fatores de estranhamento são os costumes e tradições diversas, que reforçam a ideia do diferente, não sendo incomum críticas à suposta falta de higiene pessoal ou no preparo dos alimentos, como se essas características não fossem comuns às pessoas em situação de vulnerabilidade social, independentemente de sua nacionalidade.

O estrangeiro, o estranho tendem a ser visto com suspeita, pois seus comportamentos, atitudes, códigos de valores não obedecem às mesmas regras que definem aquela cultura que o está recepcionando. Até mesmo seu corpo pode ser completamente diferente dos corpos daquele agrupamento humano em que está ingressando. A xenofobia tende, assim, a ser uma maneira de expressão dos choques culturais pelo encontro de grupos e culturas humanas distintas. (Albuquerque Júnior, 2026, p. 09).

A ideia xenofóbica de inferioridade do estrangeiro também se estende ao espaço no território nacional por ele ocupado. Lugares que ganham a pecha de perigosos, sujos e que devem ser evitados a todo custo por haver ameaça constante do crime e contaminação.

Lugares de aglomeração, de frequentação, de encontros de estrangeiros são alvo de perseguição policial, de denúncia de vizinhos, de violência por parte de grupos organizados, racistas e xenofóbicos. Esses lugares são tomados como se fossem um foco de contaminação, lugares que seriam uma espécie de sujeira na cidade, lugares de imundície, lugares fétidos, por aglomerarem corpos, secreções corporais, hálitos e cheiros provenientes de corpos sujos, impuros, abjetos, os quais se devota repulsa, nojo e aversão.” (Albuquerque Junior, 2016, p. 71)

Outro fator constatado é que os indígenas em Roraima, antes da crise migratória, apesar de não estrangeiros, ocupavam o papel central de marginalizados e discriminados, não havendo dúvida de que as barreiras linguísticas e culturais são elementos que colaboram para que os indígenas, assim como os venezuelanos migrantes pobres, sejam objetos de manifestações de repulsa e aversão. Ainda hoje, como ao longo da história, os indígenas nacionais sofrem com o preconceito, mas o protagonismo, nesse momento, pertence ao migrante venezuelano, duplamente discriminados, pois alguns deles além de estrangeiros são também indígenas.

A exploração abusiva da mão de obra do imigrante é outra manifestação de xenofobia, “podendo ser submetido, inclusive, a situações de trabalho análogas à de escravo” (Albuquerque Júnior, 2016, p. 90). Além de explorar a mão de obra do migrante, o explorador muitas vezes se vale do discurso de que tem a intenção de ajudar, mas não contrataria nacional nas mesmas condições de abuso. Além de explorados, os migrantes ainda são rechaçados pelos demais trabalhadores nacionais que os consideram como “predadores dos empregos e dos recursos dos países em que chegam” (Albuquerque Júnior, 2016, p. 94).

A xenofobia é também um sentimento, exteriorizado por atos, palavras ou expressões corporais, e como tal, “o sentimento de xenofobia está intimamente ligado ao tipo de educação que recebemos, seja a educação dos sentidos, das emoções, dos sentimentos, seja da educação conceitual e cognitiva.” (Albuquerque Júnior, 2016, p. 170)

Diante dessa realidade, cabe a todos, no âmbito das famílias, sociedade e instituições o combate a xenofobia. Infelizmente, os meios de comunicação de massa, em especial os programas policiaiscos, discursos de agentes públicos e políticos, além das redes sociais, fazem reverberar palavras de ódio criminalizando os migrantes, como já visto no presente trabalho. A consciência dessa realidade é o primeiro passo para mudança de rumo, necessária para melhor combater mais essa forma de preconceito.

Outro conceito que não pode deixar de ser trazido para à reflexão, é o conceito de estigma. Quanto ao tema, Erving Goffman (2022), em sua obra *“Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”*. Lembra a origem do termo, afirmando que

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou de mau sobre o status moral de que os apresentava. Os sinais eram feitos por cortes ou fogo no corpo e avisaram que o portador era um escravo, um criminoso ou um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. (Goffman, 2022, p. 11)

Outra distinção que o autor traz, é quanto aos tipos de estigmas, notadamente três: o primeiro relacionado a abominações do corpo, ou deformidades físicas, o segundo ligado ao caráter individual, como desonestidade, o terceiro é referente aos estigmas tribais de raça, nação e religião. (Goffman, 2022, p. 14). Ao trazermos o conceito para o migrante venezuelano, estereotipando-o como perigoso, vemos presente as duas últimas classificações.

Umberto Eco (2020), em sua obra *Migração e intolerância*, faz a seguinte distinção entre imigração e migração. Para o autor, haverá:

[...] imigração quando alguns indivíduos (mesmo muitos, mas em medida estatisticamente irrelevante em relação à cepa original) transferem-se de um país para outro (como os italianos ou irlandeses na América, ou os turcos na Alemanha). Os fenômenos de imigração podem ser controlados politicamente, limitados, encorajados, programados ou aceitos. Não acontece da mesma maneira com as migrações. Violentas ou pacíficas, são como fenômenos naturais: acontecem e ninguém pode controlá-los. Temos ‘migração’ quando um povo inteiro, pouco a

pouco, desloca-se de um território para outro. (Eco, 2020, p. 20-24)

Outra distinção feita pelo autor é que na imigração o imigrante “aceita em grande parte os costumes do país para o qual imigram, temos ‘migração’ quando os migrantes (que ninguém pode prender nas fronteiras) transformam radicalmente a cultura do território para o qual migram” (Eco, 2020, p. 26).

Algumas características da migração venezuelana se adequam aos conceitos trazidos, inclusive no que se refere a política de interiorização do migrante, para diversos Estados brasileiros, trazendo um elemento a mais para permanência definitiva dos migrantes e sua consequente influência cultural no território onde passam a habitar.

Quanto a intolerância contra os migrantes, o autor destaca que:

A intolerância em relação ao diferente ou ao desconhecido é natural na criança, tanto quanto o instinto de se apossar de tudo o que deseja. A criança é educada para a tolerância, pouco a pouco, assim como é educada para o respeito à propriedade alheia – antes mesmo do controle do próprio esfíncter. Infelizmente, se todos chegam ao controle do próprio corpo, a tolerância permanece um problema de educação permanente dos adultos, pois na vida cotidiana estamos sempre expostos ao trauma da diferença. (Eco, 2020, p. 43)

Os discursos de ódio alimentam essa intolerância, descrita como parte da natureza humana, e a educação, mais uma vez, torna-se ferramenta de combate e desafio individual e coletivo durante toda a vida humana. Exemplificando esse conceito, o autor traz o seguinte exemplo:

A intolerância selvagem baseia-se num curto-circuito categorial que posteriormente pode ser emprestado a qualquer doutrina racista: se algum entre os albaneses que entraram na Itália no ano passado tornaram-se ladrões ou prostitutas (e é verdade), todos os albaneses seriam então, ladrões e prostitutas. (Eco, 2020, p. 43)

O exemplo de raciocínio trazido pelo autor, um evidente falso silogismo, encontra guarida em sentimentos humanos e, mesmo divorciado de uma lógica racional, repercutem na intolerância. Isso é o que ocorre de fato com o migrante venezuelano pobre, adequando o exemplo a realidade brasileira na fronteira com a Venezuela.



Zygmunt Bauman (2017), em sua obra *Estranhos à nossa porta*, traz esses sentimentos explicitados sob o conceito de pânico moral, que “significa um sentimento de medo compartilhado por grande número de pessoas de que algum mal está ameaçando o bem-estar da sociedade” (Bauman, 2017, p. 08). Esse medo, no caso da migração, seria causado por pessoas redundantes ou localmente indesejáveis.

O uso político dessa realidade não se atém ao aspecto meramente retórico, pois de um lado, quanto mais mão de obra, mais barato o trabalho pago pelos interesses do mercado, do qual grande parte dos políticos são instrumento, por outro lado, esse discurso não pode ser defendido abertamente pois, a maior competição de mercado o torna impopular junto aos eleitores, também trabalhadores. Essa realidade é descrita como “um estado mental politicamente explosivo – com políticos oscilando com dificuldade entre os desejos incompatíveis de satisfazer seus amos detentores de capital e aplacar o medo dos eleitores” (Bauman, 2017, p. 10).

Isso ajuda muito a explicar a coincidência da recente migração em massa com o crescente sucesso da xenofobia, do racismo e da variedade chauvinista de nacionalismo; e o sucesso eleitoral, ao mesmo tempo espantoso e inédito, de partidos e movimentos xenofóbicos, racistas e chauvinistas e de seus belicosos líderes. (Bauman, 2017, p. 18)

Constatações como esta, ajudam a afastar um dos primeiros obstáculos a superação dessa alienação mútua, que é a recusa do diálogo. (Balman, 2017, p. 24). A intolerância política reflete grandemente na violência, pois de um lado o povo pressiona para implementação de mais dispositivos de segurança, do outro os governos têm mais liberdade para “agir como achar necessário – não importa quão desagradáveis ou francamente repugnantes e odiosas possam ser as ações que eles escolham”. (Bauman, 2017, p. 28). Essa prática se torna um ciclo vicioso, não havendo interesse na solução do problema por parte dos grupos políticos beneficiados por ele. Dentro dessa lógica, é necessário estimular um alerta constante, contra o inimigo da vez, de modo a tirar o foco sobre os problemas resultado de questões estruturais das quais, muitas vezes, não se pretende discutir ou resolver.

# 3.

**DA APURAÇÃO E ANÁLISE  
DE DADOS DOS AUTOS DE  
PRISÃO EM FLAGRANTE DA  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL  
DE PACARAIMA NO PERÍODO  
DE 2014 A 2019**

**N**o capítulo 3, passo a explicitar os motivos pelo qual a Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima foi escolhida para análise das prisões em flagrante no período de 2014 a 2019. Digno de nota, é o fato desses registros policiais, à época, eram feitos quase que integralmente em livros tombos manuscritos, o que demandou esforços especiais para coleta dos referidos dados e produção dos gráficos que ora são apresentados.

### **3.1 POR QUE ESCOLHER A DELEGACIA DE PACARAIMA PARA ANÁLISE?**

Nos termos do art. 144, §4º, da Constituição Federal de 1988, as Polícias Cíveis estaduais têm a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais afetas a justiça estadual, exceto as militares. Essa atribuição é residual, ou seja, exceto os crimes militares e os atribuídos a Polícia Federal, nos termos do §1º do mesmo artigo, cabe a polícia civil a apuração de todos os demais eventos criminosos, com a adoção das providências necessárias para coleta da materialidade, indícios de autoria, e esclarecimentos dos fatos e circunstâncias de todo o ocorrido, além da função de polícia judiciária estadual.

Apesar de Pacaraima ser um município de fronteira, não são os crimes típicos de fronteira, como contrabando, descaminho e até mesmo o tráfico internacional de drogas e armas, que causam comoção na comunidade local. São os furtos, grandes ou pequenos, os arrombamentos e os crimes violentos que geram a sensação de insegurança e, por vezes, revolta. Esses delitos, geralmente, são apurados pela polícia civil. As ditas ações criminosas, foram a causa principal da mudança na percepção e relação entre a comunidade local e o migrante venezuelano, como será demonstrado nos próximos capítulos.

Por esse motivo, importante trazer para análise os dados relacionados aos autos de prisão em flagrante lavrados pela Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima. A escolha pelos dados relacionados aos flagrantes se deve ao fato de possibilitar a identificação do autor por nacionalidade, gênero e tipo de crime atribuído na esfera policial. Essa característica não ocorre com os dados de registro como os Boletins de Ocorrência, que na maior parte das vezes indicam apenas o fato criminoso, não sendo indicada sua autoria, o que impede a análise comparativa por nacionalidade, uma das propostas da pesquisa.

Outro fator digno de registro é o fato da Delegacia de Pacaraima também ter a atribuição de apuração de infrações penais ocorridas nos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Amajari, mas até pelo fato da estrutura física ser localizada em Pacaraima, e as sedes dos municípios de Uiramutã e Amajari não serem próximos a fronteira com a Venezuela, não foram tão afetados quanto Pacaraima com relação a crise migratória. Além disso, a distância e as más condições das estradas se tornam fator prejudicial a uma maior atuação da polícia civil, tanto no Uiramutã, quanto no Amajari.

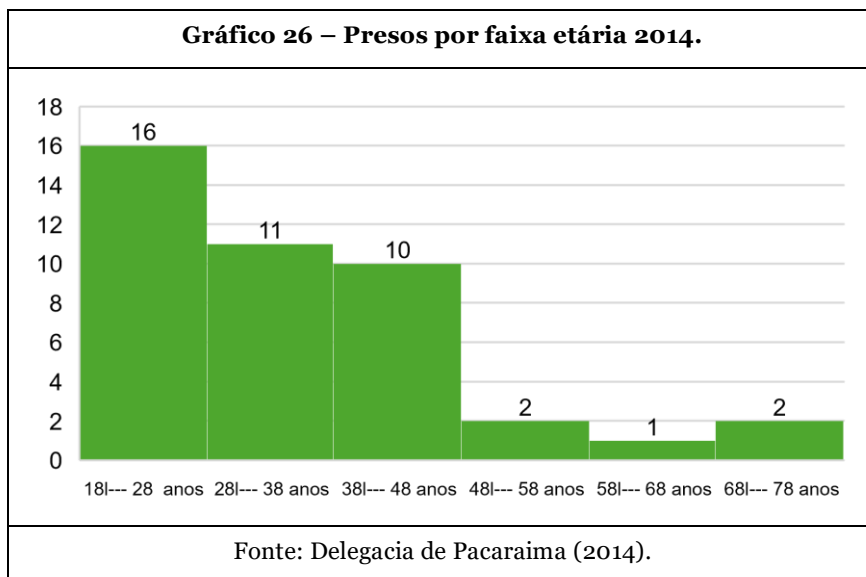
### **3.2 O PERFIL DOS INFRATORES QUANTO À NACIONALIDADE, GÊNERO, IDADE E TIPOS DE CRIME (VIOLENTOS OU NÃO VIOLENTOS) NOS AUTOS DE PRISÕES EM FLAGRANTE LAVRADOS NA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PACARAIMA NO PERÍODO DE 2014 A 2019**

Os dados trazidos abaixo foram coletados diretamente na Delegacia de Pacaraima, no período de 30 dias, de 03 de novembro de 2020 a 02 de dezembro de 2020, quando respondi pela titularidade da unidade em substituição à licença da Delegada local, por meio da Portaria 941/2020/DG/PCRR, como já descrito no tópico do caminho per corrido para a tese. Assim, com autorização da Delegacia Geral de Polícia e boa vontade dos servidores da unidade, foi possível a coleta e tabulação dos dados que, uma vez recebidos, foram organizados por ano, nacionalidade do infrator, gênero e tipo de crime praticado.

Nesse momento, o objetivo principal é: a) verificar eventual aumento no número de prisões em flagrante, observado ano a ano, no período de 2014 a 2019; b) identificar a nacionalidade dos infratores presos e comparar o número de brasileiros, venezuelanos e outras nacionalidades; c) indicar os tipos de crime praticados (violentos ou não violentos) e d) demonstrar o gênero dos infratores presos.

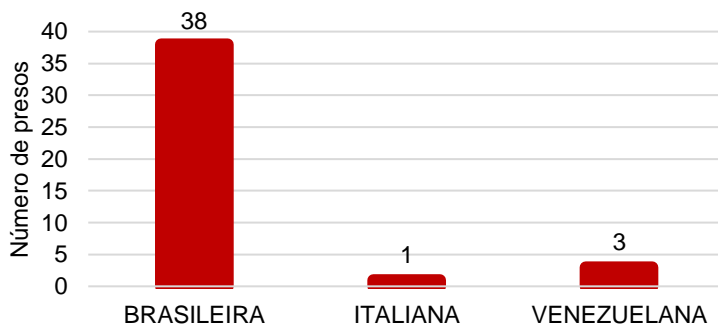
### 3.2.1 Ano de 2014

O ano de 2014 sendo considerado anterior ao período da crise migratória, servirá como base indicativa de normalidade, pois até esse momento, não havia sido gerada comoção social por uma sensação coletiva de insegurança. Passo a apresentar, ano a ano, os números de presos: por idade, por nacionalidade, por gênero e tipo de crime praticado.



No ano de 2014, período anterior à crise migratória, quase a totalidade dos infratores presos contavam com idade entre 18 e 48 anos (Gráfico 26):

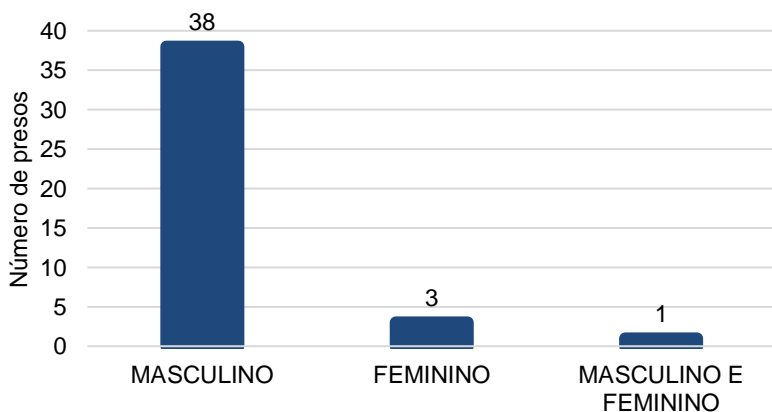
**Gráfico 27 – Presos por nacionalidade em 2014. 40 35 Número de presos 30 25 20 15 10 0 5 38 1 BRASILEIRA ITALIANA 3 VENEZUELANA** Fonte: Delegacia de Pacaraima (2014).



Fonte: Delegacia de Pacaraima (2014).

Desses, 38 brasileiros, um italiano e apenas três venezuelanos. Esse fato demonstra que no período anterior à crise migratória, a maior parte das prisões em flagrante lavradas pela delegacia de Pacaraima era contra brasileiros (Gráfico 27):

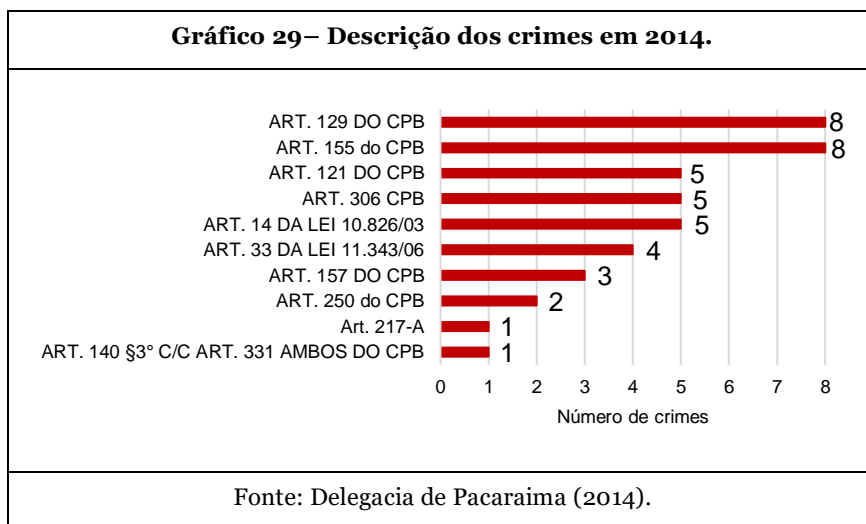
**Gráfico 28 – Presos por gênero em 2014.**



Fonte: Delegacia de Pacaraima (2014).

Quanto ao gênero, foram 38 homens e apenas três praticado apenas mulheres no ano de 2014. Em apenas um caso, houve participação

tanto de homens quanto de mulheres. Quanto aos tipos de crimes praticados, mesmo sendo poucos se considera o dado ser anual, há prevalência de lesões corporais, furtos e homicídios, seguidos de crimes de trânsito, posse de droga para uso e tráfico de entorpecente e homicídio (Gráfico 28):

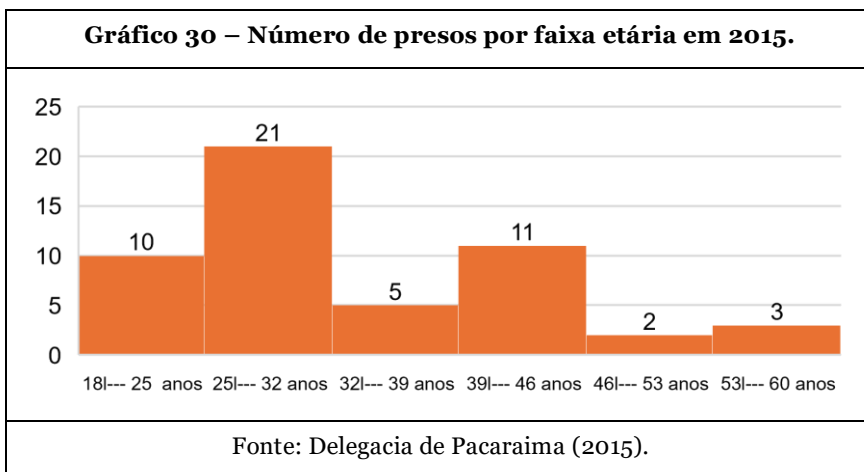


Quanto aos tipos de crimes praticados, mesmo sendo poucos se considera o dado ser anual, há prevalência de lesões corporais (art. 129, do CP), furtos (art. 155, do CP) e homicídios (art. 121, do CP), seguidos de crimes de trânsito (art. 306, do CTB), posse de droga para uso e tráfico de entorpecente (Lei 11.343/2006) e homicídio (art. 121, do CP).

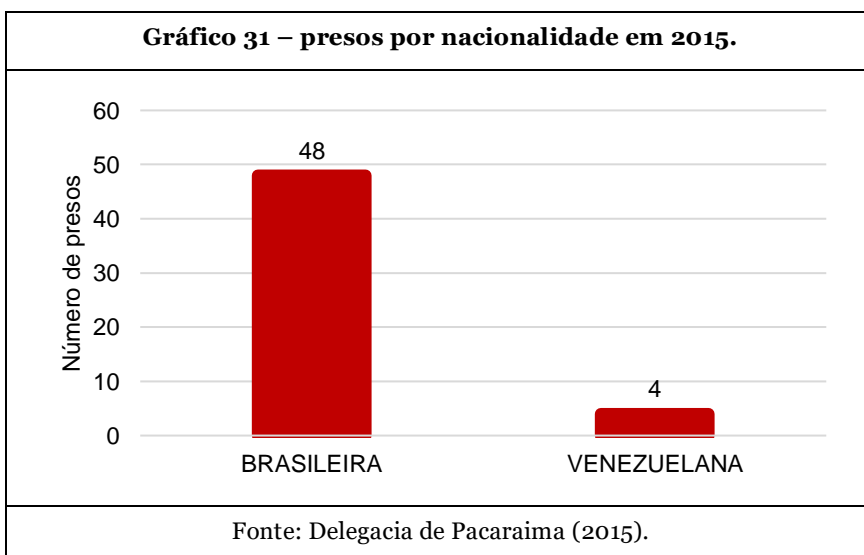
As lesões corporais são geralmente relacionadas a brigas e, assim como a embriaguez ao volante, são comumente observadas na rotina policial de todo o Estado, em especial nos finais de semana. Os que necessitam melhor análise, que tem relação com o objeto de estudo, inclusive para fins de comparação, são os furtos ou receptações, que são crimes contra o patrimônio sem violência ou grave ameaça, os roubos, são crimes contra o patrimônio com violência ou grave ameaça, os homicídios são crimes dolosos contra a vida e o tráfico de drogas.

### 3.2.2 Ano de 2015

O ano de 2015 começou o fluxo migratório, ainda que moderado. Assim, apresento os dados referentes ao número de presos, suas idades, gênero e tipos de crimes cometidos.

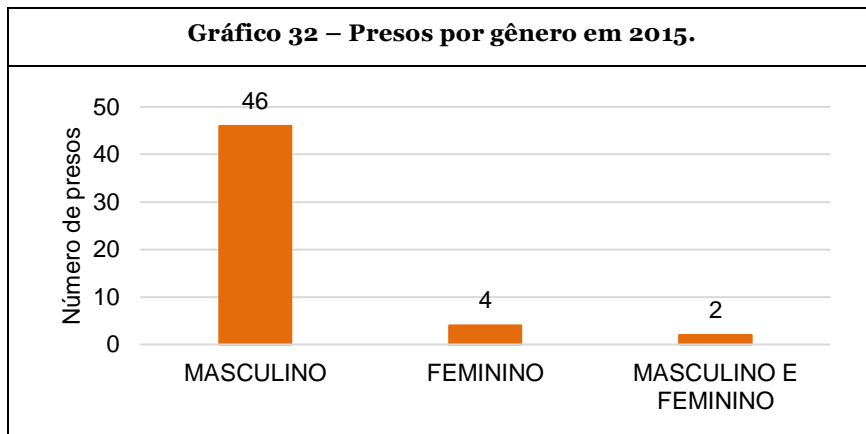


Com relação a faixa etária houve mudança, pois em 2014 a maior parte dos flagrantes foram lavrados contra jovens de 18 a 28 anos, enquanto em 2015 a prevalência de prisões aumentou para jovens de 25 a 32 anos (Gráfico 30):



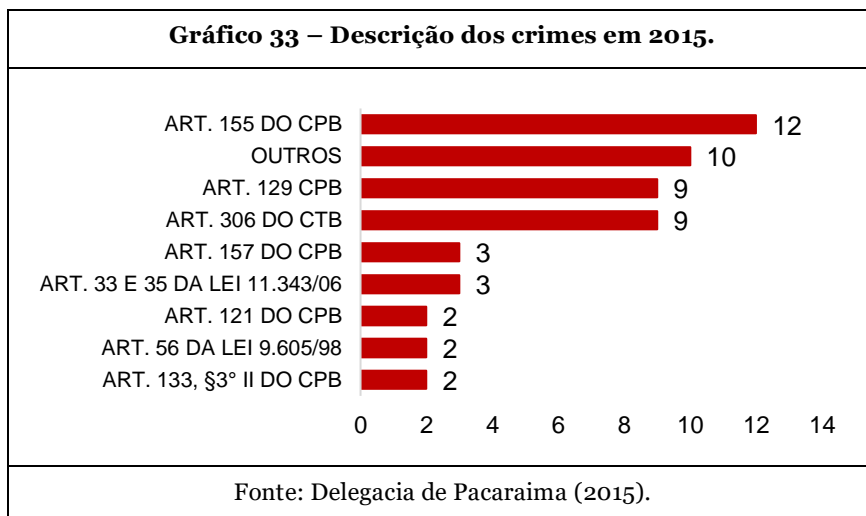


Quanto a nacionalidade, em 2014 foram 38 brasileiros presos, já em 2015 esse número subiu para 48. O mesmo não ocorreu quanto a prisão de venezuelanos, que em 2014 foram 3 presos e em 2015 foi para 4 presos (Gráfico 31):



Fonte: Delegacia de Pacaraima (2015).

Da mesma forma quanto ao gênero, permanece a prevalência de homens, no total de 46, sendo apenas 04 crimes praticados apenas por mulheres e 02 com participação de homens e mulheres (Gráfico 32):

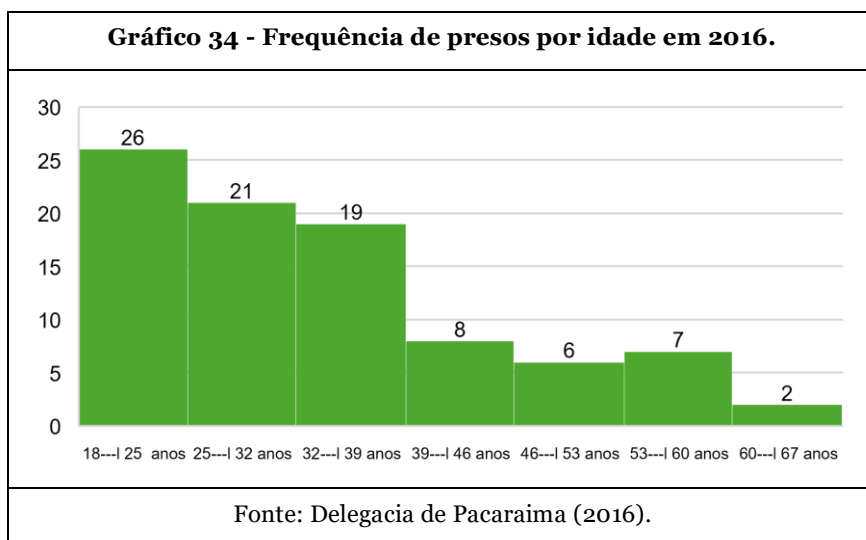


Fonte: Delegacia de Pacaraima (2015).

Quanto aos tipos de crimes, em especial os comparativos dos crimes contra o patrimônio sem violência, com violência, homicídios e tráfico de drogas, nota-se que: os flagrantes de furto aumentaram de 08 em 2014 para 12 em 2015. Os roubos se mantiveram em 3 flagrantes lavrados, tanto em 2014 quanto em 2015, os homicídios reduziram de 05 flagrantes em 2014 para 2 em 2015 e, por fim, os flagrantes de tráfico, que foram 4 em 2014, reduziram para 3 em 2015 (Gráfico 33).

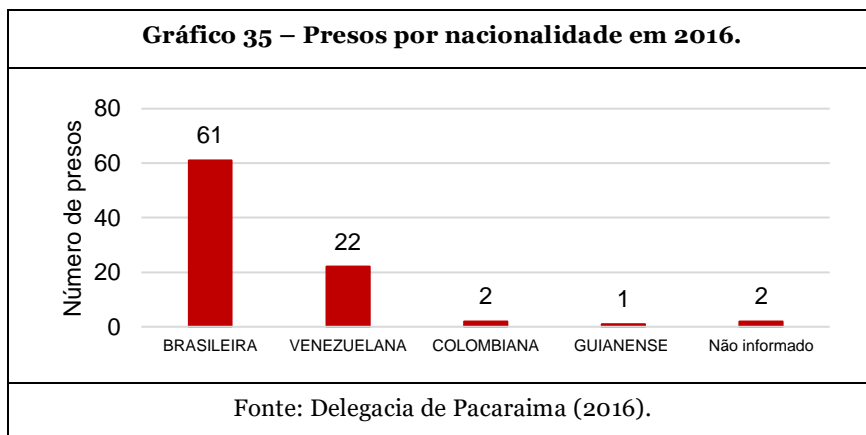
### 3.2.3 Ano de 2016

O ano de 2016 já entra no contexto do aumento do fluxo migratório. A partir de então, passo a verificar como esse aumento populacional repercutiu no número de prisões em flagrante lavrados na Delegacia de Pacaraima.



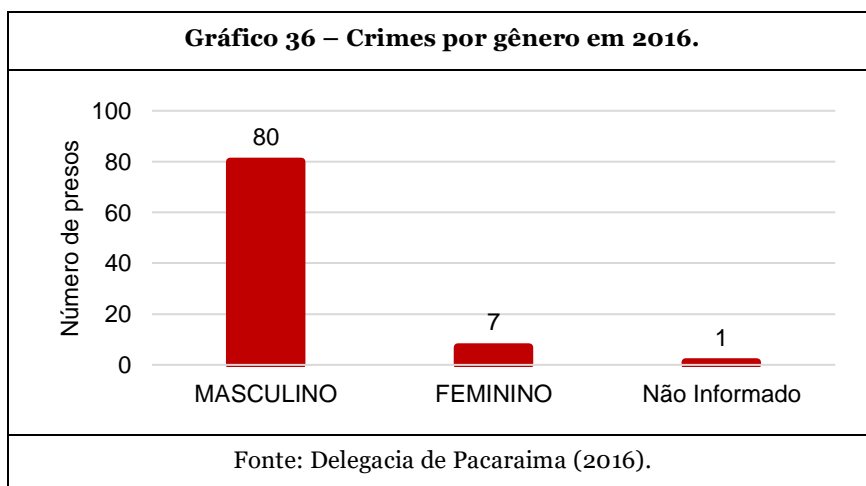
No ano de 2016 houve redução do perfil etário dos presos em flagrante em Pacaraima, pois em 2015 a maior parte dos presos tinha de 25 a 32 anos, já em 2016 a prevalência foi de presos entre 18 e 25 anos (Gráfico 34):

Quanto ao número de prisões por nacionalidade, houve significativo aumento na prisão de brasileiros, que saiu de 48 em 2015 para 61 em 2016, da mesma forma houve aumento na prisão de venezuelanos, que saiu de 04 em 2015 para 22 em 2016.

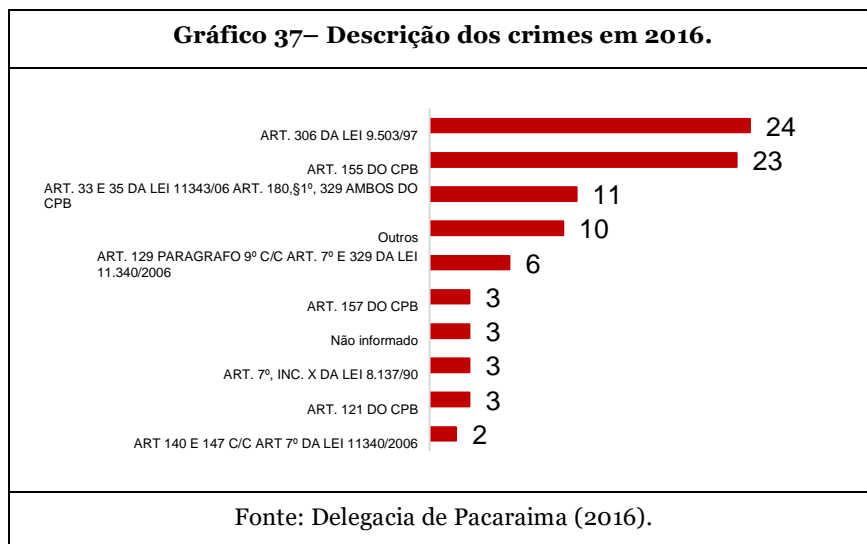


Outras nacionalidades aparecem no gráfico a título de informação, constando duas prisões de colombianos, uma prisão de guianense e duas pessoas foram presas sem indicação da nacionalidade.

A partir de 2016, então, passamos a ter um aumento sensível no número de prisões de brasileiros, devendo esse fato ter relação com a crise migratória. Contudo, também houve aumento significativo no número de presos brasileiros em flagrante, não afetados diretamente pela crise migratória, o que indica a existência de outros fatores que levaram a prática do crime por eles (Gráfico 35):



Os homens continuam sendo a maior parte dos presos, saltando de 46 em 2015 para 80 em 2016. Quanto as mulheres, houve o incremento de 4 prisões em 2015 para 07 em 2016 (Gráfico 36):

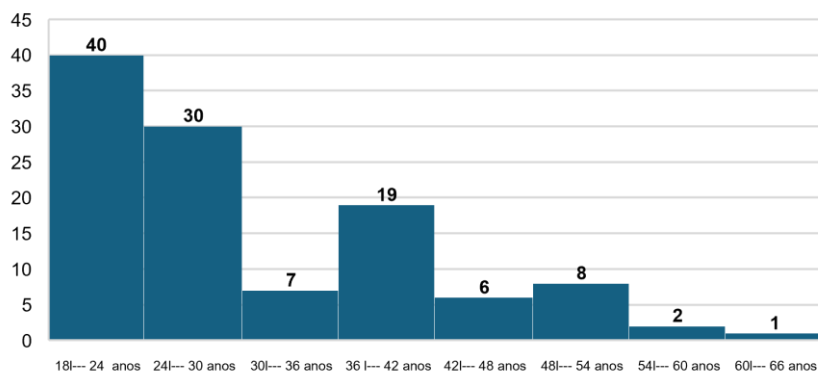


Quanto aos tipos de crimes, em especial os comparativos dos crimes contra o patrimônio sem violência, com violência, homicídios e tráfico de drogas, nota-se que: os flagrantes de furto dobraram de 12 em 2015 para 24 em 2016. Os roubos se mantiveram em 3 flagrantes lavrados, tanto em 2015 quanto em 2016, os flagrantes de homicídios subiram de 02 em 2015 para 03 em 2016 e, por fim, os flagrantes de tráfico, por sua vez, foram o que mais crescera, saindo de 3 em 2015 para 11 em 2016 (Gráfico 37).

### 3.2.4 Ano de 2017

Em 2017 já estava evidenciada a crise migratória, com grande fluxo de migrantes cruzando a fronteira. Assim, seguimos nas análises com relação ao número de pessoas presas em flagrante em Pacaraima por faixa etária, nacionalidade, gênero e tipos de crimes.

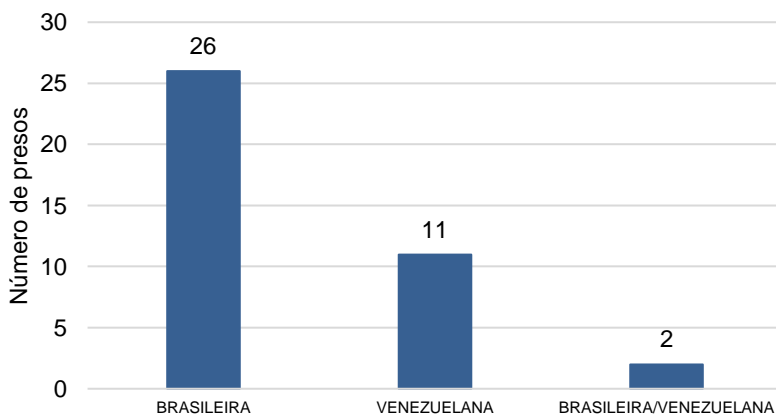
**Gráfico 38 – Número de crimes praticados por faixa etária em 2017.**



Fonte: Delegacia de Pacaraima (2017).

A faixa etária dos presos em 2017 se manteve, como em 2016, com prevalência entre 28 e 24 anos (Gráfico 38):

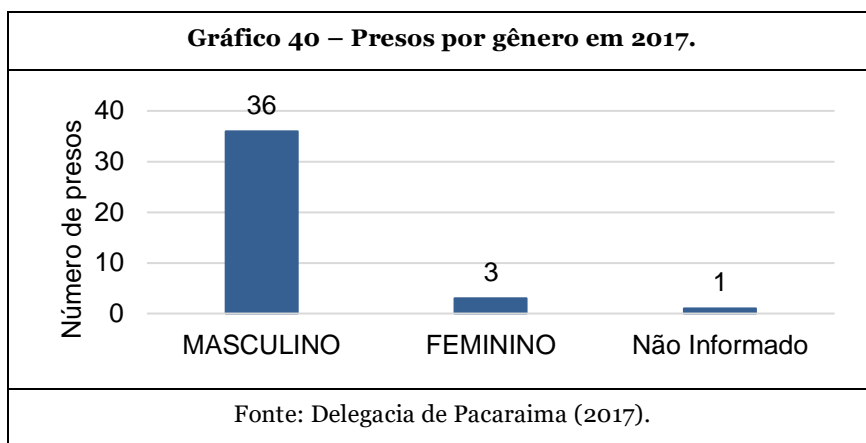
**Gráfico 39 – Presos por nacionalidade em 2017.**



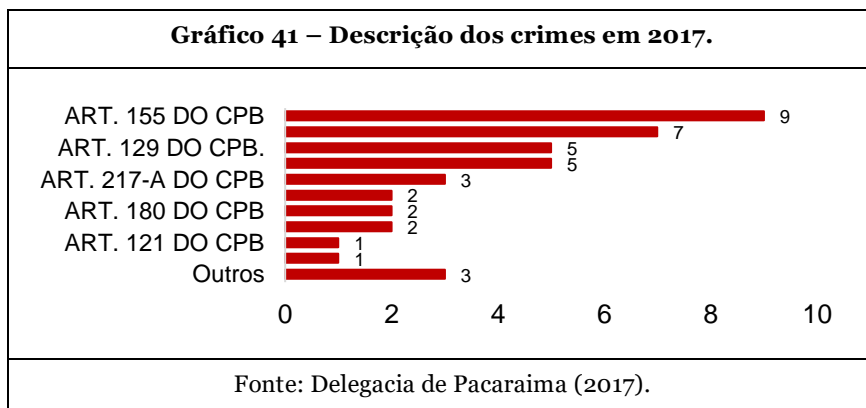
Fonte: Delegacia de Pacaraima (2017).

Quanto a nacionalidade, houve redução significativa no número de prisões de brasileiros, caindo de 61 em 2016 para 26 em 2017, e de 22 venezuelanos presos em 2016 para apenas 11 em 2017.

Essa redução no número de presos, conforme entrevistas realizadas, foi artificial, pois no início da crise migratória, em casos de crime famélico, ou seja, de *itens* de pequeno valor para fins de alimentação, a polícia civil, muitas vezes, deixava de lavrar auto de prisão em flagrantes, fundamentando a decisão na atipicidade da conduta. Com o aumento dos casos desses tipos de crimes, que passaram a ser cometidos por meio de arrastões, maior comoção social, esse entendimento mudou, resultaram em maior rigor por parte da autoridade policial, como será observado nos anos posteriores (Gráfico 39):



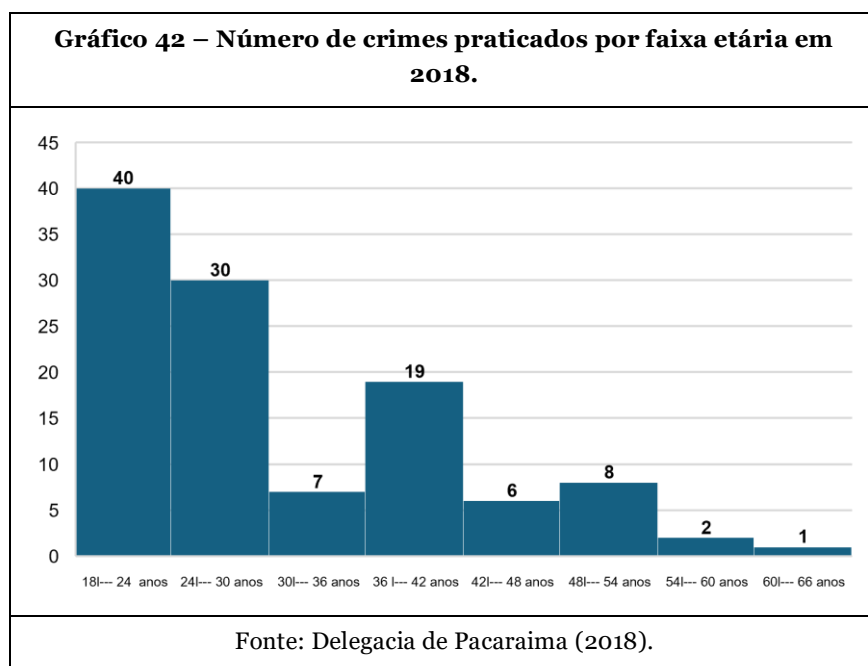
A prevalência de homens presos permanece inalterada em todos os cenários, contudo, também houve significativa redução de 80 homens presos em 2016 para 36 em 2017, também havendo redução na prisão de mulheres, caindo de 07 prisões em 2016 para três em 2017 (Gráfico 40):



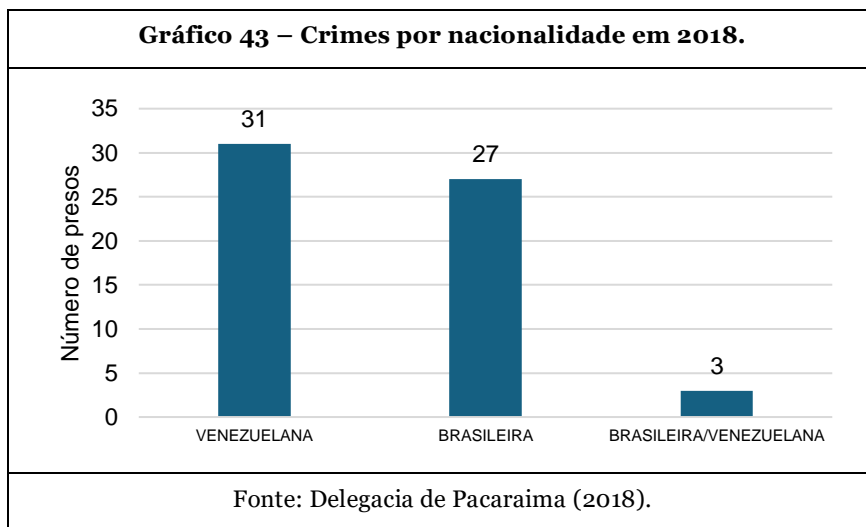
Quanto aos tipos de crimes, em especial os comparativos dos crimes contra o patrimônio sem violência, com violência, homicídios e tráfico de drogas, nota-se que: os flagrantes de furto reduziram de 23 em 2016 para 09 em 2017. Os roubos também reduziram de 3 flagrantes lavrados em 2016, para 01 em 2017, os flagrantes de homicídios reduziram de 03 em 2016 para apenas 01 em 2017 e, por fim, os flagrantes de tráfico foram de 11 em 2016, também reduzindo para 5 em 2017 (Gráfico 41).

### 3.2.5 Ano de 2018

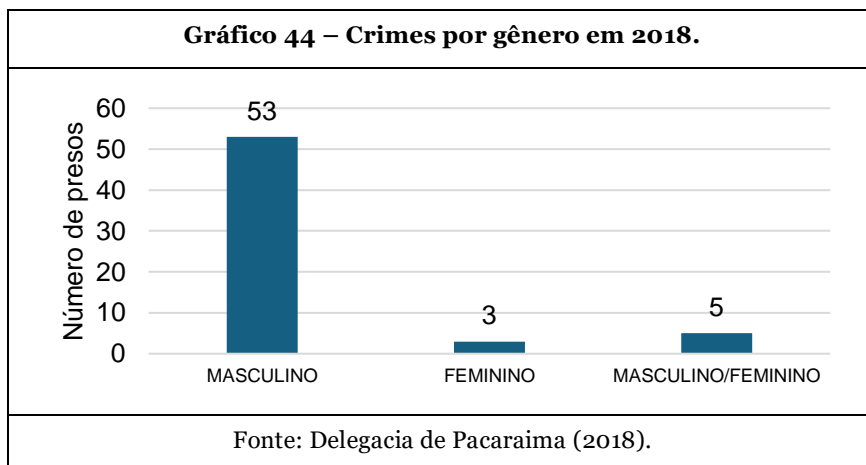
O ano de 2018 foi um ano de grande fluxo migratório na região da fronteira de Pacaraima, como visto no capítulo anterior. Então apresento os números relacionados às prisões em flagrantes do referido ano.



No ano de 2018, mais uma vez, foi mantido o perfil etário dos presos, prevalecendo a prisão de pessoas entre 18 e 24 anos (Gráfico 42):

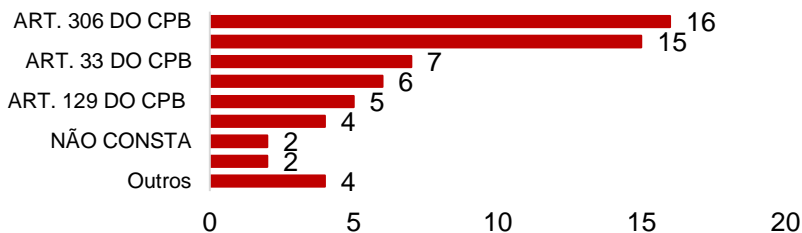


Contudo, pela primeira vez, o número de crimes praticados por venezuelanos ultrapassa o número de crimes praticados por brasileiros. Em 2017 foram 11 presos venezuelanos, já em 2018 esse número subiu para 31 presos venezuelanos. O número de brasileiros presos em 2017 praticamente se manteve, pois foram 26 presos em 2017 e 27 presos em 2018 (Gráfico 43):



Com relação ao gênero, os homens continuam sendo a maior parte dos presos (Gráfico 44):



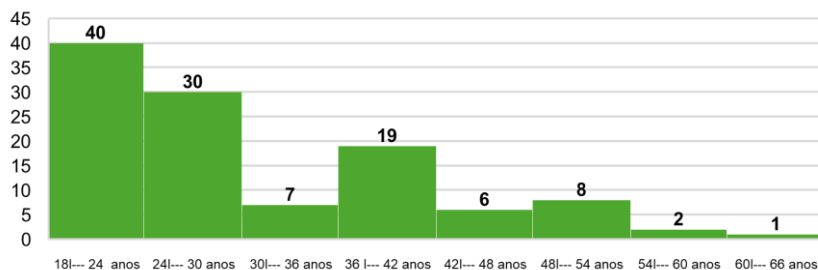
**Gráfico 45 – Descrição dos crimes em 2018.**

Fonte: Delegacia de Pacaraima (2018).

Quanto aos tipos de crime, em especial os comparativos dos crimes contra o patrimônio sem violência, com violência, homicídios e tráfico de drogas, nota-se que: os flagrantes de furto dispararam novamente, de 09 em 2017 para 16 em 2018. O roubo saiu de 01 flagrante lavrado em 2017 para 06 flagrantes em 2018, os homicídios saíram de 1 em 2017 para 04 em 2018 e, por fim, os flagrantes de tráfico foram 5 em 2017 e aumentaram para 7 em 2018 (Gráfico 45).

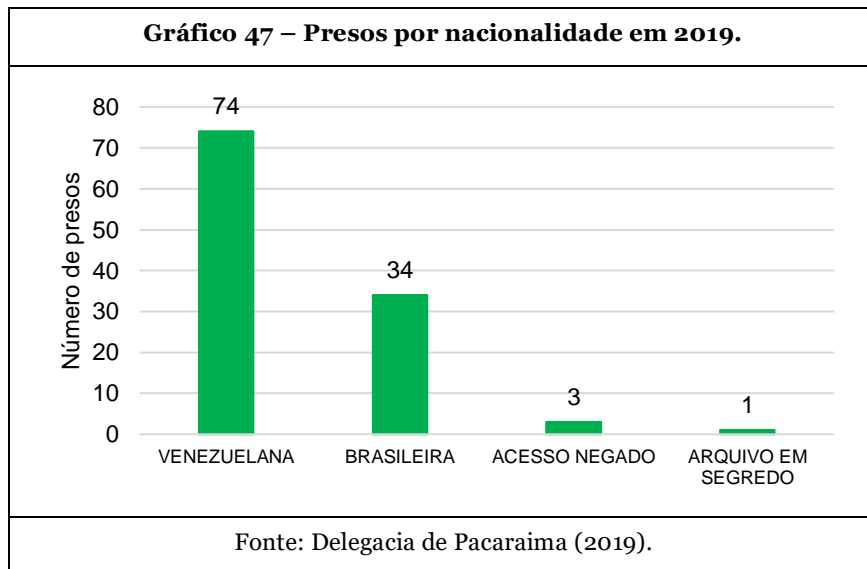
### 3.2.6 Ano de 2019

O ano de 2019, dentro do recorte temporal da pesquisa, foi o ano com maior fluxo de migrantes ingressando no Brasil por Pacaraima. Vamos com isso, os reflexos no número de flagrantes lavrados pela delegacia de Pacaraima.

**Gráfico 46 – Número de presos por faixa etária em 2019.**

Fonte: Delegacia de Pacaraima (2019).

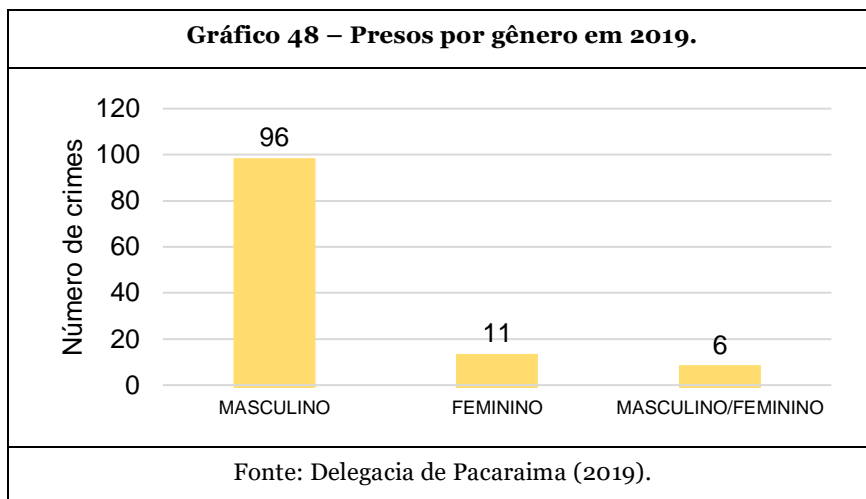
Em 2019, último ano do recorte temporal observado, não apresenta alteração quanto a faixa etária dos autores dos crimes que resultaram prisões em flagrante, sendo que prevalecem as pessoas com idades entre 18 e 24 anos (Gráfico 46):



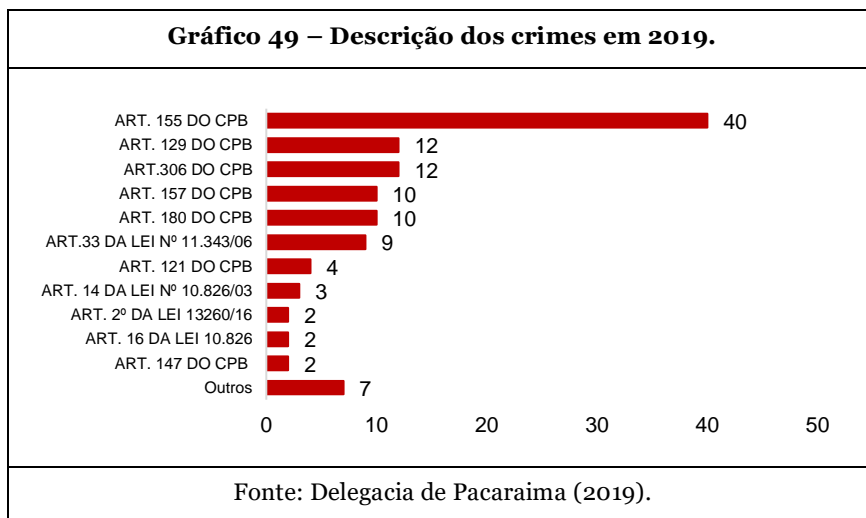
Entretanto, quanto a nacionalidade, mais uma vez os venezuelanos superaram o número de brasileiros, saltando de 31 em 2018 para 74 em 2019. Fato relevante é que, nesse ano, também teve aumento no número de prisões de brasileiros, que saiu de 27 em 2018 para 34 em 2019 (Gráfico 47).

Todo esse aumento de autores brasileiros seria facilmente invisibilizado se optássemos pela produção enviesada de dados nas quais apareçam apenas o número de prisões em flagrante de migrantes venezuelanos.

Outra importante constatação é o fato de que, como já destacado anteriormente, os brasileiros não passam pela crise migratória. Por consequência lógica, não há como imputar todo o incremento da sensação de insegurança em Pacaraima apenas aos venezuelanos ou ao fenômeno social da migração.



Os crimes praticados por homens continuam sendo a maior parte dos casos, com o total de 96, contra 11 praticados apenas por mulheres e 06 com atuação tanto de homens quanto de mulheres. Quanto aos tipos de crimes, não há alteração de cenário, prevalecendo os não violentos como furto, receptação, tráfico de drogas e crimes de trânsito (Gráfico 48):

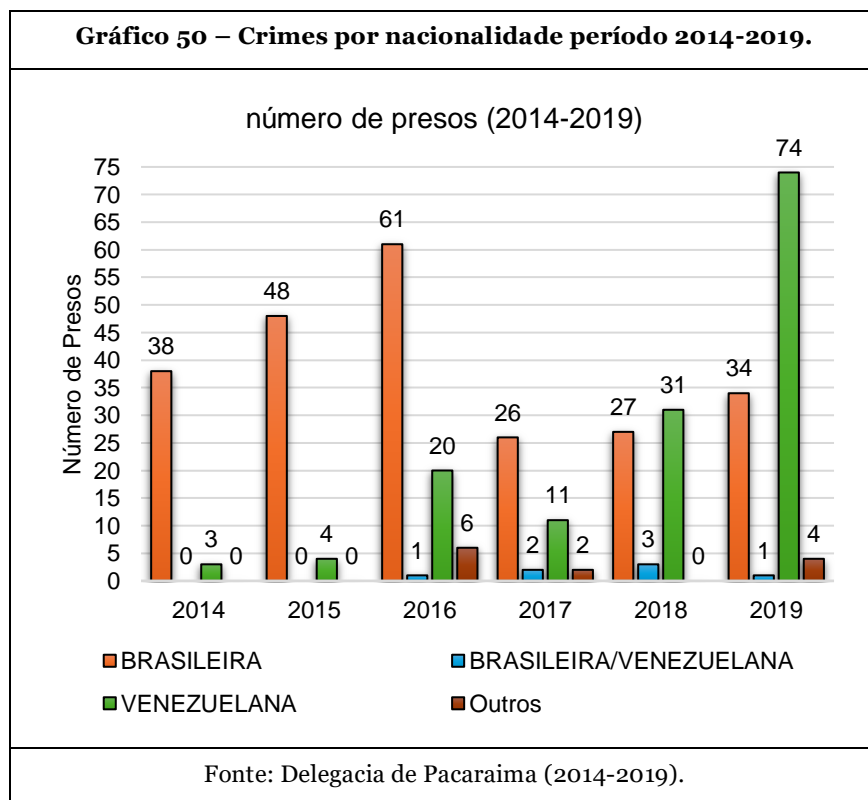


O número de flagrantes lavrados por furto, de forma sem precedente, dispara de 16 em 2018 para 40 em 2019. Também aumentam os flagrantes de roubos, de 6 em 2018 para 10 em 2019. A lavratura de prisão

por receptação sobe de 02 em 2018 para 10 em 2019. Os flagrantes por tráfico de drogas também sobem de 07 em 2018 para 9 em 2019. Esses números evidenciam que, do recorte temporal proposto, o ano de 2019 representou o ano com maior número de prisões em flagrante e presos (Gráfico 49).

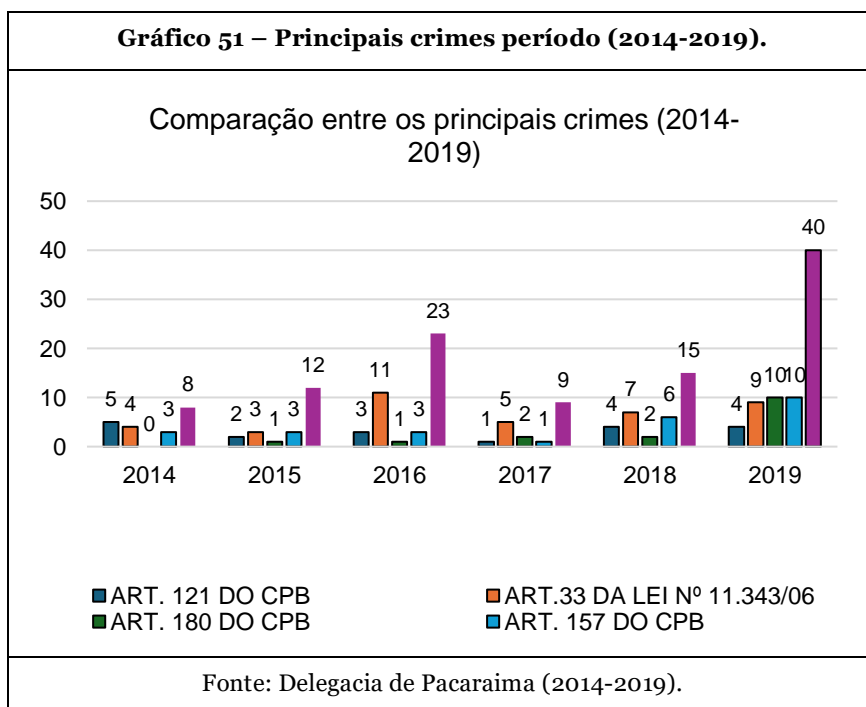
### 3.2.7 Análise comparativa por nacionalidade do período de 2014 a 2019

Fazendo uma análise comparativa ano a ano, de 2014 a 2019, por nacionalidade, observo que o número de crimes praticados por brasileiros é superior ao número de crimes praticados por venezuelanos nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, sendo o número de venezuelanos infratores superior ao número de brasileiros apenas nos dois últimos anos do recorte temporal, ou seja, em 2018 e 2019 (Gráfico 50):



Esse gráfico auxilia na análise comparativa, ano a ano, do número de brasileiros, venezuelanos e outras nacionalidades, demonstrando que até 2017, dois anos após a crise migratória, os autos de prisão em flagrante em Pacaraima eram lavrados, na sua maior parte, contra brasileiros e não contra venezuelanos, o que demonstra a falsa percepção de que apenas o estrangeiro migrante, ou este majoritariamente, foi o causador da insegurança vivenciada pela comunidade local.

As lesões corporais são relacionadas a brigas e assim como a embriaguez ao volante, são comumente observadas na rotina policial de todo o Estado. Os que necessitam melhor análise, que tem relação com o objeto de estudo, inclusive para fins de comparação, são os furtos ou recepção, que são crimes contra o patrimônio sem violência ou grave ameaça, os roubos, são crimes contra o patrimônio com violência ou grave ameaça, os homicídios são crimes dolosos contra a vida e o tráfico de drogas. Daí nasce o gráfico comparativo seguinte (Gráfico 51):



Destaco que os furtos, crimes contra o patrimônio sem violência, no recorte temporal de 2014 a 2019, sempre foram os de maior incidência

como causa de lavratura de autos de prisão em flagrante. Os roubos se mantiveram em uma média até o ano de 2017, apresentando relevante aumento nos anos de 2018 e, em especial, em 2019. As receptações e o tráfico de drogas tiveram rente alta também em 2019, mas os homicídios também mantiveram uma média constante durante todo o período.

Com esse gráfico, analisando comparativamente com o anterior, onde foi evidenciado o maior número de venezuelanos presos nos anos de 2018 e 2019, permite que essa associação entre o migrante venezuelano e a prática majoritária de crimes em Pacaraima, tendo como referência os autos de prisão em flagrante, só seria justificada nesses dois anos, contudo, esse estigma surge muito antes, surgindo no segundo semestre de 2015 e 2016, período em que a questão era eminentemente humanitária e social. Evidenciada em concreto a aporofobia contra esses migrantes venezuelanos pobres, desde muito antes de efetivamente se tornarem foco dos flagrantes lavrados pela delegacia de polícia civil local.

Por fim, esses gráficos de análise de registro de entrada dos migrantes, do capítulo 2, e dos gráficos relacionados aos autos de prisões em flagrante, do capítulo 3, ajudarão a compreensão das representações a respeito dessa realidade sob a ótica dos Delegados de Polícia que atuaram em Pacaraima nesse período.

# 4.

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS  
HUMANITÁRIAS  
E DE SEGURANÇA  
COM RELAÇÃO À  
CIDADE FRONTEIRIÇA  
DE PACARAIMA  
NO PERÍODO DE  
2014 A 2019**

O objetivo desse capítulo é trazer os conceitos de políticas públicas humanitárias e de segurança utilizados como base para a pesquisa, além das principais ações da União e do Governo de Roraima, sintetizados na Operação Acolhida, pelo primeiro, e a Ação Civil Ordinária 3.121-2018 (STF) pelo segundo.

#### **4.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS HUMANITÁRIAS E DE SEGURANÇA?**

Necessário inicialmente apresentar o conceito sob o qual tratarei o termo políticas públicas, sendo elas, segundo Reinado Dias e Fernanda Matos, “resultado da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política”. (Dias, 2019, p. 13)

De forma sucinta, é disso que tratam as políticas públicas, a gestão dos problemas e das demandas coletivas através da utilização da metodologia que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos. (Dias, 2019, p. 14)

Políticas públicas, no sentido adotado, são ações governamentais que podem ser de diferentes tipos, inclusive de segurança pública. Mas antes de entrar nessa especificidade, necessário compreender que no Brasil existem “três níveis distintos de políticas governamentais associadas a três esferas de competência: da União, dos Estados e dos Municípios” (Dias, 2019, p. 29).

No que se refere a segurança pública em Roraima, voltado ao objeto da pesquisa em Pacaraima, cabe a União garantir a segurança nacional e controle da fronteira, seja por meio das Forças Armadas ou da Polícia Federal, e ao Estado a oferecer o serviço de segurança pública por meio da polícia civil e da polícia militar.

É imperativo categórico reconhecer a relação entre segurança nacional e a segurança pública quando se trata do objeto específico da pesquisa, ou seja, a relação entre a crise migratória venezuelana envolvendo



a região de fronteira e autos de prisão em flagrante lavrados pela Delegacia de Pacaraima, objeto ora investigado. Essa relação é reconhecida por Rafael Francisco França (2018):

Ademais, com a crise humanitária na Venezuela, o incremento do fluxo de refugiados daquele país para o Estado de Roraima apresenta-se como ponto de inflexão ao controle estabelecido em Pacaraima/RR, fronteira com Santa Elena de Uairén/Bolívar. Admite-se que a discussão do tema perpassa pela análise de aspectos de segurança nacional e de segurança pública”. (França, 2018, p. 58).

Segundo o raciocínio, mesmo diferenciando a segurança pública como sendo interna e vinculada a jurisdição e a segurança nacional atrelada ao poder soberano afirma:

Desse modo, tanto a segurança nacional, claramente vinculada à garantia de existência do Estado, como a segurança pública interna, visualmente atrelada aos indivíduos, são parte do mesmo desejo de estabilidade e de manutenção da paz por parte dos habitantes. (França, 2019, p. 60).

É nesse contexto de relação direta que a política pública de segurança será considerada na pesquisa. Contribuição não menos importante é dada por Vanice Regina Lírio do Valle (2016), ao trazer o que denomina “Etapas do modelo sequencial de políticas públicas”, sendo elas:

1º Reconhecimento do problema: identifica-se nessa etapa um dado fático (qual seja a situação material a exigir a intervenção estatal) e um dado mais analítico, de reconhecimento de qual seja destacados os elementos contingentes dessa mesma situação fática, o efetivo tema em discussão. O dado analítico é importante para que não se tome o efeito pela causa, direcionando a ‘resposta’ ofertada pela política pública àquilo que não se revela principal;

2ª Formação da agenda: compreendendo um mecanismo mais ou menos aberto a agentes não governamentais, de estabelecimento de prioridades para as ações públicas, incluindo os problemas identificados na etapa anterior (mas, não exclusivamente), fixando uma ordem de precedência que reconfigure (ou não) aquela estabelecida no primeiro momento do percurso;

3ª Formulação da política pública: momento exploratório das várias possibilidades de ação, tendo em conta os problemas identificados na primeira etapa, a agenda traçada na segunda; bem como as inter-relações entre as várias políticas públicas já em andamento. Aqui é de se identificar, inclusive, uma métrica a ser aplicada a essas múltiplas possibilidades de ação estatal,

de modo que se possa, ao final, aferir o grau de eficácia da iniciativa eleita a executar;

4ª Escolha da política pública a ser implementada: concretiza-se, aqui, à vista das alternativas apontadas na etapa anterior, a decisão acerca da qual a linha de ação a ser adotada, a partir (em princípio) da indicação de qual seja aquela que produz a otimização de esforços e/ou benefícios tendo em conta os recursos disponíveis e mesmo as iniciativas já em andamento. O juízo aqui é tipicamente técnico e político, eis que se tem em conta estratégias diversas, que podem conduzir igualmente a resultados distintos, recaindo a escolha sobre aquele que se coadune melhor com os condicionantes pragmáticos e políticos dos objetivos da Administração Pública;

5ª Implementação da política pública eleita: fase de concretização das atividades apontadas na formulação e especificadas pela escolha; É de se ter em conta que essa etapa de implementação será fortemente influenciada pelos resultados imediatos (positivos ou negativos) que a materialização da política pública sugerir. A implementação é o grande momento de 'teste' da política pública antes formulada e eleita, e pode evidenciar a necessidade de alteração imediata ou potenciais melhorias a serem exploradas no futuro.

6ª Análise e avaliação da política pública executada – onde dará a diagnose dos resultados alcançados, cotejados com os indicadores de desempenho antes concebidos na etapa de formulação. Esta análise de resultados é o que (re)legitima a ação adotada, agregando informações ao capital de reconhecimento da Administração, permitindo, ainda, o redirecionamento de ações futuras. É a análise e a avaliação da política pública a seara para o desenvolvimento de sua inteligência; é aqui que se identificarão as estratégias exitosas e aquelas que se revelam ineficazes ou inviáveis na perspectiva prática." (Valle, 2016, p. 39-41).

Não é pretensão desse estudo dissecar as políticas humanitárias adotadas pela União e nem as políticas de segurança pública adotadas pelo Estado com relação ao objeto estudado, que é a relação entre a migração de venezuelanos e seus impactos na segurança pública em Pacaraima. Ciente da complexidade da criação de uma política pública, cujas etapas estão bem descritas acima, também não é esse o pretenso produto da tese.

Contudo, necessário apresentar ao leitor os conceitos para que possa contextualizar as principais ações governamentais implementadas em Pacaraima, sendo a Operação Acolhida, por parte da União, e a ação Civil Ordinária nº 3.121-2018 (STF), ajuizada pelo Estado de Roraima.

## 4.2 A OPERAÇÃO ACOLHIDA E O EXÉRCITO BRASILEIRO

A interrelação entre a Operação Acolhida e o Exército brasileiro se deve ao fato de, desde sua origem, o último tem protagonismo na implementação da referida política pública humanitária promovida pela União.

Em sua dissertação de mestrado com o título: “O papel do exército brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de Roraima: considerações sobre as operações ‘acolhida’, ‘controle’ e ‘tucuxi’, o autor Álvaro Duarte (2019), traz um histórico de como o exército, no exercício passou a acumular, além do patrulhamento de fronteira, praticamente toda a organização logística relacionada a recepção do migrante venezuelano na condição de vulnerabilidade. Conforme Duarte (2019), é possível traçar a seguinte linha do tempo, resumindo o histórico apresentado pelo pesquisador, do qual passo a resumir:

1. O então Presidente Michel Temer, em 15 de fevereiro de 2018, cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento dos migrantes venezuelanos em condição de vulnerabilidade, conforme Medida Provisória 820 e Decreto nº 9.286;

2. A Casa Civil da Presidência da República publicou a Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2018 e indicou o General de Brigada do Exército Brasileiro Eduardo Pazuello nomeando-o como Coordenador Geral para crise humanitária no estado de Roraima;

3. O Ministério da Defesa expede a Diretriz Ministerial nº 03, de 28 de fevereiro de 2018, autorizando a Operação Acolhida, tendo por finalidade precípua “Apoiar, com pessoal, material e instalações, a montagem da estrutura e as atividades necessárias ao acolhimento humanitário dos imigrantes, de acordo com o Plano Operacional elaborado;”

4. A partir de então, a Operação Acolhida passou a trabalhar sobre três pilares, sendo o primeiro o ordenamento da fronteira, organizando o fluxo migratório em Pacaraima, o segundo é o abrigamento, oferecendo alojamento, alimentação e apoio médico, e o terceiro é a interiorização, distribuindo o contingente de migrantes para outros Estados da Federação.

Em visita à estrutura física da Operação Acolhida, que fica localizada no município de Pacaraima, em 27 de abril de 2023, acompanhado do meu orientador, Professor Dr. Joaquim Leonel de Resende Alvim, foi possível conhecer o funcionamento da referida operação humanitária.

Após solicitação prévia, fomos recebidos pela equipe de gestão e, em seguida, visitamos a estrutura física durante toda a manhã, almoçamos no local com os militares e servidores civis dos vários órgãos governamentais e não governamentais que atuam no atendimento ao migrante.

Segundo os relatos dos servidores, pôde-se apreender que a capacidade de atendimento diário, na ocasião, era de 350 a 400 migrantes por dia, e os excedentes, ficam para o dia seguinte, como demanda reprimida.

Na ocasião, foi possível constatar, que o primeiro passo para o migrante venezuelano em situação de vulnerabilidade é a barreira sanitária, na qual ele tira o cartão do SUS, faz o teste do COVID19 e recebe todas as vacinas. No caso de família, apenas um faz o teste, mas todos permanecem em isolamento até o resultado.

Em seguida, tendo o resultado do teste do COVID 19 sido negativo, ou passado o período de contágio, o migrante vai para a chamada fila zero, onde é providenciada sua documentação, basicamente CPF e identificação civil.

A partir daí há cinco fluxos possíveis, colhidos de forma resumida em caderno de campo:

- FLUXO I – o migrante dá entrada e, uma vez documentado, pode deixar as instalações livremente, ficando a partir daí por sua conta;
- FLUXO II - o migrante, após documentado, solicita apoio apenas para ir de ônibus de Pacaraima até Boa Vista. A Operação Acolhida possui ônibus contratados para esse fim. Nesse fluxo, a responsabilidade da operação se encerra quando o migrante desembarca na Capital;
- FLUXO III – há possibilidade de o migrante pedir abrigo, sendo encaminhado para a sala do ministério do desenvolvimento social.

Ficará em Pacaraima o tempo necessário até que seja disponibilizado ônibus para Boa Vista, onde será encaminhado para um dos abrigos na Capital. De lá, pode ser interiorizado para outros Estados;

- FLUXO IV – caso tenha parentes que foram interiorizados para outros Estados, pode solicitar a interiorização para o mesmo lugar. Nesse caso, também ingressa no abrigo e fica aguardando os trâmites burocráticos para se reunir ao núcleo familiar.

As despesas relacionadas a interiorização são custeadas pela União, mas o migrante pode utilizar do benefício apenas uma vez.

**Figura 3 - Posto de recepção e identificação da Operação Acolhida.**



Fonte: Fotografia de arquivo pessoal (2023).

Na foto tirada por ocasião da visita às instalações da Operação Acolhida, no dia 27 de abril de 2023, aparecem migrantes venezuelanos no posto de recepção e identificação, aguardando atendimento pela Operação Acolhida.

O abrigo em Pacaraima tinha, na ocasião, 2000 (duas mil) vagas, sendo o encaminhamento contínuo para abrigos em Boa Vista e a interiorização para outros Estados a forma encontrada para que seja possível a liberação de vagas que serão destinadas a novos migrantes que chegam diariamente em maior ou menor número.

Os migrantes interiorizados, ou seja, encaminhados para outros Estados, já vão com vagas de emprego sinalizadas. No caso de crianças e adolescentes desacompanhados, há o encaminhamento para a casa lar do município de Pacaraima, onde permanecem até a localização da família.

Em conversa com os militares que atendem os migrantes, foi externado o sentimento de que a operação está conseguindo suprir a demanda, contudo, o que era para ser emergencial e transitório, acabou por se perpetuar, não havendo perspectiva de mudança dessa realidade.

As tropas que atuam na operação vêm de outros estados, havendo troca de pessoal há cada 5 (cinco) meses. Com dois meses e meio, é garantido o retorno do militar para seu local de origem, com folga de 10 (dez) dias, janela denominada no jargão militar de arejamento. Os médicos fazem rodízio mensal. O comandante fica mais tempo, sendo que a sua substituição ocorre a cada 02 (dois) anos.

Esse arejamento é fundamental, em especial, para saúde mental da tropa, que distanciada da família, necessita de descanso periódico, sendo indicado o revezamento. Essa elogiosa prática, infelizmente, não é seguida pela Polícia Civil, resultando na sobrecarga e adoecimento dos servidores lotados em Pacaraima, como será detalhado no capítulo das entrevistas.

Outro fato digno de nota é a existência de um abrigo específico para indígenas venezuelanos, que tem estrutura que garante o preparo de alimentos da forma tradicional e abrigamento de acordo com seus grupos sociais. Outra diferença de tratamento é que indígena não é interiorizado pela operação.

Segundo as regras da operação, para migrantes não venezuelanos, não há abrigamento e nem interiorização, mas pode utilizar o restante dos serviços oferecidos. A estrutura não é disponibilizada para brasileiros, fato que também será objeto de análise no último capítulo, pois

relacionado a insatisfação da comunidade local, que não entende o motivo pelo qual o migrante pode utilizar todos os serviços públicos ofertados no município, em especial os de saúde, concorrendo por vagas com os brasileiros, e os brasileiros não podem utilizar os serviços da operação acolhida, pois são exclusivos para os migrantes.

Bernardo Adame Abrahão (2019), em dissertação de mestrado denominada “Estratégia migratória dos refugiados em Roraima nos anos de 2014 a 2017”, destaca três tipos migratórios, sendo eles “a migração voluntária, o asilo e o refúgio”.

Na migração voluntária “a decisão de migrar é espontânea, isto é, sem influência de fatores externos compelidores ao deslocamento, como perseguição política, discriminação etc.” (Abrahão, 2019, p. 38).

Como observado no subcapítulo 2.3.2, até o ano de 2016, a maior parte dos venezuelanos migrantes se declaravam na condição de turista, mesmo que se enquadrassem em outras categorias e, por causa disso, enfrentavam impedimentos principalmente quanto ao exercício de atividade remunerada.

No asilo, “o migrante busca socorro em outro Estado em face da perseguição sofrida no Estado de origem. Há fatores externos que compelem o migrante ao deslocamento, fatores de ordem política.” (Abrahão, 2019, p. 42). Nessa condição teríamos os chamados desertores, por exemplo, tendo sido relatado por militares da operação acolhida ser relativamente comum que militares venezuelanos se dirijam ao posto de atendimento da Operação Acolhida, solicitando a proteção do estado brasileiro.

O refúgio é a categoria migratória na qual pretendo me ater, por melhor se amoldar a condição de vulnerabilidade do migrante venezuelano. A lei 9.474, de 22 de julho de 1997, implementa o Estatuto dos Refugiados, reconhecendo nessa condição:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.” (Brasil, 1997).

Apesar do migrante venezuelano em condição de vulnerabilidade também poder ser enquadrado no inciso III, melhor seria reconhecê-lo como migrante econômico, trazendo o conceito de Helisane Mahlke (2017):

Os migrantes econômicos são aqueles que se deslocam para outros países com o intuito de buscar melhores condições de vida ou oportunidades de trabalho. Considera-se que, determinados grupos de migrantes econômicos podem ser incluídos no âmbito das migrações forçadas, devido à situação de extrema pobreza a que são submetidos em seus países de origem e que ameaçava a sua subsistência” (Mahlke, 2017, p. 62).

Nesse contexto, em que um fluxo gigantesco e contínuo de migrantes econômicos ingressa no território brasileiro e se deparam com um município com as especificidades de Pacaraima, há consequente sobrecarga nos serviços públicos, em geral, e de segurança pública, em especial, passam a ser contabilizadas pelo governo estadual, que busca reparação econômica por parte da União por meio de ação judicial no Supremo Tribunal Federal, tema do tópico seguinte.

#### **4.3 O ESTADO DE RORAIMA E A AÇÃO CIVIL ORDINÁRIA Nº 3.121-2018 (STF)**

O Estado de Roraima protocolizou no dia 13 de abril de 2018 a Ação Civil Ordinária (ACO) nº 3.121, na qual aponta a “omissão da União no controle das fronteiras nacionais”, (Roraima, Ação Civil Ordinária nº 3.121, 2018 p. 02) resultando na oneração indevida do citado ente federativo, com excessivo ônus econômico e social para o governo estadual, fruto da crise migratória.

No parágrafo 13 da petição, ao relacionar as consequências da falta do controle na fronteira do Brasil com a Venezuela, o Estado de Roraima apresenta como primeiro *item* o aumento da criminalidade:



- (i) no Aumento da criminalidade;
- (ii) na elevação quantitativa dos atendimentos nas unidades de saúde do Estado;
- (iii) aumento das matrículas para o ensino público, sem falar nos altos custos de operacionalização;
- (iv) criação de 04 (quatro) abrigos mantidos até pouco tempo pelo Governo de Roraima, que atende nada menos que 2 (dois) mil venezuelanos; e
- (v) as possíveis epidemias. (Roraima, Ação Civil Ordinária nº 3.121, 2018, p. 04)

Para reforçar o argumento, a peça inicial trás reportagens de jornais nas quais constam notícias de traficantes presos por tráfico de drogas e armas, com participação de membros de organizações criminosas, além do aumento no número de homicídios em todo o Estado, que teriam saltado de 24 para 44, comparando os períodos de fevereiro a março de 2017 e 2018, respectivamente.

Ainda no que se refere a segurança pública, a inicial aponta o aumento no número de presos venezuelanos nas unidades prisionais de Roraima. Segue trazendo outros argumentos relacionados aos demais pontos elencados no parágrafo 13 transcrito.

No pedido, foi requerido tutela antecipada para, basicamente, impelir a União a fechar temporariamente a fronteira do Brasil com a Venezuela, para impedir o fluxo migratório desordenado, ou que seja ao menos limitado o acesso a uma quantidade compatível com a capacidade de absorção do Estado Brasileiro, além da imediata transferência de recursos adicionais para suprir os custos extraordinários suportados pelo Estado na prestação dos serviços públicos.

No mérito, pediu a confirmação da tutela de urgência, com o controle do fluxo migratório permanente, limitando o ingresso conforme a capacidade do Estado, bem como a transferência de recursos adicionais até alteração da realidade fática.

O processo foi distribuído para a Ministra Rosa Weber. O Procurador Geral da República em exercício, Luciano Mariz Maia, opinou pelo indeferimento, tendo a ministra negado a liminar, mandando citar a Advocacia Geral da União e instando as partes para se manifestarem sobre

eventual interesse na tentativa de composição amigável do litígio por meio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF, o que foi acatado pelos litigantes.

Não tendo atendido o pedido liminar, como medida administrativa paralela à ação judicial, a então Governadora de Roraima, Suely Campos, editou o Decreto 25.681-E, de 1º de agosto de 2018, no qual, dentre outros fundamentos, aludia a sobrecarga que a crise migratória acarretava aos serviços de saúde, educação, segurança pública e sistema prisional, no qual determinava, em apertada síntese:

Art. 3º Determino que os serviços públicos prestados pelo Governo do Estado de Roraima diretamente à população sejam regulamentados para o fim de salvaguardar aos cidadãos brasileiros o acesso irrestrito a tais serviços.

I – A Secretaria de Estado da Saúde deverá editar Portaria regulamentando o seguinte:

a) controle e regulamentação do serviço público de saúde, especialmente no que tange ao acesso de cidadãos brasileiros e estrangeiros a consultas, exames, atendimento de urgência e emergência e cirurgias;

b) todo paciente que receber alta médica deverá deixar a unidade de saúde em que estava internado, a fim de desocupar o leito o mais brevemente possível.

II – A Delegacia Geral de Polícia Civil deverá editar Portaria regulamentando o seguinte:

a) controle e regulamentação dos serviços prestados aos cidadãos, como emissão de carteira de identidade, serviços do Instituto Médico Legal, registro de ocorrências em delegacias, dentre outros;

III – Outras Secretarias de Estado e unidades da administração indireta também poderão editar portarias a fim de regulamentar o acesso aos serviços públicos por cidadãos brasileiros e estrangeiros.

Parágrafo único. Para acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado de Roraima a estrangeiros, com exceção de urgências e emergências, é necessária a apresentação de passaporte válido, a não ser os indivíduos oriundos de Argentina, Paraguai e Uruguai, que gozam dos direitos e prerrogativas do Mercosul, e que podem apresentar documento de identidade válido.

(...)

Art. 5º Aqueles cidadãos estrangeiros que praticarem atos contrários aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal e Constituição do Estado de Roraima, inclusive a violação de direitos fundamentais assegurados aos cidadãos brasileiros, tais como direito à vida, à integridade física, à propriedade, dentre outros, estão sujeitos às normas legais cabíveis, devendo a autoridade policial responsável adotar as providências necessárias para procedimentos de deportação ou expulsão, conforme o caso.

Art. 6º Determinar às autoridades policiais do Estado de Roraima que impeçam a turbação ou o esbulho da posse de imóveis públicos e particulares, e ainda determinar à Procuradoria Geral do Estado que adote as providências para reintegração de posse nos casos em que já se tenha consumado a invasão de propriedade pública do Estado de Roraima. (Roraima, Decreto 25.681-E, 2018, Diário Oficial Nº. 3287, p. 02) (grifo nosso)

O decreto passou a ser objeto de análise judicial nos mesmos autos da ação ordinária em tramitação no STF, tendo a ministra relatora, no dia 08 de agosto de 2018, suspenso seus efeitos após pedido da Advocacia Geral da União e aval da Procuradoria Geral da República.

A decisão tem como fundamento, dentre outros, o dever de acolhida humanitária prevista na Lei 13.445, de 14 de maio de 2017 (Lei de Migração), com especial destaque:

“Art. 3º. A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

[...]

VI - Acolhida humanitária;

[...]

Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - o visto temporário tenha como finalidade:

a) pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;

b) tratamento de saúde;

c) acolhida humanitária;

[...]

§ 3º. O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento.

[...]

Art. 20. A identificação civil de solicitante de refúgio, de asilo, de reconhecimento de apátrida e de acolhimento humanitário poderá ser realizada com a apresentação dos documentos de que o imigrante dispuser. (Brasil, Lei 13.445, 2017)

Também foi reconhecida a proteção dos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana prevista na Constituição Federal de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

(...)

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

II - prevalência dos direitos humanos;

(...)

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (... ) ( Brasil, Constituição Federal, 1988)

Além do reconhecimento da proteção constitucional, a decisão ressalta em controle de convencionalidade os tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, inclusive o Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça celebrado entre o Brasil e a Venezuela, constando da parte dispositiva da decisão:

18. Em suma, pelos motivos expostos e forte nos arts. 4º, II e IX, e 5º, LIV, da Constituição da República, no art. 45, parágrafo único, da Lei nº 13.445/2017, no artigo XVIII do Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, não há como conceder a tutela antecipada requerida, no ponto examinado. Não só ausentes os pressupostos mínimos para sua concessão, da ótica do necessário *fumus boni juris*, como contrários os pleitos ora em exame, aos fundamentos da Constituição Federal, às leis brasileiras e aos tratados ratificados pelo Brasil. INDEFIRO, pois, os pedidos de fechamento temporário da fronteira com a Venezuela e de limitação do ingresso de refugiados venezuelanos no Brasil.” (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2018).

Apesar disso, a Procuradoria do Estado de Roraima continuou peticionando, a cada agravamento da crise, levando a uma nova decisão judicial da ministra relatora no dia 23 de agosto de 2018, que manteve os termos da decisão anterior. Essa busca pela tutela judicial teve o efeito prático de pressionar e acelerar as ações do governo federal, em especial com relação a segurança pública e saúde. Nesse contexto, consta no relatório da nova decisão:

Quanto ao episódio violento motivador do pedido incidental, a ré informou que “várias medidas de reforço já foram prontamente adotadas; serão deslocados 36 (trinta e seis) voluntários da área de saúde para o estado, com a finalidade específica de prestar atendimento aos imigrantes venezuelanos; haverá um reforço de 120 (cento e vinte) homens da Força Nacional, sendo que 60 (sessenta) já têm viagem prevista para o Estado de Roraima na data de hoje (20.8.2018); uma comissão interministerial também se deslocará ao Estado para avaliar possíveis ações complementares; autoridades federais têm visitado Roraima desde o início da crise migratória; as medidas para buscar soluções aos problemas na região somam um custo de mais de R\$ 200 milhões e incluem o ordenamento da fronteira, com controle e triagem dos imigrantes, a construção de instalações para abrigá-los e a interiorização, quando eles são encaminhados para outros Estados”. (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2018)

O Supremo Tribunal Federal, no caso em apreço, passou a ser um interlocutor entre o Governo Federal e o governo do Estado de Roraima,

ao tempo em que era provocado pelo Estado para que a União tomasse alguma providência concreta com relação a crise migratória, o que por vezes ocorreu. Da mesma forma, a todo tempo, a ministra relatora reforçava que as partes deveriam buscar a composição, por meio da câmara própria, deixando de examinar o mérito da questão relacionada ao ressarcimento pela União dos custos extraordinários suportados pelo Estado de Roraima devido à sobrecarga na prestação dos serviços públicos, tendo como causa a crise migratória.

Com relação a esse acordo, houve proposta por parte do Estado de Roraima em 19 de setembro de 2018, tendo a Procuradora Geral da República, Raquel Elias Ferreira Dodge, proferido manifestação no dia 05 de dezembro de 2018, resumindo a proposta da Procuradoria do Estado de Roraima nos seguintes pontos:

1. a redistribuição dos imigrantes por outros Estados e Municípios, proporcional à população local e ao IDH respectivo, em cota de, no mínimo 500 (quinhentas) pessoas por dia;
2. o repasse ao Estado de Roraima, no prazo de 30 (trinta) dias, de medicamentos e insumos médicos e hospitalares constantes de lista anexada à peça e do Plano Integrado de Gestão Migratória elaborada pela Secretaria de Saúde;
3. o repasse mensal ao Estado de Roraima, a partir do mês de outubro/2018, dos valores gastos com saúde, tendo como critério objetivo a quantidade de atendimentos dos imigrantes na rede pública estadual no mês anterior;
4. o aumento de repasse aos fundos estaduais (FPE, Fundeb e Fundes), na forma prevista no art. 8º, § 4º, da Lei n. 13.684/2018, considerado o aumento da população roraimense;
5. a instalação de estrutura “com todos os órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal” para, em regime de plantão, emitirem documentos como carteira de trabalho, “de modo que funcione como uma espécie de segunda barreira sanitária, de natureza preventiva e de controle, imperativas para evitar a exposição dos brasileiros e dos venezuelanos” a potenciais epidemias;
6. a retirada diária de refugiados das ruas e o seu acolhimento em abrigos, bem como a fiscalização para evitar que fiquem “mendigando”, expostos ao sol escaldante;
7. que seja aberto crédito extraordinário e instituído o Fundo Nacional de Acolhimento aos Refugiados e Imigrantes – Funari;

8. que sejam firmadas parcerias entre a União e organizações da sociedade civil que prestem serviços voluntários nos abrigos, em regime de mútua cooperação;
9. a instituição de colônias agrícolas, através do Incra, para acolher os imigrantes; e
10. repasse ao Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias, de veículos e armamento para equipar a polícia militar e a polícia civil (especificados na peça). (Brasil, Procuradoria-Geral da República, 2018, local 02).” (grifo nosso)

Destaco que mesmo quando da proposta de acordo, que em tese seria para tratar da questão de reparação financeira, a questão da segurança pública é evidenciada como um dos temas trazidos à mesa de negociação.

Quanto às tentativas de composição entre o Governo de Roraima e a União, foram realizadas audiências de conciliação em 18 de maio de 2018 e em 08 de junho de 2018, sendo infrutíferas. Em 19 de setembro houve proposta de acordo por parte do Estado de Roraima, nos termos resumidos acima, não havendo manifestação da União. Contudo, em 07 de dezembro de 2018, o Estado de Roraima substituiu a proposta de acordo anteriormente apresentada, passando a solicitar, conforme resumido no parecer da PGR datado de 07 de maio de 2019:

1. Compensação financeira para o Estado de Roraima no importe de R\$ 168.383.279,70 (cento e sessenta e oito milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta centavos), correspondente a 60% (sessenta por cento) do montante de R\$ 280.638.799,50 (duzentos e oitenta milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), devendo tais valores serem repassados, em até 10 (dez) dias, contados da homologação do acordo, bem como que eventuais valores transferidos não venham a ser objeto de bloqueio judicial como, por exemplo, para pagamento de duodécimos;
2. A continuidade da redistribuição dos imigrantes por outros Estados, bem como respectivos Municípios, em maior número possível, enquanto permanecer a crise humanitária venezuelana;
3. Sejam repassados, mensalmente, ao Estado de Roraima, os valores efetivamente gastos com atendimentos médico-hospitalares aos venezuelanos, a partir do mês subsequente à homologação do acordo, tendo como critério objetivo a quantidade de atendimentos dos imigrantes na rede pública estadual, no mês anterior;

4. A continuidade da "Operação Acolhida", com maior atenção, em curto prazo, ao problema da população de rua, inclusive mediante convênios com os órgãos de assistência social, bem como que o setor de triagem ao lado da Polícia Federal (abrigo RONDON 2) funcione como uma "segunda barreira sanitária" de natureza preventiva e de controle epidemiológico;

5. Possibilidade de a União, por meio de cooperação técnica, oferecer técnicos para treinamento e capacitação na elaboração e na execução de projetos e convênios, especialmente nas áreas de assistência social, saúde e segurança, para viabilizar maior acesso pelo Estado de Roraima aos recursos disponibilizados pela União, tendo em vista informações da existência de recursos para tais fins, que acabam por não ser liberados pela ausência/deficiência de projetos e;

6. Continuação das parcerias entre a União e as organizações da sociedade civil que já prestam serviços voluntários nos abrigos em Pacaraima e Boa Vista, em regime de mútua cooperação, com a finalidade de reduzir o sofrimento dos imigrantes, na forma prevista no inciso II do §3º do artigo 5º da Lei 13.019/2014. (Brasil, Manifestação da PGR – ACO/STF).

Foi dado prazo de 30 (trinta) dias para que a União se manifestasse sobre os novos termos da proposta de acordo. Importante fato se seguiu, um dia após a apresentação da nova proposta de acordo, uma vez que por meio do Decreto 9.602, de 8 de dezembro de 2018, foi decretada intervenção federal no Estado de Roraima, afastada a Governadora Suely Campos e nomeado interventor o Governador Eleito Antonio Olivério Garcia Almeida, mas conhecido como Antonio Denarium.

O motivo central alegado para da intervenção foi o grave comprometimento da ordem pública, em especial os relacionados à segurança pública e sistema penitenciário, com a paralização de policiais civis e penais devido há meses de atraso nos salários. Com apoio, e principalmente financiamento do governo federal, o interventor, posteriormente tomando posse como governador eleito, regularizou os salários dos servidores.

Contudo, em 09 de abril de 2019, a Procuradoria do Estado de Roraima solicitou a suspensão do feito por seis meses, em comum acordo com a União Federal. O pedido foi acolhido pela ministra relatora no dia 14 de maio de 2019.



Finalmente, após retorno da tramitação, a União se manifestou aceitando os *itens* 2, referente a interiorização, 4, continuidade da Operação Acolhida, 5, cooperação técnica com o Estado e 6, continuidade com a parceria com a sociedade civil, mas rechaçou a proposta 1, referente a compensação financeira, e, 3 referentes a utilização do número de venezuelanos atendidos como parâmetro para transferência de recursos na área de saúde.

Assim, no dia 26 de novembro de 2019, houve homologação judicial quanto aos *itens* acordados, seguindo o litígio com relação aos *itens* nos quais não houve composição. Finalmente, em 13 de outubro de 2020 aconteceu o julgamento pelo plenário do STF, sendo a ação julgada procedente em parte, determinando a União a imediata transferência de recursos adicionais ao Estado de Roraima, em quantia correspondente à metade dos gastos que foram indicados como relacionados ao atendimento ao migrante venezuelano, ou a compensação do débito, sem submissão ao procedimento de precatório, por se tratar de suplementação de gastos imediatos e continuados.

Em 23 de novembro de 2020 a União opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 12 de maio de 2021. Finalmente, em 16 de junho de 2021, houve o trânsito em julgado da decisão colegiada.

Mesmo após o trânsito em julgado, houve nova suspensão do feito por 90 (noventa) dias, pois as partes, de comum acordo, pugnaram por tentar novamente junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), novo acordo para a fase de cumprimento do acórdão.

Apesar disso, não houve acordo, tendo o processo prosseguido para o cumprimento do acórdão. Desde então, foi solicitada perícia econômico, financeira e contábil, a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União, tendo as partes nomeado assistentes técnicos. O feito então se arrasta, até os dias de hoje, sem um cumprimento efetivo relacionado ao ressarcimento financeiro pleiteado pelo Estado de Roraima.

Suficientemente esclarecido o fato de o fechamento das fronteiras ser relacionado a soberania, transitada em julgado a questão, cabendo

a União a decisão a respeito desse tema, observada a legalidade no aspecto constitucional e convencional.

Daí se apresenta o efeito simbólico da presente ação judicial, ao menos no que se refere ao pedido de fechamento da fronteira, ou ainda o conteúdo do decreto citado, no qual o Estado formalizaria uma distinção de tratamento no acesso aos serviços públicos entre brasileiros e estrangeiros, o que a constituição proíbe expressamente. Referidas medidas demonstram a ausência de políticas públicas concretas com relação a segurança pública, sendo uma forma paliativa de dar alguma satisfação ao eleitor e reforçar o discurso político corriqueiro e vazio de sempre culpar o outro, no caso, responsabilizar a União e o STF, afirmando serem eles os responsáveis pelos problemas suportados pela população local devido à crise migratória.

# 5.

**RESULTADO DAS  
ENTREVISTAS:  
PERCEPÇÕES DOS  
DELEGADOS DE POLÍCIA  
QUE ATUARAM NO MUNICÍPIO  
DE PACARAIMA NO PERÍODO  
DE 2014 A 2019**

**A**partir de agora são apresentados os relatos com as representações dos delegados de polícia que atuaram no município de Pacaraima no período de 2014 a 2019, com objetivo de apresentar suas percepções a respeito da mudança de realidade vivenciada por ocasião da crise migratória venezuelana.

## **5.1 METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS**

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar os relatos de experiência dos delegados de polícia sobre a crise migratória e as ocorrências criminais em Pacaraima, no período de 2014 a 2019, para ao final verificar se os dados objetivos colhidos nos capítulos anteriores foram ou não validados pelas narrativas e representações desse cenário colhidas nas entrevistas.

No total foram entrevistados 07 (sete) delegados que foram lotados em Pacaraima no período de 2014 a 2019, de um universo de 8 (oito) possíveis. O impedimento quanto a realização da entrevista com todos os delegados do período foi o fato de um deles afirmar não ter condições de saúde para tanto. Essa impossibilidade médica não prejudicou o resultado pretendido, pois ficou evidenciado nas demais entrevistas o esgotamento do tema, por meio das falas redundantes, ou seja, quando os relatos se apresentavam repetitivos com relação ao objeto central da pesquisa.

O banco de áudio das entrevistas computou um total de 7h30min (sete horas e trinta minutos), que foram devidamente gravadas. Foram 05 (cinco) entrevistados do gênero masculino e 02 (duas) do gênero feminino. Foi colhido o termo de livre esclarecido e o consentimento para utilização dos dados colhidos na presente tese, sendo garantido o anonimato, nos termos informados ao Comitê de Ética em Pesquisa da UERR,

já referido na parte metodológica. Da mesma forma, todos os entrevistados foram cientificados previamente das gravações de áudio e deram sua anuência para tanto.

Quando da realização das entrevistas, que ocorreram de 24 a 28 de abril de 2023, foi utilizada a técnica da história oral de vida, para que fosse possível compreender as diferentes representações da realidade, de forma contextualizada, identificando os sentidos e significados, no caso, conforme as experiências de vida e na atividade profissional como delegados de polícia em Pacaraima no recorte temporal proposto.

Em complementação a utilização da técnica, a entrevista foi organizada de forma semiestruturada, começando com as falas introdutórias sobre a história de vida de cada entrevistado, de forma que o assunto objeto da pesquisa fosse tratado ao longo do tempo, de forma contextualizada. Tanto a estratégia quanto a opção de estabelecer tópicos comuns a serem abordados, mas com flexibilidade, demonstraram-se adequados, pois possibilitaram a interrelação entre as falas e categorização dos principais argumentos e percepções.

Os temas abordados por meio da entrevista semiestruturada, não necessariamente tratados em forma de perguntas diretas, tiveram a intenção maior de balizar a entrevista, de forma que o assunto evolua até a abordagem do objeto pesquisado, entendendo as representações dentro do contexto de percepção individual de cada entrevistado.

Como tópicos comuns, após as apresentações e esclarecimentos de praxe, o entrevistado foi instado a falar sobre sua história de vida, onde nasceu, como surgiu o interesse pelo direito, como veio para Roraima, o que motivou a escolha pela carreira de Delegado de Polícia Civil, sua trajetória profissional, sua percepção com relação a trabalhar na capital e no interior, os problemas e peculiaridades da profissão, a indicação do período em que trabalhou em Pacaraima, como percebeu a estrutura física da delegacia, servidores e relação às pessoas da comunidade, como via a integração entre brasileiros e venezuelanos antes e depois da crise migratória, as percepções sobre as políticas públicas da época com

relação a crise migratória e quais as impressões referentes a ser percebidas com relação entre a crise migratória e a prática de crimes em Pacaraima.

Caso o entrevistado quisesse trazer outros tópicos que julgasse relevante, era permitido, não havendo limitação rigorosa dos temas. O fato de ser delegado, acredito, auxiliou tanto na aproximação, quanto na anuência em conceder a entrevista por parte da quase totalidade dos entrevistados possíveis, pois de 8 (oito), 07 (sete) anuíram a proposta. Nesse ponto, a proximidade profissional fez com que o clima das entrevistas fosse bastante amistoso, embora com certo formalismo devido ao fato de estarem sendo gravados.

Quanto a gravação, o aparelho celular foi escolhido como instrumento mais adequado, por ser discreto e natural no ambiente, por ser do cotidiano, não trazendo a estranheza ou a inibição que um gravador mais ostensivo poderia acarretar.

De acordo com a evolução da entrevista, que normalmente começava de forma amena e descontraída, ao chegar nos tópicos objetos da pesquisa, era nítido o clima de tensão que se formava, demonstrando que toda a situação vivenciada, ainda hoje, repercute nos sentimentos e, consequentemente, nas percepções da maior parte dos entrevistados que atuaram no período da crise migratória. Quanto a esse fato, as consequências e traumas vivenciados permanecem presentes em vários deles, como apresentado a seguir.

Assim, apresento os principais pontos propostos, com foco no objeto da pesquisa, acrescido de outros reiteradamente citados de forma espontânea pelos próprios entrevistados, demonstrando serem relevantes representações relacionadas à migração e a criminalidade no município de Pacaraima durante o recorte temporal de 2014 a 2019, motivo pelo qual também foram incluídos na análise.

### **5.1.1 As distintas percepções com relação a atuação como Delegado de Polícia na Capital e no interior do Estado de Roraima**

Nesse tópico, o objetivo é apresentar as várias visões de mundo dos entrevistados, também reflexo de suas origens e vivências anteriores,

com relação a atuação como Delegados de Polícia em Roraima, apontando as diferenças entre o trabalho na Capital e no Interior, em especial na cidade de Pacaraima.

Quanto a isso, a primeira distinção foi o fato de Roraima ter na Capital a concentração dos órgãos e a prestação de serviços em geral, funcionando como uma verdadeira “Cidade Estado romana”, na palavra de um dos entrevistados, o que fazia do interior em geral uma lotação pouco atrativa.

Outra impressão comumente compartilhada é o fato de que no interior são mais evidentes os crimes contra dignidade sexual, em especial cometido contra crianças, tendo como infratores os próprios familiares. Nas palavras de um deles: “se me mostrasse a quantia de estupro de criança que tem nesses interiores aqui, sabe? Meu Deus do céu, seria passível de um clamor, sabe? Público. É muito.”.

Outra diferença apontada, digna de nota, é a afirmação de que “com relação a especificidade do interior e da capital, no interior você tem um contato mais próximo com a população, e todo o ato que você faz, ele repercute, tanto positivo como negativamente”.

Então, além dessa constatação de que as lotações preferenciais dos delegados de polícia são para atuarem na capital, ainda havia uma relação conturbada entre os colegas da carreira, acarretando muitas brigas, conforme um dos relatos: “A relação entre os colegas sempre foi muito conturbada. Todos do mesmo concurso em 2004. Muita briga por cargo e espaço na polícia. Estresse por questões administrativas como causa de doença.”

Apesar da capital ter a preferência da maioria, entre as cidades do interior, antes da crise migratória, Pacaraima era uma cidade com bom conceito para lotação, especialmente pela localização fronteiriça. Em um dos relatos esse fato foi detalhado:

“uma cidade muito pacata, tinha uns problemas estruturais dela que ela nunca, um prefeito for fazer um asfalto bonito, por exemplo lá daria pra ser uma cidade turística como como Pirenópolis (...) porque assim, quando você entra em Santa Helena lá tem mais de vinte cachoeiras de fácil acesso, eu preferia ir em Santa Helena, tomar meu banho na minha cachoeira lá e voltar e dormir em Pacaraima, comprar bebida lá barata né, meu

whisky lá em Santa Helena e voltar e dormir. (...) Em Santa Helena você tem três hotéis bons, você tem cassino, você tem bebida barata, você tinha uma segurança, uma sensação de segurança até maior do que, enfim, uma estrutura da cidade melhor, mais bonitinha, mais limpinha do que Pacaraima, então assim, era uma cidade realmente que daria pra ser uma cidade turística muito boa. (...) pra quem gosta de praticar tracking, tem a ultra main lá em Santa Helena, que é oitenta quilômetros de bike de corrida que estava no circuito mundial, então assim, eles tinham toda essa estrutura e aí você passava por várias comunidades lá, todo ano tinha esse circuito de corridas, aí de repente tudo isso acaba”.

Outro entrevistado afirmou:

“Pacaraima na minha visão era uma cidade turística maravilhosa, porque o clima lá está, você é acima da altitude, é um clima agradável, o pessoal ordeiro, você tinha a própria Venezuela, você quer comer um marisco, quer ir para um bom hotel, quer passear na cachoeira, você tinha aquele acesso ali, Santa Helena é praticamente fazer parte de Pacaraima”

Nesse contexto, outros relataram haver até mesmo certa disputa pela lotação como Delegado em Pacaraima, mas isso foi antes da crise migratória. O crime frequente, nessa época, era o descaminho de combustível, quando brasileiros atravessavam a fronteira para comprar combustível barato na Venezuela e traziam para revender na Capital. Também foi dito que:

“a turma, tinha um hábito aqui das pessoas irem comprar frango lá, comprava frango, picanha, lá na Venezuela aquelas picanhas embaladas a vácuo, que enche o carro, tirava os bancos, enche o carro de frango e de picanha e trazia para vender aqui. Lá era a fatura, queijo, picanha, tudo mais barato, bebida, com vontade comestível também, então assim, era uma fatura dentro da Venezuela lá”.

Depois da crise migratória, não havia mais comércio atrativo e nem combustível barato na Venezuela. Ser lotado em Pacaraima virou uma espécie de punição. A crítica também reiterada é que as lotações não eram definidas pela gestão com critérios objetivos, como editais para remoção, por exemplo. O que definia a lotação era a mera liberalidade do gestor.

Com a crise migratória, a decisão de deixar apenas um Delegado de Polícia lotado em Pacaraima por muito tempo, com a sobrecarga do trabalho, as dificuldades estruturais e de pessoal, ainda a falta de apoio



institucional, teve como resultado o adoecimento dos profissionais. Esses relatos de adoecimento foram quase que unânimes por parte dos entrevistados. Relatou um deles: “aí lá eu peguei uma Síndrome de Burnout, eu cheguei a um ponto que eu travei. Não estava conseguindo mais nem pensar direito, passando muito mal na delegacia”. Um outro entrevistado foi substituir o anterior que adoeceu, saiu doente também, ambos pelo estresse e sobrecarga do trabalho.

Também a dificuldade em atender cumulativamente as ocorrências nos municípios de Uiramutã e Amajari tem se demonstrado impraticável. Foi dito em um dos relatos sobre o acesso aos referidos municípios:

“fui no Uiramutã uma única vez, eu fui de manhã, tive uma reunião, fiz uma oitiva de um procedimento e já voltei, no mesmo dia, gasta seis horas de viagem, então eu passei três horas lá e doze horas viajando, e aí se imaginar que nesse período, como que funcionava, se acontecesse uma coisa lá, lá tem seis PM, seis a oito policiais militares destacados para lá, se acontecesse alguma coisa, ou a comunidade indígena tinha que trazer para mim, ou a polícia militar que estava lá mais perto, trazia para eu atendido, se não, não tinha atendimento.(...) essas doze horas estragava a minha viatura, ela voltava já estragada, igual ela, as vezes que foi para lá, ela já voltou estragada, voltou guinchada.”

Por fim, com a crise migratória instalada e os conflitos frequentes, a lotação no município continua sendo um desafio, que só deverá ser sanado com a posse dos novos Delegados que fizeram concurso público, prevista para julho de 2024, mas importante destacar a necessidade de se buscar evitar o adoecimento desses profissionais, como aconteceu com os anteriores, uma vez que essa realidade fática com relação a crise migratória e suas consequências para a segurança pública não tem perspectiva de mudança a curto, médio ou longo prazo.

### **5.1.2 Estrutura física da Delegacia de Pacaraima, a relação com os servidores e comunidade em geral**

Com relação ao primeiro prédio onde a Delegacia de Pacaraima funcionou no referido recorte temporal, os relatos foram no sentido de que a delegacia foi construída na década de 80 e estava em péssimas condições de conservação. Outra reclamação é a dificuldade de comunicação e internet. Segundo relatos:

“aí na época nós estávamos numa delegacia que estava caindo, ela estava caindo, já tinha sido condenada já três vezes, foi feito perícia, já tinha mais de três anos que ela estava condenada”

“Em Pacaraima, na época o 190 não funcionava, então se a população quisesse ser atendida, ela tinha que ir ou à delegacia ou ao batalhão da PM.”

“Então, o prédio era antigo, a linha telefônica fixa eu paguei para instalar, a internet era uma cota dos servidores”

“E lá em Pacaraima é normal a gente ficar três, quatro dias sem internet. Internet que a gente paga, porque o Estado não oferece. (...)”

“A gente paga, tem vaquinha pra pagar internet. E a internet mesmo assim cai muito.”

“Durante um período contratamos uma empresa, isso particular porque o Estado não pode fazer isso. Nós contratamos uma empresa da Venezuela para pegar a internet da Venezuela e pôr na delegacia. Arrumamos uma antena lá assim gigante lá colocando na delegacia para poder instalar a internet, porque a internet do Brasil não funcionava lá”

Essa precariedade, por reiterados relatos, fica também demonstrada por meio de registro fotográfico, como segue:

**Figura 4 - Prédio antigo da Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima.**



Fonte: Fotografia de arquivo pessoal (2016).

Os relatos da falta de estrutura e material também se repetem quanto ao mobiliário e manutenção das viaturas:

“quando cheguei lá eu me senti muito mal com o ambiente, o que eu fiz, pinteí minha sala, pinteí o teto, comprei móveis (...) eu monteí um ambiente que me tornasse um pouco mais agradável”.

“a gente tinha um problema de manutenção, o estado parou, a gestão parou, a gente passou a ter um certo problema de manutenção, mas se o pessoal fazer a cotinha, para poder trazer uma básica de manutenção do carro”

“a gente arrumava pneu a gente pedia pneu emprestado, eu nem sei se não deixei dívida para trás”

“faltava gasolina, pneu furado, pneu careca, a viatura sem freio tinha apoio nenhum, nenhum, nenhum absolutamente nada”

O único ponto positivo do trabalho, segundo os entrevistados, eram os servidores lotados na unidade:

“Nós tínhamos uma infraestrutura ruim, mas em questão de pessoal, a gente tinha uma equipe boa. Embora eu sozinho como delegado, não tinha nem como descansar. Você trabalhava de segunda a domingo, 24 horas por dia. Eu não sabia que acontecesse um flagrante, três horas da madrugada tinha que ir para a delegacia. Era eu e mais eu. Mas com relação aos escrivães e os agentes, tinha uma equipe boa que dava para revezar os plantões. Então, dava para atender também.”

“é um local muito difícil para se trabalhar porque não tem paz, o servidor não tem paz, o telefone não para. Quando estava funcionando, o telefone era de manhã, tarde, de noite, tocando, porque o plantão está lá, eles precisam de respostas, precisam de um apoio, então folga não existe”

No ano de 2017 o prédio antigo foi desocupado e demolido, tendo a delegacia se mudado provisoriamente para um posto da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, localizado na BR 173, na entrada da cidade, há poucos quilômetros do centro, mas em uma região baixa da serra. Quanto a esse fato, relatou um entrevistado:

“No tempo em que a delegacia funcionou na SEFAZ, ali, bem na BR, onde o pessoal da facção da Venezuela ficava em cima do morro, vigiando a entrada e saída de Pacaraima. Controlando a polícia todinha.”

Essa localização, ao que parece pouco estratégica, ainda dificultava o acesso da população local, pois, segundo outro relato:

“outro prédio (SEFAZ) foi um pouco melhor, porque era junto com a, era na entrada da cidade, aí diminui, aí diminui, aí aumenta a subnotificação, porque em tese, na entrada da cidade, (...) a população da cidade tinha que descer uma ladeira e subir um pouquinho pra chegar na delegacia, e é tudo escuro, então quem é que vai procurar a polícia? Não tem, ou seja, nós estávamos num local estrategicamente pra diminuir os índices de criminalidade, e diminuiu, diminuiu o índice.”

No ano de 2022 foi inaugurada uma nova sede para a Delegacia de Pacaraima, conforme Figura 5.

Mesmo com a nova estrutura física, com o grande movimento ocasionado pela crise migratória e servidores adoecidos, a lotação em Pacaraima continua pouco atrativa para os delegados de polícia, até os dias de hoje.

**Figura 5 - Prédio atual da Delegacia de Polícia Civil de Pacaraima.**



Fonte: Fotografia de arquivo pessoal (2023).

Com relação a outros investimentos na segurança pública local, foi relatado a existência na cidade do sistema eletrônico de monitoramento, contudo, não recebia manutenção:

“a gente estava com um sistema de câmara funcionando na cidade, que a gente tinha conseguido uma vaquinha e arrumamos uma... Então se acontecesse qualquer coisa, a pessoa tinha que passar nas ruas que tinha para sair, aquele carro tinha que passar ali. Então, eu resolvi homicídio, eu resolvi violência doméstica, furto de carro. A gente resolveu muitos crimes com esse

sistema, mas a cada ano tem que trocar bateria. Bateria custava R\$ 800,00 na época. A Secretaria de Segurança Pública não trocou. Ninguém trocava. (...) E aí é onde eu vejo que a solução existe, a questão toda é, vai continuar investindo ou vai tirar o investimento?

Assim, as condições de trabalho estruturais melhoraram mesmo que tardiamente, mas ainda assim se demonstram insuficientes para atender as necessidades da comunidade e nem sempre recebem a adequada manutenção.

### **5.1.3 Integração e conflitos entre brasileiros e venezuelanos antes e depois da crise migratória**

Nesse tópico necessário discernir dois momentos diferentes, sendo um antes da crise migratória, e outro o depois do início da crise migratória de venezuelanos que passaram a ingressar no Brasil por meio de Pacaraima.

Em primeiro lugar, passo a apresentar as percepções dos delegados de polícia locais no que se refere ao período anterior ao fluxo migratório exacerbado e contínuo. O que foi constatado é o fato de que, por serem cidades gêmeas, tanto os moradores de Pacaraima, no Brasil, quanto os venezuelanos de Santa Helena do Uairén, tinham relações comerciais frequentes e pouco ou quase nenhum conflito. Segundo os relatos:

“Antes da crise: não tinha problema, os venezuelanos vinham, faziam as compras e voltavam. Não ficavam.”

“Na época em que Hugo Chavez era vivo, a Venezuela era próspera. Não tinha problema de migração. Os brasileiros viajavam para Marguerita, aglomeravam-se para fazer compras na fronteira, em especial bebidas e produtos de limpeza. Não tinha crise.”

“no contrafluxo, os venezuelanos vinham em Pacaraima para comprar cosméticos, produtos de beleza, para eles eram baratos os produtos brasileiros. Lá não tinha ou era caro. Não tinha crise, porque compravam em Pacaraima ou Boa Vista e voltavam para Venezuela.”

“Mas Pacaraima tinha muito movimento. Comércio era bom, era um comércio bem pujante mesmo. Tinha... Comércio era bom. E Santa Helena também era um comércio excelente. Coisas diferentes, né? O pessoal ia muito para Santa Helena para fazer compras de eletrônicos, de bebidas e... Roupas importadas. E Pacaraima tinha um movimento bom também ali, de gêneros

alimentícios e... As duas cidades eram bem movimentadas, né? Economicamente.”

Necessário destacar os reiterados sentidos dos termos “eles voltavam para a Venezuela” e “Não ficavam” reforçam a ideia do incômodo com relação a nova realidade, pós migração. Antes havia uma relação de mútuo interesse comercial, mas no final do dia, todos voltavam aos seus países, culturas e realidades.

Em seguida, vem o momento de transição, em que os venezuelanos, sentindo os efeitos do racionamento de alimentos e toda sorte de produtos, passam a comprar mais ainda no comércio de Pacaraima, trazendo riqueza para a cidade, consequente abertura de novas lojas e geração de emprego. Alguns relatos nesse sentido afirmam:

“e aí começa esse fluxo migratório para Venezuela, toda Venezuela para Pacaraima. A economia em Pacaraima melhorou no primeiro nível muito bem, então abriram-se muitas lojas em Pacaraima. Lojas de cereal, de pneus, de acessórios, assim, abriram-se muitas. O comércio em Pacaraima deu um fluxo muito grande, então as lojas que já eram muito anos estavam fechadas, os galpões, mas todo galpão virou um depósitozinho para vender alguma coisa para Venezuela. E aí a economia começou a crescer, a maioria das lojas tinham volume, mas pouca oferta de variedade. Então, não tinha ali, sei lá, 10, 15 produtos que eram vendidos em fardo, na saca e tudo mais, e você tinha aquele comércio, o lugarzinho aqui inverteu, em vez do brasileiro ir para lá, o venezuelano passou a vir para cá comprar. Isso já foi no segundo semestre de 2015.”

“No primeiro momento, a população ficou feliz pelo aumento do fluxo financeiro. Certo. Então, o pessoal ficou contente porque passou a gerir a economia local. Só que a partir do momento que os crimes patrimoniais começam, a gente sentiu na segurança pública uma pressão. Então, o pessoal começou a se incomodar. Até mesmo porque começou ainda, a gente está falando num período pré-operação acolhida, então, em que os sistemas de saúde, principalmente de saúde, em Pacaraima, começaram a ser sobrecarregados. E você passa a ter ali o pessoal dormindo nas ruas. Então, isso acaba gerando um certo incômodo. A comunidade começa a gerar uma tensão muito grande. Então, a gente começa a ter furtos dentro dessas lojas por conta da... é furto famélico, muitas vezes. A gente só vai lá, a carta, e sai correndo. Então, a população gostou por um lado por conta do fluxo financeiro, mas as consequências, do ponto de vista de saúde, depois, de educação também, mas, assim, saúde e segurança, o impacto foi forte.”

A partir do segundo semestre de 2015, o cenário passa a ser outro. A percepção das pessoas mudou quanto aos benefícios que a crise de produtos na Venezuela estava trazendo riqueza ao comércio de Pacaraima. Dos migrantes venezuelanos em situação de extrema miséria, tinha os que vinham dos garimpos e que também estavam sentindo os impactos nas suas atividades, muitos pobres e doentes. Brasileiros que garimpavam nesses locais, também retornavam em situação de vulnerabilidade. Quanto a esse fato, houve os seguintes relatos:

“observa que como aquela região de Santa Helena, do 88, é uma região de garimpo, e essa região de garimpo era muito violenta, então assim, a população, o Brasil quase não recebeu médicos, o Brasil recebeu muito pouco, promotor, juiz, professor, essa classe a maioria foi para a Europa, o Brasil recebeu recém-formados (...) o Brasil recebeu esses garimpeiros, esse pessoal que era o garimpo manual, que realmente é a região de muito garimpo, no 88, logo que você desce a serra, é uma região muito grande de garimpo que tem lá, tinha muito brasileiro, muito brasileiro nesse garimpo também, e aí assim, nós recebemos essa mão de obra, que foi onde os venezuelanos fizeram o quê? (...) E aí quando a gente recebeu toda essa população pobre, carente, com fome, em Pacaraima, e eu comecei a ver assim, em Pacaraima simplesmente o centro da cidade, as ruas que já são pequenas (...), até então não tínhamos pessoas em situação de rua.

“Aí o pessoal que estava no garimpo, os brasileiros que foram pro garimpo da Venezuela, tiveram que voltar, aí o garimpeiro mesmo, quando ele sai, ele chega aqui, ele não tem emprego, a mulher tá com outro, o crime vai acontecer.”

Nessa nova fase, os comerciantes e comunidade em geral, de forma solidária, organizavam a distribuição de alimentos e outros donativos, mas mantida a condição por grande lapso temporal e aumentando o número de crimes patrimoniais, a percepção da comunidade quanto ao auxílio ao migrante foi mudando com o tempo.

No período do segundo semestre de 2015, quando a migração em massa passou a ser percebida, até fevereiro de 2018, não havia Operação Acolhida, fato que obrigou os próprios moradores e os órgãos dos poderes públicos locais e regionais a lidarem com a situação praticamente sozinhos.

Mesmo após a Operação Acolhida, iniciada a partir de fevereiro de 2018, e apesar de todos os conflitos vividos nos anos anteriores, os

moradores e comerciantes de Pacaraima continuaram a praticar a solidariedade, segundo o relato:

“mesmo os comerciantes que sofriam esses furtos, eles forneciam alimento para fazer o sopão. Porque, por exemplo, o exército, ele fornecia alimento, mas não é assim, ele fornecia alimento só para quem era cadastrado. (...) O que incomoda a população é o morador de rua, em situação de rua. E esse morador em situação de rua, ele está ali aguardando, tentando a vaga para poder fazer o cadastro”.

Mas a sensação de insegurança e revolta permaneceu, e permanece, pois até o momento, foi constatado apenas o agravamento da crise migratória, sem um horizonte que indique uma solução, seja para a situação de vulnerabilidade do migrante venezuelano, seja pelo fornecimento suficiente e normalização na prestação dos serviços públicos aos migrantes e brasileiros que vivem em Pacaraima.

Essa nova realidade atingiu principalmente os servidores policiais civis, que lidavam com toda sorte de ocorrências e, assim como os demais moradores, conviviam com o cenário de pobreza e da fome nas ruas da cidade. Conforme o seguinte depoimento:

“aí a cidade simplesmente não tinha mais como você sair na cidade a pé, você caminhar, ou você tá de carro, sempre tinha alguém batendo, pedindo, e aí é onde trouxe uma sensação de insegurança, e é onde eu vejo que eu e a metade da minha equipe adoeceu.”

“profissionalmente eu falo que o Pacaraima foi o local que se eu não pedir exoneração, não sair dessa carreira, foi por pouco.”

Diferente dos militares do exército, que ficam em regra, no máximo, cinco meses em Pacaraima, as equipes de policiais, em especial os Delegados de Polícia, eram submetidos a sobrecarga de trabalho e condições insalubres por vários anos, o que não poderia deixar de acarretar o adoecimento quase que generalizado. Reiteradas as notícias nesse sentido, mas também foram indicadas propostas de soluções:

“ideário policial, se ele não conseguisse constituir a residência fixa, ele não teria os dois anos que ele fosse removido, o período em que o policial ficasse no local não deveria superar os dois anos;

“construir prédios de condomínio, ou a gente tem uma casa de apoio que o policial fica com um quarto, da partir do momento



que ele tenha prédios igual ao que exército, as suas amostras têm um prédio ali de condomínio com apartamentos de 2 e 3 quartos, onde o profissional possa, efetivamente, se alojar com a família sem um custo, isso pode fazer ou facilitar com que o profissional resolva se erradicar”.

“E aí é onde tem toda uma questão que eu, de certa forma, não pesquisei o assunto, mas, assim, eu li que a distância da família, as dificuldades que têm na fronteira, principalmente fronteiras secas, né? Ela traz consequências psicológicas que, na cidade normal, pode até trazer, mas é mais a longo prazo. Então, por isso que o exército, ele troca o profissional a cada salvo mudando a cada um ano. O profissional do exército não passa mais de um ano numa fronteira. Porque tem reflexos psicológicos sérios, e aí a polícia civil, a polícia militar não tem essa avaliação.”

Os tipos e forma dos crimes também mudaram. Antes havia sim, inclusive os violentos, mas em outro contexto, segundo relataram:

“o que brasileiro gosta? Tranquilidade, Pacaraima era muito pacata, você tinha um homicídio, no primeiro ano que eu cheguei lá eu tive um homicídio, e rapidamente eu resolvi, a equipe... ah não, é fulano, ah, perai, fulano, teve uma briga, tá acontecendo rápido, aí de repente você começa a ter os assaltos, os arrastões em supermercado”.

E como consequência dessa nova realidade, vem a xenofobia, re-produzindo a segregação do território por meio de favelas como forma estigmatizante do migrante venezuelano, vinculando o crime ao lugar da pobreza, manifestação também aporofóbica.

“Tinha aquela agitação, a cidade era um pouco mais organizada, mas hoje em dia mudou. Hoje existe um ranço mesmo, uma xenofobia por parte dos moradores de Pacaraima. Eu acho isso até meio triste, mas existe.”

“lá no Morro do Quiabo, onde teve uma invasão, virou uma favela. E a maioria dos moradores dessa comunidade são venezuelanos.”

“Porque era tanto imigrante na rua, era tanta pessoa em situação de rua que algumas vezes nem sequer era imigrante, era brasileiro mesmo. Que a sensação de insegurança era muito alta. (...) E aí realmente o discurso de ódio vai surgindo em razão de pequenas premissas.”

“Então a crise migratória da Venezuela e de abastecimento de alimentos lá interessa para a Roraima, mas o discurso político de ódio interessa ao grupo político de Pacaraima, que está no poder de Pacaraima. Dá voto, eles agem na ignorância da popu-

lação, que deixa de perceber os reais por problemas de Pacaraima, que a falta de uma política de planejamento urbano, a favela cresceu lá na nossa frente”.

Ainda com relação às ocupações praticadas em Pacaraima, necessário trazer os alertas noticiados:

“Ocupação ilegal, de área de preservação, os venezuelanos derubam a área de preservação e começam a fazer as casinhas dentro, eles não têm para onde ir, querem ficar na fronteira para ficar mais perto do país mesmo. Então tem essa contradição entre o interesse econômico e até dos empresários de Pacaraima, mas o discurso político tem muita força quando acontece algum crime, furto ou roubo com a autoria da Venezuela. Isso politicamente gera um discurso para atrair eleitores, eu acho, mas é contraditório, porque no dia que acabar a imigração, Pacaraima vai afundar, porque não tem economia. Eles vêm com fome, mas eles vêm com alguma coisa para almoçar, para jantar, tem a operação acolhida ali, aquela circulação de pessoas que trabalham, vem muita gente de fora trabalhar lá.”

“Pacaraima é um local que tem muito nascentes. Tudo contaminado pelas fezes que os venezuelanos muitas vezes usam aquelas matas para... tudo contaminado a água. Mas aí eu conversei com o ouvidor da CAE sobre esse assunto. Ele disse que eles faziam um esforço muito grande com cloro, sempre colocando mais cloro para tentar manter a qualidade da água. E que a água era monitorada com uma frequência para modular as quantidades de produtos químicos para manter a água potável dentro de Pacaraima. Mas que estava vindo a contaminação, confirmou.”

Como resultado, a população começa a se revoltar, começam as ameaças e tentativas de linchamentos públicos de pessoas suspeitas de crime, risco de homicídios por vingança e, até mesmo, uma comoção social violenta com agressões indiscriminadas aos migrantes moradores de rua.

“A gente tinha muita preocupação com homicídios e linchamentos, a gente conversava muito. A gente tinha notícias de pessoas que estavam andando armados, principalmente empresários da cidade, começaram a estar andando armados, com armas na cintura, chegava as informações.

“os policiais de Santa Helena vendiam arma na época por 200 reais, 300 reais, qualquer fardo de arroz eles trocavam por uma arma”.

Em um desses episódios de maior comoção social, a causa poderia ter sido evitada com a simples abertura do atendimento a brasileiros por parte da equipe média e da ambulância da Operação Acolhida. O

acesso aos serviços básicos de saúde, assim como segurança, são os grandes gargalos vividos pela comunidade em Pacaraima.

Quanto a esse episódio. Antes da crise, “a estrutura dos serviços públicos era suficiente”. Após a crise, a Operação Acolhida reforçou o atendimento, mas apenas para migrante, não atendendo a população local de brasileiros. Apesar disso, no hospital público local atende brasileiros e migrantes, os brasileiros têm grande dificuldade no atendimento devido ao grande fluxo migratório. Nesse cenário, foi feito o relato:

“Tem um hospital e tem uma força de saúde. A grande reclamação que a gente via lá é porque havia senhas e que os venezuelanos eram, a imensa maioria, atendidos, os brasileiros ficavam petrificados. Mas até isso também tinha essa reclamação. (...) É, porque eles pegavam senhas primeiro, que eles já estavam na rua, acordavam cedo, pegavam senhas. O atendimento, prioritariamente, principalmente, na verdade, era para os venezuelanos, não para os brasileiros. Tem também essa reclamação quanto a serviço de saúde pública.”

“Na cidade nós só tínhamos uma ambulância também, que atendia todo mundo. E aí teve o assalto lá no comerciante que mora lá há muitos anos, que ajudou a fundar a cidade e ele foi esfaqueado. (...) a ambulância tinha descido com um imigrante, com uma mulher grávida, uma imigrante grávida. E aí a ambulância do exército estava lá, bonitinha. Fomos lá atrás, olha, deixa eu levar, ele foi esfaqueado e tal, a gente não tem como, o hospital não tem sutura, não tem nada, tem como atender ele aqui. Não, não tem. (...) Então assim, o capitão que estava lá no dia, se ele tivesse tido um pouquinho de bom senso e pegasse esse habitante nativo, que está lá há muitos anos em Pacaraima, colocado na ambulância, vindo para Boa Vista com ele, possivelmente aquilo não tinha acontecido”.

“ali naquele primeiro embate foi uma questão de revolta da população, não com o imigrante, com o imigrante em situação de rua. Foi uma revolta ali, na realidade, o que eles queriam era que o exército saísse e fosse para o... que eles estavam esperando o embate”.

Apesar desse episódio relatado, em que teria sido negado o transporte de um brasileiro na ambulância até a capital, nesse cenário de guerra, foi relatado que as forças de segurança, geralmente, somavam esforços e, durante um tempo reduziam os crimes, mas depois voltavam a aumentar, em um ciclo vicioso e sem fim, fato que foi detalhado pelos entrevistados:

“Mas quando eles faziam esses bondes de assalto e roubos lá em Pacaraima, quando ficava uma situação bem grave em relação à comoção social e à pressão da polícia, que a polícia começou a abordar a gente, eu cheguei a presenciar a polícia militar, porque o venezuelano tem essa característica de gostar de ficar na rua começando a noite, fica multidão assim, não sei se é por falta de outras opções de lazer, eles gostam de ficar na rua começando, os grupos, até as famílias. Eu vi a polícia militar escoltando as pessoas para voltar para casa, 11 horas da noite, para não ficar ninguém na rua. Aí deu uma tranquilizada, mas quando passavam alguns meses, era como se diz, temporário, cada período de tempo tinha esses picos de assalto de violência, crimes violentos, aí eles voltavam para a Venezuela, ficavam lá e a cidade ficava toda calma. Eu percebi esse ciclo.”

“em relação a esses picos, a gente fez um trabalho assim, porque também tinha muitos arrombamentos muito fúteis que eles praticavam, e aí a gente foi localizando receptadores e conseguimos prender alguns, pedia prisão de gente lá, e aí realmente passavam um período de dois, três meses com muita tranquilidade, depois que uma semana de assalto de crimes voltava e começava tudo de novo.”

Dessa forma, evidenciado que a atuação da segurança pública afeta e, ao mesmo tempo, é afetada por outras ações e políticas governamentais e da sociedade civil, motivo pelo qual a elaboração de políticas públicas necessita ser integrada, entre os diversos órgãos, pois a ação de um repercute necessariamente na atuação do outro. Sob esse enfoque, passo a apresentar o próximo tópico onde os entrevistados se manifestam sobre essas políticas públicas cujo resultado experimentaram na prática profissional.

#### **5.1.4 As políticas públicas pela análise daqueles que a vivenciaram**

Antes da crise migratória, Pacaraima era uma típica cidade do interior de Roraima, apesar de região de fronteira, era considerada pacata, mas essa realidade foi mudando, fato comprovado pelo seguinte relato:

“A gente tinha uma situação muito grave de Maria da Penha. Questões atreladas à bebedeira. Lesão, briga e tudo mais. Todos os homicídios que tinham eram atrelados à bebedeira. Então, a gente não tinha assim problema de segurança as coisas a respeito da parte patrimonial. E aí, nós passamos a ter furto em veículos. Não o furto do veículo em si, mas em bem do interior do veículo. Esse tipo de situação.”

Apesar da mudança da realidade, não houve mudança da estrutura, da equipe ou mesmo qualquer política pública voltada à Delegacia da Polícia Civil, ao menos nos primeiros anos da crise, pois a primeira intervenção real foi a construção do novo prédio apenas em 2022, tendo essa omissão repercutido muito gravemente a relação entre a comunidade de brasileiros e venezuelanos migrantes que passaram a residir no local. Quanto a essa gênese, relatou um dos entrevistados se referindo a meados de 2015:

“E foi quando, se não me engano, a gente teve a primeira ocorrência envolvendo o venezuelano, que foi uma tentativa de roubo numa loja dessa no Brasil. Quando o venezuelano veio, o venezuelano, três, tentar praticar o roubo, eles deram um azar desgraçado. Durante a tentativa de roubo, a população interveio e, para o azar deles, a nossa viatura estava passando na hora. Sabe o que é na hora? O cidadão correu dentro da loja, a viatura passou, o pessoal já catou, o carro conseguiu fugir, porque tinha uma dupla no carro que pegou só um. Só que esse que pegou era o militar venezuelano. Era o sargento da Venezuela, se não me engano. Na época, a delegacia não tinha estrutura, o molhinho da delegacia não tinha essa altura. Gerou uma certa preocupação numa tentativa de resgate. A população cercou a delegacia, queria resolver o problema, mas a gente conseguiu gerenciar. O comandante deles explicou a situação, explicou como tinha ocorrido a prisão, ele entendeu, ele voltou para lá. E a gente concluiu o procedimento todo aqui. O comandante foi condenado, acho que foi uns 9, 20, 30. Provavelmente ele está solto por conta do prazo e das progressões de pena. Então, basicamente foi esse aí.”

“2016, até a gente viu até julho ali, aí vira de cabeça para baixo. Então, o volume de crimes praticados contra o povo venezuelano, histórias. Então, esse domingo a nossa cidade estava com 60%, 70% das ocorrências envolvendo o venezuelano. E aí aumentou muito o crime patrimonial. Patrimonial no seguinte sentido, o que nós passamos a identificar? Furtos de residências, como já comentado anteriormente. Pacaraima era vista com a Teresópolis roraimense. Então, o pessoal seguia a serra, havia muitas casas de veraneio em Pacaraima. E o que é que aconteceu com essas casas de veraneio? As casas passavam a semana vazia. Então, o pessoal fazia compras, deixava os móveis. E aí, a gente acabou identificando uma rotina de um procedimento que eles faziam. Eles vinham e desligavam a energia no poste. Ficava observando. Se não houvesse movimentação na casa, eles entravam. Só que entravam inicialmente para pegar comida e tudo mais. Depois, se não tivesse mais, eles faziam o limpo. Então, a gente passou a ter esse tipo de situação que era o que não existia. Porque o lá tinha casa sem muros, sem nada e tal. Com essa liberdade toda. E aí, passou a mudar esse perfil do que ocorria na delegacia.”

Com a mudança da realidade e mantida a precariedade estrutural e de pessoal, a sensação dos policiais passou a ser a de que, mesmo que trabalhassem 24 horas por dia, não conseguiam dar conta da demanda de serviço e, o mais grave e que causa adoecimento, as cobranças administrativas, da pressão dos órgãos de controles, além da preocupação em reduzir o ímpeto vingativo da comunidade.

Nesse contexto desesperador, alguns dos entrevistados defenderam o fechamento da fronteira pelo Brasil. Disseram:

“Olha, na época foi assim, tipo enxugar gelo, na verdade. As políticas adotadas pelo Brasil foi só para enxugar gelo. Não resolvia, a metodologia que eles usaram não resolvia o problema. Na época, inclusive, no meu pensamento, eu até radicalizei meu pensamento, e eu defendia a ideia de fazer igual lá nos Estados Unidos, construir uma cerca lá e não deixar entrar.”

“Mas num momento que a gente está numa fase tão difícil do país, que o país está querendo se colocar no primeiro mundo, desenvolvendo, como é que ele abre as portas desse jeito para aumentar o índice de criminalidade dentro do país, sabe, para aumentar a fome dentro do país, para prejudicar o patrimônio privado do seu cidadão, a vida do seu povo? Eu me perguntava isso.”

Nem a Operação Acolhida, elogiável apesar de tardia, foi suficiente para suprir a nova demanda local, sendo mantido relatos críticos, até mesmo, a ação humanitária sem critérios de limitação de ingressos de migrantes: Seguem trechos das entrevistas:

“Para eles ali em Pacaraima é outro foco, sabe? É muito dinheiro desperdiçado. E quando você vai dar socorro para uma população que vem de outro país, na situação da Venezuela, eu, eu, ao meu modo de ver, para não haver prejuízo para as instituições no Brasil e a sociedade no Brasil, eu falo, para a segurança pública, para o sistema de saúde, propagação de doenças, né? E o patrimônio no Brasil e mais desfalque ainda em hospitais e tudo no plano de saúde, o que eles tinham que ter feito? Quando recebia todos, todos que estão vindo do jeito que estão recebendo, mas limitava eles a uma região da fronteira e depois a partir dali da triagem com antecedentes criminais, iriam saindo as pessoas dali. E os que não tivessem antecedentes bons e nem perspectiva de um futuro bom, iriam ter que permanecer ali do mesmo jeito que eles recebem esse dinheiro do governo federal e estão aqui furtando, comprando cachaça, comprando droga. Eles iam estar limitados a isso.”

“Qual é o país nesse planeta terra que abre as portas para receber assassino, traficante e guerreiro qual é o país que faz isso?”

Brasil. Brasil não tem distinção, não tem preconceito abre as portas, entra tudo.

Outra crítica se refere a alegação de que o Exército brasileiro, quando da visita de autoridades públicas nacionais, atua para esconder o problema, como dito:

“tanto é que quando veio o presidente, veio a ministra, a cidade não tinha um morador de rua. A gente até brincou na época, eu falava assim, poxa, eles têm que vir mais vezes, por que onde que eles colocaram esse povo? É uma palhaçada. Então assim, aí a gente observa que a questão toda é mascarar, é igual passar a pintura que os meninos do exército fazem nas calçadas”.

“O objetivo da instituição ali, quem está feliz da vida nessa situação toda é o Exército. O Exército está ganhando pontos com a ONU. Ele participou daquela ONU, eu não lembro qual foi o país que o Exército fez uma operação pacificadora.”

“Exército não está preocupado em dar uma solução, é como se fosse uma fonte de renda”.

Da mesma forma, há críticas ao reforço no policiamento mandado pela União por meio da Força Nacional: “Força Nacional nunca trabalhou lá só ficava cuidando do papel”.

Mesmo com parte dos entrevistados sendo favoráveis a medida extrema do fechamento da fronteira, praticamente todos afirmaram que, por ser fronteira seca e não patrulhada de forma efetiva, o fluxo de migrantes não seria impedido. Essa experiência foi confirmada durante o ano de 2020 com a pandemia do COVID 19, como relataram:

“Venezuela trancou a fronteira aí o movimento nunca parou o pessoal nunca entrou pela fronteira, o pessoal entra clandestino pelas cabriteiras que a gente chama lá, pelas rotas ilegais no meio da mata, pelas terras indígenas, até por dentro das terras do exército que o exército fica correndo e não consegue pegar.”

Quanto a produção estatística e controle da efetividade das políticas públicas adotadas, novas críticas surgiram no sentido de que:

“É no sentido de que tudo é quanto pior, melhor. Porque aí eu falo, não, eu não vou conversar com o pessoal da saúde, eu não vou conversar com o pessoal do exército, eu não vou conversar com ninguém, porque eu quero que se agrave, eu quero que o índice de criminalidade cresça, eu quero que tenha a subnotificação cresça, eu sei lá. Seriam itens que é importante você ter os dados, mas eu quero que esses dados, que a população veja

que isso não funciona, para eu poder ter a possibilidade de entrar com orçamentos extraordinários, que eu possa comprar sem licitação, que eu possa fazer o que eu quiser do jeito que eu quiser”

Ainda, com a política pública de interiorização de migrantes venezuelanos, parte dos entrevistados gostariam que profissionais estrangeiros mais bem formados tivessem ficado em Roraima, como forma de contribuir para o Estado e, até mesmo, auxiliar no apoio aos migrantes mais vulneráveis, contudo, essa não foi a política adotada, segundo contaram:

“Inicialmente, abriram-se as fronteiras, da fronteira, começou a entrar imigrantes, e aí, em determinado momento, eles fizeram uma seleção, quem tinha alguma formação profissional, vamos encaminhar para outros estados, e os que não tinha ficavam aqui, entendeu? E aqui, como é a porta de entrada, era que deveria ter olhado com mais carinho, porque nós somos a entrada do país, do Venezuela numa crise tremenda. Então, por que não deixar essas pessoas qualificadas aqui? Depois, quando o mercado não tivesse mais como absorver, mandava para lá, mas não. Mas quem era qualificado, vamos mandar para o resto do país, para outros estados, e fica só quem realmente não tem qualificação. Então, essas pessoas não arrumavam emprego, ficavam na rua, tinham que se alimentar de alguma maneira, porque o projeto aqui, a acolhida, não tinha como absorver todas aquelas pessoas, eles tinham, eles, tem filho pequeno, não tem, quantos filhos passam, quantas vagas, e tudo é limitado. E o resto fica aí a Deus dará”.

Mais uma vez, os entrevistados, nesse ponto de forma acertada, indicaram a integração dos órgãos públicos e da sociedade civil como mecanismo eficiente para uma criação de política pública efetiva. Nesse sentido:

“a gente não consegue resolver um problema de segurança pública com uma unidade de instituição. Problemas de segurança publicamente necessitam de ação integrada de diversos órgãos, não só órgãos de segurança, mas órgãos que trabalham dentro de um sistema de defesa social”

Dessa forma, como sinal de insuficiência das políticas públicas, nasce a relação de causa e consequência entre as duas premissas abordadas no presente trabalho, a crise migratória venezuelana e a criminalidade na cidade fronteira de Pacaraima, da qual passo a expor no tópico seguinte.



### 5.1.5 O migrante e o crime em Pacaraima

Nesse tópico, em especial, reside o ponto fulcral da pesquisa, no qual a percepção no sentido de associar o migrante venezuelano e o crime em Pacaraima é problematizado dentro dos conceitos de aporofobia, xenofobia e estigmas, tendo como referência as representações dos Delegados de Polícia Civil que atuaram na Delegacia de Pacaraima, antes e depois da crise migratória, no recorte temporal proposto, ou seja, do ano de 2014 a 2019.

Aqui, mais uma vez, importante distinguir dois momentos, o primeiro anterior à crise migratória, cujos reflexos começaram a repercutir na segurança pública local, segundo relatos, no segundo semestre de 2015. Até então, a rotina da delegacia não envolvia venezuelanos como infratores, na sua grande maioria, conforme os números já expostos e explicitado pelos entrevistados:

“a gente quase não tinha ocorrência envolvendo a venezuelanos, nem como vítima, nem como autores.”

“A maioria eram brasileiros, poucos venezuelanos. E os crimes ali eram mais ligados a acidente de trânsito, contra os costumes, estupro, violência doméstica, ameaça. A criminalidade não era grande. Roubo, homicídio, poucos. Era mais esses crimes mais... Mais comum mesmo, né? Acidente de trânsito... tinha muito acidente de trânsito em Pacaraima. Tinha... Furtos, eram pouquíssimos furtos. Roubo, difícil também. Era uma cidade tranquila. Era mais ou menos pacata.”

“Mas tinha sim envolvimento de venezuelano com crimes lá. Mas não era assim, maioria. Era raro. Era um ou outro flagrante que se fazia lá de pessoas da Venezuela. Mas eram esses crimes de natureza não muito grave. Principalmente, embriagueis ao volante, briga, lesão corporal, essas coisas.”

Os crimes típicos de fronteira, por serem de atribuição da Polícia Federal, não chegavam para apuração por parte Polícia Civil, e não repercutiam na rotina dos moradores locais. Como visto anteriormente, tanto brasileiros quanto venezuelanos praticavam esse tipo de crime, mas não geravam comoção na localidade, como observado por alguns dos entrevistados:

“Muita gente daqui ia pra lá e pegava esse frango, aproveitava, já levava droga e já trazia, então, não tinha de lá mesmo que praticava esse crime, eram só menores, eram dois ou três que a

gente conseguia, inclusive, até prender. Não tinha criminosos morando lá, efetivamente, praticando crimes lá, eles ficavam intermediando ali, a... Por exemplo, pega uma arma, eu estou precisando comprar uma arma, ah, pois eu vou buscar lá na Venezuela, você vem aqui, eu vou me encontrar e tal tanto, eu passo pra você, entendeu? Mas a droga não ficava lá, a grande parte, o armamento não, ali era só passagem mesmo.”

A partir do segundo semestre de 2015, com prisões mais frequentes de venezuelanos, a primeira barreira que surge é a linguística, como narrado:

“Porque a gente não estava acostumado a tratar com venezuelanos. Hoje não, já passou um certo tempo e a gente já consegue se comunicar de uma maneira mais eficiente. Mas naquele início, a barreira linguística acabou complicando.”

A partir de então, passou a ser perceptível a prática da prostituição por mulheres venezuelanas, a prisão de venezuelanos portando drogas ilícitas supostamente para uso, fatores que inicialmente foram negligenciados pelos poderes públicos. Com relação ao tráfico de drogas:

“a gente tinha uma dificuldade maior de identificar os autores, até mesmo porque o pessoal não conhecia exatamente quem eram, não conheciam os venezuelanos. A gente teve muita situação, porque a gente não teve como identificar, (...) a equipe policial teve essa dificuldade de aproximação para tentar saber quem é quem dentro daquele novo universo de população que estava chegando na região.”

“E aí você ia na Venezuela comprar com papelote de maconha, eu não lembro quanto que era o valor, mas era um valor muito pequeno. Você chegava com aquela mesma quantidade ali em Pacaraima, você fazia o triplo do valor da maconha.”

Em Roraima, as mulheres venezuelanas que se prostituíam eram apelidadas de forma depreciativa como as *ochenta*, pois o programa era comumente anunciado pelo valor de R\$ 80,00 (oitenta reais). A presença de venezuelanos envolvidos com uso de drogas ilícitas também aumentou:

“Na Capital, principalmente, era comum a prostituição das venezuelanas.”

“Também passou a ser comum a prisão de venezuelanos usuários de drogas.”

“Era comum as pessoas de Boa Vista colocarem as cadeiras na calçada para poder ficar batendo papo à noite. Isso aí existia lá.

Era um costume do povo local. Já nessa época aí da imigração venezuelana, era muro de dois metros de altura, cerca elétrica, ninguém saía na rua mais. Então olha só como que afetou e mudou os costumes até da população lá em Boa Vista.”

Quanto a Pacaraima, os sinais mais evidentes do incremento da ação criminosa foram com relação aos crimes patrimoniais. Havia dificuldade na identificação e prisão dos infratores e, quando eram pegos e flagranteados, eram soltos na audiência de custódia, fato também usado como alimento ao discurso de ódio contra o migrante, levando a população local, até mesmo, a ameaçar de linchamento esses infratores quando eram presos.

Por sua vez, os venezuelanos vendo a prática da justiça de que, caso presos, seriam liberados, também deixaram de temer a ação da justiça, conforme alguns dos relatos:

“Eles sabem que vão ser soltos na audiência de custódia. Os crimes de furto, ninguém fica preso, até porque a gente não tem nem onde guardar. E aquelas mesmas revoltas que deu na população lá em Pacaraima (...)”

“Os furtos em Pacaraima são assim a noite eles pegam uma distribuidora um exemplo bem prático, fica na esquina eles estão dormindo acampado na porta dessa distribuidora na madrugada eles entram e arrombam ali, mas não é um ou dois são 30, 40 quando a polícia vê quando a informação chega tem que correr no meio do lavrado em direção a Venezuela.”

“Causa revolta de e cidadão que não aguenta o furto, pegar e espancar. Responde agora por sequestro, cárcere privado e agressão física, porque pegou a pessoa e espancou. Tem gente que já tá perdendo a cabeça, isso pode virar um faroeste. É muito grave uma situação dessas.”

“Meu pesadelo é que acontecesse um linchamento ou um crime contra venezuelanos, sem motivo, só por ódio. Ah, foi pego furtando uma fruta aqui nos supermercados que pensou ser espancada. Aconteceram alguns, mas graças a Deus foram coisas leves, a polícia militar chegou rapidamente e levou para a delegacia.”

“A gente ficou muito atento à possibilidade de homicídios de venezuelanos como lição para assustar eles.”

Da mesma forma, que os delegados tinham que lidar com a revolta da população local com relação aos constantes furtos, tecnicamente observavam que, em grande parte, os casos que chagavam à delegacia

eram furtos famélicos, motivo pelo qual, nesses casos mais evidentes, deixavam de lavar o auto de prisão em flagrante, ao menos até o ano de 2017, fundamentados na aplicação do princípio da insignificância, que acarreta a atipicidade delitiva. Esse entendimento mudou, considerando a frequência cada vez maior desse tipo de crime e o consequente aumento da comoção social dele resultante. Quanto a isso foram descritas as seguintes situações:

“É, é o crime famélico, o crime dos brasileiros começa a ficar em segundo plano, por exemplo, lá eu investigava membros do comando vermelho, membros do PCC com o tráfico e aí de repente como o índice de crime, vou denominar assim como crime famélico, tese, que pode ser considerado, não pode, não sei, eu considerava no crime famélico em razão de que você ir lá furtar um envelope com vinte sabonetes pra vender é famélico. E aí você, eu me dedicava com a minha equipe fazer esse tipo de flagrantes que era dois a três por dia, antes eu tinha tempo de investigar realmente os reais crimes que afeta toda a sociedade e de repente o tráfico de drogas, tudo continua, aumenta, e aí começa o formiguinha e aí os crimes em si de brasileiros praticados por brasileiros ele fica no segundo plano, porque todos os esforços que eu gastava era pra conter uma questão social.”

“eu sou a favor do delegado poder aplicar o princípio da insignificância, de não fazer flagrante com determinados valores, você fixar, porque esse princípio já é utilizado, Polícia Federal, Receita Federal, vários órgãos empregam isso daí em decisões administrativas, porque a polícia não poderia, mas aí o que aconteceu com esse meu pensamento? (...) Eu comecei a empregar esse pensamento, e de repente eles estavam invadindo os comércios, então deixava de fazer um flagrante por causa de duas caixas de sabonete fechadas que ele ia vender na rua, que ele furtava do supermercado, e de repente os comerciantes começaram a aplicar a própria lei, pegar, praticar tortura (...) aí foi onde eu tive que mudar o meu pensamento, ou eu faço todo flagrante, ou a cidade vai ficar, vai virar um caos.”

Mais uma vez, essa nova e complexa realidade, sentindo-se abandonados institucionalmente, pressionados pelo sistema de justiça e comunidade local e sem as mínimas condições estruturais e de pessoal, foram reiterados os relatos de adoecimento físico e mental por parte dos delegados que atuaram em Pacaraima durante a crise migratória. Um dos relatos, resume todos os outros, pois o entrevistado cita que “isso daí é questão de contenção de questões sociais, vamos melhorar as questões sociais que isso daqui não vai acontecer, isso é onde Pacaraima me deixou traumas.”

Todas as impressões colhidas, relatos que foram apresentados textualmente, ajudam a demonstrar a necessidade de mudanças estruturais e maior integração e respeito entre os órgãos de Estado e a sociedade civil, o que não ocorreu. Contudo, mesmo que precariamente, foram desenvolvidos trabalhos integrados com as demais instituições que atuaram em Pacaraima, como passo a apresentar no tópico seguinte.

### **5.1.6 As relações com outras forças policiais e instituições nacionais**

Nesse ponto em especial, com relação às relações desenvolvidas com as demais instituições nacionais que atuam em Pacaraima, não houve consenso entre os entrevistados. Diante disso, apresento de forma separa as diferentes percepções.

Em primeiro lugar, no período anterior à crise migratória, prevaleceram os relatos de haver boa relação e certa integração, ao menos com relação a algumas ações, destacaram as parcerias com o judiciário, exército, diretores de escolas, Prefeitura, comerciantes e comunidade em geral. Também teve destaque a boa relação com os Tuxauas, líderes das comunidades indígenas.

“boa integração com o judiciário pelotão do exército, comerciantes, diretores de escolas e Prefeitura e comunidade em geral. Também foi feito parceria com as comunidades indígenas, chamando os tuxauas para conhecer, facilitando o acesso às comunidades e conseguindo colaboração por parte de todos.”

“Tinha muita integração ali. A polícia militar visitava a delegacia, a polícia militar. O ministério público era muito atencioso. A defensoria pública, o judiciário também. Tinha uma integração muito boa. O ministério público, o judiciário, a defensoria pública, a polícia militar, a polícia da Venezuela. A polícia federal, a receita federal. Era muito bom o entendimento entre as instituições ali.”

Ao contrário, com a mudança do cenário pelo advento do aumento do número de crimes e pressão social relacionada à crise migratória, essas boas relações foram estremecidas, principalmente com o Ministério Público, em alguns períodos: “Com besteirinha. Aí o promotor que vinha em cima. Por que você soltou fulano? Por que não fez uma prisão flagrante do fulano?”.

Da mesma forma, o fato do Poder Judiciário de Pacaraima não realizar em certo período as audiências de custódia na cidade, obrigava o transporte do preso para a capital, o que aumentava ainda mais os custos operacionais e o desgaste da equipe, como indicado:

“nós tínhamos que trazer preso para audiência de custódia aqui (Capital), o juiz de lá se negava a fazer audiência de custódia nós tínhamos que passar os 240 km com todo aquele movimento de prisão que tinha, meu Deus do céu que absurdo.”

“o juiz também liberava a audiência de custódia uma pessoa que não tinha endereço fixo, aí depois vinha cota pra gente achar fulano de tal, não, não acha, aí começou, os venezuelanos começaram a entender que o sistema penal brasileiro era frágil.”

“não tinha computador, não tinha internet na delegacia, não tinha e agora deve ter, mas não tinha e era cobrado pelo procedimento e o juiz não queria nem saber.”

“alguns casos para me livrar do preso para não ter que trazer para Boa Vista a gente fazia a vaquinha e pagava fiança.”

Com relação a parceria com o Conselho Tutelar de Pacaraima, também foram relatadas dificuldades, como observado:

“Conselho Tutelado em Pacaraima é muito difícil de lidar com ele. Ele tem uns conselheiros lá mais antigos que têm uma visão muito restrita da atuação do Conselho Tutelar. Então quando chega uma ocorrência para a gente na delegacia envolvendo crianças e adolescentes a gente já fica preocupado, porque quem acionar o Conselho Tutelado não vai querer fazer determinados procedimentos. O que diz que eles não trabalham com jovens infratores.”

Diferente foi a relação desenvolvida com o Exército Brasileiro, que geralmente se demonstrava solícito e cooperava com as ações policiais, também colhendo algumas informações que a eles interessavam. Era uma relação de troca:

“A gente conversava muito com o pessoal da inteligência do Exército. Muito interessante essa troca de informações. Fizeram até umas diligências com a gente? Porque como a gente tem uns agentes que conhecem bem aquelas trilhas pelos quais os venezuelanos passam, pra evitar passar na fiscalização. Eu liberei aqui pra passar dois dias com eles. Eles caminharam tudo, usaram drone pra fazer imagens. Foi bem interessante. O pessoal da inteligência do Exército. Estava tendo um contato bem bom com eles lá. Foi bacana.”

Contudo, a crítica com relação a gestão do Exército relacionada a Operação Acolhida, permanece, apesar de reconhecida a necessidade da acolhida humanitária, porém se demonstra insuficiente:

“A operação acolhida, no meu ponto de vista, ela é muito boa e é quem consegue dar o mínimo de organização àquela cidade pela questão da imigração. (...) O problema é que a estrutura para dar um suporte para tentar auxiliar essas pessoas para saírem das ruas de lá, que é uma coisa que desagrada muito os moradores, vê as pessoas dormindo na rua, vê aquelas barracas, eles odeiam isso, os Pacaraimenses, exigiria muitos recursos, muitas pessoas e espaço.”

“ela (Pacaraima) tem uma questão geográfica diferenciada. Pacaraima, você vai ver com as subidas, a serra, e ela fica lá em cima, imprensada na parte mais alta dessa subida, com a fronteira. Então, por exemplo, a operação acolhida é no quartel do exército ali, do batalhão de fronteira, PF, pelotão da fronteira, e é um espaço pequeno.”

Com relação a Polícia Federal, foi relatado:

“A Polícia Federal lá, que é a polícia de fronteira, não consegue realizar seu trabalho por falta de pessoal, apesar que aparentemente funciona bem, porque tem três delegados de polícia federal.”

“Eu entendo, se a polícia de fronteira é deles (Polícia Federal), eles deveriam fazer aquele trabalho de guarda de fronteira. Deveriam andar ali na fronteira, abordar as pessoas, mas eles não saem dentro da delegacia. O que eles estavam fazendo nesse papel era o exército. O exército com seus soldados fazia busca, parava veículos, fazia blitz. Quem faz lá é o exército. E é o trabalho da polícia federal.”

“Eles (Polícia Federal) poderiam, se fizessem essa atividade, tentar filtrar melhor quem está circulando ali na fronteira, passando um lado para o outro, fora da BR, pelos bairros, que eles entram muito pelos bairros.”

Relembrando que para lidar com as complexidades do trabalho no interior, a integração e cooperação entre as instituições se torna fundamental, o que nem sempre ocorreu, em especial após a crise migratória. Além disso, outras complexidades envolvem Pacaraima, por ser cidade de fronteira, ou seja, cuja atuação exige também relação com instituições de segurança do país vizinho, o que será visto no tópico seguinte.

### **5.1.7 A interação com a guarda bolivariana e a preocupação com a nacionalização do Crime Organizado venezuelano**

Nesse item específico, será tratado tanto da relação com as autoridades venezuelanas de segurança, quanto da preocupação descrita com relação à atuação do crime organizado venezuelano em Pacaraima. No que se refere ao tema, foi narrado:

“das vezes, que a gente precisou tanto da polícia venezuelana, quanto do exército venezuelano, a gente teve um suporte bom, a gente nunca chegou a ter estranhamento, eles deram suporte bom pra gente”

“eu já tinha dito que estava passando bandido ali, gente que pertence à facção dos coletivos e do sindicato, que são duas facções grandes que tem na Venezuela, só que eles têm pessoal que é remanescente (...) Então eles são mais ou menos uma facção paramilitar, eles têm os peão, que eles atacam de arrastão, que é os ataques que acontecem em Pacaraima, e muitas das prisões dessas que eu fazia em Pacaraima, tinha militares ali dentro, eles tinham um documento da ACNUR, bonitinho, aquele papelzinho, é uma folha de ofício que eles recortam lá e fica como uma identidade dos caras”

“eu via pelo perfil, pelo conhecimento, pelo jeito que o cara falava, que ele não era um simples imigrante, que ele não fazia parte de uma pessoa que estava morrendo de fome do lado da Venezuela e que veio buscar abrigo desesperado dentro do Brasil, aí a gente batia foto deles, eu tinha contato com o pessoal da guarda lá na Venezuela”

“conheci um pessoal da Guarda venezuelana, me apresentei para eles (...) quando precisar de ajuda, o telefone nosso está aqui, deu o número do telefone, manda foto e o nome que ele disse lá, mas principalmente a fotografia, a gente vai olhar no banco de dados aqui, e o pessoal dizia que eles não têm banco de dados, eles têm, a Guarda venezuelana tem. Aí eu pegava esse cara que estava preso na delegacia, acusado de furto, de roubo, ou suspeito de homicídio, mandava foto para o pessoal lá da Venezuela, e lá vinha militar do exército e que pertencia a tal facção. E o nome dele era outro, não era o nome do documento que estava no ACNUR.”

As informações colhidas, em especial, com o objetivo de identificar os infratores, poderiam e deveriam se valer de um sistema oficial e integrado de parcerias entre as instituições de segurança do Brasil e da Venezuela, o que, conforme descrito, não estava disponível para a Polícia Civil local.



Para suprir essa deficiência, houve relato no sentido de estabelecer o contato e parceria de forma direta. Contudo, também houve relatos de opção de distanciamento, por haver desconfiança por parte das autoridades brasileiras:

“Até porque, como eu falei no início aqui, a corrupção lá, ela parte muitas vezes dos próprios policiais venezuelanos, então eles não tinham muito essa vontade de ter essa relação de intercâmbio pessoal da fronteira ali, né? Não tinha. (...) nós chegamos a prender policiais deles lá, estavam cometendo crime dentro, nós conseguimos prender, roubaram um carro, e justamente para fazer a assalto desses cambistas, nós conseguimos prender dois na verdade, era um capitão não sei das quantas, eu estava lá dentro, então assim criou essa animosidade, né?”

Daí surge o tema do crime organizado. Assunto reiteradamente desenvolvido pelos entrevistados sem uma provocação prévia, o que indica ser relevante para o entendimento de suas vivências e percepções. Quanto a isso, foi descrito:

“Então passou muito criminoso de altíssima periculosidade que se juntaram ao PCC no Brasil. Tanto é que um dos chefes do PCC aqui, a gente tentou prender ele várias vezes em Pacaraima, ele se passava para o Venezuela e ele estava comandando o grupo de uma facção da Venezuela já do lado de lá, porque tinha feito um pacto entre eles. A longo prazo isso vai alterar muito o perfil das facções no Brasil, porque a Venezuela é um país que mais comprou arma nas décadas passadas, arma e munição.”

“Entrou tudo quanto é tipo de coisa e assim não entrou só o venezuelano não, entrou outros bandidos também de outros países, sabe? Falando fluentemente que nem o Fernando, esse aí do PCC que está preso agora, ele passava fluentemente com um venezuelano, sabe? Com um documento venezuelano. A gente só soube que era ele por causa da imagem, porque a gente já estava atrás dele no morro lá com a ajuda do Exército, fazia tempo que a gente estava tentando pegar ele porque ele estava comandando os furtos lá na área e o tráfico de droga.”

“o tráfico de drogas incomoda, incomoda a sociedade, no entanto ele incomoda quando o usuário vem praticar um crime, o usuário vem praticar o furto, o assalto, pra manter-se esse tráfico (...) o que o mercado do crime que ataca mesmo a sociedade, é você chegar em casa e ver sua casa arrumada, sua TV foi embora, o videogame foi embora”

“temos ameaças, mas de Venezuela não, ameaças de PCC brasileiro, que lá dentro da cidade tinha uma guerra entre o PCC e o CV, dentro de Pacaraima, e já tinha tido quatro homicídios, só dois que a gente resolveu, os outros dois até hoje, só Deus sabe quem é.”

“hoje nós já temos várias prisões de venezuelanos como membros de organização criminosa, nós já temos, mas os venezuelanos têm uma organização criminosa já formada aqui no estado, entendo que não, e que ele ainda vai demorar uns três anos pra formar sua organização criminosa, eles estão dentro de outras organizações criminosas, mas eles já estão aprendendo. E aí eles têm duas vantagens, porque ele tem arma, armamento bom, que o armamento venezuelano e colombiano é bom, que é armamento de guerra, e tem a droga da Colômbia.”

“Então assim, com relação à migração, se não tiver um trabalho social por trás, eu dou um prazo aqui de quatro anos pra não existir mais PCC e CV em Roraima e ter uma organização criminosa venezuelana própria.”

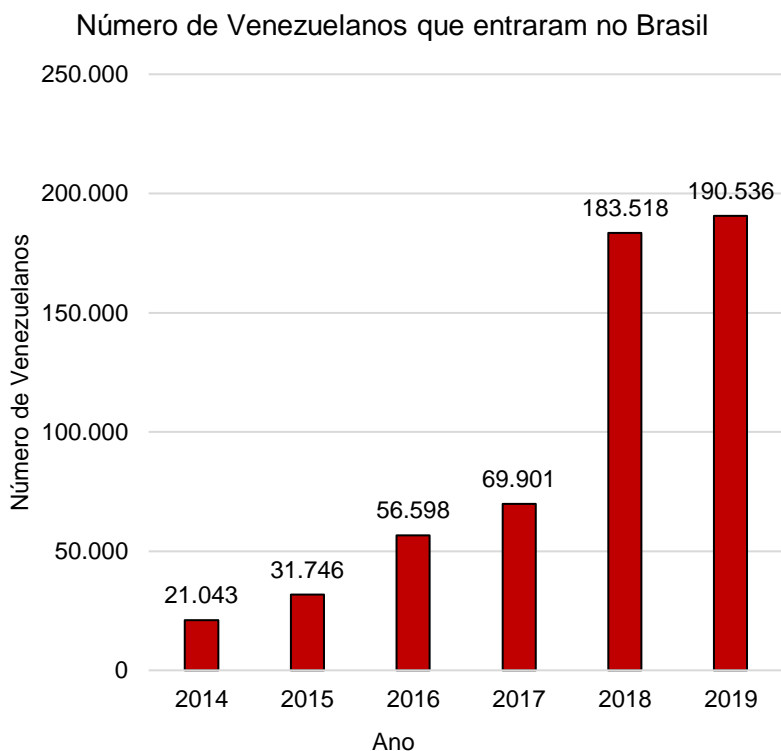
Relacionar o migrante ao crime organizado, de forma generalizada, é uma das manifestações de aporofobia, contudo, as narrativas acima, obtidas de forma espontânea, deixam evidente a necessidade do aprofundamento do tema por parte das autoridades nacionais de todas as esferas e que, ao que tudo indica, está sendo negligenciado.

Assim, essa suposta relação merece um estudo técnico, aprofundado e específico, com objeto e metodologia próprios, sendo indicado em possíveis trabalhos futuros no tópico adequado.

## **5.2 OS DADOS APRESENTADOS NOS CAPÍTULOS ANTERIORES VALIDAM AS REPRESENTAÇÕES?**

Nesse último tópico, faço uma indicação dos pontos em que os dados objetivos colhidos validam as diversas representações dos delegados de polícia que trabalharam em Pacaraima no período de 2014 a 2019, descritas nos tópicos anteriores.

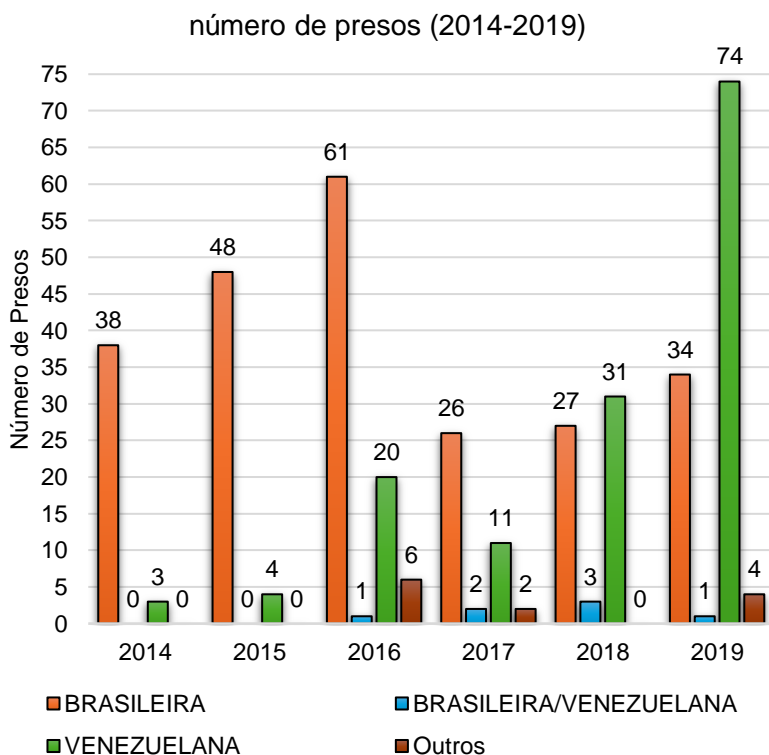
Necessário, para tanto, recordar ao menos três dos gráficos comparativos trazidos nos *itens* 2.3, 3.2 e 3.2.7. O primeiro demonstra o fluxo migratório de venezuelanos com ingresso registrado em Roraima, no período de 2014 a 2019. O segundo trás os tipos de crime, violentos e não violentos, de maior incidência. O terceiro, compara os tipos de crimes e a nacionalidades dos autores presos em flagrante no município de Pacaraima no período investigado (Gráfico 52):

**Gráfico 52 – Análise do gráfico 24: Número de Venezuelanos que ingressaram no Brasil no período (2014-2019).**

Fonte: Ministério da Justiça (MJ) (2020).

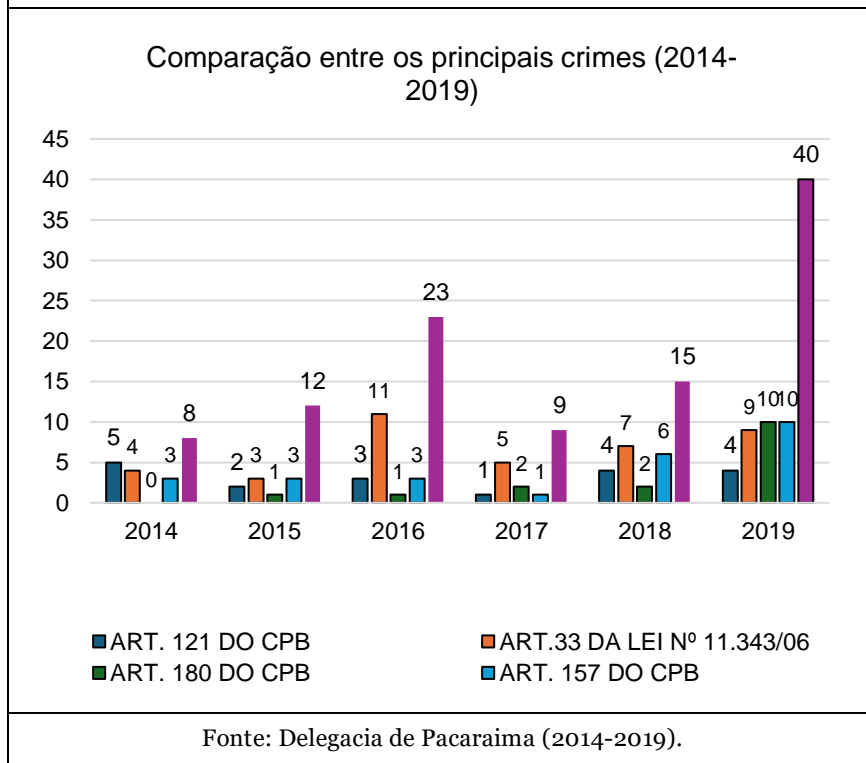
A primeira comparação é em relação ao fluxo migratório e o número de presos por nacionalidade. Quanto a isso, ficou evidenciada a relação da migração venezuelana para o Brasil por meio de Pacaraima chegando a impactar o número de prisões a partir de 2016, mas o número de migrantes venezuelanos presos em flagrante só ultrapassa o número de brasileiros no ano de 2018, ou seja, antes disso, os brasileiros eram a maioria dos presos em flagrante no município e não o migrante venezuelano (Gráfico 53):

**Gráfico 53 – Análise do Gráfico 50: Crimes por Nacionalidade período 2014- 2019.**



Fonte: Delegacia de Pacaraima (2014-2019).

Em 2019 fica evidente o maior número de prisões em flagrante de venezuelanos, sendo mais que o dobro do número de prisões de brasileiros. Esse dado de 2019, confrontado com o tipo de crime predominante, indica que a grande maioria se refere a furtos, crime patrimonial sem violência (Gráfico 54):

**Gráfico 54 – Análise do gráfico 25.**

Aliás, a prevalência do número de prisões em flagrante por furtos ocorre durante todos os anos do período investigado, tendo relevante aumento no ano de 2016, uma redução em 2017, comparável a 2014 e 2015, depois quase duplica em 2018 e sofre uma verdadeira explosão em 2019, partindo de 15 em 2018 para 40 em 2019.

Quanto a esse fato, os dados objetivos validam, ao menos na maior parte, as percepções dos delegados de polícia entrevistados, sendo uma das explicações apontadas para a redução do número de prisões em flagrante no ano de 2017 o fato de ter sido aplicado o fundamento jurídico do princípio da insignificância para os pequenos furtos, mas que essa prática foi afastada nos anos subsequentes devido à grande comoção social local, pois mesmo que em tese os furtos famélicos sejam atípicos penalmente, geravam revolta na comunidade em geral, forçando maior rigor na atuação do aparelho repressivo estatal.

Contudo, a mera atuação repressiva do Estado, descrita como um verdadeiro enxugar gelo, não acompanhada de ações de cunho social com planejamento e participação de todos os atores e instituições, públicas e privadas, além da sociedade civil, demonstram a insuficiência das medidas até então adotadas, necessitando a adequação das políticas públicas aqui citadas, como por exemplo ampliar o acesso e uso dos serviços médicos da Operação Acolhida também para atender a população brasileira local.

Por fim, concluo que as políticas sociais e de segurança são umbilicalmente ligadas, além de outras questões que vão desde o acesso ao saneamento básico, por meio de instalações sanitárias adequadas evitando que o migrante contribua para a contaminação do solo, consequentemente da água consumida em Pacaraima, o abrigo, que previne toda sorte de violência a que são expostos nas ruas, em especial os grupos mais vulneráveis, iluminação pública, construção e preservação de espaços urbanos de convivência comunitária, a assistência à saúde gratuita e suficiente a todos, migrantes ou brasileiros, dentre outros exemplos de ações concretas, necessárias para garantir a população de Pacaraima seus direitos constitucionais básicos, inclusive o direito à segurança pública.

A photograph of a family walking away from the camera on a wide, reddish-brown dirt road. The road has deep tire tracks and leads towards a bright, hazy horizon. On the left and right sides of the road, there are dense green trees and bushes. The sky is filled with large, white, fluffy clouds. The overall lighting is bright and warm, suggesting a sunny day.

# **CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS**

**I**ncialmente, necessário esclarecer que, como base de análise objetiva, foram escolhidos os dados relacionados ao ingresso dos migrantes venezuelanos em Roraima que se registraram na Polícia Federal, no período de 2014 a 2019, comparando com o número de autos de prisões em flagrante lavrados pela delegacia de polícia civil do referido município no mesmo período.

A escolha pelos dados relacionados às prisões em flagrante se deve a possibilidade de identificação da nacionalidade, gênero e idade, além dos tipos de crimes praticados, o que possibilita principalmente a comparação entre o número de brasileiros e venezuelanos presos em flagrante e os tipos de crimes cometidos.

Foram apresentados na presente pesquisa cinco capítulos. O primeiro, dedicado a parte metodológica; o segundo trazendo o estado da arte com relação ao contexto migratório dos venezuelanos por meio de Roraima, os dados de entrada no período de 2014 a 2019 informados pela Polícia Federal, os principais conceitos trazidos por autores escolhidos para dialogar; o terceiro trás os dados relacionados às prisões em flagrante, no recorte temporal proposto, fazendo uma análise comparativa por faixa etária, nacionalidade, gênero e tipos de crimes; o quarto trás principais ações concretas humanitárias e de segurança implementadas pela União e pelo Estado de Roraima; e o quinto apresenta as percepções dos delegados de polícia civil que atuaram na delegacia local, apresentando suas percepções colhidas por meio de entrevistas, e ao final, indicando que essas representações são validadas parcialmente pelos dados objetivos colhidos.

Após análise e confrontação dos dados objetivos colhidos e as percepções dessa realidade narradas pelos delegados de polícia civil que



atuaram na época, por meio das entrevistas, fica evidente que houve efetivo aumento do fluxo migratório e esse fato repercutiu no número de prisões em flagrante de venezuelanos pela polícia civil do município de Pacaraima.

O mais intrigante, é o fato de que entre os anos de 2014 e 2017, foram os brasileiros que mais foram presos em flagrante, mas no inconsciente coletivo, declarado pelos delegados nas entrevistas, a prática dos crimes no município passa a ser percebido e imputado aos venezuelanos já a partir do segundo semestre de 2015.

Os subtópicos 2.3, no gráfico final que indica o ingresso de venezuelanos em Roraima, por faixa etária entre os anos de 2014 a 2019, complementado com as informações contidas no subtópico 3.2.7, que traz a análise comparativa entre o número de brasileiros e venezuelanos presos em flagrante e o tipo de crimes a eles imputados, reforçam a constatação de que ao migrante não pode ser atribuída de forma exclusiva o incremento da demanda pela prestação de segurança pública, mas não há como negar o fato de a sensação de insegurança está ligada a crise migratória desde os primeiros anos.

Como explicar o maior número de prisões em flagrante de brasileiros no período de 2014 a 2017? Como explicar que em 2015 e 2016 houve relevante aumento do número de prisões de brasileiros, em especial? Como explicar o ato de os venezuelanos migrantes serem a maioria dos presos apenas a partir de 2018, mas receberem o estigma de criminosos e passarem a sofrer ataques xenofóbicos por meio da mídia local, como demonstrado no tópico 1.3, já a partir de 2016?

Como resposta, entendo que a pobreza generalizada, seja de migrantes venezuelanos e brasileiros vindos dos garimpos venezuelanos, a ausência de políticas públicas sociais suficientes para atender à crescente demanda, além da falta de integração e planejamento integrado para ações humanitárias e todos os demais setores do serviço público, em especial os da segurança pública local, e da sociedade civil, além da evidente aporofobia não combatida, chaga social incontestada, são alguns dos elementos verificados que, somados às peculiaridades do município de Pacaraima, que é localizado dentro de reserva indígena, distante da Capital

e sem cidades próximas com quem dividir o novo contingente populacional, resultam nos constantes conflitos sociais e adoecimento físico e mental dos servidores públicos de segurança que vivenciam essa realidade.

Quanto possível continuidade da pesquisa, com outros recortes e objetos, vejo que importante questão levantada é o fato de brasileiros serem a maior parte dos presos em flagrante, nos anos de 2015 e 2016, já durante a crise migratória venezuelana. A suposição colhida nas entrevistas é o retorno de brasileiros dos garimpos manuais na Venezuela, que estariam também em condições de vulnerabilidade, assim como os migrantes estrangeiros. Esse objeto, porém, não pode ser confirmado ou negado pelos dados atuais e ficam para pesquisas futuras.

Outras possibilidades de questionamento existem, como o que ocorreu de fato em 2017 para que houvesse redução no número de prisões de brasileiros e venezuelanos, com relação ao ano anterior, considerando que nos dois períodos já havia crise migratória, a atuação do crime organizado venezuelano em Pacaraima, ainda a análise do discurso com relação às falas registradas na audiência pública realizada em Pacaraima no dia 19 de outubro de 2021, cujo acesso está disponibilizado como apenso por meio de QR COD, externas ao objeto da pesquisa, mas coletadas e disponibilizadas nos apensos, como indicativo de interesse para continuidade da pesquisa, com outros objetos e enfoques. Esses são apenas algumas das possibilidades de trabalhos futuros, a provocação para atuação necessária e urgente da comunidade científica a respeito da temática apresentada.

# REFERÊNCIAS



ABRAHÃO, Bernardo Adame. **Solicitação de refúgio como estratégia migratória dos venezuelanos em Roraima nos anos de 2014 a 2017**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2019.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. **Estranhos à Nossa Porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Bérquo” – NEPO/Unicamp, 2018. Disponível em: MIGRAÇÕES VENEZUELANAS - NEPO (unicamp.br). Acesso em: 26 fev. 2023.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida, Revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2010.

BEZERRA, Gersika do Nascimento. **Mídia e diáspora venezuelana: recepção dos leitores sobre a migração no g1 Roraima**. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.

BIRMAN, P. (Org.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

BOURDIE, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGA, D. G. **Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

BRASIL. **1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil**. Brasília: Câmara, 2019. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ)>. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Brasília: Planalto, 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Brasília: Planalto, 2003. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003)>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Ação Cível Originária nº. 3.121**. Autor: Estado De Roraima. Ré: União. Relatora: Ministra Rosa Weber. Brasília: Procuradoria Geral da República, 2018. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/871745453>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Relatório trimestral:** comitê federal de assistência emergência. Brasília: Procuradoria Geral da República, 2018. Disponível em: 20-relatorio-geral-operacao-acolhida.pdf (www.gov.br) . Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. **Resumo executivo.** Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Conselho Nacional de Imigração. Brasília: CNIg, 2017. Disponível em: Perfil Sociodemográfico e Laboral dos Imigrantes Venezuelano (Resumo Executivo) - Portal de Imigração (mj.gov.br). Acesso em: 26 fev. 2023.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros:** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora da USP, 2011.

CARVALHO, Reginaldo Pereira de. **O petróleo e a crise econômica venezuelana:** Impactos Socioeconômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no período de 2008 à 2015.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas:** Uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** Um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COSTA, I. F.; BALESTRERI, R. B. (Orgs.). **Segurança Pública no Brasil:** Um campo de desafios. Salvador: Editora da UFBA, 2010.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas:** princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Rivena de Siqueira. **As implicações da imigração venezuelana sobre o trabalho dos agentes comunitários de saúde do município de Pacaraima**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2019.

DUARTE, Álvaro. **O papel do exército brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de Roraima**: considerações sobre as operações “acolhida”, “controle” e “tucuxi”. Universidade Estadual de Roraima. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania). Boa Vista: Universidade Estadual de Roraima – UERR, 2019.

ECO, U. **Migração e Intolerância**. São Paulo: Record, 2020.

EVANGELISTA, R. L. S.; EVANGELISTA, R. L. S. Leis complementares 97, 117 e 136; O Exército brasileiro e a Segurança Pública roraimense. **Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública**, 2018.

FARIA, C. A. P. de. **Implementação de Políticas Públicas**: Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

FONSECA, Fabiane Machado Barbosa da. **Soberania e imigração transnacional na Amazônia acreana**: poder e relações de força. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

FORMENTINI, F. (Org.). **Jurisdição, democracia e direitos humanos**: reflexões contemporâneas. Porto Alegre: FI, 2019.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, R. F. **Controle de Fronteiras no Brasil**. Barueri: Novo Século, 2018.

GERHARDT, T. E. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

GOFFMAN, E. **Estigma**: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GUERRA, S. **Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017.

JÚNIOR, D. M. de A. **Xenofobia**: Medo e Rejeição ao Estranhamento. São Paulo: Cortez, 2016.

JUNIOR, José Maria Pereira da Nóbrega. **Democracia, Violência e Segurança Pública no Brasil**. Campina Grande: Editora da UFCG, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LIMA, A. B. M. (Org.). **Ensaio sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau. Ilhéus: Editus, 2014.

MACHADO, M. R. (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MAHLKE, H. **Direito Internacional dos Refugiados**: novo paradigma jurídico. Belo Horizonte: Arraes, 2017.



MELLO, R. G. (Org.). Complexidade e atuação do Direito na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. **Migração Venezuelana ao Brasil**: discurso político e xenofobia no contexto atual. Porto Alegre: Aedos, 2018.

MINGARDI, G. (Org.). **Política de segurança**: os desafios de uma reforma. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

MONICA, E. F. (Org.). IV Seminário Internacional Sobre Democracia, Ciudadanía Y Estado de Derecho. Ourense: Universidade de Vigo, 2022.

MOREIRA, D. A. **O método Fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MORÓN, Eduardo Daniel Lazarte. **As implicações jurídicas e socio-ambientais na criação de município em terra indígena**: caso-referência Pacaraima-RR. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental). Manaus: Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2012.

NAVIA, A. F. (Org.). **Pessoas em movimento**: práticas de gestão, categorias de direito e agências. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa e 7Letras, 2019.

NÓBREGA JUNIOR, J. M. P. da. **Democracia, Violência e Segurança Pública no Brasil**. Campina Grande: Editora da UFCG, 2019.

NUCCI, G. de S. **Direitos Humanos versus Segurança Pública**: Questões controvertidas penais, processuais, de execução penal e da infância e juventude. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OLIVEIRA, L. **Não Fale do Código de Hamurábi!** A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. Disponível em: (Microsoft Word - N\3430 fale do c\363digo de hamurabi) (usp.br). Acesso em: 29 jun. 2024.

PIKETTY, T. **Capital e ideologia**. Tradução de Dorothée e Maria de Fátima Oliva do Couto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

QUEIRÓS, E. de. **Uma Campanha Alegre**. Porto: Ática, 1943.

RESENDE, J. L. do C. M. **Proteção aos refugiados e migrantes**: no Direito brasileiro e na Declaração de Nova York. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora; 1ª edição (23 junho 2021).

ROCHA, G. do V.; RIBEIRO, N. V. P. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. Revista Jurídica da Presidência. **Revista Jurídica da Presidência Brasília**, v. 20 n. 122, out., 2018, jan., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2018v20e122-1820>

RODRIGUES, G. M. A. **Refugiados**: O grande desafio humanitário. São Paulo: Moderna, 2019.

RODRIGUES, J. F. da S. **Migrações no Brasil**: desafios de inserção nas políticas públicas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPPDH), 2018.

RORAIMA. **Decreto nº 22.199 -E**. Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN nos municípios de Pacaraima e Boa Vista em decorrência dos impactos ocasionados pelo intenso e constante fluxo migratório no Sistema Único de Saúde, e dá outras providências. Boa Vista, 2016.

ROSSI, J. J. **La máscara de América**: el eje de nuestra historia. Buenos Aires: Galerna, 2007.

SANTOS, Alessandra Rufino. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela**: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelano. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SARTORETO, L. M. **Direitos dos Refugiados**: do eurocentrismo às abordagens de terceiro mundo. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SHÜTZ, A. **A Construção significativa do mundo social**: uma introdução a sociologia compreensiva. Tradução de Tomas da Costa. Petrópolis: Vozes, 2018.

SILVA, G. de F. N. da. *et al.* **Atlas escolar geográfico de Roraima**. Boa Vista: UERR Edições, 2019.

SILVA, João Lucas Zanoni da. **A Imigração venezuelana para o Brasil**: do ingresso em Pacaraima - RR ao início da interiorização em Dourados - MS. 2020. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional**: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Socioambiental). Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SINHORETO, J. **Corpos do poder**: operadores jurídicos na periferia de São Paulo. Porto Alegre: Sociologias, 2005.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000100005>

SOUZA, T. D. C. de. **Seletividade racial do sistema penal brasileiro**: origem, mecanismos de manutenção e sua relação com a vulnerabilidade por culpabilidade. Salvador: Cadernos do CEAS nº. 238, 2016. Disponível em: [Seletividade racial do sistema penal brasileiro.pdf](#) (usp.br). Acesso em: 26 fev. 2023.

SUXBERG, A. H. G. (Org.). **Segurança Pública**: Os desafios da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2019.

VALLE, V. R. L. do. **Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Controle Judicial**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **Articulações familiares transnacionais**: estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

VAZ, Alcides Costa. **A crise venezuelana como fator de instabilidade regional**: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Disponível em: ALCIDES COSTA VAZ \* A CRISE VENEZUELANA COMO FATOR DE INSTABILIDADE REGIONAL: PERSPECTIVAS SOBRE SEU TRANSBORDAMENTO NOS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS (library.org). Acesso em: 26 fev. 2023.

ZAFFARONI, E. R. **El Enemigo em el Derecho Penal**. Buenos Aires: AR S.A, 2009.

ZIMERMAN, Artur (org.). **Desigualdade Regional e as políticas públicas**. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, 2017. Disponível Em: Disponível em: [http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo\\_sophia=104030](http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=104030). Acesso em: 26 fev. 2023.


ŽIŽEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZUBEN, C. V. (Org.). **Migrações Venezuelanas**. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) – (UNICAMP). Campinas, 2018.


# APÊNDICES

A photograph of a family walking away from the camera on a wide, reddish-brown dirt road. The family consists of a man in a red shirt and dark pants, a small child in a white shirt and shorts, and a woman in a grey tank top and white skirt. They are holding hands. The road is flanked by lush green trees and vegetation. In the distance, a large, dome-shaped building is visible under a bright blue sky with scattered white clouds. The overall scene is bright and sunny.

## APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA



Comitê de Ética em Pesquisa  
para áreas humanas

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

CARTA DE ANUÊNCIA

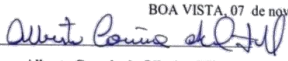
Excelentíssimo(a) Delegado(a) Geral da Polícia Civil de Roraima.

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “O fenômeno da imigração venezuelana para o Brasil e seus reflexos no número de ocorrências policiais na Delegacia de Polícia Civil da cidade de Pacaraima, Estado de Roraima, no período de 2014 a 2019”, a ser realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF, pelo aluno de pós-graduação Doutorando Alberto Correia de Oliveira Filho, sob orientação do Prof. Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, com o(s) seguinte(s) objetivo(s): Geral: “Compreender a relação entre o fenômeno migratório de venezuelanos em Pacaraima e o número de ocorrências policiais da Delegacia de Polícia Civil local, no período de 2014 a 2019, e o conflitos sociais delas resultantes, sob a ótica dos direitos humanos” e Objetivos específicos: “Deserever o papel de Pacaraima e o fenômeno da migração de venezuelanos para o Brasil; Examinar os dados criminais da delegacia de polícia de Pacaraima, no período de 2014 a 2019; Apresentar as políticas públicas de segurança adotadas com relação a cidade de Pacaraima no período citado; Coletar as impressões sobre o tema por parte dos delegados de polícia que atuaram na época por meio de entrevistas semiestruturadas.” Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 510/16 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização deste estudo.

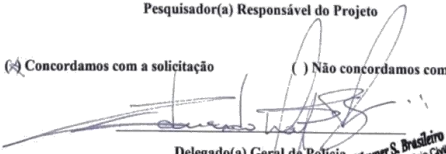
Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Coordenação, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BOA VISTA, 07 de novembro de 2022.




Alberto Correia de Oliveira Filho  
Pesquisador(a) Responsável do Projeto

☒ Concordamos com a solicitação      ☐ Não concordamos com a solicitação



Delegado(a) Geral de Polícia  
(CARIMBO) Eduardo Wagner S. Brasileiro  
Delegado - Geral da Polícia Civil



Comitê de Ética em Pesquisa - CEP  
Rua 7 de Setembro, 231/ Sala 201  
- Carabinho

Digitalizado com CamScanner

## APÊNDICE B – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

1/4



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Comitê de Ética em Pesquisa



### REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Resolução 510/16)

PPGSD-UFF  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA E DIREITO

**TÍTULO: O FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL E SEUS REFLEXOS NO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS NA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DA CIDADE DE PACARAIMA, ESTADO DE RORAIMA, NO PERÍODO DE 2014 A 2019.**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, cujo pesquisador responsável é Alberto Correia de Oliveira Filho, doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim. Este documento, chamado Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa, sendo elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante, sendo que uma via deverá ficar guardada com você.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Havendo perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Caso prefira, pode levar este Registro para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

#### **Justificativa e objetivos:**

A pesquisa justifica-se, pois, necessária para colher elementos empíricos por meio de entrevista semiestruturada com os Delegados de Polícia Civil que foram lotados na Delegacia de Pacaraima, no período de 2014 a 2019 e que se disponham a participar, já havendo autorização institucional prévia por parte do Delegado Geral de Polícia e registro junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima- CEP/UERR, sendo instituição conveniada.

Rubrica do pesquisador \_\_\_\_\_

Rubrica do participante de pesquisa \_\_\_\_\_



**Procedimentos:**

Após a aprovação pelo CEP/UERR, você será convidado a realizar **uma entrevista cujo áudio será gravado e posteriormente transcrito e analisado pelos pesquisadores**, onde serão apresentados temas de forma que o entrevistado desenvolva o assunto com liberdade, sendo eventualmente questionado a respeito dos elementos centrais da pesquisa, tendo total liberdade de se manifestar a respeito de fatos e opiniões que tiver, o que não será objeto de julgamentos morais, apenas de análise para relação da tese doutoral, **garantido o anonimato**.

**CONCORDO COM O PROCEDIMENTO:**☐ **SIM**☐ **NÃO****Desconfortos e riscos:**

A participação na pesquisa apresenta riscos mínimos por serem todos os entrevistados adultos, Delegados de Polícia de carreira, profissionais da segurança pública hoje com mais de 18 anos de atividade policial, exercendo carreira típica de Estado, podendo assim compartilhar suas experiências e impressões pessoais a respeito do tema abordado. Contudo, mesmo que mínimo, presente o risco de cansaço ou estresse ao responder alguma pergunta, momento em que o participante terá o direito de não responder e/ou interromper a entrevista, que será retomada em encontros posteriores, quando se sentir à vontade para continuar, caso queira, sendo os dados mantidos em computador protegido por senha e de acesso restrito aos pesquisadores.

Outro indicativo de que os riscos são mínimos é o fato dos dados oficiais trabalhados serem públicos e a entrevista será feita com autoridades policiais de carreira que apresentarão suas impressões pessoais a respeito do tema, de forma voluntária com prévia autorização institucional, sendo garantido o anonimato. Como forma de minimizar os riscos, também de precaução e proteção, será dada ao entrevistado oportunidade de agendar dia, hora e local de forma a não prejudicar suas atividades laborais, ainda, sendo facultado a ele cancelar, interromper ou mesmo solicitar a exclusão das informações prestadas, conforme explicado no termo de livre esclarecido. Outra forma de atenuação de risco é fruto do próprio método de entrevista semiestruturada, onde o informante tem liberdade para aprofundar na temática que lhe é mais conveniente tratar, podendo direcionar suas informações conforme sua experiência e comodidade. Destaco ainda que eventual dano ao entrevistado decorrente da pesquisa será passível de indenização nos termos da lei.

☐ **CIENTE**

Rubrica do pesquisador \_\_\_\_\_

Rubrica do participante de pesquisa \_\_\_\_\_





### **Benefícios:**

A explicitação do problema proposto e análise das providências adotadas à época, com o devido distanciamento e método etnográfico, trará contribuição crítica para lidar com o problema que ainda persiste em Pacaraima, buscando alternativas de políticas públicas de segurança que preservem os direitos humanos da população, incluindo os migrantes. A pesquisa visa explicitar o problema, as providências adotadas à época e a consequente estigmatização do migrante venezuelano, sendo apresentado como fator de risco à segurança pública local. Com o devido afastamento temporal na análise dos dados empíricos, busca-se uma contribuição crítica para lidar com o problema que ainda persiste, buscando alternativas de políticas públicas que preservem os direitos humanos.

A análise etnográfica das impressões dos entrevistados a respeito da suposta relação entre a crise migratória e o aumento de criminalidade em Pacaraima no período temporal proposto, de 2014 a 2019, ainda sobre as políticas públicas relativas à segurança pública, migração e direitos humanos adotadas à época, nos ajudará a compreender o fenômeno e contribuir para posteriores políticas públicas adequadas ao tema.

### **Sigilo e privacidade:**

A entrevistas serão realizadas presencialmente ou por meio remoto, sendo garantido ao entrevistado o direito de agendar local e horário para prestar as informações, que poderão durar de 30 minutos há uma hora, por encontro.

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação do resultado do estudo, seu nome não será citado.

### **Acompanhamento e assistência:**

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, os participantes poderão entrar em contato com os pesquisadores para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa ou danos decorrentes.

### **Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o/a pesquisador (a) Alberto Correia de Oliveira Filho, telefone (95)98113-0615, e-mail [betocof@hotmail.com](mailto:betocof@hotmail.com), residente na Rua Darôra, 642, Bairro Paraviana, Boa Vista/RR, CEP 69.307-220.

Rubrica do pesquisador \_\_\_\_\_

Rubrica do participante de pesquisa \_\_\_\_\_



Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima, endereço Rua sete de setembro, 231, sala 201, TELEFONE: 2121-0953, Horário de atendimento: Segunda a Sexta das 08 às 12 horas, e-mail [cep@uerr.edu.br](mailto:cep@uerr.edu.br).

**Consentimento livre e esclarecido:**

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, **aceito participar:**

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução CNS nº 510 de 2016, art. 2º, item V, na elaboração do protocolo e na obtenção deste Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP/UERR, por meio do Parecer Circunstanciado nº 5.826.786, CAAE 65016622.9.0000.5621. Comprometo-me a utilizar o material e os dados que serão obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante, ou seja, tese doutoral no programa PPGSD-UFF, artigos livros e outros textos científicos.

Assinatura do Pesquisador Responsável: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Pesquisador: Alberto Correia de Oliveira Filho

Rubrica do pesquisador \_\_\_\_\_

Rubrica do participante de pesquisa \_\_\_\_\_



## APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
RORAIMA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O FENÔMENO DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL E SEUS REFLEXOS NO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS NA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DA CIDADE DE PACARAIMA, ESTADO DE RORAIMA, NO PERÍODO

**Pesquisador:** ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 65016622.9.0000.5621

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.826.786

#### Apresentação do Projeto:

O presente Parecer tem por base as informações postadas pelo pesquisador no site da [plataformabrasil.saude.gov.br](http://plataformabrasil.saude.gov.br) nos meses de Novembro e Dezembro de 2022.

O presente projeto de pesquisa visa a compreensão do fenômeno migratório de venezuelanos para o território brasileiro, por meio da cidade fronteira de Pacaraima, no Estado de Roraima, no período de 2014 a 2019, e sua relação com índices de crimes de competência da justiça estadual ocorridos naquele município, fato gerador de graves conflitos sociais locais entre brasileiros e imigrantes. Assim, busca identificar a política pública de segurança adotada pelo Estado de Roraima e pela União, no período delimitado, e sua repercussão no número de ocorrências policiais, apresentando as políticas públicas de segurança no âmbito estadual adotadas como forma de resgatar a sensação de segurança dos moradores no referido município. Assim, justifica-se a pesquisa para busca e análise de dados empíricos relacionados ao objeto pesquisado, buscando apresentar o problema e a busca por soluções voltadas aos direitos humanos dos migrantes, sendo desenvolvido junto ao programa PPGSD, da Universidade Federal Fluminense, do Rio de Janeiro, sendo a Universidade Estadual de Roraima conveniada.

#### Objetivo da Pesquisa:

Quanto aos Objetivos o pesquisador cita:

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201  
**Bairro:** Canarinho **CEP:** 69.306-530  
**UF:** RR **Município:** BOA VISTA  
**Telefone:** (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** [cep@uerr.edu.br](mailto:cep@uerr.edu.br)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
RORAIMA



Continuação do Parecer: 5.826.786

**- Objetivo Primário:**

Verificar empiricamente os dados que indicam a nacionalidade e tipos de crimes objetos de ocorrências policiais e autos de prisão em flagrante lavrados pela Delegacia de Pacaraima no período de 2014 a 2019.

**- Objetivo Secundário:**

- 1.Descrever o papel de Pacaraima e o fenômeno da migração de venezuelanos para o Brasil;
- 2.Examinar os dados criminais da delegacia de polícia de Pacaraima, no período de 2014 a 2019;
- 3.Apresentar as políticas públicas de segurança adotadas com relação a cidade de Pacaraima no período citado;
- 4.Coletar as impressões sobre o tema por parte dos delegados de polícia que atuaram na época por meio de entrevistas semiestruturadas.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Quanto aos Riscos e benefícios:

-RISCOS: A participação na pesquisa apresenta riscos mínimos por serem todos os entrevistados adultos, Delegados de Polícia de carreira, profissionais da segurança pública hoje com mais de 18 anos de atividade policial, exercendo carreira típica de Estado, podendo assim compartilhar suas experiências e impressões pessoais a respeito do tema abordado. Contudo, mesmo que mínimo, presente o risco de cansaço ou estresse ao responder alguma pergunta, momento em que o participante terá o direito de não responder e/ou interromper a entrevista, que será retomada em encontros posteriores, quando se sentir à vontade para continuar, caso queira.

Como forma de minimizar os riscos, também de precaução e proteção, será dada ao entrevistado oportunidade de agendar dia, hora e local de forma a não prejudicar suas atividades laborais, ainda, sendo facultado a ele cancelar, interromper ou mesmo solicitar a exclusão das informações prestadas, conforme explicado no termo de livre esclarecido. Outra forma de atenuação de risco é fruto do próprio método de entrevista semiestruturada, onde o informante tem liberdade para aprofundar na temática que lhe é mais conveniente tratar, podendo direcionar suas informações conforme sua experiência e comodidade.

- BENEFÍCIOS: A explicitação do problema proposto e análise das providências adotadas à época, com o devido distanciamento e método etnográfico, trará contribuição crítica para lidar com o problema que ainda persiste em Pacaraima, buscando alternativas de políticas públicas de segurança que preservem os direitos humanos da população, incluindo os migrantes. A pesquisa visa explicitar o problema, as providências adotadas à época e a consequente estigmatização do migrante venezuelano, sendo apresentado como fator de risco a

**Endereço:** Rua Sete de Setembro,231 - Sala 201

**Bairro:** Canarinho

**CEP:** 69.306-530

**UF:** RR

**Município:** BOA VISTA

**Telefone:** (95)2121-0953

**Fax:** (95)2121-0949

**E-mail:** cep@uerr.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
RORAIMA



Continuação do Parecer: 5.826.786

segurança pública local. Com o devido afastamento temporal na análise dos dados empíricos, busca-se uma contribuição crítica para lidar com o problema que ainda persiste, buscando alternativas de políticas públicas que preservem os direitos humanos.

A análise etnográfica das impressões dos entrevistados a respeito da suposta relação entre a crise migratória e o aumento de criminalidade em Pacaraima no período temporal proposto, considerando as políticas públicas relativas à segurança pública, migração e direitos humanos adotadas à época, nos ajudará a compreender o fenômeno e contribuir para posteriores políticas públicas adequadas ao tema.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa tem mérito acadêmico, partindo de uma problemática atual no contexto Brasileiro e particularmente em Roraima. Tendo um arcabouço bibliográfico e de campo.

Com relação à pesquisa de campo, segundo o pesquisador, esta terá caráter qualitativo, utilizando para coleta e comparação dos dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada com os Delegados de Polícia Civil de Pacaraima, com relação aos crimes ocorridos no município, no período de 2014 a 2019, e a sensação de insegurança dele resultantes, buscando entender o fenômeno social desencadeado pelo conflito, indicando

alternativas de minimização do problema. A originalidade da pesquisa consiste justamente nesse confronto entre o que deveria ser, conforme as políticas governamentais, com o que realmente é sentido pelos atores sociais.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foi observado por este parecerista os seguintes documentos:

- Resposta de Pendência - Ok;
- PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2046965-1.pdf Ok;
- Cartas de anuência- Ok;
- Declaração de compromisso -Ok;
- Termo de Confidencialidade - Ok;
- Folha de Rosto- Ok;
- Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) - Ok;
- Projeto - Ok;
- Orçamento - Ok;

#### **Recomendações:**

Não há Recomendações a fazer.

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201

**Bairro:** Canarinho

**CEP:** 69.306-530

**UF:** RR

**Município:** BOA VISTA

**Telefone:** (95)2121-0953

**Fax:** (95)2121-0949

**E-mail:** cep@uerr.edu.br



Continuação do Parecer: 5.826.786

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As Pendências encontradas anteriormente foram devidamente sanadas pelo pesquisador nos Documentos postados. O mesmo postou um documento intitulado "Resposta de Pendência", onde esclarece que realizou as devidas adequações solicitadas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado ad referendum.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2046965.pdf	13/12/2022 15:02:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE.pdf	13/12/2022 15:00:30	ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO	Aceito
Outros	resposta.pdf	12/12/2022 20:50:50	ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DOUTORADO_CEP_ajustad o.pdf	12/12/2022 20:45:22	ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	09/11/2022 14:20:39	ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_compromisso.pdf	08/11/2022 19:26:53	ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO	Aceito
Outros	termo_de_confidencialidade.pdf	08/11/2022 19:24:02	ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO	Aceito
Outros	carta_de_anuencia_DG.pdf	08/11/2022 19:21:15	ALBERTO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201  
**Bairro:** Canarinho **CEP:** 69.306-530  
**UF:** RR **Município:** BOA VISTA  
**Telefone:** (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
RORAIMA



Continuação do Parecer: 5.826.786

BOA VISTA, 19 de Dezembro de 2022

---

**Assinado por:**  
**Leila Chagas de Souza Costa**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Sete de Setembro, 231 - Sala 201  
**Bairro:** Canarinho **CEP:** 69.306-530  
**UF:** RR **Município:** BOA VISTA  
**Telefone:** (95)2121-0953 **Fax:** (95)2121-0949 **E-mail:** cep@uerr.edu.br

Página 05 de 05

## APÊNDICE D – SOLICITAÇÃO PARA VISITAR A OPERAÇÃO ACOLHIDA EM PACARAIMA (VIA E-MAIL DO AUTOR DA PESQUISA).

29/06/2024, 07:27

Email – Alberto Filho – Outlook

Re: Solicitação para visitar a operação acolhida em Pacaraima

Op BI Ft Log Hum RR <opbi.d1.ftloghum@gmail.com>

Ter, 07/03/2023 14:28

Para: Alberto Correia de Oliveira Filho <albertooliveira@id.uff.br>

Boa tarde.

A solicitação será encaminhada ao Chefe do Estado-Maior da Força-Tarefa Logística Humanitária.

Respeitosamente,

1º Sgt GRILLO

Auxiliar D-1

Em sex., 3 de mar. de 2023 às 11:02, Alberto Correia de Oliveira Filho <[albertooliveira@id.uff.br](mailto:albertooliveira@id.uff.br)> escreveu:

Ilustríssimo Senhor Coronel,

Solicito autorização de Vossa Senhoria para visitar juntamente com meu orientador, o Professor Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, as instalações da Operação Acolhida em Pacaraima, no dia 26 de abril de 2023, às 15h, como parte da Pesquisa de Campo realizada no programa de Doutorado em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense - PPGSD/UFF, do qual sou discente.

Segue em anexo comprovante de matrícula e **OFÍCIO Nº 1/2023/POLICIA CIVIL/DPE/DDIJ/GAB.**

Atenciosamente,

Alberto Correia de Oliveira Filho

Delegado de Polícia Civil

Doutorando do PPGSD/UFF

Enviado do [Email](#) para Windows



## **APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – IMPACTOS DA MIGRAÇÃO EM PACARAIMA (VIA E-MAIL DO AUTOR DA PESQUISA).**

29/06/2024, 08:17

Email – Alberto Filho – Outlook

### **SOLICITAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - IMPACTOS DA MIGRAÇÃO EM PACARAIMA**

Alberto Correia De Oliveira Filho <albertooliveira@id.uff.br>

Sex, 08/10/2021 10:46

Para:camarapacaraima@gmail.com <camarapacaraima@gmail.com>

 1 anexos (157 KB)

declaracao\_D037.120.001.pdf;

Ao

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima

Roraima

Como pesquisador dos impactos da crise migratória venezuelana na segurança pública da cidade de Pacaraima, Estado de Roraima, devidamente matriculado no programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), solicito autorização para participar e realizar gravação integral (áudio e vídeo) da Audiência Pública marcada para o dia 16 de outubro, 13h, na quadra coberta do município de Pacaraima, para fins de uso em pesquisa doutoral.

Solicito também que a resposta seja formalizada por meio de email para registros das atividades de campo na referida pesquisa.

Atenciosamente,

Alberto Correia de Oliveira Filho

Doutorando/PPGSD/UFF

Telefone para contato (95) 98113-0615

PS.: Segue em anexo comprovante de matrícula no doutorado (PPGSD/UFF)

## APÊNDICE F – ENVIO DE DADOS (VIA E-MAIL DO AUTOR DA PESQUISA).

29/06/2024, 07:15

Email – Alberto Filho – Outlook

Envio de dados.

PF/delemig.srrr@dpf.gov.br <delemig.srrr@dpf.gov.br>

Qua, 11/11/2020 11:41

Para: betocof@hotmail.com <betocof@hotmail.com>; albertooliveira@id.uff.br <albertooliveira@id.uff.br>

 1 anexos (18 KB)

Planilha\_16526940\_Venezuelanos.zip;

De ordem da Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/RR, segue em anexo planilha contendo os dados estatísticos requeridos e encaminhados pela SADIP/CGPI/DIREX/PF.

Atenciosamente,  
APF Nayra

**APÊNDICE G – TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PACARAIMA DIA 19 DE OUTUBRO DE 2021.**

**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PACARAIMA DIA 19 DE OUTUBRO DE 2021**

QR COD para acesso de  
modo digital



**LOCUTORA:** Nesse momento, vamos dar início à audiência pública que tem a finalidade de discutir temas como: emigração, saúde, educação, assistência social, ocupações espontâneas, criminalidade e desabastecimento de água. Esta cerimônia informa que estamos seguindo todas as medidas de prevenção contra o Covid-19, conforme a orientação da Organização Mundial de Saúde.

Convido para assumir a presidência dos trabalhos o excelentíssimo senhor Prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato dos Santos.

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Boa tarde a todos presente! Primeiramente agradecer a Deus a oportunidade de todos vocês aqui. Gostaria de convidar aqui o Irmão Grande, pra rapidamente fazer uma oração, né... Bem importante pra nós aí, pra abençoar essa tarde em Pacaraima. Amém?!

**IRMÃO GRANDE:** Senhor Deus, ó Pai! Nesse momento, senhor Jesus, queremos te agradecer, ó Pai, por essa grande oportunidade que o senhor está nos dando nesta tarde, reunidos aqui nesta quadra! Que o senhor Deus, venha, o Senhor Jesus, dar o entendimento, a sabedoria, ó Pai, a cada um que chegou aqui, ó Pai, com uma autoridade! Nós sabemos que todas as autoridades são constituídas

por Deus. E por isso nós estamos reunidos aqui nessa tarde, ó Pai! Para que o senhor dê direção, para que o senhor abençoe, para que o senhor traga, senhor Deus, um conhecimento real para a vida de cada um que está aqui nessa tarde, ó Pai! Que possamos sair daqui como um vencedor, com a solução na nossa mente, que possamos, senhor Deus, ó Pai, tirar todo o pensamento de desânimo, ó Pai! E dando, senhor Deus, uma solução a cada um! Que Deus abençoe a todos, em nome de Jesus!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, irmão Grande! Queria aqui cumprimentar a todas as autoridades que se fazem presentes, à população de Pacaraima, a todos os nossos amigos comerciantes, que aqui se fazem presentes! Vou compor a mesa aqui, primeiramente em nome do nosso representante da Assembleia Legislativa de Roraima, o senhor vice-presidente, nosso deputado Marcelo Cabral; nosso vice-prefeito, Simeão Peixoto; Deputada Estadual Aurelina Medeiros, presidente do Centro de Apoio aos Municípios UCAM; senhor Deputado Estadual Yonny Pedroso; senhora presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Dira Santos; senhor Deputado Federal Otacílio Nascimento; senhor Rafael Martins Liberdade de Oliveira, defensor público responsável pelo sistema migratório de Roraima; senhora Milena Mello, representante do juiz de direito da comarca de Roraima, Cleber Gonçalves Filho; Comandante Genilson Campos Teixeira, neste ato representado pelo senhor comandante da operação Acolhida, general de divisão Sérgio Shulguel; senhor comandante Francisco Xavier Medeiros, comandante geral dos policiamento militar do estado de Roraima; senhor presidente da CAER, James da Silva Serrador; senhor presidente da associação comercial de Pacaraima, empresário de Pacaraima, Cleber Soares Borges.

HI NO NACIONAL [04:00 - 05:09]

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Senhoras e senhores, boa tarde! Sob a proteção de Deus, em nome do povo de Pacaraima, de-declaro aberto a presente audiência pública. Quero aqui cumprimentar as demais autoridades que estão aqui presentes. Representando a assembleia legislativa, o nosso deputado, Marcelo Cabral. Obrigado, deputado! Nosso vice-prefeito, Simeão Peixoto. Deputada

Aurelina Medeiros, [inaudível 05:30- bri-obrigada?]. Deputada atuante no nosso estado de Roraima. Senhor deputado presidente da comissão dos direitos humanos, o nosso deputado, Yonny Pedroso; Senhor presidente da câmara, Dira Santos; o nosso deputado estadual federal Otacir. Obrigado, deputado! Senhor doutor Rafael Martins Liberdade, da defensoria pública, responsável pelo sistema migratório de Pacaraima. Senhor... Senhora doutora Milena [Couveio? 05:55], defensoria pública da união. Senhora Milena Melo, representante do juiz, do juiz de direito da comarca de Pacaraima, doutor Cleber Gonçalves. Comandante Genilson Campos Teixeira, é... Aqui representado pelo nosso general da divisão, Sérgio. Comandante Roberto Souza da Silva, neste ato representado pelo general Sérgio, comandante da operação Acolhida. Ao senhor comandante Daniel Guilherme da Silva Júnior, chefe do núcleo de saúde da operação Acolhida. Senhor coronel Francisco Xavier Medeiros, comandante geral da polícia militar de Roraima. Sub-tenente Wilson Roberto, representando o comandante do corpo de bombeiros em Pacaraima. Senhor presidente da CAER, James da Silva Serrador. Senhor presidente da associação comercial, João Kleber. Senhoras e senhores vereadores aqui presentes, em nome de... Em nome de todos, do Marcelo, bem-vindo, cumprimento todos os vereadores! Aos nossos secretários municipais, em nome da nossa chefe de gabinete, Ligia, cumprimento todos os secretários municipais! E aos senhores Tuxaua das comunidades indígenas do município de Pacaraima, Raposa Serra do Sol e terra indígena São Marcos do Alto e do Médio São Marcos. Em nome do nosso Tuxaua, Jesus, levo o meu cumprimento a todos aqui presentes, muito obrigado!

Senhoras e senhores, por um momento, fico muito feliz por todos estarem aqui, todas as autoridades que nós convo... Convidamos para essa audiência, que é a voz da população de Pacaraima que está pedindo pra que os senhores venham para cá! Eu gostaria de fugir um pouquinho o protocolo para nós entrarmos ao vivo com o nosso senador, que é o Telmário Mota, que está em Brasília e no... Aceitou o nosso convite, então eu vou deixar aqui o nosso depu... O nosso senador dar a palavra e posteriormente seguimos com nossa audiência pública.

**SENADOR TELMÁRIO MOTA:** Está ouvindo, prefeito? Tá?

Eu quero, prefeito, em seu nome, eu quero saudar as autoridades presentes! Mas, naturalmente, quero aqui citar, é... o vice... O vice-prefeito, Simeão Peixoto; a presidente da... Da câmara, vereadora Dila; quero saudar o representante da assembleia legislativa e ex-presidente, deputado Marcelo; deputada Aurelina; deputado Yonny; deputado federal Altacir! Quero saudar as demais autoridades aí, principalmente do exército brasileiro, que hoje...a, mantém essa... A gestão dessa acolhida.

Presidente... Prefeito, deixa eu dizer uma coisa: Pacaraima, eu tenho Pacaraima como um filho. Porque, ao fazer a emancipação de Pacaraima, eu participei efetivamente desse projeto. Desde o primeiro dia, no convencimento, conversando com as comunidades, até o dia do, da realmente da... da...da... do reconhecimento, do plebiscito da, do município. E Pacaraima sempre foi, entre todos os quinze municípios do estado de Roraima, a rainha dos municípios, pelo seu clima, pela sua posição geográfica, pelo seu povo, pela sua gente, um lugar frio, aconchegante, um lugar, realmente, de veraneio de final de semana, um lugar de paz, de harmonia, de felicidade. Era, quase todos os secretários do estado com residência, desembargadores, juízes, etc; as maiores autoridades do estado tinham residência em Pacaraima. Era uma final de semana sempre muito feliz.

E com essa... Esse advento dessa crise econômica, social e política da Venezuela, que é uma boa vizinha nossa, boa vizinha nossa. Tem que dizer também que a Venezuela já suportou momentos nosso de crise, quando o presidente Collor, o presidente Sarney, fecharam todos os garimpos no estado de Roraima, quase cinquenta mil garimpeiros foram pra dentro da Venezuela. Sempre tivemos uma relação comercial, cultural e social importante com a Venezuela. No entanto, essa ajuda humanitária, ela é extremamente necessária pelo país, pelo Brasil. O Brasil não poderia, nesse momento, fugir dessa responsabilidade, como fez no Haiti. Passou onze anos e ali teve até um gasto de cento e cinquenta milhões de reais.

Mas eu, desde o início, desde dois mil e quinze, eu defendo essa ajuda humanitária, dentro da Venezuela, como foi feito no Haiti; nunca no estado de Roraima. Por várias razões. Se essa ajuda humanitária fosse feita na Venezuela, ali na Serra [inaudível 10:44 – Lemo?], que é no município de Ganzá Bana, estado de Bolívia, fica a cerca de cento e cinquenta quilômetros. Um local que é o único para se passar, um local que tem... Um local que tem infraestruturas, né, para essa acolhida. A ONU poderia tocar essa acolhida e o Brasil era o signatário, ajudando como vem ajudando, com a interiorização, com alimentação, etc.

Agora, trazer essa acolhida pra dentro do estado de Roraima? Isso, pra mim, naturalmente, foi um crime contra o nosso estado. É um estado que está vivendo as suas dificuldades socioeconômicas, teve até uma intervenção federal, por conta dessa migração proposital, política. E essa acolhida feita no estado de Roraima, ela não foi uma acolhida humanitária, ela foi uma acolhida política. Política. O senhor Temer, todo mundo sabe, que em dois mil e... No dia quinze de fevereiro de dois mil e dezoito - lamentavelmente, no dia do meu aniversário -, baixou dois decretos, dois decretos, criando essa acolhida no estado de Roraima e colocando na mão do exército brasileiro a responsabilidade do município de Pacaraima, do município de Boarim, no estado de Roraima, no município de Boa Vista, e também no município de Manaus.

Eu quero dizer uma coisa. Essa... A acolhida, ela tem excelência. Porque tudo o que o exército brasileiro faz, ele faz com excelência. O exército brasileiro não se rebela, ele cumpre as ordens, ele é disciplinar. Agora, que ela está trazendo benefícios para Roraima... Não está trazendo nenhum. Ela esgot-esgotou as nossas políticas públicas. Esgotou a área da saúde, esgotou a geração de renda e emprego, habitação, a segurança, o... O... O... O comandante da PM, Francisco [inaudível 12:31], sabe disso. Então, nós temos vários transtornos. E hoje Pacaraima, que era o nosso... A nossa Suíça, era o nosso paraíso, virou uma... Uma casa de cabeça-pra-baixo. O que está se passando nas ruas de Pacaraima, o que está se passando no cotidiano de Pacaraima, é inadmissível com o povo brasileiro. É inadmissível, inadmissível! E

não tem solução! Porque não se cabe um país dentro de um estado e muito menos dentro de um município.

Olha só! Em dois mil e dezoito, o Brasil já gastou duzentos e quarenta e oito milhões, trinta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e um centavos. Em dois mil e dezenove, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e três centavos. Em dois mil e vinte, trezentos e seis milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e quatorze, é, é, reais e trinta e dois centavos. Em dois mil e onze já vai pra duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e setenta e três mil, cento e sessenta e oito reais, é, e zero quatro centavos. Totalizando um bilhão, cinquenta milhões, quatrocentos e dezessete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e nove centavos. Informação do ministério da defesa, né, que o general me passou numa solicitação... Solicitação que nós fizemos.

Então, eu quero aqui deixar bem claro a minha posição: Sou radicalmente contra essa acolhida no Brasil! O Brasil já fez a sua parte. Não tem mais razão de ser! Não tem mais razão de ser. A Venezuela aceita que a ONU faça essa... Esse apoio humanitário dentro da Venezuela. Então o Brasil tem que deixar as diferenças ideológicas de lado, tem que parar com essa acolhida, porque ela foi criada politicamente para eleger o patriarca da corrupção de Roraima e do Brasil e que a... a... O povo, do mesmo jeito, não... Não aceitou. Então Roraima não pode mais continuar. Hoje tiramos vários gargalos que nós tiramos de Roraima. O Parque do Lavrado, a questão energética, a questão fundiária, a febre aftosa, a mosca da carambola e o próprio comércio com a Venezuela. Hoje, o maior... A maior... O maior problema de Roraima chama-se essa acolhida. Ela tem que acabar. Eu queria deixar isso bem claro a todas as autoridades que estão presentes. Eu bato nisso todo dia. E agora, o presidente está indo aí dia vinte e seis. Eu vou usar a tribuna hoje e vou fazer um apelo, vou fazer um apelo ao presidente. Que ele não vá pra lá, é... Só reconhecer a situação dos venezuelanos. Porque aí filma e traz. Ele tem que ver mais, ele tem que ver a situação dos brasileiros. Agora é hora de ver a situação dos brasileiros. Porque



os venezuelanos estão bem acolhidos. Imagina um bilhão entrando nos cofres de Roraima! Nós tínhamos feito quase uma Roraima nova. Se botasse aí cento e cinquenta milhões na mão do prefeito de Pacaraima, nós teríamos uma Pacaraima muito melhor do que se encontra e do que já foi no passado!

Portanto, senhor pre... Prefeito, eu agradeço essa oportunidade! Nós estamos aqui... Eu saí agora da reunião que nós recepcionamos o presidente, é... De um país pra a gente participar. Muito obrigado a todos! Essa é a minha opinião. Eu vou diariamente, até o dia vinte e seis, todo dia, eu vou entrar na contagem regressiva:

- Presidente, o senhor vai dia vinte e sete pra Roraima, faltam tantos dias. Tire essa acolhida! Amanhã: Presidente, faltam tantos dias. Tira essa acolhida!

Eu vou entrar nessa contagem regressiva. Muito obrigado, senhor prefeito! Muito obrigado a todas as autoridades presentes!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado senador Telmário Mota pela participação! Os demais senadores, deputados federais também foram convidados; mas hoje tinha uma agenda de... De relatoria lá em Brasília, não é, meu deputado? Meu deputado fez questão de estar aqui. Quero agradecer o deputado Otaci, que está representando muito bem a bancada federal!

Bem, gente, vocês viram aí o compromisso do nosso senador, né, Telmário Motta, com a nossa situação. Tenho conhecimento de causa e eu fico feliz de ele estar do nosso lado. Então, obrigado, senador! Peço uma salva de palmas para o senador Telmário Mota.

Senhoras e senhores, esclarecemos como será a dinâmica dos nossos trabalhos. Primeiro será feita uma explanação, né, minha e... Deputado, representando todos. E vocês podem seguir ali com a... Com a nossa equipe pra fazer a inscrição das pessoas que vão falar. Seria feito o contrário e eu ia ouvir a bancada; mas eu acho que quem tem que ser ouvido aqui são vocês. Então eu peço que vocês sejam ouvidos primeiro pra depois nós aqui ser... Responder os questionamentos de vocês. Então, vocês que querem se inscrever, está aberto aí pra que

vocês façam a inscrição pra que a gente possa, é, abrir a palavra pra... Pra sociedade de Pacaraima que tem o interesse. Então eu vou passar rapidamente aqui a palavra pro deputado...

Fala enquanto faz a inscrição.

Rapidinho aqui pro deputado, pra fazer a... As suas colocações. Ele vem representando o presidente da casa, é... Deputado Sampaio, e o governador Antonio Denarium.

**DEPUTADO MARCELO CABRAL:** Boa tarde, Pacaraima! Boa tarde, prefeito! Vice-prefeito, Simeão! Quero apenas dizer e agradecer! O convite chegou naquela casa, na assembleia e veio de lá uma... Uma comitiva de deputados.

Quero saudar aqui o nosso prefeito, Julianio Torquato, pela iniciativa, pelo compromisso e pelo respeito pelo povo de Pacaraima fazendo essa audiência. Parabéns a você, Julianio! Quero saudar o nosso vice-prefeito, Simeão Peixoto, que também contribui, que ajuda, que faz o que é possível e necessário pra ajudar esse município. Muito obrigado, Simeão Peixoto!

Quero saudar aqui as nossas deputadas que estão presentes, deputada Aurelina, que é [inaudível 18:48]. Que ela ajuda a cons... Construir. Ajudar os municípios, não é, deputada, pra fazer o melhor... O melhor município para o estado. Saudar a deputada Yonny [inaudível 18:58], que também está aqui, que está no compromisso, pela lealdade e pelo seguimento de poder ajudar as pessoas! Ela é presidente da comissão de direitos humanos. Então, nós temos aqui o nosso presidente do [CAM? 19:13] e da... E da comissão de direitos humanos. Duas deputadas diretamen... Diretamente envolvidos na ação com essa audiência pública. Quero saudar aqui os vereadores, em nome das mulheres, Adila, nossa presidente [inaudível 19:28] de todas as mulheres! Em nome dos homens, o Arlindo [inaudível 19:31]. Saudar todos os presentes, muito obrigado!

Quero saudar aqui meu amigo particular e deputado federal, Otaci, pelo respeito das pessoas! Ele está aqui hoje. Eu sei que a agenda

era corrida em Brasília; mas você fez questão de estar aqui hoje para ouvir a população e dar a sua opinião sobre isso. Muito obrigado!

Quero saudar ao senhor Rafael Martins, né, pelo sistema de... Liberdade Oliveira. Defensoria pública. Responsável, não é isso? Muito obrigado por estar aqui hoje, ouvindo atentamente e trazendo a sua opinião! Muito obrigado!

Quero saudar ao senhor... Senhora doutora Mirella Pom-Pompeu! Defensoria pública da união. Não é isso? Muito obrigada por estar aqui hoje também! Pelo respeito, pelo compromisso de estar junto com o prefeito e todas as pessoas que estão aqui presente!

Quero saudar também aqui a senhora Milena Melo, representando nosso juiz, Cleber Gonçalves Sil... Muito obrigado por estar aqui presente também!

Quero saudar o nosso presidente da CAER, que hoje... Pela importância de você estar aqui hoje, para ouvir a população, ouvir o prefeito, eu acho que é fundamental [inaudível 20:46] mais justo e respeitando ao povo. O presidente da CAER está aqui hoje. Muito obrigado pela sua presença aqui, James Serrador!

Quero saudar também aqui o nosso... O nosso coronel Jamilson Campos Teixeira. Não é isso? Representando aqui o... O general Sérgio. Muito obrigado por estar aqui hoje conhecendo, já conversou com o prefeito, já viu a conver.... Já viu a realidade do município. É fundamental o apoio do exército brasileiro aqui em Pacaraima. Fico feliz de poder estar junto com você, participando de uma audiência onde tem voz e onde vão falar ao povo de Pacaraima. Muito obrigado a você aí!

Quero saudar ao senhor coronel Roberto Souza da Silva, muito obrigado por estar aqui presente hoje também, compartilhando e trazendo a sua experiência pra cá! Senhor coronel Daniel Guilherme da Silva Júnior, muito obrigado, coronel, também! Quero saudar ao senhor... Senhor coronel Francisco, nosso chefe da PM está aqui hoje. Muito obrigado por participar e trazer a sua ideia, a sua... O apoio da

PM ao povo de Pacaraima, muito obrigado! Subtenente, Wilson Roberto, representando o comandante do corpo de bombeiro. Muito obrigado! Cadê o nosso...

Quero saudar aqui... o senhor presidente da associação comercial empresarial de Pacaraima, João Cleber Soares! É importan... É importante tá aqui hoje, pelo trabalho, pra conhecer, você faz a parte da sociedade dos comerciantes, muito obrigado!

Quero saudar os senhores vereadores. Já falei. Quero senho...

Quero saudar a todos os secretários municipais! E todas as pessoas diretamente que cuidam desse povo, que cuidam desse município, que é o pessoal, é as pessoas da prefeitura de Pacaraima! Em seu nome estão todo o secretariado do município!

Quero saudar os senhores Tuxaua, da comunidade indígena de Pacaraima, Jesus Leal! Tuxaua da comunidade Pacaraima dois.

E pra encerrar, eu quero ouvir! A gente está dando apenas... Abrindo a nossa reunião, a nossa... A... Audiência pública, que está fazendo o mais importante, é trazer a sociedade para ouvir e a gente ouvir as pessoas. Quero aqui, prefeito, dizendo: nós trouxemos hoje as pessoas fundamentais, estão envolvidos diretamente com cada segmento aqui em Pacaraima. É importante dizer que Pacaraima hoje tem o cuidado e vai ter o cuidado do governo do estado, o apoio da assembleia, o apoio que for preciso e necessário pra resolver ou amenizar o sofrimento do nosso povo de Pacaraima. [inaudível 23:45] o apoio necessário e da casa legislativa do estado, da assembleia legislativa, os deputados estão apoiando e dizendo que é melhor, junto a população aqui em Pacaraima.

Muito obrigado! Vamos ouvir as pessoas e depois, sim, falar o que foi decidido e apoiar o que é preciso. Obrigado e boa... Boa tarde a todos!

**CIDADÃO - VEREADOR - CAMISA PRETA:** Queria saudar diretamente em nome de toda essa bancada aqui, da excelentíssimas senhores e autoridades! Não vou citar o nome de cada um pra nós agilizarmos aqui quanto ao tempo, ok! Obrigado a todos, vamos lá!

Nota de repúdio: Agradecimento, primeiramente a Deus, por estarmos todos aqui presentes! Agradeço a todos que estão presentes e os que sempre estiveram junto contigo, Pacaraima! A câmara municipal de Pacaraima vem através deste ano manifestar veemente repúdio à desordenada forma como vem sendo realizada a entrada de imigrantes venezuelanos no município de Pacaraima. Bem como a metodologia incalculada que as organizações responsáveis pelo acolhimento desses imigrantes no município de Pacaraima vêm conduzindo os pre... procedimentos realizados.

Sabemos das dificuldades do ofício; no entanto, não podemos fechar os olhos e aderir à cumplicidade dos fatos. Os moradores do município vêm sofrendo constantemente com a escalada de violência e dificuldades na prestação de serviços básicos aos cidad... Aos cidadãos dessa mun-municipalidade. Os sentimentos expressados em cada olhar impotente das autoridades locais e da população deste município ecoa em um profundo pedido de socorro para quem tem o poder de nos amparar com empatia e democracia.

Sendo assim, vemos como único caminho viável contar com a certeza de que vossas excelências possam nos ouvir e ordenar de forma sábia a mudança de forma como atualmente é conduzida a entrada desses imigrantes em Pacaraima. Para que possamos ter a segurança e a dignidade preservada, direitos constitucionalmente assegurados! Paz, respeito, segurança e justiça é o que desejamos! Desde já agradecemos pela atenção!

Pacaraima é uma cidade que amamos e que faz parte das nossas vidas, assim como as pessoas que aqui residem. Não podemos fechar os olhos e fingir que tudo está bem quando passamos por situações como a falta de segurança. E o medo constantemente faz parte do nosso dia a dia. Os problemas que estamos enfrentando a cada momento são devastadores em nossas mentes. Essa audiência pública é uma necessidade urgente que surgiu de um desespero, na insegurança e na situação vivida aqui dia e noite aqui em Pacaraima. Em ver e viver a angústia de um povo que não tem pra onde ir e foge da fome e da miséria de um país devastado e tomado pela escassez. E junto com esse

povo vem pessoas de bem, trabalhadoras, pais e mães de família. Mas também vem o bandido, sem dó e sem piedade, causando o mal e tendo-nos como reféns de nossa própria casa, nosso país e nosso município.

Pacaraima não pode ser um amontoado de pessoas. Não repudiamos a imigração, que fique bem claro. Repudiamos a forma como está acontecendo as consequências causadas a todos nós. Porque quem está sofrendo os grandes impactos somos nós, população, nós moradores.

Gente, agora falando como morador, como filho da terra, quem cresceu, quem se criou aqui, quem estudou nessa escola, quem já estudou na crechezinha, na Alcides Lima. Nós precisamos de segurança! Nós precisamos que nossas autoridades nos ajudem quanto a isso! Nós, vereadores, não podemos fazer nada, nós podemos clamar, pedir socorro, pedir ajudar, para quem pode fazer alguma coisa... Alguna coisa, realizar alguma mudança! É triste nós vermos a nossa pouca floresta sendo desmatada, sendo destruída, o nosso pouco do nosso meio ambiente que temos aqui sendo degradado pelas consequências e forte impacto da imigração. Como eu disse, como está lido aqui, nós não domos contra a imigração, somos contra a forma como está sendo condu... Conduzida a todos.

Então, eu não vou me alongar muito porque tem muito... Muitas pessoas para falar e se expressarem. Mas aqui ficam as minhas palavras, as palavras dos nossos amigos, companheiros vereadores. Dona Cássia, vereadora Cássia; nosso amigo, nosso vereador Melo, nosso vereador Teco, nosso vereador Arlindo, Marcelo Bem-vindo, presidente Dila Santos... Irmão Grande... Não sei se estou esquecendo de mais algum. Rodivam.

Então é isso. Muito obrigado a todos! Que papai-do-céu abençoe todos nós! Muito obrigado, amém!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Amigo Egídio de Moura Faitão, o microfone vai até o senhor. Pra ser mais... Cadê o microfone, Willi?

**CIDADÃO - EGÍDIO FAITÃO:** Eu sou Egídio Faitão, a maioria me conhece como Vitor. Eu fiz parte da comissão de emancipação do município de Pacaraima. Estou aqui há vinte e oito anos. Quero dizer, como disse o nosso vereador, agora há pouco, que eu vou expressar o sentimento, creio que, da maioria do povo de Pacaraima. Nós não somos contra a acolhida. Nós somos contra a maneira como está sendo feita essa acolhida. Ora, os senhores responsáveis pela acolhida, recolhem o povo da Venezuela e jogam na rua? Pra passar fome e ficar cozinhando canjica? Pra ficar fazendo isso? Isso é acolhida? Não é, não, meu senhores. Eu não ia falar o que eu vou dizer agora; mas como o exército está presente, vou falar. Fui militar também, dezesseis anos. Servi dez anos na brigada paraquedista, no Rio. E o sistema dessa acolhida não pode ser feito do jeito que tá. O exército, como responsável pela segurança da fronteira, tem o dever de guarnecer a fronteira. Não podemos permitir que aqueles marginais, que não querem a acolhida. Vão na acolhida só pra receber o [inaudível 29:50 – CPF?] pra receber aqui e retornam lá, ficam flutuando. Não podemos admitir que eles fiquem cortando arame, derrubando o muro dos cidadãos, invadindo casa, roubando, estuprando, furtando e fazendo o fim do mundo aqui em Pacaraima. Essa responsabilidade cabe ao exército brasileiro. O exército brasileiro que faça essa segurança, ele não pode deixar a fronteira aberta. Não sou eu que tenho que fazer essa segurança aqui.

Outra coisa, nosso amigo prefeito tem que solicitar a segurança. Não podemos permitir também essas invasão de casa e invasão de terra, derrubando a floresta, como tá acontecendo. Dois terços da população aqui de Pacaraima hoje é venezuelana. Daqui a quinze anos, se a gente não falar espanhol, nós vamos ser deportados daqui. Por pessoa... Por pessoa, não é o cidadão venezuelano, entendam bem. Os cidadãos venezuelano está trabalhando em todos os mercados aqui em Pacaraima e Boa Vista, o cidadão venezuelano está trabalhando. Agora o marginal que o Maduro, aquele terrorista, liberou dos presídios, é que ficam flutuando aqui, trazendo drogas, trazendo armas e criando o inferno aqui dentro. Eles vêm e volta, vêm e voltam. E essa segurança tem que ser feita. Não pode continuar desse jeito aí. Porque daqui mais uns tempos vai ser muito difícil segurar. Desculpem a minha emoção,

mas eu sou morador daqui há vinte e oito. Eu conheço, como disse o nosso senador Telmário, isso aqui era um paraíso. Hoje, disse, virou a casa de cabeça-pra-baixo. Não, isso virou um inferno. E nós temos que modificar isso. Modificar com todos juntos, com todas as autoridades que estão aqui na mesa. O exército, defensoria pública, o pessoal que fica diretamente ligado lá, tem que enxergar isso. Porque é lamentável a gente ver crianças dormindo no relento, passando fome e aí, pra onde lá, não sei pra que diabo lá, a acolhida está sendo feita pelo Brasil. Não está sendo feito, não, minha gente. Isso aí não é acolhida.

Outro detalhe. Está cheio de casinha aqui. Onde? Tem uma bem aqui do lado da igreja católica. Tem outra lá pra igreja batista. Aqui pra baixo tem umas três ou quatro, tem uns varal que estão aí. O índio brasileiro não é acolhido como é acolhido o índio venezuelano no varal que está aí.

**LOCUTORA:** Tempo!

**CIDADÃO - EGÍDIO FAITÃO:** Então, nós temos que atender. Isso todo mundo junto.

**LOCUTORA:** Tempo!

**CIDADÃO - EGÍDIO FAITÃO:** Aqui só tem a polícia civil e a militar, que trabalha direto. O resto não existe. Obrigado, prefeito! Obrigado, povo de Pacaraima!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, senhor Catetano!

Quero aqui chamar a nossa moradora, Rosa Helena!

**CIDADÃ - ROSA HELENA:** Antes eu quero fazer aqui uma observação na fala do nosso senador, Telmário Mota. Ele falou assim - tá, eu só vou me apresentar. Eu sou moradora daqui há dezesseis anos, sou professora da escola Casimiro de Abreu, tenho quatro filhos que se criaram aqui. E sou casada com o Irmão Grande, mais conhecido agora, nesse mandato de vereador. Ok?

Na colocação do vereador Telmário Mota, ele falou assim... Do senador. Ele disse que era um crime, né, foi um crime que fizeram com o estado de Roraima. Foi isso que ele falou? Foi um crime. E ele falou



muito bem, gente. Ele falou também que era inadmissível. Eu estou repetindo aqui as palavras do senador. Que era inadmissível o que estava acontecendo, que ele não concordava com isso. Certo? Ele também colocou alguns números, né, que em dois mil e duzentos mais de duzentos e poucos milhões, dois mil e dezenove também. Dois mil e vinte já estavam passando seus trezentos e poucos milhões. E somando tudo, já estava dando um bilhão que estava saindo pra esse trabalho aqui de acolhida.

Agora, a minha pergunta é: os poderes dos estados, né, eles são constituídos municipais, estaduais e federais. Então, hoje a gente vê que não é o vereador que vai resolver essa solu... Que vai ter solução para este problema; não vai ser o nosso prefeito, ele está buscando meios. Nós temos autoridades competentes, na nação, no nosso estado, que podem resolver essa situação. Porque abaixo de Deus, são as autoridades constituídas por ele.

A minha pergunta é, eu quero saber: quais são as ações tomadas até hoje? Porque é muito fácil, gente, chegarem aqui e dizer que é inadmissível, e dizer que... Que não está certo. Eu não quero saber, todo mundo já sabe. Todo mundo já sabe que está errado. A pessoa... Foi perfeito a colocação do nosso amigo que me antecedeu. O que está acontecendo, o que está... Isso não é de hoje. Há quanto tempo, já tem quantos anos? Sete anos que está acontecendo isso.

**LOCUTORA:** Tempo!

**CIDADÃ - ROSA HELENA:** Então, eu quero saber quais são as ações tomadas para a solução do problema! Listar as ações tomadas para a solução do problema. Ou, pelo menos, para organizar esta acolhida.

**LOCUTORA:** Tempo!

**CIDADÃ - ROSA HELENA:** Porque, como ele falou aqui, não estão acolhendo. E olha, diga-se de passagem, que se chama Acolhida Humanitária. E não está sendo feito nada de humanitário. Porque o que essas pessoas estão passando aí?

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, professora Rosa Helena! Chamar o nosso amigo, Ari Silva!

**CIDADÃO - ARI SILVA:** O problema que Pacaraima hoje está passando. E tem uma lista de materiais aqui. Mas alguns são muito mais importantes do que está aqui. Vou começar pela parte mais branda, mais fraca, o nosso problema de água. Certo? Vamos começar por aí. O problemático vamos deixar pro final. Três minutos é pouco.

Pacaraima está sofrendo um problema de água muito séria. Mas não é desde hoje, não. Desde quando a gente era somente quatro mil habitantes. Hoje Pacaraima tem quase vinte mil habitantes e a CAER nunca se preocupou em fazer outros reservatórios, fazer poços artesianos realmente onde tem a água. Porque só faz poços artesianos onde não tem água. Tá? E tá ridículo. Na rua de casa, tem uma semana, o cano central quebrado e a água correndo. Eles não querem trabalhar. Tá? O problema de água aqui na CAER é política, não é água. É somente política. E olha que tem dois vereadores que trabalham lá. E a gente está desse jeito. Tá, tá bom? Estamos desse jeito. Tá. Agora a pergunta: eles estão preocupados com vocês com falta de água? Estão não. Eles querem só receber, não querem saber se o cano está quebrado, se aquele poço vai dar água. Tá? O problema de água aqui é política. Não é falta de água, não. Água tem demais. Só eles querer fazer, vai acontecer.

Agora, outras partes eu não vou me meter; que é a saúde, a social e a educação. Isso daí cabe às pessoas que entendem dessa área. Mas vamos agora passar pra parte de segurança de Pacaraima. Tá? Pacaraima hoje, a gente sabe que, por exemplo, vamos começar com a civil. Eu fui roubado, a minha propriedade foi roubada diversas vezes. Diversas vezes eu fiz BO e diversas vezes eu levei a foto, mostrei onde estava e quem comprou o roubo. Você acha que a civil teve a coragem de levantar da cadeira e investigar? Não, nunca fez uma investigação do roubo lá da minha casa. Nunca. Não, não vai. Pra mim, a Civil podia fechar e ir embora! Porque não serve pra nada aqui. Não trabalha, só trabalha para os amigos. Eu sei que tem muitos policiais civis me olhando agora. Não tem problema, não. Eu não tenho medo de vocês,

não. Podem me processar! Agora, só vai investigar se for amigo, quem não é amigo, se lasca! Esses dias eu tive que responder aqui no fórum aqui porque uma amiguinha dela falou isso e isso e me processaram. Mas não querem ouvir a verdade. Então, a falta de policiamento em Pacaraima está demais. Depois das dez horas ninguém vê nada. Final de semana eu já nem ligo mais pra PM porque não tem mais condições de ligar. E ninguém respeita o decreto do prefeito, que é até uma hora da manhã. Amanhece, dá porrada, dá tiro, só dá trabalho pro pessoal do hospital que, coitados, estão lá. O hospital metade fechado, porque não consegue reformar, está lá, abandonou. E os coitados estão aí. Mas a festa pra esses cara aí, eles roubam, roubam, roubam pra poder comprar droga. Agora, que mistério tem... Eu quero perguntar pro pessoal da polícia: que mistério tem que não consegue fechar a boca-de-fumo?! Eu não sei porque que não consegue fechar as bocas de fumo em Pacaraima. E pode ver, tudo é venezuelano, tudo! Mas ninguém tem coragem de fechar a boca-de-fumo. Ninguém tem [inaudível 40:05]. A DPU... Os cara prende aqui, a DPU chega: "Solta os coitadinho!".

Solta o cacete! Tem que meter a porrada mesmo! Tá? Vai ser assim! É bandido, tem que respeitar a gente!

Quando eu cheguei aqui, nem rua tinha, nem luz tinha onde eu morava. Agora vem uns bandidos desses aí pra nos roubar! Meu depósito está lá! Aí... Eu quero saber quem é o responsável que vai me pagar todos os prejuízos que eles me deram! Quem eu vou cobrar? O meu depósito está lá! Não tinha mais o que roubar, roubaram toda a fiação. Eu já deixo até aberto, já, pra não dar problemas pra eles. Tá? Agora, quem é que vai me pagar, o bobo [inaudível 40:51]?

**LOCUTORA:** Tempo!

**CIDADÃO - ARI SILVA:** Quem? Agora eu quero saber se é o governo, se é o prefeito, se é a acolhida, se é a DPU [inaudível 40:58], se é a justiça, eu quero saber quem é que vai me pagar! Ninguém vai me pagar o prejuízo.

**LOCUTORA:** Tempo!

**CIDADÃO - ARI SILVA:** E se eu pegar um cara desse, dentro da minha propriedade, me roubando, fazendo mal pra minha família, minha filha... Não vai existir DPU nesse mundo, não, viu! Mas não vai mesmo! E outra coisa...

**LOCUTORA:** Muito obrigada, senhor Ari, muito obrigada! O seu tempo acabou!

**CIDADÃO - ARI SILVA:** Não... Ainda tem o negócio da Acolhida ainda. Três minutos é pouco! Calma! Nós vamos falar agora! Três minutos é pouco. A situação que está Pacaraima exige duas horas ou até mais! Nós vamos falar agora... Nós vamos entrar na acolhida ainda. Calma, ainda estou na segurança! Vocês pensam que isso aqui é brincadeira, não é brincadeira, não! O negócio é sério. Nós fomos roubados... Tem brasileiro que foi esquartejado! Vocês sabiam, DPU, que os brasileiros estão sendo esquartejados aqui nessa cidade?! Os meninos estão sendo perfurados. Isso vocês não vê! Só quer ver o lado humano do bandido. Bandido não tem lado humano, não! É [inaudível 42:05] mesmo!

E outra coisa, agora vamos entrar no lado da acolhida agora!

**LOCUTORA:** Obrigada, senhor Ari! O seu tempo passou...

**CIDADÃO - ARI SILVA:** Calma, a acolhida... Eu vou falar, eu vou falar! Agora eu vou falar! Calma, calma! Nós vamos entrar, agora, no lado da acolhida, agora. Eu acho interessante que tem esse monte de gente na rua. Todo mundo sofrendo, criança, etc, etc... Mas, pô, se você tem um lado vazio, que é a entrada da porta deles, entre a bandeira e a Acolhida, ali cabe muita gente ali naquele espaço. Tira eles da cidade, bota... Deixa os banheiros... eles estão defecando, urinando, estão fazendo tudo na cidade. Não dá. Vamos botar esse povo pra lá, vamos tirar esse povo todinho da cidade e vamos começar a organizar as pessoas que entram na cidade. Está entrando muito bandido aqui, muito bandido está entrando. Tá? Agora vamos olhar direitinho.

Estão querendo dar porrada em mim. Eu já vou tirar aqui. Tchau pra vocês! Chegou a madame.

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, senhor Ari. Gostaria de chamar o morador Edson Costa.

**CIDADÃO - EDSON COSTA:** E do vice-prefeito, Simeão Peixoto. Eu quero cumprimentar e saudar, dar os bem-vindos pra todas as autoridades que estão aqui presentes nessa audiência pública! Também a todos os senhores e as senhoras que vieram aqui esta tarde para, juntos, nos debatermos e, mais do que isso, encontrarmos uma solução para resolver os problemas que existem no município de Pacaraima, no estado de Roraima e na nossa fronteira. Quero agradecer a Deus por nos proporcionar esta oportunidade de estarmos aqui! Quero ser breve e sucinto porque também nós temos um protocolo e temos outras pessoas que irão falar. Eu gostaria de dizer o seguinte: eu estou morando em Pacaraima desde dois mil e três e gostaria de dizer que eu nunca iria imaginar que eu iria passar por uma situação que nós, pacaraienses, estamos vivendo em Pacaraima. Eu vim de São Paulo, um lugar muito violento, que tem muitos assaltos e eu imaginava que aqui nós não íamos encontrar tanto assalto e tanta violência porque Pacaraima sempre foi um município acolhedor. Abriu os braços e acolheu todo mundo, mas agora nós estamos vivendo uma crise e eu acredito que as autoridades constituídas, elas demoraram para tomar um posicionamento. E a crise, ela está saindo do controle. E eu já falei para algumas pessoas que, se nós não encontrarmos uma saída, daqui uns dias, o debate vai ser o seguinte: até quando os moradores de Pacaraima vão ficar em Pacaraima? Porque, de repente, a própria Venezuela, os venezuelanos, vão expulsos os cidadãos que estão aqui. Porque já estão invadindo as casas, estão invadindo os terrenos, já estão roubando, já estão saqueando, já estão fazendo de tudo. E muito se fala nessa questão da imigração. Eu gostaria de abrir um parêntese para dizer que tem muito imigrante que também está sendo vítima. Mas eu gostaria de dizer que as nossas autoridades, elas não têm que se preocupar somente com os imigrantes que são venezuelanos. Mas

eu disse um dia, numa sessão na câmara de vereadores, numa audiência que nós tivemos, que, assim como tem que ter preocupação com a imigração, com o cidadão de bem que são vítimas na Venezuela, estão vindo atrás de refúgio no Brasil, tem que também ter um olhar especial para o cidadão brasileiro que está sendo massacrado, que está sendo assaltado, que está sendo roubado no nosso município. Existe solução? Eu acredito que existe. Basta as nossas autoridades constituídas quererem resolver a situação. O governo federal, ele pode, no meu entendimento, criar em Pacaraima e em Roraima, um gabinete de gestão dessa crise migratória, para que ele possa ter um controle melhor do que a Acolhida está fazendo, do que o exército está fazendo e do que as demais autoridades estão fazendo, para que tome providência com relação a isso. A nossa fronteira tem que ser guarnecida. Nós não podemos deixar quadrilha, traficante, droga, arma e tudo o mais passar pelo nosso município. Os nossos governantes têm que tomar... Eu já estou terminando! Eles têm que, realmente, lembrar de Pacaraima, não como reduto eleitoral, mas como um filho, com carinho, que precisa ser cuidado, precisa ser amado. Então, nós conclamamos as autoridades constituídas para que, realmente, não venham fazer discurso político, mas venha trazer uma solução para o nosso município. Muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Edson! Gostaria de convidar o Tuxaua, senhor Jesus Develdson [inaudível 48:26].

**TUXAUA JESUS:** Em nome do Marcelo Cabral, deputado, boa tarde! Quero agradecer a presença de todos os deputados aqui no nosso município!

Bem, eu já fui contemplado em muitas falas que eu ia fazer. Isso foi muito importante, começando pelo nosso senador, Telmário Mota, na questão da migração. Olha, é uma coisa importante para nós, tudo o que está sendo discutido, falado aqui nessa audiência, é importante. Porque esse povo, eles têm uma reivindicação. Eu acho isso importante, o que está sendo falado. Mas o nosso problema, nas nossas comunidades indígenas, é a mesma de Pacaraima. Isso nós sofremos,

essa situação da migração. Como o nosso companheiro aqui estava falando aqui com os nossos representantes aqui do exército da fronteira. Isso seria importante porque, assim, Pacaraima já foi uma cidade pacata, uma cidade que você ficava, dormia fora, na área da sua casa. Hoje você não pode mais dormir. Por quê? Porque a invasão do nosso povo, da migração nas nossas terras, na nossa sede, está demais. Não só aqui como nas comunidades indígenas. Nós não aguentamos mais. Não só roubam aqui só, mas também nas nossas comunidades. Agora mesmo tem uma pessoa da nossa comunidade ali, [inaudível 50:21] na UTI. Ninguém sabe quem foi que furou ele. Tem um monte de imigrante do outro lado, [Parimé? 50:27]. Ninguém não sabe, eles estão morando pra lá. Igualmente foi falado aqui. Quem sabe pode ser os bandidos. Então, eu peço as autoridades que verifique, aqui, quando foi falado aqui que o presidente vinha aqui em Pacaraima, limpou-se as ruas de imigrantes. Limpou. Ninguém viu mais nenhum imigrante na beira da calçada. Mas foi só dizer "Não, não vem mais não"; voltaram tudo! Vocês vê ali, perto da rodoviária, virou uma favela. Isso é imigração? Isso é acolhida que nós temos na nossa sede do município? Estou de acordo que a Venezuela, bem aqui, tem muita terra. Se tem o dinheiro pra gente manter esse povo na acolhida, que tire das ruas. Nós não somos contra. Mas queremos que se organize. Porque nós não aguenta mais esse sofrimento deles e esse sufoco que nós passamos aqui nas comunidades. A polícia, acabou de falar da polícia, eu vou falar também. A polícia só corre atrás do... Dos imigrantes quando eles pega carro que vão, são clandestinos; mas não fiscaliza aí pra baixo. Então nós temos que ver tudo isso, gente. Porque você correr atrás de um carro que vai levando imigrante, é capaz de [inaudível 52:01] os nossos indígenas. Por que que não toma as providências enquanto estão descendo, não deixa passar pra lá?! É triste isso aí, autoridades! Esse é o país de vocês! Sentei como prefeito aqui, pra gente marcar essa audiência. Eu falei com o prefeito: "Prefeito, eu quero falar! Porque nós somos indígenas e nós depende também da nossa sede!". Como o Telmário que eu sempre defendi essa sede. Porque isso aqui é onde está a nossa saúde, está o nosso dinheiro. Tudo nosso aqui. Então, eu quero agradecer vocês, deputado; mas eu quero solução! Eu

não quero que nós faça essa audiência e aqui mesmo se acabe! Eu quero solução!

Muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Jesus!

Chamar nosso município, Leomar Leão!

**CIDADÃO - LEOMAR LEÃO:** Eu quero começar a minha fala pedindo por segurança, pedindo que as autoridades deem uma atenção muito especial aqui para o nosso município. Eu quero começar dizendo que... Falando de algumas... Alguns acontecimentos que aconteceram aqui no nosso município. Um servidor de educação teve a sua casa roubada, levaram todos os seus alimentos. Os bandidos entraram pelo telhado da sua casa. O empresário teve a sua loja roubada, também entraram pelo telhado da sua casa, tá. O mototáxi teve a sua moto roubada, colocaram a faca no pescoço do... Do trabalhador e levaram a sua moto. Ainda bem que foi recuperado. Uma técnica de enfermagem teve a sua casa roubada. Entraram pelo telhado. Os bandidos ainda jantaram, fizeram a sua janta e comeram ali do alimento, do suor, né, conquistado com o suor do seu trabalho. Até quando vamos... Vamos ficar nessa insegurança? Porque, pra quem mora aqui em Pacaraima, ninguém está seguro. Ninguém. Então, eu peço aqui por segurança, quero chamar atenção do... Do exército brasileiro, pra que reforce a segurança na fronteira, tá, que sejam mais rígidas com a segurança. Porque é isso que nós precisamos, é de segurança. Fora os outros problemas que a gente tem, com educação, saúde, né. Então, é isso o que eu peço. Mais segurança para o nosso município, principalmente aqui na... No município de Pacaraima. Muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Leomar! Chamar o nosso município, Kelisson Lopes.

**CIDADÃO - KELISSON LOPES:** A nós, os guerreiros que está enfrentando esse problema diário com a imigração. E saúdo também a banca. Quero aproveitar o ensejo de todas as pessoas que já falaram que possam colaborar para um município mais acolhedor e que... Essa audiência, ela não está pedindo para que os venezuelanos



sejam expulsos. A intenção não é essa. Mas o que a gente pede é que as nossas autoridades criem meios para que possa haver um bom convívio. Exemplo: estamos todos aqui nesse momento. A insegurança está tão grande. Será que quando retornarmos para nossas casas, nossas coisas vão estar bem lá? Não terão sido roubadas?

O que eu quero enfatizar também: O que é imigrante? O que é refugiado? Existe uma lei pra uma delas e é essa pergunta que eu quero que as autoridades pensem. Nós estamos recebendo imigrantes ou refugiados?

Obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Kelisson! Quero chamar Jordete, enfermeira do nosso hospital.

**CIDADÃ - JORDETE – ENFERMEIRA:** Boa tarde a todos! Não tenho nenhuma fala quanto a problemas de Pacaraima. Todos os problemas já estão sendo minuciosos, bem colocados aqui. Apenas temos uma pergunta que pode ser a solução, o início da solução desse problema:

Quem já andou de avião aqui sabe que, quando há despressurização no avião, máscaras caem. E qual a orientação? Colocar a máscara na criança, que não sabe colocar, ou primeiro a máscara no adulto, que vai ajudá-la?

[inaudível 57:50]

**CIDADÃ - JORDETE- ENFERMEIRA:** Exato. Nossa cidade é uma cidade acolhedora, sempre foi. Nós necessitamos de máscaras de oxigênio para que possamos ajudar aqueles que estão chegando. Boa tarde!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, enfermeira Jordete! Quero chamar a nossa moradora Elisângela!

**CIDADÃ – ELISÂNGELA:** Bom, eu como munícipe, como usuária dos serviços públicos da cidade, a gente sabe... Eu, particularmente, posso dizer que não é de hoje que isso vem acontecendo. Não é de hoje que essa carência, essa falta de um serviço público de qualidade tem, está existente. Saúde, eu sou do tempo que era o postinho

de saúde onde só tinha o médico do exército que atendia a gente; e o dentista era do exército, a gente tinha essa parceria com o exército brasileiro, que atendia, que buscava a gente lá dentro do terceiro pelotão. E hoje, a gente vai... Outro dia eu fui com o meu filho no hospital, com uma crise de asma. E a gente chega lá, a gente vê que o problema... A gente que precisa do serviço, a gente sabe que é difí... Quando não tem pra atender, a gente se sente agredida. Mas, porém, o pessoal, os profissionais que estão prestando o serviço também, é uma guerra que eles têm. Outro dia me roubaram, a minha máquina de lavar da minha casa. Um... uns pilantras que, por causalidade, era venezuelanos. Eu fui na delegacia fazer um BO e lá, o que os colegas lá disseram? Que estão enxugando gelo, estão enxugando gelo. Porque prende, manda pra Boa Vista, volta pra cá. Volta pra cá e estão debochando da cara deles no dia seguinte aqui. Então, assim... Eu acho que, pra gente entender melhor a situação como um todo, a gente tem que buscar quem é responsável por cada serviço.

Aqui dentro do município, quem é responsável pela segurança pública? Quem é responsável pela segurança? E o que essas pessoas estão fazendo para poder melhorar, dar um serviço de qualidade para nós, munícipes aqui?

Com relação à operação Acolhida, eu não sei como é feito o serviço lá dentro. Como é feito o atendimento, como é feito o processo todinho pra acolher esses imigrantes, essas pessoas que vêm em vulnerabilidade pra cá, pro nosso município, pro nosso estado, pro nosso país. Mas é uma coisa que a gente, enquanto morador aqui, a gente está vendo que não está dando certo. Não está dando certo porque a gente vê pessoas, crianças, idosos, na rua; a gente vê um problema de saúde pública aqui gigantesco. Principalmente agora no verão, provocado, com relação a essas pessoas fazendo as necessidades, a sujeira. Gente, ontem eu estava fazendo atividade com o meu filho. E na atividade perguntou:

O que você mais gosta nessa cidade? O meu filho: "O clima, mãe".

E o que você... Tu menos gosta, meu filho? "A sujeira, mãe. É muito sujo, é muito sujo. Muita sujeira, muito lixo!"

E isso traz problemas de saúde pra gente, problemas sérios. Então, é... Assim, eu sei que a gente, como um todo, eu sei, às vezes, não está, o problema não está a solução na esfera municipal, porque existem leis federais que obriga as pessoas a... Obriga, né, a acolhida dessas pessoas aqui dentro. Da qual eu não sou contra. Mas vamos fazer um serviço de qualidade, sem deixar a gente na carência dos nossos serviços. Então, eu vejo assim, né... Eu só queria colocar uma coisa. Eu sei que aqui tem venezuelano participando aqui também. O que a gente está colocar é o seguinte, que taxam a gente muito, principalmente aqui no estado de Roraima, como xenófobos. Nós não somos! Nós não somos! O que a gente quer é só os nossos direitos, de brasileiros, garantindo... Pagadores de impostos que são garantidos pela constituição. Nada mais.

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Elisângela! Quero chamar o nosso morador, Albino!

**CIDADÃO – ALBINO:** Todos os comerciantes estão tendo dificuldade, por questão do roubo, da agressão. Sendo usurpados, sendo esfaqueados, sendo agredidos, sendo torturados dentro da sua casa. Como o caso de um comerciante que foi agredido na frente de sua filha. E um pai sem poder fazer nada. Eu tenho certeza que as polícias militar é o que a gente vê mais na rua, polícia militar. Pessoal do [Figo? 1:03:10], que fica lá embaixo. Mas, mesmo assim, eu tenho certeza que o comandante do exército, ele sabe muito bem aonde fica as trouxas por onde é que o pessoal passa; a polícia civil sabe muito bem onde fica a trouxa por onde eles passam. E muitas das vezes a gente não vê uma ação, uma ação firme. Outra da situação que eu vejo, parece que há uma desarmonia entre a polícia federal, que não está aqui. Tem algum representante da polícia federal? Que eu acharia muito importante que o delegado da polícia federal, a ONG] e o exército brasileiro. Por que? Porque o exército brasileiro, como a gente viu numa cena passada, entrou dentro de uma casa onde haviam vários imigrantes

que estavam sem documentação. E a ONG foi lá e tirou toda a autoridade do exército brasileiro, e tirou toda a autoridade da polícia federal. Eu quero dizer ao comandante do exército... O comandante do exército e à polícia federal: a ONG não tem autoridade aqui sobre o município de Pacaraima; vocês são autoridade! Se vocês não podem fazer nada, então infelizmente... Se o exército não tem autoridade, a polícia federal não tem autoridade, as ONGs parecem que mandam aqui. Parece que as ONGs montam a cavalo e cavalgam por toda Pacaraima e fazem o que querem, tiram ordem. Se tem um imigrante que não tem documento, chamado João, entra aqui sem nenhum documento, a polícia federal cadastra um imigrante como José. Parece que não há um controle de cadastro, né, como já foi citado em outras... Em outras reuniões. Não há um controle em saber qual é o antecedente desse imigrante lá na Venezuela. E ele entra clandestinamente por aqui, faz o crime aqui e volta pra Venezuela. Passa três, quatro meses sumido pra lá, como já aconteceu. E volta pra cá e comete o crime novamente.

Nós não aceitamos isso aqui em Pacaraima. Se a polícia federal não está fazendo seu papel, o exército também não está nos representando. Nós colocamos toda a nossa confiança no exército, na polícia militar e na polícia federal. Porque as ONGs não foram na nossa casa perguntar se está faltando comida, não foram nos hospitais perguntar o que está faltando lá, não foram nas comunidades indígenas perguntas o que está [inaudível 01:05:37] nas comunidades indígenas. Quem está sendo mais afetado nessa cidade somos nós.

Outra situação. Eu tenho meu filho, está ali, seis anos. Se o meu filho andar na rua sozinho, sozinho, vem a assistência social, recolhe meu filho das minhas mãos. E por que que tem um monte de criança venezuelana andando na rua sozinho, pedindo: "Eu quero bombom, eu quero dinheiro! Me dá um real! Me dá isso!?" Gente, pelo amor de Deus! Cadê os representantes?! Se essa criança vem sem ninguém pra cá, vem sem nenhum documento, como que uma criança dessa está sendo acolhida?!

Tem aqui um representante dos direitos humanos, não tem?

Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus!

Outra situação. Eu queria que estivesse aqui o delegado da polícia federal. Eu queria fazer uma pergunta pra ele e dizer que entra quinhentos venezuelanos por dia, isso é mentira! Mentira! Entra mais de três mil venezuelanos por dia, a gente vê! A gente vê, os nossos olhos veem! Naquela avenida bem ali, se não tiver mais de três mil venezuelanos, eu estou mentido. Tem mais de três mil venezuelanos ali na rua. E quando falam que vem aqui o ministro da defesa, o ministro sei lá das quantas vieram aqui, vem o presidente da república aqui, como falou o senhor Ari, eles entocam tudo. Eu não sei quem é que dá a ordem pro comandante do exército, eu não sei quem é que dá a ordem. Mas não é pra esconder nenhum venezuelano, não! Quando vier uma autoridade aqui, eles têm que enxergar a realidade! Tem que enxergar a realidade! Vem uma visita, uma autoridade, um repórter, nossa, vem bem acompanhado! Esconde todo mundo, manda varrer, manda limpar, passa desinfetante, limpa tudo, fica tudo às mil maravilhas! Parece que não está acontecendo nada, parece que está tudo às mil maravilhas! Essa é a impressão que eles têm. Mas nós, moradores daqui de Pacaraima, nós sabemos muito bem o que nós estamos passando. Todos os serviços públicos estão sendo afetados. Caixa Econômica Federal, ninguém consegue ser atendido. Senhor prefeito fez inauguração ali, do hospitalzinho da... Do posto municipal. Demorou, saiu, tudo bem, beleza! Mas ainda é pouco, sabe por que? Porque não acompanha o crescimento, não acompanha. Cadê que as ONGs montam hospital pra ajudar, um hospital de campanha, equipado pra atender a população?! Eu fui com o meu filho, meu filho estava com a garganta inflamada. Tinham mais ou menos, mais ou menos, uns seiscentos venezuelanos na fila. Me mandaram lá pro final. Eu falei "Não, vou comprar uma azitromicina e dar pra ele!". Porque não tem condições, a gente não consegue ser atendido.

**LOCUTORA:** Tempo.

**CIDADÃO – ALBINO:** A gente não consegue ser atendido. Todos nós estamos sofrendo. Segurança, saúde, serviço público, Pacaraima está sofrendo. Nós queremos uma solução, queremos uma solução!

Senhor comandante da polícia militar, eu queria que o senhor trouxesse uma estatística do crescimento de violência aqui em Pacaraima. Desde dois mil e quinze, que quando foi que começou a vir os venezuelanos pra cá, e demonstrasse o índice que aumentou a violência aqui em Pacaraima. E dizer que nós estamos mentindo! Eu queria que o senhor falasse pra nós que nós estamos mentindo em tudo o que estamos falando aqui! O senhor Ari falou, falou, falou, é porque nós estamos aqui, ó, ninguém aguenta mais, está tudo por aqui, ó! Por isso que a gente está falando tudo isso!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Albino! Gostaria de falar... Passar a palavra pra professora Francisca Alencar!

**CIDADÃ - FRANCISCA ALENCAR – PROFESSORA:** Boa tarde a todos! Boa tarde a todas as autoridades presentes! Em nome do meu prefeito, Juliano [Dez? 01:09:25], eu cumprimento a toda a população do nosso município!

Esse momento é um momento ímpar, né, porque já passamos por vários momentos como esses. Já pegamos bala, não é, prefeito? Já pegamos bala de borracha, já teve gás lacrimogêneo da gente, a gente já sofreu inúmeras agressões sendo moradores desse município.

Sou servidora estadual e municipal, pago os meus impostos, sou professora e me orgulho da profissão que tenho. Porém, nós estamos desassistidos dentro do nosso próprio município. Estamos sendo invadidos, essa é a palavra. Nossas casas estão sendo roubadas, eu sou prova viva. Hoje eu vivo numa prisão. Minha casa é cercada de cerca elétrica, de câmeras, de sensores. Eu gastei quase oito mil. Mas eu sei de pessoas que estão sendo roubadas que podem mal trocar suas telhas. Porque os bandidos entram pelo telhado. E o que acontece? Nos roubam e ninguém dá solução de nada! Você vai, registra um BO na civil e você não tem retorno. Então pra quê que serve uma delegacia de polícia civil se não tiver retorno?! Eu fui roubada, foi quase oito mil da minha casa e eu nunca tive um retorno de nada. E o que acontece? Eu vejo venezuelanos passando com as minhas roupas, com as roupas da minha e ninguém faz nada! Então, o que a gente está aqui?! A gente está de pés, mãos, olhos fechados, nós estamos protegidos somente

por Deus. Porque as esferas que temos aqui, federal, polícia militar, polícia civil, exército... O exército, é contingente e contingente chegando e solução nenhuma. Porque, o que a gente vê aqui? As trouxas lá, tem vários militares lá, só de braços cruzados, olhando eles entram, saírem, tocarem o terror! E nós só ficamos aqui, olhando também. Porque se eles, como autoridades, não podem fazer nada, como esferas militares, o que é que nós vamos fazer? Justiça com as próprias mãos? Não é isso que queremos. O que é que nós queremos? A nossa Pacaraima pacata, a nossa Pacaraima que nós tínhamos de antigamente. Que nós possamos usufruir dos nossos bens, que somos nós que pagamos impostos, somos nós que temos os descontos nos nossos contra-cheques. Então a gente precisa de uma atenção melhor, nós precisamos que as autoridades façam algo por nós, porque nós estamos aqui reivindicando. Mas somente isso. Mas quem pode, quem pode estar lá, pode cobrar, são vocês. E o que a gente pede enquanto população? Nos ajudem, pra que não aconteçam coisas piores mais na frente.

Eu agradeço e eu digo a vocês: da parte da educação, nós estamos sofrendo também, nós temos muitos alunos venezuelanos. E o que acontece? Nós temos que aprender a lidar com os alunos venezuelanos. Nós somos, falamos português; mas a gente tem que aprender o espanhol por causa deles. Estamos ganhando algum incentivo por isso? Nenhum, estamos adoecendo.

Eu agradeço, boa tarde a todos!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Muito obrigado, professora Francisca! Chamar o nosso representante do comércio, João Kleber!

**CIDADÃO - REP. COMÉRCIO - JOÃO KLEBER:** Todos os moradores de Pacaraima que puderam se permitir estar aqui, acreditando que daqui sairá uma solução para muitos de nossos problemas enfrentado aqui desde o final de dois mil e quatorze. Já estamos chegando a sete anos dessa problemática, a cada ano se agravando ainda mais. Porque tudo o que está sendo feito... Oi! Está sendo, de alguma forma, servindo de incentivo para atrair ainda mais imigrantes para a

nossa cidade. E isso, a gente fica meio que confuso. Por quê? De um lado temos a missão Acolhida, com as agências que estão lá com o seu intuito de dar o seu melhor pra minimizar o impacto junto à população. Do outro lado, a população, basicamente sem nenhuma assistência por parte das esferas que poderiam estar ajudando o município. Não estou aqui querendo excluir a esfera municipal da sua obrigação, que muito pouco pode fazer em vista à magnitude do tamanho do problema. Mas se pudéssemos unir força, concentrar objetivos em tentar resolver ou, pelo menos, amenizar o impacto da imigração, com certeza sairemos desse problema, mais a frente, com vários legados que ficará para a nossa cidade. Portanto, hoje, uma das maiores dificuldades que nós temos, não só na população... Na nossa cidade, mas também que atinge o comércio, qual a gente representa aqui. E eu quero aproveitar para agradecer a presença de todos os comerciantes, em nome do senhor Josias Mesquita e demais comerciantes, Ednar Souza, entre outros que aqui se faz presente. Fecharam os seus comércios para poder, juntos, buscarmos a melhor solução.

O comércio é o setor que primeiro recebe o impacto de toda essa problemática. Porque é através do comércio é que essas pessoas que chegam, muitas das vezes sem ter condições de comer, vão buscar empregos, vão pedir dinheiro, vão pedir trabalho, vão pedir comida. Então, o comércio é o primeiro a sofrer com toda essa problemática. E é pelo comércio que agora estou falando que, continuando essa situação desordenada, das pessoas dormindo de qualquer jeito nas calçadas, urinando, defecando, muitas das vezes até furtando para poder se alimentar, essa situação, a cada dia provocando pequenos furtos, arrombamentos, assaltos, como já falado aqui - inclusive, tivemos várias cenas de crimes bárbaros, jamais vistos em Pacaraima, com decapitação, mutilação, entre outros. Então, em dois mil... Em dois mil e dezanove, se dizia que nada se podia fazer pra tirar essas pessoas das ruas. Aí veio a manifestação. Não sei se seria possível colocar o vídeo. Mas hoje foi colocado um vídeo pra alertar as autoridades, que não esperem acontecer o que aconteceu em dois mil e dezanove. Porque a população não estava preparada para aquilo, a população não queria fazer aquilo, mas foi provocada. Primeiro, pela omissão do poder público e depois



pelo contra-ataque dos imigrantes. No qual eu quero deixar bem claro, como muitos já falaram:

Essa audiência pública não é contra os venezuelanos. Essa audiência pública é contra o vandalismo que alguns imigrantes de má índole vêm fazer aqui na nossa cidade. E esse tipo de pessoa não são bem-vindos em lugar nenhum do mundo. Ninguém quer ter um bandido na sua redondeza ou dentro da sua casa e é ao que estão dando abertura. Então, é contra isso que essa audiência pública está acontecendo. Então, eu quero agradecer a rapidez da presidente da câmara, vereadora Dira Santos, juntamente com o prefeito, em nos atender a promover essa audiência pública. Porque já estava demais. E uma próxima manifestação já estava quase que marcada. Então, através dessa audiência pública, espero eu, que não seja preciso a população ter que ir às ruas. Porque será um grande massacre. Porque hoje nós estamos em minoria.

Aproveitando o gancho, o tempo é curto. Agradecendo à presença do comandante da polícia militar. Infelizmente, coronel, hoje o contingente, junto à problemática, é muito pequeno. Soubemos que veio dezoito policiais para cá. Mas com a situação dos três... Dos demais dois municípios que são atendidos, ficou apenas três ou quatro. Um contingente insuficiente para agregar à nossa segurança. Mas desde já, eu quero a todos que possam aplaudir o brilhante trabalho da polícia militar em nossa Pacaraima. Porque, se não fosse por esses homens, a nossa situação estava ainda pior. Não desmerecendo as demais forças, porque o exército brasileiro, mesmo com todas as dificuldades, mesmo sendo apedrejado, mesmo com toda a situação que vem acontecendo, eu sei que vocês podem fazer mais. Eu sei disso. É uma questão administrativa, ao mesmo tempo política, o qual me dirijo a palavra ao deputado federal Otaci que se possa fazer pra ontem a conclamação da mudança da lei da imigração. Porque não adianta nós ficarmos enxugando gelo se nós não atacarmos o problema na fonte. Porque o problema da imigração da Venezuela pra cá existe a questão política lá. E a questão que o senador Telmário Mota falou, de colocar uma missão lá dentro da Venezuela, entendo eu que seria uma invasão

de soberania nacional, mesmo que sendo ainda um país ditatorial. Mas enquanto nós estivermos aqui prontos para defendermos o nosso espaço, a nossa tranquilidade, eu acredito que, junto com as autoridades, teremos mais êxito se nós trabalharmos em conjunto. E não atirando pau, pedra, uns contra os outros. E a nossa intenção é somar.

Muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Bete, nós temos ainda mais um Tuxaua. Eu gostaria de pedir a palavra para ele. Ele se inscreveu depois. Pedir a permissão porque eu acho que as comunidades indígenas têm que ter o respeito de ser ouvido.

Vou chamar o Tuxaua Técio, da comunidade do bananal. E aí nós vamos encerrar. Peço desculpas a quem mais queira falar aí. Eu sei que as pessoas estão criando coragem, que as outras não tinham no início. E passar a palavra para as autoridades, devido ao nosso tempo.

Obrigado!

**TUXAUA TÉCIO:** Boa tarde, prefeito! Boa tarde, vice-prefeito, Simeão Peixoto. Deputado, vereadores, deputado federal Otaci, e demais autoridades que estão presentes aqui nesta audiência! Boa tarde, povo de Pacaraima!

Quem não me conhece, sou Tuxaua da comunidade do Bananal, aonde também nós temos a concentração de imigrantes naquela comunidade. E, assim como os outros falaram aqui, pra poder aproveitar aqui o momento e o tempo também, pra poder respeitar o tempo, só quero encurtar o que já foi falado pelas demais pessoas que falaram aqui. Realmente teve impacto, sim. Nós não estávamos preparados para isso. Assim como nós fomos pegos de surpresa ou talvez preparados pelo Covid, assim também fomos afetados pela imigração. E negativamente. Não positivamente. É isso que está sendo apresentado aqui nessa tarde nessa audiência pública. Só queria mesmo dirigir aqui as minhas palavras, prefeito. Acabei de ouvir aí o senador falando. Está previsto aí para a chegada do presidente Jair Messias Bolsonaro. Se for da tua competência ou de outra instituição, eu gostaria que o povo venezuelano que está ali na rua, permanecesse do jeito que está

lá pra ser visto a realidade. É o meu ponto de vista, tá; não estou pedindo aqui o apoio, mas eu acredito que é necessário ser visto o que realmente está sendo... O que está acontecendo na sede de Pacaraima. É o meu ponto de vista, se o senhor puder fazer isso, eu agradeço! Porque, realmente, só assim dessa forma a gente vai estar realmente falando a verdade. Nós não vamos colocar mentira, nós não estamos colocando aqui uma palavra inventada; mas nós estamos aqui por necessidade, porque teve, realmente, um impacto, sim, negativo. Assim como o Tuxaua Jesus, Jesus [Levou? 01:23:11] falou aqui, né, nós temos autoridades. Foi falado aqui que vereador, prefeito, governador, deputado não resolve; resolve, sim! Em conjunto, em parceria, resolve, sim, deputado Otaci! Resolve, sim, prefeito Juliano, vice Simeão! Resolve, sim. Com esse grão de areia, ajuntando, eu acredito que nós podemos, sim, sair desse problema aí. Todo problema tem solução, sim.

Muito obrigado! Desculpe se eu proferi alguma palavra que não foi agradável! Obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Tuxaua Tércio!

Gente, nós vamos deixa...

A minha palavra a todos vocês. O anseio que vocês estão ouvindo aqui não é só da população de Pacaraima; mas é do estado de Roraima também, que está sentindo a mesma sequela do nosso município. Mas pela dificuldade geográfica, principalmente, e de estrutura do município, somos mais afetados.

Eu vou abrir a palavra, primeiramente aqui, à deputada Yonny, que é presidente da comissão de direitos humanos do estado de Roraima, da assembleia legislativa. E depois dela a gente segue com as outras autoridades. Muito obrigado!

**DEPUTADA YONNY:** Cumprimentando a todos! Não vou estender muito as falas às autoridades, tendo em vista que já foram todos privilegiados; mas quero cumprimentar o prefeito de Pacaraima, Juliano - esse grande guerreiro aí nessa luta contra a imigração -, o

nosso vice, Simeão Peixoto, as lideranças indígenas, as organizações, os meus colegas parlamentares, deputada Aurelina, deputado Marcelo, que vem representando aí o presidente da assembleia, secretários de governos, secretários municipais, os vereadores e a população em geral.

Bem, eu tenho acompanhado essa questão da imigração desde que assumi, em dois mil e dezoito, como presidente da comissão de relações fronteiriças. Estivemos aqui no município de Pacaraima por diversas vezes, juntamente com outras autoridades, com ministros e, representando essa comissão, fizemos audiência pública na assembleia, convidamos os atores principais. São pessoas representantes, nossa e do povo, que realmente nos devem estender as mãos e dar as respostas pra esses problemas que a gente vem vivenciando, já aí, há alguns anos. E nessa oportunidade, foi convidado, à época, o general Pazuello, que estava à frente da operação acolhida, os representantes de Pacaraima, o prefeito. E dentro dessa comissão, fizemos relatórios e encaminhamos à Brasília, às comissões responsáveis, ao presidente da república e aos ministérios. E, pasmem, até hoje não tivemos retorno dos nossos relatórios e desse clamor que a população e o município de Pacaraima e o estado de Roraima vem passando. Então hoje, como presidente da comissão de direitos humanos da assembleia legislativa, venho novamente a esse município, ouvir o clamor dessa população e, juntamente com essas pessoas responsáveis, com esses parlamentares, com essas instituições, buscar respostas pra esse problema que a gente vem vivenciando, que é essa crise desenfreada.

O que se percebe aqui e o que sente é que, entra ano e sai ano, e a crise migratória, não temos resposta. Está muito claro que as ações realizadas nos mostram a incapacidade de resolver esse problema, desde o início, de quando fomos questionados e procurados. E ouvir atentamente aqui o clamor da população como a segurança, a água, a saúde, a educação, a insegurança, a instabilidade financeira dos nossos municípios, em relação ao trabalho, em relação à violência doméstica, em relação a todos os tipos de violência, principalmente dos direitos humanos, que estão sendo violados nesse município. E quero aqui, é

inegável também falar do trabalho que a operação Acolhida vem realizando nesses anos de atuação, como a organização do fluxo de atendimento e acolhimento aos imigrantes.

Como também foi visto aqui...

E infelizmente não há consenso. É revoltante aqui a observação em relação aos relatos dos municípios. Mas nós não podemos desgastar essa ajuda também, da operação Acolhida, que vem desenvolvendo esse papel dentro do município. Imaginem vocês. Não, realmente não há consenso... Mas imaginem vocês se não houvesse pelo menos essa questão de organização dentro desse município.

E também quero fazer um questionamento aqui, de outras vezes que estive aqui no município, juntamente com ministros, pra ver a situação, a realidade desse município. Quero deixar aqui uma pergunta para o general frente a essa pasta:

O que acontece quando vem alguma autoridade que simplesmente varrem-se as ruas, limpam as cidades, escondem os imigrantes e fica difícil. Porque nós, como representantes do povo, parece que a gente sempre está mentindo. É audiência, é reunião, é relatório, é visita à Brasília. E quando eles vêm, simplesmente está tudo pacificado, está tudo resolvido. Somente basta enviar os recursos para a operação Acolhida que o município de Pacaraima, o estado de Roraima, está resolvido. E não é isso que a gente vê. A gente vê o colapso na nossa saúde, na nossa educação, na nossa segurança, como foi relatado aqui, justamente pelos municípios que vivem aqui. E é importante a gente ter esse esclarecimento. Todas as autoridades que têm a competência de resolver ou amenizar esse problema no município de Pacaraima, no estado de Roraima, há esse dissabor ou talvez esse privilégio de encontrar o município de Pacaraima totalmente pacificado. O que não é uma realidade.

Eu quero respostas, general.

A flexibilização da fronteira, sabe-se, que vem diversos tipos de pessoas. A precariedade no atendimento à saúde; a criminalização das ruas, como mencionei aqui; o fluxo desenfreado. E quiçá, a gente

nunca sabe realmente, quantos imigrantes ou refugiados entram nesse município. Nunca se sabe. Em torno de quinhentos, em torno de oitocentos, em torno de mil, em torno de três mil, como foi mencionado aqui. E o município de Pacaraima está sendo inundado por pessoas que não são brasileiros. Como se diz o nosso hino brasileiro, tem um passagem que diz:

"Verás que um filho teu não foge à luta"; mas nós estamos cansados, nós precisamos de respostas.

Deixo aqui o meu compromisso com parlamentar estadual, sabendo que nós estamos... temos uma constituição que merece ser respeitada. Nós, enquanto parlamentares estaduais, dependemos e podemos, sim, fazer direcionamento, fazer indicação, cobrar do governo e fiscalizar. Mas nos limita aqui. Quem realmente pode fazer alguma coisa por esse município, por esse estado, é a esfera federal. São os parlamentares federais, os nossos senadores, como bem o nosso senador Telmário Mencionou aqui, e o governo federal, que precisa ter a responsabilidade com esse estado, com esse município de Pacaraima. O governo federal flexibilizou o ingresso; com isso, toda a nossa estrutura está sendo comprometida. E saio daqui com a convicção que precisamos ter ações enérgicas pra que possa se ampliar a intensificação, principalmente na questão da interiorização. É um problema que nós estamos vivenciando há muito tempo, que precisamos de resposta. Não podemos suportar sozinhos essa questão, que é do Brasil, não somente do estado de Roraima. A partir do momento que o Brasil assinou o tratado internacional de prevalência de direitos humanos e se dispôs de maneira muito concreta a promover ajuda humanitária a essas pessoas, que se encontram em uma situação de grave violação dos direitos humanos, é necessário que promova uma resposta adequada, de maneira solidária, igualitária, entre todos os estados. E é urgente que o governo federal ajude também esse município, ao ressarcimento de custo, prefeito, a esse município, com atendimento a todos os venezuelanos que penetram neste município e nesse país, juntamente, pra que melhore a condição de todo o atendimento a essa população.

Então deixo aqui a minha manifestação, a nossa solidariedade e a nossa disposição, juntamente com todos esses parlamentares presentes, o presidente que vem representando o presidente da assembleia. Ainda hoje viemos conversando, juntamente com o deputado Marcelo Cabral, Aurelina, o prefeito, que já esteve por diversas vezes na assembleia pedindo ajuda. Nos ajudem. E nós vamos criar, prefeito, essa comissão, para que, em torno de trinta representantes desse estado faça igual aqueles manifestantes lá na esplanada dos ministérios. Vamos acampar em Brasília e pedir resposta para o município de Pacaraima, do estado de Roraima. E, se for preciso, chamar a ONU, as instituições, né, como foi bem mencionado. Essa ajuda humanitária é importante, ninguém está dizendo aqui, porque amanhã pode ser nós, brasileiros, que precisamos dessa mão estendida. Mas que, realmente, as instituições se responsabilize e traga resposta; amenize esse sofrimento, esse desgosto, que hoje toda a população de Pacaraima e de Roraima está vivenciando.

Eu agradeço a todos e uma boa tarde!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigada, deputada Yonny! Gostaria de convidar a senhora Milena Melo para as suas considerações, se possível!

Convidar o senhor coronel Francisco Xavier Medeiros. Comandante geral do policiamento militar de Roraima.

**CEL.I FRANCISCO XAVIER:** Uma boa tarde a todos! Eu gostaria de cumprimentar aqui o prefeito Juliano, juntamente com o deputado Otaci, deputado Marcelo Cabral, deputada Aurelina, todos os outros representantes do poder público aqui representados. O representante dos comerciantes aqui de Pacaraima, do poder judiciário. E...

Pra gente, a gente fica muito feliz, na condição de gestor, de estarmos sendo lembrados aqui, prefeito, de poder participar dessa audiência pública de grande importância pra sociedade como um todo. E nós estamos cientes de toda a dificuldade que o município de Pacaraima vem enfrentando, mais notoriamente desde o ano de dois mil e dezessete, com o crescimento e aumento do fluxo migratório. Como

todos já bem pontuaram aqui nas falas anteriores, o estado, o município, não estava preparado, bem como a segurança pública não tinha ainda as condições estruturais, de efetivo, pra fazer frente a todo esse enfrentamento, toda essa dificuldade. Nós reiteramos aqui, prefeito, pro senhor, pra população, para os vereadores aqui presentes, o compromisso da polícia militar de Roraima, em continuar fazendo o melhor na preservação da ordem. Essa é a nossa competência, essa é a nossa atribuição como força pública, a preservação da ordem no município de Pacaraima.

Hoje, com o efetivo escasso que ainda possuímos, nós conseguimos manter duas viaturas no policiamento ostensivo aqui na cidade. E juntamente com o comandante de policiamento da capital, o major Igor Maicon, que já foi comandante da companhia aqui de Pacaraima; juntamente com o capitão Andrade, o atual comandante, nós estaremos também vendo medidas imediatas para que, no âmbito de todo o policiamento no interior, nós possamos dar uma atenção especial para o município de Pacaraima. Sabemos que não são somente... Não serão... Não serão atitudes e resultados imediatos. Não serão resultados permanentes porque, enquanto, de fato, o controle da entrada dessa imigração continuar desenfreado, duas viaturas, três viaturas, quatro viaturas, não serão suficientes. Então, nós precisamos, sim, continuar exigindo, do legislativo federal, a devida atenção, para que esse problema da migração seja, de fato, controlado. Nós reiteramos aqui, mais uma vez, o compromisso da polícia militar, em fazer frente, em continuar dando essa segurança para os munícipes. Nos colocamos à disposição, senhor vice-prefeito, senhor prefeito, senhores deputados, e à toda população aqui do município de Pacaraima. Muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** [inaudível 01:38:35] em chamar os delegado José Wilton, que está substituindo o delegado Francisco, da polícia civil. Se encontra presente. Obrigado, delegado!



**DELEGADO JOSÉ WILTON:** É... Essa audiência é muito importante, sem dúvida nenhuma, e eu, como delegado que, recentemente, cheguei a... a... À delegacia no município de Pacaraima, pra auxiliar o doutor Francisco Evangelista, que é o titular da delegacia. Estou iniciando, tomando ciência das dificuldades. Realmente, a polícia civil passou por um período muito difícil, de mais de dois anos, devido à escassez de pessoal e problema de saúde da delegada titular, que tinha que passar muito tempo em licença médica. Nós estamos assumindo, né. Acabamos de chegar ao município e tomando par da situação. Doutor Francisco e eu fizemos, tomamos algumas medidas administrativas, no intuito de agilizar a resposta dada à população, especialmente aos comerciantes. Nós tivemos aqui a fala do representante do clube de diretores lojistas do município, né, alguns outros empresários. Questão da resposta às questões relacionadas a furtos e arrombamentos, que tem... Que aumentou demasiadamente no município, conforme a gente observou, principalmente depois do dia quinze, que voltou a reentrada dos... Quinze de Junho, a reentrada dos venezuelanos.

A doutora Milena está aqui representando o magistrado, a polícia militar também tem ciência da atividade deles de busca na rua, na busca ostensiva pela criminalidade. E, realmente, a polícia civil tem passado por dificuldade de estruturação, o pessoal efetivo que nós temos hoje aqui, apesar de agora estar com dois delegados, recentemente eu fui lotado aqui, o efetivo ainda é mínimo. O nosso setor de investigações possui três agentes de polícia. E o restante do efetivo são dois plantonistas que fazem o registro dos boletins de ocorrência. É sabido pela administração do governo estadual a questão do concurso público, que foi anunciado semana passada, que o governador autorizou a realização do concurso público. A polícia civil do estado de Roraima - essa verdade tem que ser dita ao povo - é a única polícia do Brasil que está há quase vinte anos sem concurso. O nosso efetivo, diante de quase mil policiais, hoje são quatrocentos policiais que fazem a atividade em todo o estado. Muitos em atividades administrativas, outros em licenças médicas. Então, as dificuldades são muitas. É um

desafio, assim, monstruoso, que a polícia civil está enfrentando atualmente. Mas a gente vê a boa vontade do governo em anunciar um concurso para o próximo ano e e que essa questão, de pelo menos, reposição de parte do que a nossa lei prevê de dep... de... de delegados, agentes de polícia e escrivães, seja suprido. Eu não estou querendo aqui justificar as falhas da polícia civil. O que eu quero trazer para os senhores, para a população, é uma visão otimista de que vai melhorar ou de que, pelo menos, nós estamos tentando implementar medidas administrativas a fim de agilizar respostas, tanto nos inquéritos policiais em andamento como até em boletins de ocorrência mais antigos, que estão precisando de uma resposta, a fim de que seja dada uma resposta mínima à nossa população, né. É notório o aumento do número de prisões, o doutor Cleber, o nosso magistrado, titular da comarca de Pacaraima, tem sido muito parceiro, ele nas nas últimas semanas, no último mês, tem acolhido os nossos pedidos, tem homologado as prisões em flagrantes que estão sendo feitas e, inclusive, em uma das prisões que ele determinou hoje, preventiva, que ele determinou hoje em flagrante, que nós [inaudível 01:43:25] ontem, ele claramente falou que estava decretando a prisão por uma questão de comoção social, que hoje existe no município de Pacaraima. As autoridades estão cientes da necessidade de uma resposta na questão da segurança pública. Agora, mais uma vez, eu quero deixar para os cidadãos do município, ao prefeito, às autoridades presentes, essa palavra de que a polícia civil, nesse último mês, está tentando reconquistar o espaço dela de atividade de investigação. Estamos buscando, junto à delegacia geral, a possibilidade de transferência de mais agentes de polícia para poder aumentar esse efetivo do nosso setor de investigações, para que, efetivamente, ele vá pra rua investigar, buscar informações. E aí, a partir daí, com as informações, nós possamos fazer os pedidos que são necessários ao poder judiciário, ao ministério público.

Gostaria de parabenizar a iniciativa, foi muito bom! Essas... Tudo o que está sendo falado eu levarei para o delegado geral, levarei para a cúpula da instituição, como informação e como necessidade para que a delegacia de polícia civil no município de Pacaraima possa,

efetivamente, dar uma resposta conforme a população espera. Gostaria de agradecer a possibilidade de falar e boa tarde a todos!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Delegado! Gostaria de passar a palavra para o presidente da CAER, James da Silva Serrador.

**JAMES SERRADOR:** Boa tarde a todos! Não é a primeira vez que nós estamos aqui em Pacaraima participando de uma audiência pública, já estivermos aqui por outra ocasião e convite da câmara de vereadores. Na outra ocasião estávamos assumindo, de início, a CAER. Eu ouvi atentamente os relatos dos moradores de Pacaraima, que são relatos que em muito se assemelham a alguns bairros de Boa Vista também. Não com essa dimensão, não com essa gravidade da situação daqui.

Na nossa gestão, nós assumimos a CAER em dois mil e dezanove, nós já perfuramos cinquenta poços artesianos. E vocês podem imaginar para onde é que foi essa água, se a população de Roraima não cresceu, a não ser a imigração. Por que eu falo isso? Porque a CAER é uma sociedade de economia mista de direito privado, uma empresa que não recebe recursos públicos. A CAER se mantém única e exclusivamente com os recursos que arrecada e mesmo assim, dentre todos os órgãos citados aqui, foi o único órgão que, efetivamente, fez obras aqui, pra ampliar a oferta de serviço público. No nosso caso, a água. Nós reformamos o reservatório aqui, elevado de duzentos mil litros, reformamos o reservatório apoiado, de três milhões litros, nós perfuramos mais três poços artesianos, resolvendo problemas do bairro Rios Montenegro e do Bairro dos Bambus, que há mais de décadas não tinha água. Nós ampliamos a rede de cento e cinquenta milímetros, aqui no centro da cidade de Pacaraima, aumentando a oferta de água ali naquela região.

E isso adiantou? Não, não adiantou. E não vai adiantar de novo! Nós vamos perfurar mais três poços agora. Se o fluxo de consumo dessa água continuar aumentando de forma exponencial como está aumentando, não resolve nem aqui nem em Boa Vista. A CAER e a falta de água em alguns setores aqui é consequência da imigração,

não é consequência da população de Pacaraima, não. Então, ou nós resolvemos a causa e não a consequência, ou nós vamos continuar perfurando poços aqui.

Então, o que nós vamos fazer de imediato? A CAER, ela vai sair daqui dessa audiência com ações concretas. Vocês não vão ver eu vir falar aqui, como representante do governador, como representante do estado, e nos mês de Novembro nós não estar iniciando a perfuração de mais poços aqui, que a licitação já está sendo concluída pra perfuração de mais quarenta poços no estado de Roraima. E isso, minha gente, é uma demanda que estava prevista para dois mil e trinta e cinco. Todo o estado de Roraima é composto de cento e oitenta poços. Nessa gestão, nós vamos perfurar mais noventa poços artesianos. E essa água, ela não está desaparecendo, não; ela está sendo consumida, de um jeito ou de outro. Toda essa população que está na rua aí, ela está consumindo.

Então, eu entendo, eu compreendo, eu sou filho de agricultor, filho da roça. Já tirei água de poço na gamela, no balde, de tudo quanto vocês imaginarem. Já tomei água de pote, então, eu conheço essa necessidade. Então, o que nós vamos fazer daqui? O que nós podemos fazer?

Uma obra de saneamento não é uma obra que nós fazemos de um dia pra noite. Mas nós podemos fazer e vamos perfurar mais poços porque é a única solução rápida que nós podemos pra essa cidade. Mas, repito, se a causa do problema, que é o aumento da demanda...

Vou falar um exemplo pra vocês aqui. A cidade de Rorainópolis muitos dos senhores conhecem. Rorainópolis é abastecida por uma estação de tratamento que produz dois ponto quatro milhões de litro por dia. Sabe quanto de água é produzida aqui em Pacaraima por dia? Dois ponto oito milhões de litro por dia. São cento e dezoito mil litros de água por hora, multiplicado por vinte e quatro, dá dois ponto oito milhões. A população de Pacaraima, normal, é maior que Rorainópolis? Não. Então nós, como empresa, estamos sendo tão vítimas quanto vocês. Só que, quem sofre a consequência é quem está aqui em Pacaraima.

Então, a obra de saneamento que pode ser feita aqui? O aumento daquela barragem. Se for fazer um projeto, vai levar seis meses. Pra construir, pra ampliar, vai levar aí dois anos. Nunca foi feito. Porque, infelizmente, investimento em saneamento básico fica embaixo da terra e muitos políticos não gostam de fazer esse tipo de investimento. [inaudível 01:50:48].

Então, meus amigos, eu queria anunciar pra vocês quais são as medidas efetivas que a CAER vai adotar pra tentar minimizar isso aqui. Porque resolver não vai. Porque o fluxo de pessoas que estão consumindo água, desperdiçando água, quebrando cano, furtando rede e comprometendo o abastecimento do poço. Aliado a um outro problema que ninguém trouxe aqui, que é a constante interrupção de energia elétrica, que compromete o funcionamento do sistema, o que é péssimo! Toda vez que falta energia elétrica, para as bombas, para a captação e para o fornecimento de água. Esse é um problema também que ninguém levantou, mas que é um problema gravíssimo.

Então, o que nós vamos fazer? Nós vamos ampliar e perfurar mais três poços na cidade de Pacaraima a partir de Novembro. É o que nós podemos fazer de imediato. Vamos determinar à nossa engenharia que faça um projeto de duplicação. Vejam bem, nós vamos duplicar, vamos tentar duplicar a capacidade de produção da [inaudível 01:52:04]. Se continuar entrando gente do jeito que está entrando, vai triplicar e não vai resolver. Mas nós vamos fazer esse projeto e vamos licitar já no próximo ano a duplicação da capacidade de tratamento de água da rede daqui. Então, são obras que não se faz do dia pra noite. Mas os poços, sim, nós podemos perfurar e vamos perfurar porque a licitação já foi aberta, nós já recebemos as propostas, já selecionamos as duas empresas e a partir de novembro eu garanto a vocês que as máquinas vão estar aqui em Pacaraima para perfurar pelo menos mais três poços pra reforçar o abastecimento de água da capital... Da cidade.

Muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Serrador! Eu gostaria de convidar o senhor doutor Rafael Martins Liberdade de

Oliveira, defensor público responsável pelo sistema migratório em Roraima!

**DEF. PÚBLICO RAFAEL MARTINS:** Uma boa tarde a todos e a todas! Inicialmente, agradeço ao senhor prefeito pelo convite, em nome da instituição que pertenço, defensoria pública da união! Em teu nome cumprimento às demais autoridades presentes e, principalmente, cumprimento todos os cidadãos e cidadãs aqui presente!

Inicialmente, eu gostaria de dizer que me solidarizo com os dramas, com as angústias de todas as pessoas que falaram aqui. Todas mesmo, de verdade. Eu digo isso porque, na condição de defensor público, nós conhecemos muito bem quais são os dramas vividos pela maior parte da população brasileira. No nosso dia a dia nós nos deparamos com pessoas que têm o medicamento negado, que passam horas na fila do sistema de saúde pra ter acesso a uma cirurgia de emergência, lidamos com pessoas que não têm acesso a um auxílio, auxílios básicos, que vivem na miséria por conta disso. Nós temos uma das constituições mais avançadas do mundo, em matéria de garantias de direitos; mas falta efetivá-los. E nós sabemos, nós da defensoria pública bem sabemos! Talvez mais do que qualquer outra carreira pública o quanto isso é verdadeiro, o quanto o povo brasileiro já é sofrido. Então eu me solidarizo, de verdade, com todos que aqui se expressaram!

Mas bom, se me permitem agora, eu gostaria de fazer um questionamento. Eu gostaria que levantasse a mão quem é indígena ou descendem [inaudível 01:54:28] de indígenas! Poderiam levantar a mão essas pessoas?

Exclusivamente de indígenas?

Algumas mãos já abaixaram.

Pois é, a esmagadora maioria aqui. Eu também, como vocês podem ver, não sou indígena. Agora, o que significa não ser indígena no Brasil? Significa que sangue imigrante corre nas suas veias. Significa que, se estamos aqui hoje, é porque alguns dos nossos antepassados se deslocaram para cá, não nasceram aqui, vieram de fora em

busca de algo. Seja em busca de melhores condições de vida, seja em busca de oportunidades. Mas o fato é: eles não nasceram aqui.

Então, diante disso, diante do nosso passado, o Brasil é um país construído por quantas etnias? E é nisso que reside a nossa grande riqueza. Nós não somos um povo homogêneo; muito pelo contrário, somos um povo extremamente heterogêneo, das mais diversas origens. E justamente por isso, não é coerente que nós tenhamos uma postura de ódio ao diferente, de aversão ao diferente. A nossa história não tem nada a ver com isso. Nós, brasileiros, temos muitos defeitos, é verdade, muitos defeitos. Mas deixar de estender a mão a quem precisa nunca foi um deles. Em todos os momentos de nossa história, nós estendemos as mãos para pessoas que precisavam, que vieram de fora. Em todos os momentos. E acolhemos essas pessoas aqui.

Então, assim, temos problemas? Temos. Mas temos uma tradição também humanitária que é muito forte, que não é de hoje. Então, diante disso, aqui eu falo como um compatriota, que também se indigna com os problemas desse país, também se indigna com a inércia, muitas vezes, das autoridades públicas, em fazer valer o que está escrito nas nossas leis, eu te digo, te dou um conselho: desconfiem de soluções muito fáceis!

Tem uma frase que eu gosto muito: que pra todo problema complexo, existe uma simples e errada. Então, desconfiem disso. Desconfiem de quem fala que acabar com a operação Acolhida é a solução. Acho que a maioria dos senhores aqui, das senhoras, viveram os primeiros anos da migração, quando a migração estourou mesmo, lá em dois mil e dezesseis, dois mil e dezessete. Antes da operação acolhida ser instalada aqui. Então sabem o que caos que foi, o caos que isso aqui se tornou, social, né, econômico.

Então, eu pergunto: sinceramente, alguém acha que acabar com a operação Acolhida vai ser solução para alguma coisa? Alguém acredita nisso?

Não vai, não vai. Eu compreendo... De verdade, eu compreendo a angústia; mas nós não podemos ter a ilusão... O perfil de pessoas que estão chegando aqui, o perfil de refugiados, são pessoas que

estão fugindo de um contexto de crise severa, de um contexto de violação de direitos humanos sistemáticas. Então, diante disso, eu te digo: a migração vai acontecer quer queiramos, quer não.

Pensemos em um contexto diferente do nosso. Nos Estados Unidos da América. A maior potência econômica, militar, do mundo. Eles não conseguem resolver o problema na fronteira deles, que é muito menor do que a nossa. Então, não é tão simples assim, nunca será.

Eles não conseguem resolver por uma questão muito simples: as pessoas vão continuar passando, as pessoas estão em busca de alimentos, estão em busca de oportunidade, estão em busca de sobrevivência. E eu pergunto também: se fossem vocês? Se fossem as senhoras, se fossem os senhores passando fome... Se fossem os senhores, se fossem as senhores passando fome, passando... Tendo os seus direitos mais básicos negados, vocês também não iam atrás de oportunidade? E se fossem os seus filhos nessas condições, vocês também não iriam atrás de oportunidade?

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Gente, vamos pedir só um pouquinho de... Eu sei que vocês [inaudível 01:00:35]

**DEF. PÚBLICO RAFAEL MARTINS** - Eu poderia vir aqui e fazer um discurso fácil, um discurso que iria agradar à maioria. Mas eu sei que isso não colaboraria em nada, pelo contrário, muito pelo contrário. Porque nós, da defensoria pública, sabemos, sabemos que não enfrenta problemas complexos com soluções fáceis. Então, não é crime nenhum acolher quem está precisando, acolher uma pessoa que tem fome. Crime é deixar de acolhê-la. Crime é isso. Crime é deixar morrer de fome. Isso é crime, isso é crime!

Então, por favor, não acreditem que o fim da operação Acolhida vai trazer solução. Muito pelo contrário. Se hoje temos um problema, esse problema vai se tornar dez vezes pior no dia que a operação acolhida sair daqui. Aproveitem a vinda do presidente e cobrem dele, isso sim, um fortalecimento da operação Acolhida, que a opera-



ção acolhida possa contar com mais recursos, tanto recursos financeiros como os recursos humanos. Porque, sabe qual é a solução? Sabe qual é a solução para isso aqui?

Eu repito. Eu me solidarizo com os dramas de todos os senhores, de todas as senhoras. Eu sou defensor público, eu lido com pessoas vulneráveis no dia a dia, que passam por problemas muito similares, que todos os senhores e senhoras passam; mas acreditem em mim, confiem em mim. O fim da operação Acolhida vai trazer muito mais problemas do que solução. A solução, essa sim, é o fortalecimento dela. É permitir que essas pessoas possam ser interiorizadas, possam ser retirados daqui... Não para sair de qualquer jeito, sendo escorraçadas. Para que possam ir pra algum lugar em que suas oportunidades sejam concedidas, em que seus direitos sejam respeitados. Em Pacaraima é insustentável essa permanência, tudo bem. Então vamos investir em interiorização.

Aproveito aqui a presença do prefeito, as autoridades municipais e questiono, senhor prefeito, de que modo o município de Pacaraima... De que modo o município de Pacaraima está contribuindo com as interiorizações, por exemplo?

A defesa dos direitos dos imigrantes não é uma exclusividade... Não é exclusivo da união. Muito pelo contrário, muito pelo contrário. A atribuição de atender bem essas pessoas e de dar a elas um tratamento digno, seja aqui em Pacaraima, seja interiorizando pro território nacional, que vai ser o destino da maioria delas, é de todos os entes, federal, a união; o governo do estado e os municípios também. Então, a solução tem que ser integrada. Então, é preciso mais recursos para a operação Acolhida? Sim, é preciso. Mas não somente isso. Mas não somente isso. É preciso também maior integração. Qual é a política pública? Eu questiono aqui. Qual é a política pública que foi feita para o estado de Roraima, voltada para imigrante?

Aí vocês vão dizer: Tá, mas o imigrante não tem que ter direitos porque somos nós, brasileiros, que arcamos com os impostos, que arcamos com tributos.

Então, eu faço esse questionamento: a solução é uma maior integração. A solução é políticas públicas voltadas para o imigrante também a nível estadual e municipal. Porque defendendo os direitos dos imigrantes, os direitos dos brasileiros também vão ser melhor resguardados. A gente só vai resolver essa crise com união. Com união.

Então, qual é a solução? Fortalecer a operação Acolhida. Mais recursos humanos. Mais recursos financeiros também. Poder interiorizar essas pessoas para que elas não fiquem nas ruas, não fiquem nessa situação deplorável em que elas se encontram aqui.

Mas, além disso, a operação Acolhida não é eterna, ela não vai durar para sempre. E quando a operação Acolhida... No dia que a operação acolhida for extinta, quem permanecerá aqui serão os entes municipais, é o ente governamental e é deles que a solução também tem que ser buscada.

Então, peço essa reflexão! Muito obrigado!

**PREFEITO:** Obrigado, doutor!

Gostaria de chamar o deputado Otaci! Deputado Otaci, por favor!

**DEPUTADO OTACI:** Excelentíssimo senhor prefeito de Pacaraima, Juliano Torquato; deputado Marcelo Cabral, deputada Aurelina, que há pouco se encontrava presente; ao coronel Jamilson; ao meu amigo, secretário, presidente da CAER, James Serrador; meu amigo vice-prefeito, Simeão; e aos demais membros da defensoria que se fazem presentes; e aqui do meu lado direito, representante da classe comercial, João Kleber.

Eu quero, de uma certa forma, iniciar minhas palavras trazendo algo que eu vivi na, algo... no ano passado, quando eu fui convidado para uma reunião. E naquele momento, prefeito Juliano, hoje o que eu vejo aqui é o simbolismo daquilo que eu vivi lá atrás. Uma certa senhora me convidava para ir num loteamento, Serrador, que não tinha água, não tinha água naquele momento lá no... E ela me convidava, como parlamentar, para que eu fizesse uma indicação, pra que

fosse implantando um poço artesiano naquela localidade. E lá eu aceitei o convite. Quando cheguei no determinado local, era por volta de meio-dia, um sol escaldante, quente, e uma multidão de pessoas estavam lá.

E eu olhei para aquela multidão, conversamos, discursamos, e eu tive naquele momento um estalo. Eu disse: "Gente, onde que vocês tiram água hoje para que vocês possam se alimentar, ter as suas necessidades atendidas?"

E aquela mulher que me convidou levantou a mão e disse: "Ali, Otaci, perto daquele buritizal!"

E eu disse: "Eu quero ir lá conhecer!"

E, acreditem, naquele momento que eu levantei... Naquele momento que eu levantei e fui até aquele buritizal pra ver aquele poço com que as pessoas tiravam água, das quase cento e vinte pessoas que estavam presentes, apenas oito pessoas foram comigo. Oito pessoas apenas se dispuseram a se levantar de suas cadeiras e encarar aquele sol quente na cara e andar comigo até aquele poço para fazer com que eu me sensibilizasse e aloucasse ali recursos para que eu pudesse devolver a dignidade daquele povoado. Apenas oito pessoas!

E por que eu falo isso? Que numa audiência pública para lutar pelo povo de Pacaraima, o povo de Pacaraima se mostrou firme e forte e se faz presente até agora, nesse momento! Esse mesmo povo, coronel, que quando essas caixas de som disseram pro senhor que não ia mais ter hino nacional, eles também cantaram o hino nacional. Esse mesmo povo, que se faz presente aqui, defensor público... A minha avó, ela é índia do... A minha bisavó, falecida, é índia do Amazonas. O meu bisavô, alagoano. O meu pai também e a minha família, ela tem as raízes indígenas do Amazonas. Eu não nasci nessa terra, eu escolhi essa terra para viver, para morar e para morrer, Roraima. E diferente dos meus pais e familiares, nenhum foi imigrante pra matar, pra roubar ou pra fazer qualquer mal à situação. Não compare a população do

meu estado com os imigrantes que vêm de lá! Sabemos das dificuldades que cada povo e cada nação existe, mas não cabe aqui uma comparação dessa forma que o senhor colocou!

Aqui sabemos, sim, que existe um governo comprometido com a imigração venezuelana, a secretária de educação que, anos atrás, tinha apenas setecentos alunos na sua rede municipal; hoje são quase dois mil alunos e quase setenta por cento deles são os nossos irmãos venezuelanos que estudam aqui na nossa cidade. São quatro mil venezuelanos estudando. O poder público do nosso estado, eu acompanhei a pandemia, deputado Marcelo Cabral, nos corredores o HGE. Quantos e quantos irmãos venezuelanos, o governo do estado amparou e cuidou deles da melhor forma possível. Então não há descaso por parte do governo, muito menos por parte do poder municipal.

Mas de uma forma especial, eu quero trazer minha mensagem. Dizer hoje que aqui, minha presidente Dila...

Agora, se nós já temos os venezuelanos que vêm fazer o que quer na nossa casa, nós ainda precisamos ouvir de autoridades locais o que nós ouvimos aqui. Isso não existe. Nós temos que respeitar as pessoas. Nós não estamos aqui para denegrir a imagem de ninguém. Nesse local, nós temos que exercer a cidadania e fazer com que, hoje, eu também queria, de uma forma especial, prestar uma homenagem a um homem que, em dois mil e dezesseis, ele foi eleito prefeito do município de Pacaraima. E enfrentou um dos meus...maiores problemas já vividos por um município neste estado. Logo depois iniciou-se uma pandemia mundial e esse município não foi diferente. E trabalhou dia e noite com os amigos e vereadores que hoje se faz presente para que hoje pudesse olhar um no olho de vocês que aqui se faz presente. E olhar de cabeça erguida e dizer: "Eu estou trabalhando, estou firme e não vou fugir dessa luta!"

Obrigado, meu prefeito Juliano por todo o seu trabalho e dedicação!

E aqui também eu quero, de uma certa forma, meu comandante Francisco da polícia militar de Roraima, eu tenho certeza que o que eu vou dizer aqui pro senhor, o senhor é bem sabedor. O governo

do estado de Roraima é um governo que tem se destacado pelo seu compromisso e sob o seu comando foram empossados agora mais de quatrocentos policiais. Desse policiais novos que foram empossados agora, mais de quatrocentos. Chegue com o governador e determine a ele um contingente de policiais pra que se faça presente aqui no município de Pacaraima! São quatrocentos empossados e eu tenho certeza que o governador, o homem preocupado e dedicado com o nosso estado, ele vai atender a esse pedido!

Mas isso é um desabafo, também, de um cidadão. Mas enquanto parlamentar, eu quero agora dizer para vocês que hoje nós temos uma bancada federal em Roraima, que ela não trabalha desunida. Ela trabalha unida e luta pelos anseios da população. Eu tenho aqui o nome de cada um que falou: Egídio Faitão, professora Rosa, Ari, Edson Costa, Tuxaua. Tuxaua que é o Jesus lá de Sorocaima, tem também o Técio, lá do Bananal. Tem aqui Priscila Alencar, professora que falou agora há pouco, professora Francisca, Jeodete e também falou aqui um amigo que, quando o nosso nobre defensor falava "E se fosse seus filhos, se fosse seus familiares"... Não é 'se fosse', não, defensor! Não é 'se fosse', não. Porque eu tenho a certeza que quando o Albino olha pro filho dele sem poder andar, sem poder se divertir, sem poder ter uma segurança, ele já está vivendo tudo que aquele homem disse agora há pouco. Então, aqui não tem 'Se', não. Outras das vezes, eu ouvi aqui as pessoas perguntando e fazendo perguntas um pro outro. A população não está aqui muito pra saber de pergunta, não. Nós precisamos é de resultado. E essa comissão foi feita pra isso.

Dia vinte e seis, se Deus quiser, o presidente vai estar aqui. E eu, diferente do que possam estar falando de um ou de outro que vai fazer aquilo e aquilo outro, eu vou protocolar junto à bancada, que o coordenador é o deputado Irã, que todos os onze parlamentares de Roraima assinem o documento para que, quando o presidente aqui chegar, ele determine por decreto que essa Acolhida, que o nosso amigo tanto fala que não é pra acabar, que ela não seja acabada, que ela continue! Se for pra mandar recurso, que o nosso exército sabe trabalhar

com excelência; mas que ele trabalhe do lado da Venezuela e deixe as nossas famílias [de bem? 02:14:40].

Eu não tenho dúvida nenhuma que, na embaixada da Venezuela, eles vão ter que nos receber, sim. E o exército, que faz o trabalho com excelência, ele pode fazer esse mesmo trabalho com cem ou com duzentos metros, adentro ou afora dessa fronteira, para que possamos, de uma certa forma, devolver a harmonia à nossa população!

Nós não estamos aqui, meus amigos e vereadores, pra apontar dedo pra ninguém. Mas nós precisamos sair daqui hoje com uma solução, prefeito. Uma coisa é certa, palavras o vento leva; mas o que vai pro papel, caboclo, tem que ser cumprido. Essa determinação, essa obrigação eu quero ter com vocês. Aquele que não quiser assinar, prefeito Juliano, eu também vou dizer pra população de Pacaraima que esse parlamentar não assinou e não quer o bem de Pacaraima! Por isso contem comigo, vamos trabalhar juntos e, se Deus quiser, vamos resolver parte desses problemas!

Obrigado e boa tarde!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, deputado Otací!

Passar a palavra para o nosso vice-prefeito, Simeão Peixoto!

**VICE-PREFEITO SIMEÃO PEIXOTO:** Eu não vou me alongar muito, mas eu gostaria de contribuir com essa audiência pública na condição de vice-prefeito. Muitas vezes somos cobrados pela população de que os políticos de Pacaraima não vêm fazendo muita coisa. Isso não é verdade, povo pacaraiense. Nós estamos desde o início do mandato, fustigando, procurando soluções, buscando ajuda, pedindo arrego. Pedimos arrego ao governo do estado, à assembleia legislativa, ao governo federal. Não vou aqui entrar no mérito da Acolhida. Mas devo falar o que conversei com o nosso coronel, Roberto Souza, que esteve comigo há duas semanas. Nós não somos contra a imigração venezuelana, nós somos contra a desordem que criaram no nosso município. A desordem, a falta de regras de convivência. E pra

isso, nós estamos chamando a atenção, principalmente ao nosso exército brasileiro. Porque a nossa fronteira seca, ela tem uma linha de dezessete quilômetros. Os guerreiros que vestem essa farda têm competência, têm autoridade e têm autonomia pra fazer a vigilância da nossa fronteira seca. Porque não adianta flexibilizar, abrir a nossa fronteira ali e a fronteira venezuelana e a gente ser invadido de forma sorrateira. O que nós queremos é ordem, ação, para ser realmente feita a operação Acolhida. Eu não vou dizer aqui que a Acolhida é a responsável por tudo. Mas a Acolhida tem o braço de estender e de receber; mas não tem o braço de conduzir para o devido lugar esses imigrantes. Nós temos que ter isso.

Então, meus amigos, nós sabemos dos números. A operação Acolhida, com toda essa estrutura, não tem condições de atender mais de trezentos imigrantes por dia. E entram mil, no outro dia que atendem trezentos, chegam mais mil, tem mil e setecentos. Isso é uma progressão geométrica crescente. E nós, enquanto autoridades aqui, não vamos nos calar prefeito Juliano, nós vamos buscar todos os caminhos para resolver esse problema! Esse problema não é da Acolhida, não é do exército, é do povo brasileiro, que é desse rincão de fronteira que defendemos o Brasil. Então, meus amigos, o que nós queremos é simples, é simples. É ordem. Ordem, o exército sabe muito mais do que nós o que é isso. Nós estamos aqui, vulneráveis, tanto quanto os irmãos venezuelanos. Só que nós não temos uma ordem de entrada é o que o defensor público aqui colocou, que nós temos as leis mais avançadas do mundo; mas, infelizmente, elas não funcionam para os dois lados. A lei de imigração é crime para o nosso país. Se nós, deputado federal Otaci, deputados estaduais, presidente Marcelo, aqui representando a assembleia, se nós não nos unirmos à classe política, e transpor a linha do equador e chegar no planalto central e marcar posição, nós não vamos resolver. Porque, se não for mexida na lei do imigrante, não temos exército, não temos força, não temos político, não temos ninguém para combater isso. Sei que exército muitas vezes ficam de mãos amarradas. Sei que as forças policiais também ficam. Mas nós precisamos soltar essas amarras. Soltar como? Juntando um grupo político daqui deputada Aurelina. Juntar a assembleia, o governador, o

prefeito, o vice-prefeito, os nove vereadores e a representação na sociedade civil organizada de Pacaraima e temos que ir à Brasília dar um choque no congresso nacional. Dar um choque para que mudem, pelo menos, dois incisos da lei de imigração que obrigam o país a nós tirarmos os direitos do povo brasileiro e levar para o imigrante. Isso não pode acontecer, isso é inversão de ordem, coronel. Nós temos que ter a hombridade, a capacidade de respeitar os direitos humanos, mas não desrespeitar a constituição brasileira, que deu direitos aos seus filhos. É preciso que a gente se una, é preciso que a gente resolva. Precisamos da força do exército em Brasília, precisamos da força do ministério da defesa para que nós consigamos mexer nessa lei, coronel. Porque, se não, nós não vamos resolver. Nós vamos ficar falando aqui, gritando no microfone e não vamos resolver. Precisamos nos unir, sim, como disse o defensor público, unir pela ordem.

Ele colocou que todos nós somos descendentes de imigrantes. Concordo! Mas a descendência daqueles imigrantes, aquele que aqui chegaram, chegaram de forma ordeira, de forma pacífica, e não com a violência que nós estamos enfrentando da marginalia que veio da Venezuela. Não sou contra os venezuelanos; mas precisamos estabelecer regras de convivência em nosso município, em nosso território, em nosso estado. Eu vejo que nós, hoje aqui, estamos tendo a oportunidade ímpar de mostrar à sociedade que não conhece o problema de Pacaraima e ser visto de frente, não naquela maquiagem que já foi colocada aqui. Que quando vem uma autoridade maior, quando vem uma comissão aqui, todo mundo desaparece, a rua fica limpa. Nós não podemos mais fazer isso, nós temos que enfrentar de frente, coronel, de frente, firme! Eu sei que vocês já fizeram muito, sei que vocês fazem muito; mas é preciso que a gente mantenha a ordem. Vejam vocês, nós estamos hoje aqui. Se você sair daqui e não encontrar três mil, duas mil, três mil pessoas na rua, nós não vamos estar falando a verdade.

Agora, eu peço a todos vocês que nós saíamos daqui prefeito, com uma proposta definida para que a gente leve as soluções apontadas aqui para Brasília. Porque, infelizmente, as decisões de fronteiras



não são decididas pelo estado nem pelo município. E sim pela união. Muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, vice-prefeito Simeão!

Gostaria de chamar a nossa deputada estadual, Aurelina Medeiros! Presidente do centro de apoio aos municípios do campo.

**DEPUTADA ESTADUAL AURELINA MEDEIROS:** Boa tarde a vocês! Eu... Eu nunca pensei que eu fosse ouvir muita coisa fora do eixo aqui. Eu vou começar dizendo que eu trouxe uma constituição federal e queria entregar para aquele moço do DPU, pra ver se ele entende alguma coisa de lei federal, pra ver se realmente ele está no lugar que deveria estar. Eu acho que ele foi embora, mas quem quiser levar de presente, eu quero mandar!

Porque quando eu ouvi o que eu ouvi aqui de um defensor público da união, eu desacredito no meu país, pode ter certeza. Não dá pra acreditar que no meu país, administrando um problema como o que tem aqui, eu possa ter pessoa desse nível. Não acredito. Do mesmo jeito, eu esperei encontrar aqui as ONGs, os representantes das ONGs, que quando eu cheguei, estava dando um prato de comida pra um venezuelano no meio do sol. No meio do sol. É isso que é dignidade humana? É isso? Não é isso. É esse povo, eu chego à conclusão, que escondem os venezuelanos. Mas eu vou descobrir aonde. Porque dia vinte e seis eu vou ficar escondida aqui uma semana pra descobrir pra onde levam as pessoas. Isso é em troca de quê? De um bilhão de reais que receberam? Esse dinheiro não vem pro estado. Esse dinheiro não passa por licitação pra ser gasto. Esse dinheiro vem pra dar dignidade realmente. E a dignidade que eu vi hoje foi um monte de gente sentada numa calçada ali recebendo uma ração, como se fosse cachorro. São essas as ONGs que vêm pra cá em nome do governo federal dizer que está trazendo dignidade pro povo? E o povo que mora aqui? Não tem dignidade, não? O povo de Pacaraima não tem, não? Eles são o quê?

Eu queria dizer que esse livrinho diz que a responsabilidade pela migração de fronteira é do governo federal, sim. É ele que é res-

ponsável por isso. Nós estamos aqui porque, há vinte dias atrás, o prefeito e alguns vereadores, quase todos, estiveram na assembleia nos pedindo ajuda. E eu não estou na política de hoje, não. Eu estou há vinte e quatro anos ali. Conheci aqui, aqui era Colônia de Sorocaima, de Somã. Eu conheci aqui nesse tempo. O tempo da produção dos colonos. Eu conheço o estado de Roraima. Assisti à questão, Tuxaua, da Raposa Serra do Sol. Foi um dia que eu chorei por cenas que eu presenciei no Mutum. E hoje eu vejo os indígenas, que têm tanto direito quanto eu, serem feitos depósitos humanos, entregues à bebida, ao desemprego, à fome, em muitas localidades do meu estado. Ninguém me contou, eu vi. Ninguém me disse, eu vi. Falou-se aqui em acabar a operação acolhida, um sábio daqui. Ninguém falou nisso, ninguém pensa nisso. Mas ela tem que servir para, realmente, acolher as pessoas. Eu não posso ter uma fronteira que eu estou bem ali, vendo o povo entrar pelo Suapi, sem ser... Entregar nem o nome ali na... Ali onde o pessoal passa. Nem o nome é pego. E quando eu pego os dados da polícia federal, os dados que eles têm é os dados que eles inscrevem das pessoas que entram ali; não é daqueles que passam feito fila no Suapi. Aqueles eu encontro no Caroebe, pedindo esmola, encontro no Entre Rios, encontro em Campos Novos, encontro seis horas da manhã dormindo na frente da rodoviária e nas calçadas de Boa Vista. Porque lá não é diferente daqui. Chega onze horas da noite pra ver a quantidade de pessoas dormindo embaixo de marquises das lojas fechadas. Cheguem lá para vocês verem.

Então, a nossa operação Acolhida é bem-vinda? Sim. Mas tem que acolher. Nós não podemos ter na rua dez vezes o número de pessoas que se tem na operação Acolhida. Estamos acolhendo o quê?

Eu tenho uma moça que mora na minha casa. Trabalha. Ela está há um ano e dois meses. Toda quarta-feira ela vai pra fila da polícia federal atrás da interiorização dela. Não saiu até hoje. Tem um ano e dois meses que ela procura. Quando você compara os número das pessoas que realmente entram legalmente aqui no Brasil e você compara com o número de pessoas interiorizadas, é uma vergonha. Com-

para! O coronel deve ter esses dados, ele deve estar, coitado, ali sofrendo horrores; mas eles sabem que, na operação Acolhida, nós temos dez vezes menos gente do que tem na rua. É isso que o moço não soube ouvir. É isso que o moço não soube expressar.

"Ah, porque, qual é a política do estado de Roraima?!"

Ô animal, política migratória é responsabilidade do governo federal! É ele que dá ordem pra entrar, é ele que dá ordem pra sair, é ele que diz onde vai ficar! Não é o município, que tem quinhentos alunos num ano, no outro ano tem mil, e não recebe um tostão pra ajudar! Não é aquele hospitalzinho aqui de Pacaraima, aquela coisinha, que vai receber pessoas e dar tratamento digno. Não tem como. Não tem como, daqui a pouco... Foi a preocupação, Dila, dos munícipes... Dos vereadores, aliás. Foi o que eu vi no Mutum. Daqui a pouco vão botar vocês pra fora da casa de vocês e vão ocupar. Pode esperar! Se não houver disciplina, consciência... Dia vinte e seis o presidente da república vem aqui e, se não tiver fiscalização de vocês... Vão vocês pras ruas, descobrir onde é que estão os venezuelanos. Porque a gente tem que descobrir! A gente tem que descobrir e desmascarar essa vergonha!

Eu vi... Hoje, aliás; quando nós marcamos essa vinda aqui, prefeito. O prefeito queria que estivesse aqui os deputados federais e os senadores. Otaci está aqui. Porque nós, nós cuidamos do estado; mas nós não temos poder. Poder pra lidar com o governo federal quem tem é deputado federal. É pra isso que a gente vota! É pra isso. Ou vocês acham que eu voto neles pra eles morarem em Brasília de bem?! De bem com a vida. Tem que estar aqui, tem que a gente se unir, realmente, como disse o Tuxaua. Porque na época da Raposa Serra do Sol, só a assembleia foi. Fomos só nós. Foi uma luta imensa, uma luta grande, que a maioria não tomou conhecimento. E antes que vocês sejam expulsos da casa de vocês e irem pra lá pra operação Acolhida, porque vai ter que acolher os brasileiros, eu... [inaudível 02:33:24] A gente veio aqui dizer que nós temos o compromisso. Vamos nos unir e vamos em comissão, junto com a prefeitura, pra Brasília. Nós vamos pra lá, fazer como as comunidades indígenas, Tuxaua. Cadê o Tuxaua?

Fica lá um mês, quem sabe olham pra gente? Só se a gente levar umas flechas, porque eles vão achar bonito, talvez olhem. Porque resolver o problema de vocês, também não resolve.

Então, nós viemos aqui também dizer isso. O que está acontecendo aqui, é desumano, sim; mas antes de tudo, é irresponsável. A operação Acolhida não é a política, não. As ações dessa fronteira daqui, que a pessoa pula a cerca a cem metros de distância lá da fronteira... Da barreira. E ninguém anota, ninguém viu, ninguém foi lá dizer: "Ei, não pode passar por aí, não!"

Esse tipo de comportamento é irresponsável. Não é digno de uma política de imigração de um país que quer, realmente, acolher as pessoas.

Então, a gente veio dizer que nós vamos nos unir e vamos à Brasília. Não sei se vamos ser ouvidos, mas nós vamos. Otaci está aqui, vai com a gente. E nós vamos lá! Vamos ver o que a gente consegue fazer.

Tá ok, gente? Era esse o recado. Muito obrigado! Quem quiser entregar essa constituição pro moço, ela está aqui. Está bom? Obrigada!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigada, deputado Otaci! Deputada Aurelina, desculpa!

Gostaria de chamar o nosso coronel Jamilson Campos Teixeira para as suas considerações.

**CEL JAMILSON:** Bom, mas como eu falei pra vocês, o exército é uma ferramenta de vocês. No dia vinte e cinco de junho eu recebi a missão de ser o chefe do estado maior conjunto da operação Acolhida. E comecei a estudar a operação. E comecei a ver os vídeos de dois mil e dezenove, tanto de Pacaraima quanto da cidade e Boa Vista. E sinceramente, o que eu vi foi o caos. Pode ser que eu tenha uma interpretação diferente porque eu não sou um morador de Pacaraima. Mas pelo o que eu vi no vídeo, era um caos.

Por que eu estou falando isso? Porque o exército é uma ferramenta do estado. Então, nós recebemos a missão de vir pra cá e tentar

diminuir esse caos. Foi a grande verdade. Se estamos aqui, querendo ou não querendo, somos soldados.

Eu pergunto para você: Quantos filhos você tem? Só tem um filho, né.

Qual foi a última vez que você viu teu filho? Há duas horas atrás.

Pois é. Eu também tenho filha. Eu tenho uma filha de vinte e dois e uma filha de dez anos, que no dia vinte e cinco de junho eu me despedi dela.

A senhora acha que eu sinto saudades dela? Não?

Mas eu sou soldado, eu fiz um juramento. Eu e todos os soldados que estão aqui. Nós fizemos um juramento. E nesse juramento, está lá: pelo sacrifício da própria vida. Defender a nação pelo sacrifício da própria vida. E aqui estamos nós, querendo ou não querendo, porque eu sou soldado. E vimos pra cá, eu reuni toda a tropa e falei que nós temos que ter dois atributos. O primeiro é a empatia. Porque temos que sempre estar do lado de lá, do lado dos venezuelanos, do lado da população de Pacaraima, do lado da população de Boa Vista, pra gente poder entender o que está acontecendo. Esse é o primeiro atributo. E o segundo atributo é resiliência. Resiliência pra um soldado, é você entrar numa comunidade, levar tiro e continuar progredindo. Isso a gente chama de resiliência. Aqui a resiliência é diferente. Aqui a resiliência é a gente trabalhar de segunda a segunda e levar tiro e todo mundo falar que a operação tem que acabar. Isso é resiliência, é levar tiro e continuar prosseguindo.

Convido a quem quiser, hoje ou qualquer dia, ir lá visitar a gente às vinte e três horas. Vai estar lá um capitão chamado Gilmar, mais a equipe que estará dentro daquilo que a gente chama de posto de recepção, com mais novecentos venezuelanos. Tem ali crianças, velhos, doentes. E estamos lá. Estamos lá. Isso a gente chama de resiliência.

A operação Acolhida, quando nós recebemos o convite do prefeito Juliano, quem eu parablenizo pela iniciativa! Porque a voz... O

grande poder da nossa democracia é justamente a voz do povo. É a voz de vocês. E nós sabemos disso. Nós assumimos a operação no dia quinze de setembro. E desde lá, todos os finais de semana eu venho para Pacaraima, pra descansar em Pacaraima. Olha só! É isso o que eu chamo de resiliência. Descansar em Pacaraima pra poder entender, pra poder concordar com cada palavra que vocês estão falando. Ninguém está aqui pra discordar. Meu amigo Egídio, da brigada paraquedista, eterno soldado PQDP. Você sabia? Não sei se vocês sabiam... O nosso efetivo hoje, da operação acolhida, são seiscentos e quarenta e nove militares. Cento e vinte estão aqui em Pacaraima. Desses cento e vinte, oitenta e nove são da brigada Paraquedista. A tropa de elite do exército brasileiro está aqui em Pacaraima. Será por que, Egídio? Porque nós damos importância à Pacaraima. Se as coisas não estão...

Alô!

Se as coisas não estão acontecendo do jeito que a gente quer, nós estamos correndo atrás para que elas ocorram. Não sei se vocês sabem, mas diariamente estão sendo dois ônibus por dia levando venezuelanos. Só essa semana nós conseguimos o fluxo de oitocentos venezuelanos. Estamos construindo um novo posto, que fica em frente ali à nossa base.

Mas é para esconder venezuelano? Não é para esconder venezuelano. Se isso aconteceu no passado, eu não sei. Dia vinte e seis nós temos o nosso presidente aqui. Eu estarei aqui. E vocês vão ver que o que está sendo feito é o que fazemos no dia a dia, é que estamos correndo atrás de um fluxo onde o objetivo principal...

Professora Rosa está aí? Professora Rosa se encontra?

Professora Rosa, a senhora falou das ações a serem realizadas. Então eu vou responder à pergunta da senhora. A primeira ação foi vir três finais de semanas seguidos para tentar entender, estudar o [inaudível 02:40:54] e conseguir chegar a um denominador comum e tentar melhorar isso daí. Então, primeiro foi o fluxo diário, que nós estamos levando venezuelano pra fazer documentação em Boa Vista. Depois, tentar tirar esse venezuelano da rua. Porque é muito triste, muito

triste. No primeiro final de semana que eu vim aqui, eu vi aquela população...

Há dois finais de semana atrás teve uma chuva num sábado. Vocês são daqui vocês sabem melhor do que eu. E ninguém dorme, não tem um venezuelano dormindo. E quem tem filho, não tem como se sensibilizar com isso. Então, por isso a nossa busca de ações imediatas. E o que pudemos fazer de imediato, foi o quê? Levar o máximo de venezuelanos para Boa Vista. E também fazer o nosso... Mais um abrigo. Abrigo, não; no caso, é um alojamento. Em torno de mil a mil e duzentas vagas para o venezuelano dormir, jantar, dormir, tomar café e, no dia seguinte, realmente ele tem que sair. Não tem como. Gostaríamos muito de fazer [inaudível 02:42:00]. Confesso que às vezes da uma situação, aquela situação de impotência. Confesso. Mas a estrutura não nos deixa fazer mais do que isso. As ONGs que estão aqui, que muitos estão criticando. Não critiquem. Por favor! Elas estão nos ajudando. Elas estão nos ajudando. Todas as ações que nós fazemos são ações sinérgicas, com todas as agências, jamais sozinhos. Jamais fazemos isso sozinho.

Em relação à segurança, como a nossa deputada nos falou. Eu esqueci o nome da deputada, cadê ela? Lauriane. Isso. Sou ruim de nome, sou ruim de nome. A constituição tem um artigo, que é o um quatro dois e um quatro quatro, que ela define as atribuições de cada um. O Francisco, meu irmão de farda, está aqui do meu lado, ele sabe que eu não posso fazer... Eu não posso sair na rua para fazer qualquer ato policial. A um quatro quatro, ela regula bem isso daí. Temos armamento para fazer? Temos. Mas tem que ter um decreto de garantia da lei e da ordem, coisa que aconteceu no Rio. A tropa que está aqui, eu posso falar eu próprio, já subi morro. É a primeira operação que eu faço que a gente tem o slogan, braço forte e mão amiga. É a primeira de mão amiga. Todo mundo que está aqui, é só olhar no olho de cada um, ano passado estava lá no Rio subindo morro.

Então, meu amigo Egídio, o que nós fazemos de melhor é isso. Mas temos que ter o arcabouço jurídico, que não nos ampara. Não nos ampara pra fazer isso. Vontade não falta.

Mas deixa eu voltar aqui. Eu quero mostrar pra vocês porque nós não atuamos na parte da segurança. Porque o foco do exército aqui não é segurança, o foco do exército é botar o venezuelano pra fazer o fluxo rodar. Interiorização. O nosso vice-prefeito Peixoto, ele linkou muito bem em relação à nossa capacidade produtiva. Então, existe uma estrutura, que ela foi feita, mas ela não contava que teria uma pandemia aonde teria uma retenção de um ano e quatro meses e agora a fronteira aberta, essa demanda reprimida ia vir de uma vez só. Então, nós temos todos os dados que o Peixoto pontuou. Seiscentos imigrantes por dia. É verdade, Peixoto. É verdade. Eu estou aqui porque a nossa luta diária é tentar fazer isso acelerar. Só que, às vezes, nós não temos uma capacidade produtiva.

Ah, porque a gente não tem competência pra isso? Não, porque não temos estrutura pra isso. Mas nós estamos buscando caminhos alternativos para poder fazer isso. E acreditem, gente, quem tiver dúvidas, eu convido! Vai lá às vinte e uma hora... Não, vinte e uma é cedo. Vai lá às vinte e quatro horas hoje em frente à nossa base, pra ver o que a gente está fazendo. "Ah, mas hoje é durante a semana!"; então vá no domingo! Vá no domingo! Vinte e três, não; vai às vinte e quatro horas pra ver o que a gente está fazendo! O nosso trabalho é diurno. Acreditem. Se alguém tem dúvidas, vai lá! Vai lá e vejam o nosso trabalho. Nós trabalhamos em cima da transparência. Os recursos que foram falados, que o nosso deputado falou, é verdade. É verdade. Duzentos e quarenta, duzentos e trinta e nove milhões, acho que foi isso que foi falado. Pra vocês terem ideia, um almoço é nove e setenta e cinco. Um almoço. Eu dou um almoço e uma janta. Aí você multiplica por dois. Aí você soma aí quatro e setenta e cinco. Dá aproximadamente vinte e cinco reais. Aí você multiplica pela quantidade de venezuelanos. Hoje, aqui em Pacaraima, está em três mil. Aí você multiplica isso por trinta. São três milhões, mês. É isso! É isso. É isso que nós temos que fazer a gestão. Nós que eu falo é exército brasileiro.

Então, tudo o que eu estou falando aqui é verdade. Tudo o que foi falado é verdade. Então eu só vim aqui, fiz questão de vir, aceitei o



convite do Juliano, meu irmão Arlindo, fiz questão de vir aqui pra mostrar o que nós fazemos. O que o exército brasileiro faz aqui.

Agora, eu lamento nem todos estarem satisfeitos. Porque eu vou falar pra você: é complexo. É difícil, porra. É uma demanda reprimida. Mas, acreditem, estamos fazendo.

Eu vou contar apenas uma história só pra reflexão. O carvão dentro de uma churrasqueira, ele brilha, ele emite calor, ele é bonito de se ver. Se você pega esse carvão, gente, e tira esse carvão, o carvão mais grosso que seja, e coloca ele fora da churrasqueira, sabe o que vai acontecer com esse carvão? Ele vai apagar. Ele vai ficar preto, feio. Agora, se você pegar esse carvão e colocar de novo e junto com os demais carvões, junto com as ONGs, junto com vocês, população, junto com vocês, minha prefeitura, meus vereadores, eu tenho certeza que esse carvão vai brilhar e vai emitir bastante calor. E esse carvão chama o quê? Exército brasileiro.

E que assim seja! E deixo aqui o meu muito obrigado!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, Coronel! Gostaria de passar a palavra para a vereadora, presidente da casa, Dila!

**VEREADORA DILA:** Eu não ia... Não estava inscrita pra falar. Mas eu me comovi quando o coronel Jamilson falou pra gente não criticar as ONGs. Por que não tem nenhum representante das ONGs hoje aqui pra responder às nossas perguntas, os nossos anseios? Porque hoje, as ONGs dentro de Pacaraima, elas passam a mão na cabeça de imigrantes vândalos e nós estamos sofrendo com isso. O nosso anseio era que eles viessem. Muito me preocupa também que foi convidado o promotor, que só cobra dos vereadores e do prefeito. Não compareceu. Foi assaltado em frente à promotoria, um venezuelano colocou a faca e tomou seu celular e correu pra Venezuela. Por que ele não está hoje aqui? Ele só sabe cobrar dos vereadores e do prefeito. Então fica aqui a minha indignação. Ministério público era para estar presente. As ONGs também. Porque aqui eu acho que os deputados federais têm que pedir a CPI das ONGs, que são as mais... As mais beneficiadas. Porque dinheiro vem muito, mas as ONGs tomam de conta.

Desculpe o meu desabafo! Mas é que acontece. As ONGs aqui ganham muito dinheiro, mas só que elas só passam a mão na cabeça dos imigrantes. Brasileiro aqui não tem vez! Obrigada!

**PREFEITO:** Obrigado, vereadora!

Passa a palavra para o deputado Marcelo Cabral, que veio representando a assembleia legislativa, [inaudível 02:49:12] vice-presidente.

**DEPUTADO ESTADUAL MARCELO CABRAL:** Boa tarde a todos de novo! Eu ouvindo atentamente cada fala que me antecedeu, eu vejo, prefeito Juliano, que Pacaraima pede socorro. A verdade é essa. Eu vejo a preocupação da professora, do Vitor, de cada um de vocês, o cuidado especial. Eu não tenho dúvida nenhuma que aqui, vereadora Dila, Arlindo, tinha que estar, realmente, presente, as ONGs, para responder o nosso questionamento. O que estão fazendo? O que pode ser feito? Onde é gasto?

Agora há pouco, eu soube que cada... A gente não é contra nenhum imigrante que entra no Brasil. A gente é contra as pessoas que entram ilegalmente e assaltam o nosso povo de Pacaraima. Aí nós é contra. Somos contra. É contra as pessoas vir fazer aqui vandalismo dentro do nosso município, aí nós somos contra. A assembleia é contra. Não vamos aceitar. Cada pessoa que está no país ilegalmente. Tem pessoas boas que quer trabalhar, que trabalham em comércios aqui. Mas aí, prefeito, aconteceu que não entram só os bons. Então, pessoas que matam, que roubam, que assaltam o nosso Brasil, o nosso município, o nosso povo de Pacaraima. Não podemos aceitar isso aí! E aqui nós vamos dizer: vamos fazer uma carta, prefeito! Uma carta! [inaudível 02:51:06] está sendo feito hoje na audiência. Assinar por todos, pelos vereadores, pela assembleia, pelo prefeito, vice-prefeito, pelo coronel, Jamilson. Todos estão presentes, pra ter força, pra ter voz lá em Brasília. Aqui, meu coronel, eu queria lhe pedir um favor, como maranhense, como presidente da assembleia, queria lhe pedir um carinho especial por esse município, que tem sofrido, que tem realmente sofrido muito com pandemia e com os imigrantes entrando. Aqui é a porta de entrada, aqui as pessoas entram. Aqueles que têm dinheiro,

vão embora; aqueles que não têm, ficam aqui. E ficam na rua, às vezes sem comer. Que não passaram por lá e entraram clandestinamente, mas estão hoje nos comércios, nas marquises, nas portas de casa de cada morador de Pacaraima. E às vezes até ameaçando as pessoas. Isso que não pode acontecer! Peço o apoio... Você falou muito bem, que não pode andar na rua, que não pode andar na rua. Por que que não podemos dia vinte e seis, prefeito, o presidente fazer um decreto dando o poder pro exército brasileiro. Faz um decreto. Por decreto vocês podem andar na rua, como foi feito lá no Rio de Janeiro. Foram muito bem. Porque ninguém pode fazer, prefeito, esse pedido ao presidente, ele vai estar aqui dia vinte e seis. E dizendo: "Presidente, faça um decreto dando poder ao exército pra ajudar o povo de Pacaraima!". Aí sim, com os demais polícias na rua, apoiando a população. Agora, isso não depende do nosso mandato da assembleia legislativa. Depende do querer do presidente. Aí Otaci, você é importante, importante, nessa decisão. Porque é o único federal que está presente. Faça essa ideia, faça os nossos senadores e deputados federais assinarem uma carta pedindo isso ao presidente! E, quem sabe, ele assinar essa carta, esse decreto, aqui em Pacaraima. Isso vai dar força, vai dar tranquilidade à Pacaraima.

O povo está cansado, está sofrido. E, realmente, as ONGs fortalecem aquelas pessoas que mais entram clandestinamente. Eu soube, agora há pouco me dizendo, Arlindo: é muito bom, meu coronel, quem não tem rede, as ONGs dão; quem não tem colchão, as ONGs dão. Perfeito, que dê! Mas vão dormir aonde esse pessoal?! Vão ficar onde? Fica onde? No meio da rua! E quem é penalizado com isso é a população de Pacaraima. E aqui, meu prefeito, você agora há pouco me disse: "Deputado Marcelo, eu estou com o senso da educação do ano passado. É dois mil e oitocentos. Já esse ano está com quase quatro mil alunos sem receber o mesmo recurso da educação". Isso que não pode acontecer! Tem que fazer uma equiparação de [inaudível 02:54:27] recurso [inaudível 02:54:28] atípico. É importante dizer.

Isso não é só na educação, na saúde também. Isso não é contra atender as pessoas de outro país, mas o nosso povo, a nossa família, os

nossos filhos, as pessoas que moram em Pacaraima estão deixando de ser assistidos, prefeito Juliano, pra atender as pessoas que veio. Porque a gente tinha um recurso, a capacidade de atender ‘X’ pessoas nos postos de saúde. E isso triplicou, aumentou muito e isso aumenta em mão-de-obra, em remédio, em atendimento, em tudo isso, e quem é penalizado, Rosa, somos nós. Nós por que? O povo de Pacaraima.

Se você andar na rua aqui, meu coronel, várias casas vendendo. Vende-se a casa! Vende-se a casa! Por que será? E há cinco anos atrás, era assim, ninguém queria vender o terreno. Quem tinha terreno em Pacaraima, queria construir e passar, como falaram muito bem. Aqui era a menina dos olhos de ouro de Boa Vista. Todo mundo queria ter uma casa ou terreno em Pacaraima. Hoje inverteu, todo mundo quer vender as suas casas, os seus terrenos, pela invasão dos venezuelanos.

Então, queremos aqui, prefeito, botar a assembleia legislativa, está eu e a deputada Aurelina. Eu como presidente da casa. Hoje aqui vamos botar a assembleia pra ajudar, o que é preciso e necessário. E hoje foi gravado. A nossa equipe está aqui desde cedo. Está a assembleia filmando, ouvindo, vendo tudo nas ruas de Pacaraima. Porque se esconderem, se sumirem, tem as gravação e tem o vídeo da assembleia mostrando a realidade. O que nós queremos aqui é que as pessoas tenham respeito. E a vocês, povo de Pacaraima, amigo de Pacaraima, vamos fazer aqui junto com o governo do estado. Agora eu falei com o nosso coronel da PM, que ele mandou pra cá o GIRO, mande pra cá o BOPE, dar um apoio aqui à PM. E você autorizou! Muito obrigado, Francisco, pela capacidade, pela sensibilidade de trazer mais essa força. Vamos trazer pra cá, pra dar uma força, pra dar uma tranquilidade ao povo de Pacaraima. Isso é o governador Antonio Denarium, que não mede esforços para ajudar cada morador de Pacaraima.

Mas aqui, deputada Aurelina, você falou muito bem, me chamou atenção e me disse a coisa que eu mais fiquei pensando agora há pouco. Será que as pessoas estão esquecendo da constituição federal? Será que estão esquecendo? Mas o mais importante disso, que quem

está aqui ouviu a sua fala. O mais importante disso ainda, sabemos quem está do lado do povo e quem não está. O mais importante é isso.

O mais importante, prefeito, pra encerrar minhas palavras, quero dizer a vocês, quem merece aqui uma salva de palmas, o nosso respeito, não são os políticos, não somos nós, Aurelina, não somos nós, Otaci, não somos nós, Simeão. Quem merece aqui o nosso respeito é o povo, Vitor, que mora aqui, que resiste, que está ainda lutando pra dizer: Daqui eu não vou embora, só quero um apoio, só quero uma mão amiga, só quero essa força de um governo. E é isso que [inaudível 02:58:05], vocês que merecem, uma salva de palmas, o nosso respeito e o nosso compromisso! E aqui eu deixo o nosso legado. A assembleia legislativa de Roraima apoia o povo de Pacaraima. Muito obrigada e boa tarde a todos vocês!

**PREFEITO JULIANO TORQUATO:** Obrigado, deputado Marcelo Cabral!

Bem, gente, nós estamos aí chegando já nos finalmente. Acredito que nós atingimos aí o nosso objetivo. Acho que a população está satisfeita ou em partes. Quero cumprimentar a todas as autoridades aqui! Não vou nominar novamente o nome, mas principalmente as autoridades que foram mais requisitadas, como as forças de segurança, a PM, a civil, a CAER, o coronel, a população de Pacaraima, obrigado pela presença de todos!

Eu não vou falar muito, todo mundo já falou, eu só vou... acrescentar... Não, vou fazer das palavras do nosso coronel as minhas palavras no final. Como o coronel colocou aqui muito bem, que as forças armadas, o exército, quando vestiu essa farda, eles davam a vida pela pátria, por esse país, por essa nação. Coronel, eu quero dizer que esse povo que está aqui também dá a vida por Pacaraima. E se for preciso, nós vamos ficar até o fim! Porque, quem está aqui até agora, depois de quatro horas de audiência pública, é porque escolheu Pacaraima pra viver e pra morrer. E nós vamos morrer aqui, lutando por Pacaraima. Obrigado!

# ANEXOS



ANEXO A – OFÍCIO Nº 1/2023 EMITIDO PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA.



Governo do Estado de Roraima  
Polícia Civil do Estado de Roraima  
"Segurança: patrimônio dos brasileiros"

OFÍCIO Nº 1/2023-POLÍCIA CIVIL-PPROLEGAR

Boa Vista - RR, 03 de março de 2023.

Ilustríssimo Senhor  
Conselheiro Antônio Marques da Costa  
Chefe do Estado-Maior da Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima  
Estreito Brasileiro

Assunto: Solicitação para visitar as instalações da Operação Asolada em Pacaraima.

Ilustríssimo Senhor Coronel,

Solicito autorização da Vossa Senhoria para visitar juntamente com meu orientador, o Professor Dr. Joaquim Lorent de Rezende Alvim, as instalações da Operação Asolada em Pacaraima, no dia 26 de abril de 2023, às 15h, como parte da Pesquisa de Campo realizada no programa de Doutorado em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Roraimense - PPOSDUFF, do qual sou discente.

Segue também comprovante de matrícula, em anexo. Solicito que a resposta seja encaminhada para o e-mail [albertocorreiadefilho@policiacivil.rr.gov.br](mailto:albertocorreiadefilho@policiacivil.rr.gov.br)

Atenciosamente,

Alberto Correia de Oliveira Filho,  
Delegado da Polícia Civil - Titular da DDDI  
Destacando - PPOSDUFF



Documento autenticado eletronicamente por Alberto Correia de Oliveira Filho, Delegado de Polícia, em 03/03/2023, às 10:42, protocolo Ar. P. ME, Nº, do Documento Nº 22.875.82016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/sei/public/verificarDocumento.jspx>, informando o código verificador 7005264 e o código CRC 92354008.

01007-00179612023-04

70072643

## **ANEXO B – OFÍCIO PMP/GAB Nº. 382/2021 EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAIMA.**



ESTADO DE RORAIMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAIMA  
"Pra fazer muito mais!"



**GABINETE DO PREFEITO**

**OFÍCIO PMP/GAB Nº. 382/2021**

**Pacaraima, 15 de outubro de 2021.**

Ao Senhor.

**Alberto Correia de Oliveira Filho**  
**Doutorado/PPGSD/UFF**

**Assunto:** Solicitação de Transporte

Senhor Diretor,

Ao cumprimenta-lo, venho através deste expediente, autorizar sua participação e realização da gravação integral da Audiência Pública que será realizada no dia **19 de outubro de 2021** no espaço Cultural e Esportivo Thelma de Vasconcelos Tupinambá (Quadra Coberta).

Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

**JULIANO TORQUATO DOS SANTOS**  
Prefeito de Pacaraima-RR



**ANEXO C – OFÍCIO Nº 11/2023 EMITIDO PELA SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – SUBCOMITÊ FEDERAL PARA ACOLHIMENTO E INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME  
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL  
SUBCOMITÊ FEDERAL PARA ACOLHIMENTO E INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE  
OFÍCIO Nº 11/2023/SNAS/DPSE-SUBCOMITÊ

Brasília, 30 de março de 2023.

Ao Senhor  
Alberto Correia de Oliveira Filho  
Delegado de Polícia Civil - Titular da DDUJ  
Doutorando - PPGSD/UFF  
Boa Vista - RR  
albertooliveira@id.uff.br ou alberto.filho@policiacivil.rr.gov.br.

**Assunto:** autorização para visita operação acolhida - RR.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.026164/2023-18.

Prezado Senhor,

1. Acusamos o recebimento do OFÍCIO Nº 1/2023/POLICIA CIVIL/DPF/DDUJ/GAB, (SEI 13763872) datado de 03 de março de 2023, encaminhado ao Coronel Hércules Antônio Marques da Costa, Chefe do Estado-Maior da Força-Tarefa Logística Humanitária, em Roraima, onde solicita autorização para visitar juntamente com seu orientador, o Professor Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, as instalações da Operação Acolhida em Pacaraima, no dia 26 de abril de 2023, às 15h, como parte da Pesquisa de Campo realizada no programa de Doutorado em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense - PPGSD/UFF.

2. Agradecemos o interesse em contribuir com ações que fortaleçam a atuação do Governo Federal relacionadas ao fluxo migratório oriundo da crise humanitária na Venezuela.

3. Em seu ofício, não conseguimos identificar se é apenas uma visita às estruturas ou se pesquisa de campo envolvendo ações no âmbito dos abrigos emergenciais, de gestão federal em Pacaraima. **Caso seja apenas uma visita para conhecer as estruturas da Operação acolhida, sem envolvimento direto com beneficiários e nem captação de imagens (vídeos, fotos, entrevistas) nada temos a opor e a visita poderá ser articulada com a Coordenação Operacional e com o Chefe da Base de Pacaraima.** No entanto, caso seu interesse seja em empreender atividades de pesquisa dentro dos abrigos, este Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização, responsável pela gestão federal dos abrigos, tem procedimentos específicos que devem ser seguidos conforme segue:

- Encaminhar solicitação por e-mail [migrantes@cidadania.gov.br](mailto:migrantes@cidadania.gov.br), com um breve resumo contendo: Nome completo e CPF de quem solicita; Programa/Instituição ao qual a pessoa solicitante pertence.
- Apresentar resumo ou projeto de pesquisa, contendo metodologia, cronograma com início e fim das atividades dentro do abrigo.
- Se a pesquisa envolver seres humanos, deve ser apresentado **Anuência do Comitê de Ética** - Vale ressaltar a importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pesquisas com seres humanos. Caso o Comitê de Ética e Pesquisa da universidade não julgue necessário, apresentar a justificativa para não aplicação.
- Compromisso do pesquisador de que não efetuará dentro do abrigo, imagens, gravações, entrevistas, sem a anuência da pessoa envolvida ou pesquisas de qualquer outra natureza para além da solicitada e aprovada pelo SUFAL.
- Na divulgação dos resultados deve ser citada a data da pesquisa.

4. A solicitação será avaliada pelo SUFAL em Reunião Ordinária e, em caso de aprovação, o solicitante receberá outro e-mail com as orientações pertinentes. Destacamos que ao final da pesquisa os resultados devem ser compartilhados com o Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização, na medida do possível, durante reunião ordinária mediante solicitação de pauta.

5. Diante do exposto, solicitamos que nos informe onde seu pleito se encaixa, para que possamos tomar as providências de autorização, conforme o caso, e alinharmos com nossa equipe de campo e com a Coordenação Operacional.
6. Se for o caso de pesquisa, é importante que as informações sejam apresentadas com um prazo de pelo menos 15 dias antes da reunião ordinária do SUFAI para que tenhamos tempo hábil para análise. A próxima reunião ordinária do SUFAI ocorrerá no dia 18 de abril.
7. Ao ensejo, nos colocamos à disposição para outras informações que se fizerem necessárias pelo e-mail [migrantes@cidadania.gov.br](mailto:migrantes@cidadania.gov.br).

Atenciosamente,

**\*Assinado Eletronicamente\***

NIUSARETE MARGARIDA DE LIMA

Coordenadora do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade

**ANEXO**

OFÍCIO Nº 1/2023/POLICIA CIVIL/DPE/DDII/GAB, (SEI 13763872)



Documento assinado eletronicamente por Niusarete Margarida de Lima, Coordenador(a), em 31/03/2023, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 13763878 e o código CRC C054F7E8.

## ANEXO D – INFORMAÇÃO Nº 16270728/2020 EMITIDA PELO SETOR DE ANÁLISE DE DADOS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL DA POLÍCIA FEDERAL.

11/06/2024, 20:26

SEI/PF - 16270728 - Informação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
SETOR DE ANÁLISE DE DADOS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - SADIP/CGPI/DIREX/PF

Informação nº 16270728/2020-SADIP/CGPI/DIREX/PF

1. Trata-se de informação visando atender solicitação do doutorando Alberto Correia de Oliveira Filho da Universidade Federal Fluminense. Os registros extraídos do SISMIGRA STI referem-se ao ingresso de VENEZUELANOS no Brasil nos anos de 2014 a 2019, sendo o total de 553.367 entradas desses estrangeiros em todo o estado de Roraima de acordo com o tipo de atendimento/classificação.(Figura 01).

Atendimentos por Classificação

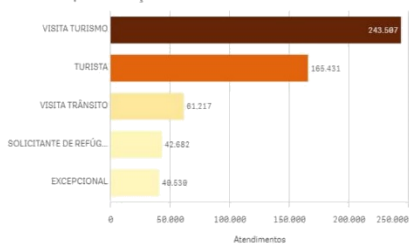


Figura 01

2. Segue abaixo dados referentes a municípios de Roraima de entrada de VENEZUELANOS, dados esses referentes aos anos de 2014 a 2019 (Figura02)

Atendimentos por UF | Município | Unidade



Atendimento Unidade Município

Figura 02

3. Registros de entrada de venezuelanos no Brasil por GÊNERO de 2014 a 2019.

Gênero	Atendimentos
F	250.388
M	302.791
X	188

11/06/2024, 20:26

SEI/PF - 16270728 - Informação

4. Registros de entrada de venezuelanos por FAIXA ETÁRIA de 2014 a 2019. (Figura 03)

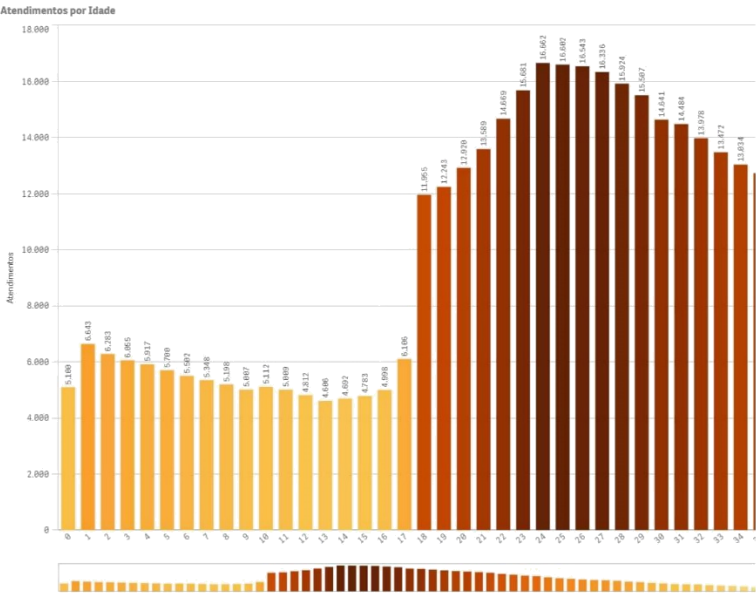


Figura 03

Os dados a seguir serão expostos ano a ano:

5. Registros de VENEZUELANOS no ano de 2014 - 21.039 ENTRADAS no estado de Roraima.

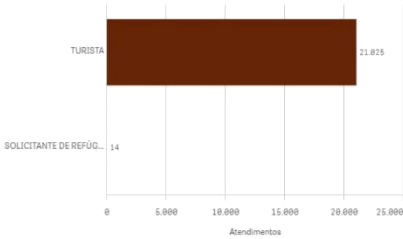
Unidade Municipio	Atendimentos
PACARAIMA	20.693
BONFIM	282
BOA VISTA	

Entradas de venezuelanos por CLASSIFICAÇÃO – 2014:

11/06/2024, 20:26

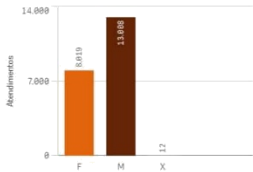
SEI/PF - 16270728 - Informação

Atendimentos por Classificação



Entradas de venezuelanos por GÊNERO - 2014:

Atendimentos por Gênero



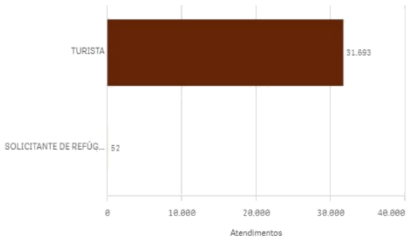
Entradas de venezuelanos por FAIXA ETÁRIA – 2014:

Idade	Atendimentos
0	33
1	59
2	72
3	74
4	76
5	54
6	83
7	92
8	66
9	88
10	100
11	112
12	140

11/06/2024, 20:26

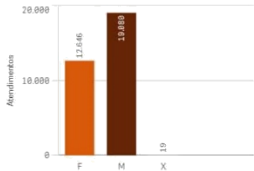
SEI/PF - 16270728 - Informação

Atendimentos por Classificação



Entradas de venezuelanos por GÊNERO - 2015

Atendimentos por Gênero



Entradas de venezuelanos por FAIXA ETÁRIA – 2015

Idade	Atendimentos
0	94
1	125
2	113
3	143
4	124
5	136
6	93
7	111
8	94
9	99
10	124
11	145
12	165
13	140
14	156

11/06/2024, 20:26

SEI/PIF - 16270728 - Informação

75	39
76	43
77	16
78	7
79	11
80	9
81	9
82	21
83	9
84	2
85	1
102	1
-	1

7.Registros de VENEZUELANOS no ano de 2016 - **56.598 ENTRADAS** no estado de Roraima.

Unidade / Município	Atendimentos
PACARAIMA	56.368
BONFIM	213
BOA VISTA	17

Entradas de venezuelanos por CLASSIFICAÇÃO – 2016

Atendimentos por Classificação

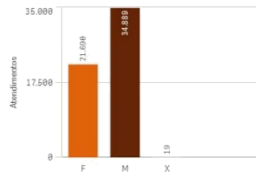


Entradas de venezuelanos por GÊNERO - 2016

11/06/2024, 20:26

SEI/PF - 16270728 - Informação

Atendimentos por Gênero

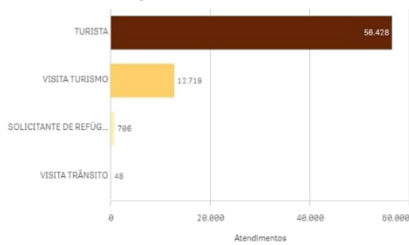


8.Registros de VENEZUELANOS no ano de 2017 - 69.901 ENTRADAS no estado de Roraima.

Unidade / Município	Atendimentos
PACARAIMA	69.413
BONFIM	475
BOA VISTA	13

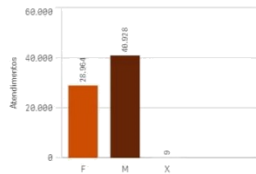
Entradas de venezuelanos por CLASSIFICAÇÃO - 2017

Atendimentos por Classificação



Entradas de venezuelanos por GÊNERO - 2017

Atendimentos por Gênero



Entradas de venezuelanos por FAIXA ETÁRIA - 2017

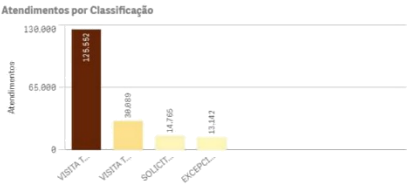
Idade	Atendimentos
0	167
1	284



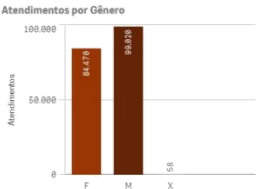
11/06/2024, 20:26 SEI/PF - 16270728 - Informação  
9.Registros de VENEZUELANOS no ano de 2018 - 183.548 ENTRADAS no estado de Roraima.

Unidade / Município	Atendimentos
PACARAIMA	183.265
BONFIM	258
BOA VISTA	25

Entradas de venezuelanos por CLASSIFICAÇÃO – 2018



Entradas de venezuelanos por GÊNERO - 2018



Entradas de venezuelanos por FAIXA ETÁRIA – 2018

Idade	Atendimentos
0	1.492
1	1.986
2	1.908
3	1.922
4	1.875
5	1.862
6	1.750
7	1.685
8	1.695
9	1.623

11/06/2024, 20:26

SEI/PI - 16270728 - Informação

101	1
-	29

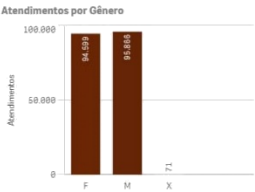
10.Registros de VENEZUELANOS no ano de 2019 - 190.536 **ENTRADAS no estado de Roraima.**

Unidade / Município	Atendimentos
PACARAIMA	189.933
BONFIM	577
BOA VISTA	26

Entradas de venezuelanos por CLASSIFICAÇÃO - 2019



Entradas de venezuelanos por GÊNERO - 2019



Entradas de venezuelanos por FAIXA ETÁRIA - 2019

Idade	Atendimentos
0	3.196
1	3.984
2	3.634
3	3.395
4	3.253
5	3.068
6	3.083
7	2.966

## ANEXO E – ORIENTAÇÕES SOBRE NOVAS CLASSIFICAÇÕES DO STI 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

### CLASSIFICAÇÕES DO STI

#### Visto de visita (VIVIS):

A Lei 13.445/2017 estabelece que o visto de visita poderá ser concedido ao visitante que venha ao País para estada de curta duração (por até noventa dias), sem intenção de estabelecer residência e sem exercer atividade remunerada no País, salvo pagamento a título de diária, ajuda de custo, cachê, pró-labore ou outras despesas com a viagem, para fins de:

#### ➤ TURISMO (CLASSIFICAÇÃO 101 NO STI):

101	VISITA TURISMO (VIVIS)	1	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, em viagem para a realização de atividades de caráter turístico, informativo, cultural, educacional ou recreativo; bem como visitas familiares, participação em conferências, seminários, congressos ou reuniões; realização de serviço voluntário; ou atividade de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica, desde que sem exercício de atividade remunerada. (Art. 13, I d Lei 13.445/2017).
		2	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, em viagem para a realização de atividades de caráter turístico, informativo, cultural, educacional ou recreativo; bem como visitas familiares, participação em conferências, seminários, congressos ou reuniões; realização de serviço voluntário; ou atividade de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica, desde que sem exercício de atividade remunerada. (Artigo 1o do Decreto 7.821, de 5 de outubro de 2012 - ACORDO UNIÃO EUROPEIA).

Turismo compreende a realização de atividades de caráter turístico, informativo, cultural, educacional ou recreativo, além de visitas familiares, participação em conferências, seminários, congressos ou reuniões, realização de serviço voluntário ou de atividade de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

➤ **NEGÓCIO (CLASSIFICAÇÃO 102 NO STI):**

102	VISITA NEGÓCIOS (VIVIS)	1	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, em viagem para participação em reuniões, feiras e eventos empresariais; cobertura jornalística ou realização de filmagem e reportagem; prospecção de oportunidades comerciais, assinatura de contratos. (Art. 13, II da Lei 14.445/2017).
		2	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, em viagem para participação em reuniões, feiras e eventos empresariais; cobertura jornalística ou realização de filmagem e reportagem; prospecção de oportunidades comerciais, assinatura de contratos. (Artigo 1º do Decreto 7.821, de 5 de outubro de 2012 - ACORDO UNIÃO EUROPÉIA).

Negócios compreendem a participação em reuniões, feiras e eventos empresariais, a cobertura jornalística ou a realização de filmagem e reportagem, a prospecção de oportunidades comerciais, a assinatura de contratos e a atuação como tripulante de aeronave.

Frise-se que, em virtude da regra diferenciada de prorrogação de prazo de estada do § 7º do artigo 29 do Decreto 9.199/2017, **NÃO se deve usar a classificação "NEGÓCIOS"** para viajantes que venham realizar serviços de auditoria ou consultoria no Brasil e para tripulantes de embarcação que não sejam de longo curso, de cruzeiros de longo curso ou em cruzeiros marítimos ou fluviais pela costa brasileira ( inciso I , § 7º do art. 29) e de bandeira brasileira (inciso II, alínea "a" , § 7º do art. 29), além de embarcação estrangeira de cruzeiros marítimos ou fluviais cuja permanência for por prazo superior a cento e oitenta dias a cada ano migratório (brasileira (inciso II, alínea "b" , § 7º do art. 29).

➤ **TRÂNSITO (CLASSIFICAÇÃO 103 NO STI):**

103	VISITA TRÂNSITO (VIVIS)	1	Entrada ou Saída - Visitante em trânsito pelo território nacional, isento ou não de visto, que necessite deixar a área de restrita do local de fiscalização. (Art. 13, III da Lei 13.445/2017).
		2	Entrada ou Saída - Visitante em trânsito pelo território nacional, isento ou não de visto, que necessite deixar a área de restrita do local de fiscalização. (Artigo 1º do Decreto 7.821, de 5 de outubro de 2012 - ACORDO UNIÃO EUROPÉIA).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

O visto visita para trânsito poderá ser concedido ao estrangeiro que, para chegar ao país de destino, tenha de ingressar em território nacional.

O visto não será exigido ao estrangeiro em viagem contínua, que tenha que fazer escalas ou conexões no Brasil, desde que permaneça na área de trânsito internacional do porto ou aeroporto brasileiro.

Tal modalidade de visto tem validade para uma estada de até 10 (dez) dias improrrogáveis, podendo ser utilizado para uma única entrada.

➤ **REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS OU DESPORTIVAS  
(CLASSIFICAÇÃO 104 NO STI):**

104	VISITA ATIVIDADES ARTÍSTICAS OU DESPORTIVAS- (VIVIS)	1	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, em viagem para desempenho de atividades artísticas e desportivas; bem como atuando na condição de técnicos em espetáculos de diversões e demais profissionais que, em caráter auxiliar, participem da atividade do artista ou desportista. (Art. 13, IV da Lei 13.445/2017).
		2	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, em viagem para desempenho de atividades artísticas e desportivas; bem como atuando na condição de técnicos em espetáculos de diversões e demais profissionais que, em caráter auxiliar, participem da atividade do artista ou desportista. (Artigo 1o do Decreto 7.821, de 5 de outubro de 2012 - ACORDO UNIÃO EUROPÉIA).

A classificação "VISITA - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS OU DESPORTIVAS" deve ser utilizada para o estrangeiro que venha ao país para participação em concursos artísticos e em competições esportivas, realização de treinamento desportivo, participação em ensaios, em exposições, shows, apresentações artísticas, encontros de artistas, e outras atividades congêneres, com intenção de permanecer no país por período inferior a 90 (noventa) dias, desde que não haja remuneração paga por fonte brasileira.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

A classificação "VISITA - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS OU DESPORTIVAS" também deve ser utilizada para os técnicos em espetáculos de diversões e demais profissionais que, em caráter auxiliar, participem da atividade do artista ou desportista.

➤ **OUTRAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS, POR INTERESSE NACIONAL  
(CLASSIFICAÇÃO 105 NO STI):**

105	VISITA OUTRAS HIPÓTESES (VIVIS)	1	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, considerado em situação excepcional para o enquadramento na condição de visto de visita, a ser definida em ato conjunto dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, das Relações e Exteriores e do Trabalho, de acordo com o interesse nacional. (Art. 13, V da Lei 13.445/2017 e § 7º, artigo 29 do Decreto 9.199/2017).
		2	Entrada ou Saída - Visitante, isento ou não de visto, considerado em situação excepcional para o enquadramento na condição de visto de visita, a ser definida em ato conjunto dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, das Relações e Exteriores e do Trabalho, de acordo com o interesse nacional. (Artigo 1º do Decreto 7.821, de 5 de outubro de 2012 - ACORDO UNIÃO EUROPÉIA).

O Ministério das Relações Exteriores arrola uma série de hipóteses em que seria permitido à Autoridade Consular conceder VIVIS ao estrangeiro, como, por exemplo: Tratamento de Saúde, Estudo, estágio e pesquisa ou cooperação científica, Serviço Voluntário, Finalidade Jornalística, Adoção Internacional de Menor Brasileiro, Menor Estrangeiro Adotado, Reunião familiar com base em casamento por procuração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

➤ **TRIPULANTE MARÍTIMO / AUDITORIA E DE CONSULTORIA  
(CLASSIFICAÇÃO 118 NO STI):**

118	TRIPULANTE MARÍTIMO / AUDITORIA E DE CONSULTORIA	1	Entrada ou Saída - Tripulante marítimo, para atuação nas embarcações não mencionadas no inciso I e no inciso II, alíneas "a" e "b", e visitantes para realização de auditoria e de consultoria sem remuneração paga no Brasil, para estadas de até noventa dias (Art. 13, II da Lei 14.445/2017 e § 7º, artigo 29 do Decreto 9.199/2017).
-----	--	---	---

Considerando a regra específica de prorrogação do prazo de estada do § 7º do artigo 29 do Decreto 9.199/2017, a classificação "TRIPULANTE MARÍTIMO / AUDITORIA E DE CONSULTORIA" deve ser utilizada para:

I - o viajante que venha realizar auditoria ou consultoria, mas não recebe pagamento pelos serviços no Brasil; e

II - tripulante de embarcação, para estadas de 90 dias no ano migratório, improrrogável (§ 7º do art. 29).

A principal diferença desta classificação, a qual é um tipo de visita "negócios", é a impossibilidade de prorrogação.

➤ **VISTO TEMPORÁRIO (VITEM) - CLASSIFICAÇÃO 201 NO STI:**

201	TEMPORÁRIO (VITEM e VIPER)	1	Entrada ou saída de imigrante portador de visto temporário, que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado, que tenha obtido direito de residência.
-----	----------------------------------	---	--

Existem diversas modalidades de visto temporário, variando de acordo com a atividade a ser desempenhada pelo estrangeiro no Brasil,

Existem, atualmente, 15 (quinze) tipos de vistos temporários, mas estes e os respectivos amparos são irrelevantes para o controle migratório. Razão pela qual a classificação dos Vistos Temporários (VITEM) passou a ter código único no STI:

Ocorre que, os titulares dos vistos temporários estão obrigados a se registrar na Polícia Federal até 30 (trinta) dias da data da primeira entrada no Brasil em que o visto é utilizado, sendo que neste movimento os migrantes são registrados no SISMIGRA, com indicações dos amparos legais para a estada dos mesmos no Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

No caso dos vistos temporários, o prazo de validade do visto corresponderá ao prazo de estada nele fixado, contado, ininterruptamente, a partir da data da entrada do estrangeiro no território nacional.

Assim, apenas para ciência, atualmente os Vistos Temporários (VITEM) classificam-se em:

- I – Visto Temporário I - Pesquisa, ensino ou extensão acadêmica;
- II – Visto Temporário II - Tratamento de saúde;
- III – Visto Temporário III - Acolhida humanitária;
- IV – Visto Temporário IV - Estudo;
- V – Visto Temporário V - Trabalho;
- VI – Visto Temporário VI - Visto de Férias-Trabalho;
- VII – Visto Temporário VII - Atividades religiosas;
- VIII – Visto Temporário VIII - Serviço Voluntário;
- IX – Visto Temporário IX - Investimentos;
- X – Visto Temporário X - Atividade de relevância econômica, científica, tecnológica ou cultural;
- XI – Visto Temporário XI - Reunião familiar;
- XII – Visto Temporário XII - Atividades artísticas e desportivas;
- XIII – Visto Temporário XIII - Acordos Internacionais;
- XIV – Visto Temporário XIV - Política migratória;
- XV – VICAM - Visto Temporário de Aperfeiçoamento Médico.

Por fim, informa que, ainda, existe um “Visto Permanente” (VIPER) expedido pelo MRE, mas se trata de um tipo de visto temporário para nacionais do Uruguai que desejam residir no Brasil, com base no Decreto nº 9.089/2017.

➤ **RESIDENTE - CLASSIFICAÇÃO 100 NO STI:**

100	RESIDENTE	1	Entrada ou Saída - Pessoa cuja autorização de residência foi registrada na Polícia Federal.
-----	-----------	---	---

Havia 16 classificações para migrantes com autorização de residência, como base nos amparos legais que justificaram as respectivas autorizações.

Contudo, agora só existe uma classificação (100), a qual é aplicável a todos os migrantes com autorização de residência válida.

Relembre-se que, o fato do titular da CRNM estar há mais de dois anos fora do país não enseja a retenção do documento pela unidade de controle migratório no





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

momento do ingresso no território nacional, a qual deve notificá-lo a apresentar justificativa à unidade da Polícia Federal da circunscrição de seu domicílio no prazo de dez dias úteis, sob pena de procedimento de perda da autorização de residência (Art. 13 da IN 154/2020-DG/PF, com amparo no art. 135, III do Decreto 9.199/2017).

➤ **VISTO DE CORTESIA (VICOR) - CLASSIFICAÇÃO 120 NO STI:**

120	CORTESIA – (VICOR)	1	Entrada ou Saída - Visitante empregado particular de beneficiário de visto diplomático, oficial ou de cortesia. (Art. 12 Lei nº 13.445/17).
		2	Entrada ou Saída - Autoridades e funcionários estrangeiros, isentos ou não de visto, em viagem não oficial ao país. (Definição em Manual Consular do MRE).

O visto de cortesia poderá ser concedido às personalidades e autoridades estrangeiras em viagem não oficial ao Brasil, tendo a classificação 120 no STI.

Poderá, também, ser concedido visto de cortesia:

I – personalidades e autoridades estrangeiras em viagem não oficial ao Brasil;

II – cônjuge ou companheiro(a), independentemente de sexo, dependentes e familiares em linha direta (avós, pais, filhos ou enteados, netos etc.) que não se beneficiem de visto por dependência, nos termos da NSCJ 12.2.20, de estrangeiro portador de VIDIP ou VISOF;

III – empregado particular de beneficiário de VIDIP, VISOF ou VICOR;

IV – trabalhadores domésticos de Missão estrangeira sediada no Brasil;

V – artistas e desportistas estrangeiros que venham ao Brasil para evento gratuito, de caráter eminentemente cultural, sem percepção de honorários em território brasileiro, sob requisição formal, por escrito, da Chancelaria local ou de Missão Diplomática estrangeira;

VI – empregado particular de funcionários do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores em regresso ao Brasil de missão no exterior;

VII – excepcionalmente, em qualquer situação não descrita acima, mediante autorização do MRE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

➤ **OFICIAL (VISOF) - CLASSIFICAÇÃO 121 NO STI:**

121	OFICIAL (VISOF)	1	Entrada ou Saída - Autoridades e funcionários estrangeiros, que viagem ao Brasil em missão oficial de caráter transitório ou permanente, representando Estado estrangeiro ou organismo internacional reconhecido. (Art. 16 da Lei 13.445/2017).
		2	Entrada ou Saída - Dependente de autoridade ou funcionário estrangeiro, isento ou não de visto. (Art. 16, § 2º da Lei 13.445/2017).

O Visto Oficial (VISOF) possui a código de classificação de número 121 no STI e é concedido para: a autoridades e a funcionários estrangeiros e de organismos internacionais que viagem ao Brasil em missão oficial, de caráter transitório ou permanente, representando governo estrangeiro ou organismo internacional reconhecidos pelo governo brasileiro, como como as suas dependentes.

➤ **VISTO DIPLOMÁTICO (VIDIP) - CLASSIFICAÇÃO 122 NO STI:**

122	DIPLOMÁTICO - VIDIP	1	Entrada ou Saída - Autoridades e funcionários estrangeiros, com status diplomático, isentos ou não de visto, que viagem ao Brasil em missão oficial de caráter transitório ou permanente, representando Estado estrangeiro ou organismo internacional reconhecido. (Art. 16 da Lei 13.445/2017).
		2	Entrada ou Saída - Dependente de autoridade ou funcionário estrangeiro, com status diplomático, isento ou não de visto. (Art. 16, § 2º da Lei 13.445/2017).

O Visto Diplomático (VIDIP) possui a código de classificação nº 122 no STI e é concedido para:

I – a autoridades e funcionários estrangeiros que tenham status diplomático e viagem ao Brasil em missão oficial, de caráter transitório ou permanente, representando Estado estrangeiro reconhecido pelo Governo brasileiro, bem como a seus dependentes;

II – a autoridades e funcionários estrangeiros que tenham status diplomático e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

viagem ao Brasil em missão oficial, de caráter transitório ou permanente, representando Organismo Internacional reconhecido pelo Governo brasileiro, bem como a seus dependentes;

III – excepcionalmente, a determinadas autoridades estrangeiras que tenham status diplomático e venham ao Brasil em viagem não oficial ou a turismo, como Chefes de Estado ou integrantes de famílias reais, bem como a seus dependentes.

➤ **FRONTEIRIÇO - CLASSIFICAÇÃO 125 NO STI:**

125	FRONTEIRIÇO	1	Entrada ou Saída - Nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho. (Art. 1º, § 1º IV da Lei 13.445/2017).
-----	-------------	---	---

O migrante que residente em município fronteiriço de país vizinho deve ter o transito facilitado, mas deve ser realizado o registro dos movimentos migratórios, utilizando-se a classificação FRONTEIRIÇO (125).

**DEPORTADO - CLASSIFICAÇÃO 126 NO STI**

126	DEPORTADO	1	Saída - Visitante ou residente deportado, incluindo de pessoa que entrou clandestinamente no Brasil. (Art. 50 da Lei 13.445/2017).
		2	Entrada - Brasileiro deportado.

A deportação é a medida de retirada compulsória, ou voluntária, da pessoa que se encontre em situação migratória irregular no território nacional

A classificação "deportado" é destinada aos viajantes que estava em condição irregular no País e teve decretada sua retirada compulsória ou esteja saindo voluntariamente do país, incluindo aqueles que entraram clandestinamente no Brasil: r, sendo então aplicável ao:

I - migrante que esteja sendo deportado do Brasil (saída), incluindo de pessoa que entrou clandestinamente no Brasil;

II - brasileiro que tenha sido deportado do país de origem e esteja retornando ao Brasil



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

(entrada).

Repta-se que também se deve utilizar a classificação "deportado" (126) para o estrangeiro que não registrou a entrada (entrou irregularmente) no Brasil e está saindo espontaneamente do território nacional, pois neste caso se trata de uma deportação espontânea, conforme §7º do artigo 176 do Decreto 9.199/2017.

➤ **EXPULSO - CLASSIFICAÇÃO 127 NO STI:**

127	EXPULSO	1	Saída - Visitante ou residente expulso. (Art. 54 da Lei 13.445/2017).
		2	Entrada - Brasileiro expulso.

A expulsão é a retirada compulsória do território nacional, resultante de um Inquérito Policial de Expulsão, do migrante com sentença condenatória transitada em julgado pela prática dos crimes definidos na Lei 13.433/2017, sendo, então, aplicável ao:

I - migrante que tendo sido expulso do Brasil, por decisão do Ministro da Justiça e Segurança Pública sendo deportado do Brasil (saída);

II - brasileiro que tenha sido expulso do país de origem e esteja retornando ao Brasil (entrada).

➤ **EXTRADITADO - CLASSIFICAÇÃO 128 NO STI:**

128	EXTRADITADO	1	Entrada ou Saída - migrante ou residente extraditado. (Art. 81 da Lei 13.445/2017).
		2	Entrada - Brasileiro extraditado.

A extradição é a medida de cooperação internacional pela qual será concedida ou solicitada a entrega de pessoa sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal em curso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

A classifica "extraditado" é destinada ao viajante que está realizando o movimento migratório após decisão de extradição ou que tenha se entregado voluntariamente ao Estado requerente, sendo, então, aplicável ao:

I -migrante ou de brasileiro naturalizado que tendo sido extraditado do Brasil, por decisão do Supremo Tribunal Federal ou se entregado voluntariamente ao Estado requerente (saída);

II - brasileiro que tenha sido extraditado do país de origem e esteja retornando ao Brasil.

➤ **TRIPULANTE LONGO CURSO E CRUZEIRO - CLASSIFICAÇÃO 130 NO STI:**

130	TRIPULANTE LONGO CURSO E CRUZEIRO	1	Entrada ou Saída - Tripulante marítimo, brasileiro ou não, Brasil em viagem de longo curso ou em cruzeiros marítimos, portadores de Carteira Internacional de Marítimo, emitida nos termos da Organização Internacional do Trabalho - OIT, para estadas de até 180 dias. (Art. 14, § 7 ° da Lei nº 13.445/17 ).
-----	-----------------------------------	---	---

O tripulante marítimo só deve ser classificado como TRIPULANTE LONGO CURSO E CRUZEIRO (Código 130) quando esteja entrando em território embarcado, ou para embarcar, em navio para viagem de longo curso ou em cruzeiros marítimos ou fluviais pela costa brasileira, para estadas de até cento e oitenta dias a cada ano migratório, sendo portador de Carteira Internacional de Marítimo, emitida nos termos da Convenção n.º 185 da Organização Internacional do Trabalho-OIT.

Ou seja, a classificação 130 é para uma exceção à regra geral de exigência de visto, devendo ser usado exclusivamente para os tripulantes que incidam, especificamente, na hipótese do art. 14, § 7 ° da Lei nº 13.445/17.

Os demais tripulantes marítimos seguem as regras gerais de vistos (vide classificação 118: "TRIPULANTE MARÍTIMO / AUDITORIA E DE CONSULTORIA").



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

➤ **TRIPULANTE COM RESTRIÇÃO DE CRICULAÇÃO - CLASSIFICAÇÃO 148 NO STI:**

148	TRIPULANTE COM RESTRIÇÃO DE CRICULAÇÃO	1	Entrada ou Saída - Tripulante marítimo beneficiado de Acordo, para estadas iguais ao tempo de permanência do navio do porto – valido para permanência na cidade do desembarque- É vedado o transito interno no País.
-----	--	---	--

Trata-se de classificação para atender os casos especiais de acordos internacionais, relacionados à facilitação do transporte marítimo de mercadorias, através dos quais é permitido o desembarque de tripulantes marítimos, portanto documento de marítimo emitido pelo respetivo país, para estadas iguais ao tempo de permanência do navio do porto, ficando restritos à cidade em que a embarcação se encontre.

Na hipótese em tela, é vedado o deslocamento do tripulante para outras cidades visando embarcar em navio diverso ou para deixar o território brasileiro. Ou seja, o tripulante não pode deixar o navio, sair da cidade em que se encontra e se deslocar para outra, visando deixar o Brasil ou embarcar em outro navio.

Ademais, a referida classificação, e a dispensa do visto, só é cabível para admissão de tripulante embarcado no navio em que estiver atuando. Ou seja, não é cabível para entradas de tripulantes por via aérea (através de aeroportos).

O principal exemplo da utilização da classificação 148 (TRIPULANTE COM RESTRIÇÃO DE CRICULAÇÃO) é para o tripulante marítimo nacional da China, beneficiado pelo Convênio sobre Transportes Marítimos entre os Governos do Brasil e da China, o qual dispensa visto para os tripulantes chineses, nas seguintes condições:

- que estejam a bordo de navios mercantes de bandeira chinesa;
- o desembarque o tripulante marítimo chinês, de navio de bandeira chinesa, no porto em que o embarcação estiver;
- e para permanecer na cidade onde o porto estiver situado, durante a estada do navio no referido porto.

Repita-se, conforme estabelece o item 2 do Artigo VII do já citado Convênio, para o tripulante marítimo chinês entrar no Brasil, pelo modal aéreo, para se dirigir para bordo de navio, é necessário que possua visto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

➤ **TRIPULANTE AÉREO - CLASSIFICAÇÃO 131 NO STI:**

131	TRIPULANTE AÉREO	1	Entrada ou Saída - Tripulante aéreo, brasileiro ou não, portadores de documento comprobatório de sua condição, para estadas de até 90 dias. (de acordo com a Lei nº 13.445/17 e seu Decreto Regulamentar).
-----	------------------	---	--

Tripulante aéreo é brasileiro ou migrante, portador de Certificado de Membro de Tripulação - CMC ou licença válida, que esteja em transito no Brasil no exercido de sua atividade profissional ou que venha ao país na condição de passageiro de qualquer meio de transporte para embarcar como tripulante em aeronave.

➤ **TRIPULANTE TERRESTRE - CLASSIFICAÇÃO 132 NO STI:**

132	TRIPULANTE TERRESTRE	1	Entrada ou saída - Tripulante terrestre, brasileiro ou não, portador de documento comprobatório de sua condição. (Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT, Dec. 99.704/90).
-----	----------------------	---	--

Tripulante terrestre é brasileiro ou migrante portador de Carteira de Tripulante Terrestre, expedida por país signatário do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT, que realiza o momento migratório em viagem decorrente da referida atividade profissional.

Enquanto não for iniciada a expedição da Carteira de Tripulante Terrestre pelo país signatário do ATIT será aceito passaporte ou documento de viagem equivalente.

➤ **PORTUGUÊS COM IGUALDADE DE DIREITOS - CLASSIFICAÇÃO 134 NO STI:**

134	PORTUGUÊS COM IGUALDADE DE DIREITOS	1	Entrada ou Saída - Cidadão português com igualdade de direitos civis e/ou políticos. (Arts. 2º, 3º e 5º, Dec. 70.436/72).
-----	-------------------------------------	---	---

Classificação para português que obteve o reconhecimento de igualdade de direitos com brasileiro, sendo que, normalmente, possui documento de identidade expedido no Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

➤ **SOLICITANTE DE REFÚGIO - CLASSIFICAÇÃO 135 NO STI:**

135	SOLICITANTE REFÚGIO	1	Entrada ou Saída - Imigrante solicitante de refúgio. (Art. 31, § 4º da Lei 13.445/2017).
-----	------------------------	---	---

Migrante com solicitação de reconhecimento da condição de refugiado pendente de julgamento pelo CONARE.

Deve portar o protocolo da solicitação acima descrita e autorização para deixar o país emitida pelo CONARE.

A ausência dos documentos acima não impede o movimento migratório, mas deve ser realizada uma comunicação ao CONARE sobre a saída do migrante do território nacional.

➤ **REFUGIADO - CLASSIFICAÇÃO 136 NO STI:**

136	REFUGIADO	1	Entrada ou Saída - Imigrante reconhecido no país na condição de refugiado. (Lei 9.474/97 - Estatuto dos Refugiados).
-----	-----------	---	--

Migrante que já teve a condição de refugiado reconhecida pelo CONARE.

O migrante com condição de refugiado, deve portar autorização para deixar o país emitida pelo CONARE.

A ausência da autorização para deixar o país não impede o movimento migratório, mas deve ser realizada uma comunicação ao CONARE sobre a saída do migrante do território nacional.

➤ **ASILADO – CLASSIFICAÇÃO 137 NO STI:**

137	ASILADO	1	Entrada ou Saída - Imigrante reconhecido no país na condição de asilado. (Art. 27 da Lei 13.445/2017).
-----	---------	---	--

Migrante que já teve a condição de asilado reconhecida no Brasil.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

➤ **CONDICIONAL - CLASSIFICAÇÃO 141 NO STI:**

141	CONDICIONAL	1	Entrada ou saída de pessoa que não preencha os requisitos de admissão (clandestino) ou de tripulante ou passageiro de viagem interrompida por força maior, cuja admissão em território nacional é autorizada mediante a assinatura, pelo transportador ou por seu agente, de termo de compromisso de custear as despesas com a permanência e com as providências para a repatriação do viajante. (arts. 41 e 42 da Lei 13.455/17).
-----	-------------	---	--

A classificação "CONDICIONAL" deve ser utilizada nos casos em que o viajante não possui requisitos de admissão no Brasil, como no caso de clandestino (artigo 41 da Lei 13.455/2017) ou de tripulante e passageiro que, por motivo de força maior, tenha sido obrigado a interromper viagem em território nacional (artigo 42 da Lei 13.455/2017).

As hipóteses acima possuem em comum que a entrada em território nacional é precedida da assinatura, pelo transportador ou por seu agente, de termo de compromisso, responsabilizando-se em custear as despesas com a permanência e com as providências para a repatriação/transbordo do viajante.

➤ **PRESO - CLASSIFICAÇÃO 139 NO STI:**

139	PRESO	1	Entrada ou Saída - Brasileiro ou não, conduzido preso e cuja prisão não seja para cumprimento de medida compulsória, nos termos da Lei 13.445/2017.
		2	Entrada ou saída - Brasileiro ou estrangeiro, preso no ponto de migração.

Deve-se a utilização da classificação preso quando:

I - quando a pessoa está realizando a viagem sob custódia de autoridade policial, mas cujo prisão não seja para cumprimento de medida compulsória (deportação, expulsão ou extradição), devendo ser usada a classificação 131.1

II - a pessoa é presa a após realizar o controle migratório, mas não deixou o território Nacional, devendo ser usada a classificação 131.2

Salienta-se que, no caso do viajante ser preso após a realização do controle migratório, mas ainda em território nacional, o registro migratório não deve ser alterado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MISP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

Conduto, deve-se, em seguida, ser lançado o movimento de entrada no Brasil, usando a classificação PRESO, para deixar claro que a pessoa não deixou, efetivamente, o território nacional e foi presa após ter realizado o registro da saída do País.

➤ **NOTIFICADO - CLASSIFICAÇÃO 140 NO STI:**

140	NOTIFICADO	1	Saída - pessoa notificada a deixar o país ou se regularizar (Art. 50, §1º e 5º da Lei nº 13.445/17).
-----	------------	---	--

A classificação "notificado" deve ser usando para o migrante que estava em condição migratória irregular e, durante o prazo de 60 dias, concedido para ele se regularizar, deixa o país voluntariamente.

➤ **EXCEPCIONAL - CLASSIFICAÇÃO 142 NO STI:**

142	EXCEPCIONAL	1	Entrada ou Saída - Visitante que não apresente visto, quando obrigatório, ou seja titular de visto vencido. (de acordo com a Lei nº 13.445/17 e seu Decreto Regulamentar).
		2	Entrada ou Saída - Visitante titular de visto emitido com erro ou omissão. (de acordo com a Lei nº 13.445/17 e seu Decreto Regulamentar)
		3	Entrada ou Saída - Imigrante que tenha perdido a condição de residente por decurso de tempo no exterior (mais de dois anos); ou que tenha perdido prazo de processo de autorização de residência e que detenha condições objetivas para a solicitação de nova autorização de residência. (de acordo com a Lei nº 13.445/17 e seu Decreto Regulamentar).
		4	Entrada ou Saída - Visitante criança ou adolescente, desacompanhado do responsável legal e sem autorização expressa para viajar desacompanhado, independentemente do documento de viagem que portar (hipótese em que haverá encaminhamento ao Conselho Tutelar). (de acordo com a Lei nº 13.445/17 e seu Decreto Regulamentar).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJP - POLÍCIA FEDERAL  
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
DCIM/CGPI/DIREX/PF

		5	Entrada ou Saída - Visitante sem condições de enquadramento em qualquer outra classificação e que esteja sob situação emergencial, caso fortuito ou força maior. (de acordo com a Lei nº 13.445/17 e seu Decreto Regulamentar).
		6	Entrada - Visitante que por sua situação documental não reúna condições de admissibilidade no país e que, durante os trâmites de impedimento ou enquanto aguarda pela repatriação, manifeste intenção de solicitar refúgio, quer por manifestação própria ou de seus responsáveis legais. (de acordo com a Lei nº 9.474/1997, e com a Lei nº 13.445/17 e seu Decreto Regulamentar).

Trata-se de condições excepcionais em que o movimento migratório é autorizado pela autoridade competente.

Na Polícia Federal os movimentos migratórios excepcionais são autorizados pelo chefe da unidade da fiscalização migratória ou autoridade superior, vedada a delegação desta competência.

➤ **REQUERENTE - CLASSIFICAÇÃO 143 NO STI:**

143	REQUERENTE	1	Entrada ou Saída - migrante com pedido de regularização, ou renovação, pendente de apreciação pela Polícia Federal.
-----	------------	---	---

Deve ser usando quando o migrante está com pedido de regularização migratória, ou de renovação pendente, de apreciação pela Polícia Federal, mas o prazo de estada inicialmente estabelecido ou a validade do visto já estejam vencidos.

➤ **BRASILEIRO COM DUPLA NACIONALIDADE - CLASSIFICAÇÃO 145 NO STI:**

145	BRASILEIRO COM DUPLA NACIONALIDADE	1	Entrada ou Saída - Brasileiro que apresente documento de viagem válido expedido por país de sua outra nacionalidade e que fique comprovada, por qualquer meio disponível, a nacionalidade brasileira. (Art. 12 da Constituição da República).
-----	--	---	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
 DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO E SEGURANÇA DE FRONTEIRAS -  
 DCIM/CGPI/DIREX/PF

Deve ser utilizada a classificação "BRASILEIRO COM DUPLA NACIONALIDADE" quando o viajante apresentar documento de viagem válido de outro país, mas haja prova de que o mesmo tem dupla nacionalidade, sendo um delas a brasileira.

A prova da nacionalidade brasileira se faz com um documento oficial que a identifique (com foto) e que comprove sua nacionalidade brasileira, mas também é aceita a comprovação por qualquer outro meio disponível, como, por exemplo, consulta as bases de dados disponíveis no controle migratório ou um registro prévio no próprio STI confirmando que a pessoa é brasileira.

➤ **INADMITIDO NO EXTERIOR - CLASSIFICAÇÃO 146 NO STI:**

146	INADMITIDO NO EXTERIOR	1	Entrada - Brasileiro impedido de entrar em país estrangeiro. (Alínea "a", item 3.60 do Anexo IX à Convenção de Aviação Civil Internacional).
			Entrada ou Saída - Migrante impedido de entrar no país de destino e cujo país de saída, imediatamente anterior ao impedimento, tenha sido o Brasil. (Alínea "a", item 3.60 do Anexo IX à Convenção de Aviação Civil Internacional).

A classificação "INADMITIDO NO EXTERIOR" deve ser usado quando um brasileiro ou migrante seja impedido de entrar no país de destino e foi devolvido para o Brasil, o qual havia sido o país de origem.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

acadêmico, 1

análise, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24,  
25, 26, 27, 39, 50, 59, 60, 63, 76,  
77, 78, 81, 82, 91, 102, 116, 136,  
137, 138, 146

aporofobia, 13, 30, 50, 51, 52,  
78, 121, 130, 137

## B

Brasil, 4, 12, 13, 17, 30, 32, 33,  
35, 37, 40, 41, 42, 49, 50, 51, 53,  
73, 80, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96,  
106, 109, 111, 117, 118, 119, 128,  
129, 131, 141, 142, 144, 145, 146,  
147, 148, 166, 167, 168, 176, 182,  
198, 201, 206, 207, 215, 218, 226

## C

cidade, 12, 15, 16, 20, 27, 28, 31,  
32, 35, 53, 54, 103, 104, 108, 110,  
111, 112, 113, 114, 115, 116, 117,  
119, 120, 121, 124, 126, 127, 129,  
140, 173, 180, 183, 185, 186, 188,  
192, 193, 200, 203, 204, 205,  
212, 220

conflito, 12, 24, 92, 109

crise migratória, 12, 13, 15, 16,  
17, 18, 20, 26, 27, 30, 47, 50, 54,

60, 61, 62, 67, 68, 70, 74, 77, 80,  
88, 93, 94, 98, 100, 101, 102,  
103, 104, 108, 109, 112, 113, 116,  
120, 121, 124, 125, 127, 137, 138,  
143, 196

## D

dados, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 24,  
26, 27, 28, 35, 50, 51, 59, 60, 64,  
74, 100, 119, 128, 130, 133, 136,  
138, 140, 218, 219, 224

delegacia, 12, 13, 26, 62, 73, 78,  
101, 105, 106, 107, 108, 117, 121,  
123, 125, 126, 127, 128, 136, 186,  
190, 201, 202

Delegacia de Polícia Civil, 12, 16,  
59, 60, 106, 108

delegados, 13, 17, 18, 19, 100,  
101, 108, 109, 123, 124, 127, 130,  
133, 136, 137, 201

direito, 13, 16, 23, 53, 91, 92, 101,  
105, 134, 144, 145, 164, 165, 203,  
210, 218

## E

entrevistas, 12, 13, 19, 70, 86,  
100, 101, 102, 118, 136, 137, 138  
estigma, 13, 50, 55, 78, 137, 146

## F

flagrantes, 12, 60, 64, 66, 68, 70, 71, 73, 75, 78, 124, 202

## I

imigrantes, 12, 31, 33, 83, 93, 94, 95, 96, 120, 173, 181, 183, 185, 186, 187, 191, 193, 194, 197, 198, 209, 210, 212, 215, 216, 224, 225, 226

## M

migração, 12, 13, 20, 26, 30, 31, 55, 56, 57, 74, 82, 87, 102, 109, 110, 111, 130, 131, 140, 146, 167, 182, 200, 207, 208, 217  
migrante, 13, 17, 19, 20, 27, 37, 38, 51, 54, 56, 59, 77, 78, 84, 85, 87, 88, 97, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 130, 131, 134, 137  
moradores, 12, 20, 33, 109, 111, 112, 113, 114, 127, 173, 174, 181, 189, 190, 191, 203  
município, 12, 13, 15, 17, 18, 26, 27, 31, 32, 33, 37, 38, 40, 42, 44, 47, 50, 59, 84, 86, 88, 100, 102, 130, 131, 136, 137, 143, 145, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 209, 212, 213, 214, 216, 217, 219, 226

## P

Pacaraima, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 41, 42, 44, 47, 50, 51, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229  
pesquisa, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 50, 60, 73, 80, 81, 91, 100, 101, 102, 121, 136, 138, 140, 144, 145  
pobreza, 13, 17, 19, 88, 112, 113, 137  
polícia, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 59, 60, 70, 78, 80, 95, 100, 101, 105, 107, 108, 109, 113, 116, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 133, 136, 165, 176, 179, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 200, 201, 202, 212, 218

polícia civil, 13, 16, 17, 18, 59, 60, 70, 78, 80, 95, 113, 136, 176, 187, 190, 200, 201, 202  
 políticas públicas, 12, 13, 49, 80, 81, 98, 101, 116, 119, 120, 134, 137, 142, 146, 148, 167, 210  
 prisões, 12, 13, 15, 18, 22, 26, 27, 50, 59, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 78, 122, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 202  
 problema, 12, 13, 15, 18, 19, 21, 22, 28, 30, 50, 56, 57, 81, 96, 107, 109, 116, 117, 118, 120, 127, 168, 177, 178, 182, 184, 185, 186, 187, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 204, 205, 207, 208, 215, 216, 217, 220

## R

Roraima, 7, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 30, 31, 32, 35, 37, 45, 52, 54, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 113, 116, 120, 122, 130, 136, 137, 140, 141, 143, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 176, 181, 187, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 209, 211, 212, 213, 218, 219, 229

## S

segurança, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 26, 27, 32, 33, 36, 57, 80, 81, 82, 88, 89, 92, 95, 96, 98, 104, 108, 110, 115, 116, 118, 120,

121, 127, 128, 134, 136, 137, 145, 147, 167, 173, 174, 175, 178, 180, 184, 186, 193, 196, 197, 200, 202, 213, 223, 224, 229  
 segurança pública, 12, 13, 15, 16, 19, 22, 23, 26, 27, 32, 80, 81, 82, 88, 89, 95, 96, 98, 108, 110, 116, 118, 120, 121, 134, 137, 147, 186, 200, 202  
 serviços públicos, 12, 16, 32, 88, 89, 90, 94, 98, 112, 115, 185, 189

## V

venezuelana, 12, 17, 33, 50, 52, 56, 80, 95, 100, 120, 123, 128, 130, 131, 138, 140, 142, 143, 147, 148, 175, 188, 212, 214  
 venezuelanos, 12, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 44, 50, 54, 61, 62, 65, 66, 69, 72, 74, 76, 77, 78, 82, 83, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 97, 101, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 120, 121, 122, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 140, 168, 173, 181, 184, 186, 189, 190, 191, 193, 198, 201, 212, 215, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 224, 228  
 vulnerabilidade, 13, 17, 53, 83, 84, 87, 88, 111, 112, 138, 147, 186

## X

xenofobia, 13, 30, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 113, 121, 145



O presente estudo visa observar o fenômeno migratório de venezuelanos para o Brasil, por meio de Pacaraima, cidade fronteiriça do Estado de Roraima, no período de 2014 a 2019, e relacionar com o número de prisões em flagrante lavrados pela Delegacia de Polícia Estadual, problematizando as representações e estigmas deles resultantes para os Delegados de Polícia estaduais que atuaram no município no citado período.

Assim, apresenta-se o problema central: como o fenômeno da migração venezuelana se relaciona com o número de prisões em flagrantes lavrados pela delegacia de Pacaraima, no período de 2014 a 2019, e quais suas representações e estigmas dele resultantes para os Delegados de Polícia que atuaram no município no citado período?

Para isso, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, apresentando o estado da arte e conceitos dos autores escolhidos para dialogar. Também foi realizada a análise documental da ação judicial movida pelo Estado visando o ressarcimento dos gastos resultantes da sobrecarga na prestação dos serviços públicos, incluindo a segurança pública, e na pesquisa de campo, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os delegados de polícia que atuaram no município, que descrevem suas representações sobre o fenômeno investigado.

Como conclusão, foi constatado que as representações dos Delegados de Polícia são em grande parte compatíveis com os dados objetivos colhidos, contudo, outros fatores e dificuldades institucionais e de integração com os demais órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil, além da falta de ações de cunho social, que não foram realizadas a tempo e de forma suficiente, repercutiram diretamente e de forma negativa na segurança pública em Pacaraima.